



UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E OS GRUPOS
REVOLUCIONÁRIOS EM VOLTA REDONDA (1962 -1971)**

Márcio Goulart Coutinho

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E OS GRUPOS
REVOLUCIONÁRIOS EM VOLTA REDONDA (1962 -1971)**

Márcio Goulart Coutinho

Sob a orientação do Professor

Jean Rodrigues Sales

e Co-orientação da Professora

Alejandra Luiza Magalhães Estevez

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em
História**, no Curso de Pós-Graduação
em História, Área de Concentração
Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ

Março de
2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO**

MÁRCIO GOULART COUTINHO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/03/2020

Banca Examinadora:


Doutor (a) JEAN RODRIGUES SALES (Presidente e Orientador)


Doutor (a) RONALD APOLINÁRIO DE LIRA – UFRRJ


Doutor (a) DEIVISON GONÇALVES AMARAL – PUC RJ

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C871j Coutinho, Márcio Goulart, 1982-
A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E OS GRUPOS
REVOLUCIONÁRIOS EM VOLTA REDONDA (1962-1971) / Márcio
Goulart Coutinho. - Volta Redonda, 2020.
179 f.

Orientador: JEAN RODRIGUES SALES.
Coorientador: ALEJANDRA LUIZA MAGALHÃES ESTEVEZ.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, HISTÓRIA, 2020.

1. Juventude Operária Católica. 2. Volta Redonda.
3. Organizações Revolucionárias de Esquerda. I. SALES,
JEAN RODRIGUES, 1972-, orient. II. ESTEVEZ, ALEJANDRA
LUIZA MAGALHÃES, 1983-, coorient. III Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. HISTÓRIA. IV. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Deus todo poderoso por me conceder a vida, a saúde e a sabedoria para a realização deste trabalho. Obrigado por me permitir errar, aprender e crescer, pela Sua eterna compreensão e tolerância, por Seu infinito amor, que não me permitiu desistir e, ainda, por me proporcionar tranquilidade para seguir em frente com meus objetivos.

Ao meu orientador, professor Jean Rodrigues Sales, pela oportunidade de realizar este trabalho. Obrigado pela confiança e por me atender com paciência todas as vezes que bati em sua porta. Agradeço por todos os ensinamentos compartilhados de forma admirável.

À minha coorientadora, professora Alejandra Estevez, por toda a ajuda durante a realização deste trabalho, pela orientação na delimitação e definição do tema; pela apresentação de boa parte da bibliografia; pelos congressos e eventos que participamos. Sua contribuição foi essencial para a concretização e realização dessa pesquisa.

À minha amada esposa Amanda, por todo amor, carinho, compreensão e apoio em tantos momentos difíceis desta caminhada. Obrigado por permanecer ao meu lado, mesmo sem a atenção devida e de tantos momentos de lazer perdidos. Obrigado pelo presente de cada dia, pelo seu sorriso e por saber me fazer feliz.

Ao meu filho, Heitor, que traz tanta luz e gosto para minha vida, um amor especial. Que apesar de não ter idade para entender o que é uma dissertação, agradeço pela espontaneidade, carinho e amor que sempre me incentivou nos momentos difíceis.

Não posso deixar de agradecer aos professores Deivison Amaral, Paulo Célio Soares e Ronald Apolinário de Lira pelas importantes críticas e sugestões que fizeram na qualificação e na defesa da dissertação. Elas foram, na medida do possível, incorporadas, contribuindo muito para o desenvolvimento desta dissertação.

Nos trabalhos de levantamento e consulta à documentação agradeço a todos as pessoas entrevistadas nessa dissertação. Sou muito grato a Cúria Diocesana de Volta Redonda por ter dado acesso ao seu acervo, em especial ao Padre Flávio que me atendeu muito cordialmente. Ao Centro de Memória Sul Fluminense – UFF-VR, pelo acesso a documentos e aos depoimentos de ex-militantes que foram de grande importância na pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

Em todo mundo, milhões de adolescentes deixam a escola, a família, para começar a vida de trabalho... Enfrentam sós os problemas da vida no desabrochar de sua personalidade... Se abandonados, estão perdidos!

É necessário reunir as massas dos jovens trabalhadores em um movimento que para eles, seja escola, a escola prática da vida.

Pe. José Cardijn

RESUMO

A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E OS GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS EM VOLTA REDONDA (1962 -1971)

COUTINHO, Márcio Goulart. A Juventude Operária Católica e os Grupos Revolucionários em Volta Redonda (1962 -1971). 2020. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

Esse trabalho tem por objetivo compreender as relações entre a Juventude Operária Católica (JOC) e as Organizações Revolucionárias de Esquerda em Volta Redonda, e suas formas de luta e resistência ao Estado brasileiro entre os anos de 1962 e 1971. Busca, também, entender, através da experiência e memória de ex-militantes, a trajetória da JOC no município e as causas que levaram à sua desarticulação no início da década de 70. A JOC, em Volta Redonda, criada em 1962, teve importante atuação na luta pelos direitos dos jovens trabalhadores, o que fez com que fosse perseguida e silenciada após o Golpe de 1964. A chegada do Bispo Dom Waldyr Calheiros, em 1966, trouxe um renascimento ao grupo que se fortaleceu e passou a se envolver em questões sociais, atraindo a atenção de organizações revolucionárias de esquerdas (POLOP, VAR-PALMARES, PC do B), que se aproximaram da JOC. Ações conjuntas, contrárias à política do Estado brasileiro, entre a JOC e estas organizações deram origem à Frente Operária. As atividades realizadas foram consideradas subversivas, o que levou a uma forte repressão que acarretou na prisão e torturas de vários militantes desses dois grupos, desarticulando a experiência jocista na cidade.

Palavras-chave: JOC; Organizações de esquerda; Volta Redonda.

ABSTRACT

CATHOLIC WORKING YOUTH AND THE ROUND REVOLUTIONARY GROUPS IN VOLTA REDONDA. (1962 -1971)

COUTINHO, Márcio Goulart. **Catholic Working Youth and the Round Revolutionary Groups in Volta Redonda. (1962 -1971).** 2020. Dissertation (Master Science in History, Power Relationships, Work and Cultural Practices). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

This task aims to comprehend the relations between the Catholic Workers Youth (JOC) and the Revolutionary Left Organizations in Volta Redonda, and their forms of struggle and resistance to the Brazilian State from 1962 to 1971. It also searches through the experience and memory of former militants understand JOC's trajectory the city above spoken, as well as the causes that led to its disarticulation in the early 70's. The JOC in Volta Redonda was created in 1962 and acted an important role in the combat for the rights of young workers, a fact which caused to be persecuted and silenced after the 1964's coup. However, the arrival of Bishop D. Waldyr Calheiros in 1966, brought a kind of a revival of the group, which became stronger and became involved in social issues attracting the attention of revolutionary leftist organizations like as (POLOP, VAR-PALMARES, PC do B), which approached the JOC and initiated a joint action to criticize the military. Nevertheless, these actions were contrary to the policy of the Brazilian state, which considered them as subversive. This fact led to a great repression, resulting in the arrest and torture of several militants from these two groups, disrupting the JOC's group experience in the city.

Key Words: JOC, Left Organization, Volta Redonda

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Trabalhadores de Volta Redonda no comício da Central do Brasil.
- Figura 2: Foto do Presépio montado na Igreja Santa Cecília em dezembro de 1968.
- Figura 3: Encontro da JOC masculina em Volta Redonda.
- Figura 4: Encontro regional da JOC - Década de 60.
- Figura 5: JOCf – Década de 60.
- Figura 6: JOCm – Década de 60.
- Figura 7: Encontro da JOC em Volta Redonda – 1968
- Figura 8: Tiras com propaganda do voto nulo.
- Figura 9: Edir Inácio da Silva, no 1º BIB.
- Figura 10: Pe. Natanael no 1º BIB.

LISTA DE SIGLAS

AC – Ação Católica
ACB – Ação Católica Brasileira
ACO – Ação Católica Operária
AI- 5 - Ato Institucional número 5
Aliança Nacional Libertadora (ANL)
ALN - Aliança Libertadora Nacional
Ato Institucional nº 5 – AI-5
BIB – Batalhão de Infantaria Blindada
BNM - Brasil Nunca Mais
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CEV-RIO – Comissão Estadual da Verdade – Rio de Janeiro
CMV-VR – Comissão da Verdade de Volta Redonda
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV – Comissão Nacional da Verdade.
Comandos de Libertação Nacional (COLINA)
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
ETPC - Escola Técnica Pandiá Calógenas
F.O - Frente Operária
Ibrades - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
JAC - Juventude Agrária Católica
JEC - Juventude Estudantil Católica
JIC – Juventude Integrada Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JOCf - Juventude Operária Católica Feminina
JOCm - Juventude Operária Católica Masculina
JUC - Juventude Universitária Católica
Judica - Juventude Diocesana Católica
IPM - Inquérito Policial Militar
LSN - Lei de Segurança Nacional
OCML-PO - Organização de Combate Marxista Leninista
OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade
ORM-POLOP - Organização Revolucionária Marxista – política Operária
PC - Partido Comunista
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
POC - Partido Operário Comunista
POLOP - Política Operária
SMVR - Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda
TL - Teologia da Libertação
UJP - União da Juventude Patriótica
URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
VAR -Vanguarda Armada Revolucionária
VAR-Palmares- Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1. CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA JOC E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL.....	21
1.1 - Cardijn e a criação da Juventude Operária Católica.....	21
1.2. O desenvolvimento histórico da Juventude Operária Católica no Brasil	28
1.2.1. A Juventude Operária Católica no Brasil	28
1.2.2. A trajetória da JOC brasileira.....	31
1.2.2.1. Fase de divulgação e recrutamento (1948-1958).....	32
1.2.2.2. Fase missionária (1959-1964)	33
1.2.2.3. Fase de ruptura com o Estado e desarticulação (1965-1970).....	34
1.3. O legado da Juventude Operária Católica no Brasil.....	40
CAPÍTULO 2 – A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA EM VOLTA REDONDA: TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIA (1962-1967)..	44
2.1. Volta Redonda: um palco de conflitos - Igreja, Exército e Sindicato.....	44
2.1.1. Um breve histórico da cidade de Volta Redonda.....	44
2.1.2. Os trabalhadores e a luta sindical em Volta Redonda (1954-1964).....	48
2.1.3. O papel do Exército na cidade operária.....	55
2.1.4. A Igreja de Volta Redonda e a luta por justiça social.....	58
2.2. Contexto de criação da JOC em Volta Redonda.....	68
2.2.1. Criação e estrutura da JOC de Volta Redonda.....	70
2.2.2. As transformações ocorridas na JOC após o golpe de 64 e a chegada de Dom Waldyr Calheiros à diocese de Volta Redonda.....	82
CAPÍTULO 3 – A JOC E OS GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS DE ESQUERDA EM VOLTA REDONDA (1968 -1971).....	94
3.1. O AI-5 e as organizações revolucionárias de esquerda no Brasil.....	94
3.1.1. A implantação do AI-5 e a estratégias de resistência a ditadura.....	94
3.1.2. As principais Organizações de Esquerda Revolucionárias no Brasil.....	99
3. 2. A Organização da Frente Operária em Volta Redonda.....	111
3. 3. A perseguição da Frente Operária e a experiência do cárcere.....	132
3.3.1. A prisão dos integrantes da Frente Operária.....	132
3.3.2. Os mecanismos de investigação e controle da imprensa adotados pelos militares em Volta Redonda.....	137
3.3.3. A experiência do cárcere dos integrantes da Frente Operária	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164
ANEXOS.....	175
Fotos dos integrantes da Frente Operária	176

INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado por profundas transformações na sociedade, principalmente no que se refere às questões relacionadas ao trabalho e ao capital. Neste processo se destacam as lutas libertárias do proletariado que, mediante uma consciência revolucionária, conseguiram despertar vários setores da sociedade a encontrarem soluções para os problemas provocados pelo processo de industrialização.

Neste contexto de lutas por melhores condições de trabalho, surgiu a Juventude Operária Católica (JOC), criada em 1925 por Joseph Cardijn, tinha como objetivo evitar a indiscriminada exploração dos trabalhadores e a missão de libertar os jovens trabalhadores e trabalhadoras através do exemplo da presença libertadora de Jesus no seio da classe operária. O movimento jocista consistia, portanto, em aliar o compromisso das lutas dos jovens trabalhadores à consciência cristã.

A JOC integrava a Ação Católica (AC), possuindo, no entanto, uma concepção religiosa distinta dos demais grupos católicos (Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Integrada Católica (JIC), Juventude Universitária Católica (JUC)), pois defendia a instrução da juventude trabalhadora para que esta vivesse uma vida mais plena e mais humana para que se posicionasse como uma classe social defensora do direito dos trabalhadores.

Cardijn acreditava que a juventude deveria ser conscientizada para que pudesse, através do conhecimento e consciência adquirida, agir de forma a solucionar seus problemas. Assim, toda ação do grupo deveria ser realizada pelos jovens trabalhadores. O fundador da JOC entendia que o jocista deveria ser um apóstolo no meio operário, tendo toda sua ação fundamentada no método "Ver, Julgar e Agir".

A expansão internacional do movimento, a partir de 1930, alcançou países de outros continentes. No Brasil, os primeiros grupos também foram criados nesta década, mas a oficialização da JOC só aconteceu em 1948 e, ao ser instalada no Brasil, a JOC passou a representar a tentativa de união dos jovens em torno de luta pela transformação operária, ou seja, a união da juventude trabalhadora em torno do movimento recém-criado constituiria uma força capaz de mudar a humilhante situação dos trabalhadores imposta pelos patrões. Os jocistas seriam testemunhas de Cristo nas fábricas, escritórios e repartições públicas.

Em 1962 a JOC, com o objetivo de levar a religião católica e buscar melhorias nas condições de vida dos trabalhadores da região, se organizou no município de Volta Redonda, onde uniu os trabalhadores e a Igreja Católica, aproximando-os em causa comum: a luta por

justiça social¹ e a retomada da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR)², inspirando futuras lutas sociais e outros modelos de organizações populares no município.

Este trabalho tem por objetivo compreender as relações entre a Juventude Operária Católica (JOC) e as Organizações Revolucionárias durante a Ditadura Civil-Militar, as suas formas de lutas e resistência ao Estado brasileiro em Volta Redonda entre os anos de 1962 a 1971. Alcançar o objetivo proposto requer um olhar aprofundado sobre a trajetória da JOC de Volta Redonda e, para tal, recorre-se à experiência e à memória de seus militantes. Considera-se essencial destacar os fatores que permitiram a criação do movimento e abordar as dificuldades encontradas pelos jocistas, assim como descrever as atividades sociais e sindicais desenvolvidas pelo grupo no município.

O grupo organizado atuava, em seus primeiros anos de militância, na luta por melhorias nas condições de serviço dentro da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com o intuito de levar um alto grau de conscientização política aos operários, prática que levou os militares, após o Golpe de 1964, a perseguir os jocistas e ao enfraquecimento momentâneo de suas atividades.

Em 1966, com a chegada do bispo Dom Waldyr Calheiros à cidade, o movimento voltou a se envolver com os problemas sindicais e sociais trazendo nova força e protagonismo ao grupo que, a partir de então, se reestruturou e, começando a sair da igreja e ganhar as comunidades, inspirado no método “Ver, Julgar e Agir” passou a ter maior participação nas questões sociais do município, A JOC se tornou mais dinâmica e aberta aos problemas dos trabalhadores, dando ênfase aos relacionados com as injustiças sociais promovidas pelo regime civil-militar.

A crescente participação do grupo em questões sociais no município e o apoio de um bispo progressista chamou a atenção de organizações clandestinas de esquerda³ (POLOP, POC VAR-Palmares, PCdoB e PCBR) que, deste modo, procuraram a JOC para realizar atividades em conjunto contra a Ditadura – nascendo assim a “Frente Operária” (F.O) no ano

¹ A justiça social significava uma forma de se ter uma sociedade mais igualitária, em que os direitos humanos e a democracia fossem respeitados. Entretanto, no Brasil, com o regime militar atuando contra a subversão, que na época tinha uma definição muito ampla, qualquer ação que ameaçasse o governo ou criticasse o regime, como organizações camponesas, movimentos estudantis e canções de protesto, passou a ser perseguida.

² Com a implantação do Golpe Civil-Militar, o SMVR foi invadido e sua direção substituída por interventores do Estado, um dos objetivos dos militantes da JOC e dos sindicalistas da cidade, era a reconquistar a direção do sindicato dos militares.

³ Neste trabalho, utilizaremos o termo “esquerda”, segundo a definição de Norberto Bobbio, no sentido de igualitária e coletivista, que tem como principal objetivo a diminuição das desigualdades sociais e a extinção da propriedade privada. (BOBBIO, 1995). O termo também serve para designar, de forma sintética, as forças políticas críticas da ordem capitalista estabelecida, identificadas com as lutas dos trabalhadores pela transformação social. O que muito se aproxima do conceito de Gorender (1987), que entende a esquerda como um movimento de ideias em benefício das classes oprimidas e exploradas.

de 1970, um grupo de cujo objetivo principal era a criação de um movimento de massa operário contra a ditadura civil-militar.

O grupo representou uma de resistência ao Estado Brasileiro, que os consideravam como subversivos – fato que levou a uma grande repressão por parte dos militares, acarretando na prisão e torturas de vários militantes do grupo e na desarticulação da JOC na cidade nos anos 1970.

O processo de prisão e cárcere dos integrantes da Frente Operária também será objeto de análise desse trabalho, como também; os mecanismos utilizados pelo Exército para reprimi-los; a vivência cotidiana no 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa (BIB) e a recuperação da memória das experiências vividas na prisão pelas principais lideranças do movimento.

Para entender a dinâmica do movimento jocista, trabalhamos com três hipóteses. A primeira consiste na ideia de que a Juventude Operária Católica foi criada no município de Volta Redonda com o objetivo de levar os princípios religiosos aos trabalhadores da região. Uma cidade com grande importância estratégica para o Brasil, pois encarnava simbolicamente o ideal desenvolvimentista do país e devido a grande concentração de operários. A região se tornou um polo de atração de movimentos sindicais e evangelização da Igreja Católica.

Após curta trajetória, o grupo destacou-se por conseguir reunir e formar militantes conscientes da importância da luta pela melhoria da qualidade de vida do jovem trabalhador. O trabalho da JOC era inspirado na metodologia “Ver, Julgar e Agir”. A atuação dos jocistas acontecia, principalmente, no seio do movimento sindical, onde lutavam por justiça social, prática que os levou a serem perseguidos pelo Exército após o Golpe Militar de 1964.

A segunda hipótese está relacionada à implantação do Ato Institucional nº5, em 1968, acontecimento que levou várias organizações de esquerda a darem início ao movimento de resistência contra a Ditadura Civil-Militar instaurada no Brasil. Em Volta Redonda, a Juventude Operária Católica, devido a sua intensa atividade em movimentos sindicais e populares, foi procurada por algumas dessas organizações que buscavam encontrar na JOC apoio na luta contra o regime instaurado no Brasil.

A terceira e última hipótese está vinculada à união da JOC com alguns grupos da esquerda revolucionária, culminando no surgimento da Frente Operária, que tinha como objetivo a criação de um movimento unificado contra a Ditadura. O posicionamento e ação propostos pela F.O. eram contrários à política do Estado brasileiro, o que levou à

prisão de vários integrantes do grupo, que passaram por experiências traumáticas, como a tortura, durante o período que estiveram presos no 1º BIB de Barra Mansa.

Em nosso trabalho, utilizamos as fontes orais em constante diálogo com a documentação escrita, o que, segundo Alessandro Portelli (1997) complementam-se mutuamente, cada uma na sua particularidade e função específica. E no caso dessa pesquisa, a História Oral⁴⁴ tem sido muito importante na reconstrução histórica e da memória da JOC de Volta Redonda. Isso porque não encontramos material escrito que pudesse ser suporte teórico para descrever a trajetória da JOC em sua trajetória inicial, pois durante o período de repressão, grande parte da documentação pertencentes a trabalhadores ou órgãos oficiais foi apreendida pela ação do Estado ou destruída pelos próprios militantes.

Alguns militantes entrevistados revelam que tiveram a casa invadida e vários documentos apreendidos pelos militares ou destruídos pelos próprios familiares que tinham medo de represálias dos agentes do Estado.

Eles (militares) pegaram alguns documentos, e muitos deles, muitos, as nossas mães para nos proteger, rasgou. Mas nós conseguimos através de alguns amigos, fazer alguns resgates e resgatamos algumas fotos. (Edir Inácio de Souza, entrevista cedido ao autor)

Foi verdade, eu mesmo queimei muito documento, muito documento, fotografia... queimamos tudo. Primeiro eu escondi, sabe onde, escondi dentro de uma sisterna, né. Tinha uma sisterna lá na casa de meu irmão que não tinha água, eu joguei tudo e ele pôs uns paus por cima, e ficou escondido lá, aí quando passou, eu tirei tudo... mas não guardei, nós ficamos com medo, porque, em alguns lugares, eles voltaram e apanharam tudo... então, pra evitar de esticar muito o assunto, destruir tudo... e se chegar alguém aqui, não tem, não tem, não tem. (Arly Amorim. Entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2019)

A metodologia da história oral, diante desse cenário, contribui para “preencher lacunas” deixadas pelas fontes escritas, buscando obter dados informativos e factuais da trajetória da JOC no município, assim como as suas memórias e experiências. Trazendo novas perspectivas a historiografia, permitindo que o pesquisador possa utilizar da memória humana e sua capacidade de lembrar o passado enquanto testenhunho da história. Além disso, a História Oral pode dar voz aos sujeitos excluídos da história oficial e inserí-los dentro dela.

Através dos relatos de ex-militantes da JOC e da Frente Operária foi possível compreender os fatores que levaram ao surgimento do grupo em Volta Redonda, sua forma de

⁴⁴ Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, a História Oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um registro da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida. (DELGADO, 2010, p. 15-16)

atuação no município, a situação do grupo antes e após o golpe de 1964, a formação da Frente Operária e a experiência durante o período de cárcere.

Realizaram-se entrevistas com ex-militantes da JOC e da Frente Operária, além de utilizar dos depoimentos dos Testemunhos da Verdade, realizado pela Comissão Municipal da Verdade Volta Redonda (CMV-VR). Testemunhos prestados por pessoas que, diretamente ou indiretamente, foram atingidas pelas graves violações dos Direitos Humanos na cidade. Analisaram-se, nessas gravações, as estratégias de luta e resistência adotadas pelos grupos católicos e organizações clandestinas na cidade.

Junto às entrevistas, foram pesquisados documentos do *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro* (APERJ), documentos do Arquivo Nacional e do Arquivo Brasil Nunca Mais, como também do arquivo do Centro de Memória do Sul Fluminense (CEMESF/UFF). A utilização destas fontes permitiu confrontar e complementar as informações obtidas nas entrevistas e depoimentos da Comissão da Verdade, além de entender o grau de preocupação que o governo militar tinha em relação a esses movimentos e que tipo de tratamento foi dado a seus militantes.

Outra importante fonte de consulta foi o arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda. Nele, tivemos acesso a cinco pastas que reúnem um rico material, desde artigos de jornais, cartas de ex-militantes da JOC, cartas enviadas pelo bispo às autoridades militares, à diretoria da CSN e, sobretudo, às autoridades eclesiais, além de dossiês, boletins da Cúria Diocesana, entre outros. Através de sua análise, é possível reconstituir o conflito e a relação de forças entre os militares e a Igreja Católica, ajudando a compreender alguns fatores que levaram a Igreja de Volta Redonda a se envolver na luta contra a CSN e as arbitrariedades dos militares.

As análises de tal conjunto de fontes se deram em diálogo frequente com autores que estudam a temática analisada nesse trabalho, entre eles podemos destacar MURARO (1983; 1985); FABIAM (1988); MAINWARING (1985); ESTEVEZ (2008); RIDENTI (2010), SALES (2005), SOARES (2019), THOMPSON (1987), dentre outros.

Francisco Muraro foi um dos principais autores pesquisados. Seu trabalho investiga a trajetória da Juventude Operária Católica no Brasil e destaca as três fases pelas quais o movimento passou: Fase de divulgação e recrutamento (1948-1958), Fase missionária (1959-1964) e Fase de ruptura com o Estado e desarticulação (1965-1970). Uma divisão que é de suma importância para entender como foi sua forma de atuação na sociedade brasileira. A JOC, para o autor, teve participação fundamental na transformação interna da

Igreja, contribuindo para uma maior aproximação desta com as classes mais desfavorecidas, possibilitando o contato do clero com os trabalhadores e seus problemas, conduzindo a uma reflexão sobre a pastoral praticada pela Igreja da época, fazendo-o repensar o conceito de “povo” e suas atitudes pastorais. Além disso, enfatiza que o movimento jocista foi muito mais que uma “utopia”, um sonho delirante e fantástico, que encheu de esperanças milhares de militantes, mas uma possibilidade real de transformação dos jovens em busca de melhores condições de vida e, apesar do jocismo não conseguir “salvar a classe operária”, não se pode negar sua importância religiosa e social na organização dos leigos católicos.

Scott Mainwaring , assim como Muraro, fez um mapeamento da trajetória da JOC no Brasil, destacando as várias etapas do movimento entre o período de 1947 a 1970, enfatizando a postura da JOC que, inicialmente, possuía uma concepção de fé individualista e relativamente tradicional ao pensar que poderia resolver todos os problemas através de soluções religiosas; mas no início dos anos de 1960, passa por um processo de radicalização política e aproxima-se das ideias marxistas, começando a criticar o capitalismo, responsabilizando-o pelos problemas dos trabalhadores.

Essa atitude tornou a JOC um dos principais alvos da repressão dos militares, desmantelando o movimento em todo o Brasil. O autor atribui a forte repressão aos jocistas à falta de apoio da hierarquia católica e crise interna causada pela radicalização de alguns membros, o que permitiu sua desestruturação. Evidencia, também, que o jocismo teve uma importância muito grande para a Igreja, pois desenvolveu uma nova concepção de fé, partindo de um compromisso com a luta popular e práticas pedagógicas que inspiraram outros movimentos católicos e, além disso, ele conseguiu inverter seu significado histórico pois tinha surgido como uma forma de levar a Igreja à classe operária, mas, no entanto, ajudou a Igreja a compreender a classe operária, contribuindo para a formação de uma Igreja popular.

Outro estudioso da JOC analisado foi Roberto Fabian, que em sua dissertação também descreve a trajetória do grupo no país, mais enfatiza principalmente as mudanças do comportamento dos militantes, e seu processo de radicalização durante a década de 60. Para o autor, o jocismo elaborou uma concepção de mundo e de homem que contesta a ideologia hegemônica da Igreja Católica e subvertem a sociedade. Além de evidenciar a luta de classe, apontando para necessidade da superação da sociedade capitalista. Fato que acarretou numa violenta perseguição ao movimento pelos militares.

O estudo de Alejandra Estevez trabalha em uma perspectiva semelhante aos trabalhos anteriores. A autora analisa a trajetória da JOC e da Ação Católica Operária (ACO), dois

movimentos que surgiram da necessidade, por parte da Igreja, de recristianização da sociedade brasileira em meados do século XX. A JOC, nascida no discurso de harmonia de classe, buscando atrair a classe operária e contribuir para a manutenção da “ordem social”. A organização, durante sua trajetória, passou por diferentes momentos: o primeiro foi voltado para a evangelização pedagógica e conscientizadora, preocupando-se com o crescimento do movimento; já o segundo, após o Golpe de 64, estreitou relações com a esquerda brasileira e assumiu uma postura de oposição ao governo militar.

Para Estevez, essas transformações ocorreram, inicialmente, de forma mais espontânea, não intencional, fruto das experiências vivenciadas pela modernização do mundo do trabalho e de um ambiente propício a novas ideias, apesar das diretrizes oriundas da hierarquia católica, através da Ação Católica. Neste contexto de radicalização política, surge a ACO, oriunda de ex-militantes jocistas, tendo uma participação mais engajada no sindicato, na política e no meio operário. Segundo a autora, esses dois movimentos, apesar de terem um objetivo inicial de manter a “ordem das coisas”, vão se transformando através do contato com outras correntes políticas e ideológicas presentes nos sindicatos e, gradualmente, formularam uma crítica à sociedade capitalista.

Para entender a formação da Frente Operária em Volta Redonda, dois trabalhos foram essenciais: o Relatório da Comissão da Verdade de Volta Redonda (CMV-VR), documento que trata dos principais casos de violação dos direitos humanos realizados na Cidade do Aço por parte dos militares entre os anos de 1964 e 1989. O trabalho da CMV-VR foi muito importante, pois reconstruiu a memória do movimento jocista e da Frente Operária na cidade e sua forma de atuação, fatos que eram desconhecidos por grande parte da população, até mesmo por pesquisadores do tema.

O outro trabalho é a tese de doutorado de Paulo Célio Soares (2019), que trata sobre as relações estabelecidas entre a Igreja Católica, grupos de políticos das esquerdas e militares na cidade de Volta Redonda entre 1967 e 1979. Em um dos capítulos, é realizada uma análise da Frente Operária, descrevendo a forma de atuação, proposta e caminhos percorridos pelo grupo desde sua formação até o período que ficaram detidos no 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) de Barra Mansa.

Com relação às organizações revolucionárias de esquerda buscou-se retratar somente os fatores que levaram esses grupos a atuar contra a ditadura e, também, as principais formas de resistência adotadas por elas; além de destacar as organizações que atuaram no município de Volta Redonda e suas estratégias de resistência. Os principais trabalhos pesquisado sobre

essa temática foram: GORENDER (1987); REIS (1985, 1990); RIDENTE (2010, 2014, 2004); SALES (2005, 2007, 2015, 2016)

O conceito de experiência de Thompson será muito importante para uma compreensão mais plena das experiências vividas pelos membros da Frente Operária em Volta Redonda, um movimento que surgiu como resistência às péssimas condições de trabalho dos operários da cidade, à intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos e às violações praticadas pelos militares na cidade. Essa experiência de lutas e resistência dos trabalhadores criou uma consciência de classe, através de uma mentalidade de confrontação e resistência em um processo de construção de identidade coletiva.

Segundo Edward Palmer Thompson (1987), essa consciência de classe é materializada em decorrência da luta de classes e ocorre quando um grupo distinto se unem para defender seus interesses em relação a outro grupo de interesses contrários.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (Thompson, 1987, p.9)

No caso da Frente Operária, esses jovens, oriundos de diversos grupos, unem-se contra o inimigo em comum - a Ditadura Civil-Militar - que retirava direito dos trabalhadores, prendia e torturava militantes contrários às suas ideias. Esses militantes vão se aglutinar em torno de interesses comuns (melhores condições de emprego, a retomada do sindicato e justiça social), e realizar um movimento de massa contra a regime implantado no país, o que fez surgir uma consciência de classe entre esses militantes..

Este estudo, para o melhor desenvolvimento das questões relativas à temática e aos objetivos delimitados, apresenta-se dividido em três capítulos: O primeiro tem por objetivo compreender a criação e expansão da Juventude Operária Católica e, a partir do ideal proposto por Joseph Cardijn, analisar os fatores históricos que levaram à introdução da JOC no Brasil e abordar sua trajetória, destacando os fatores que levaram à sua radicalização e desarticulação e seu legado para a sociedade brasileira.

O segundo capítulo contextualiza os diferentes grupos. Analisamos os fatores que levaram à formação da JOC no município de Volta Redonda e sua trajetória, de 1962 até 1967; nele também se pretende entender as mudanças ocorridas no movimento a partir da chegada do bispo Dom Waldyr Calheiros à cidade, além de sua forma de atuação junto ao movimento jocista. Destaca-se, assim, o modo e cenário de criação do grupo, seus primeiros

integrantes, sua estrutura organizacional, a diferença entre a JOC masculina e JOC feminina e a forma de atuação no município.

E, por fim, no terceiro capítulo, há um breve histórico das organizações de esquerda revolucionárias que atuaram no Brasil, destacando os motivos que os levaram a iniciar um movimento de resistência contra o governo. Analisa-se, logo depois, os fatores que levaram algumas organizações a procurarem a JOC como um canal de interlocução e ação conjunta contra a Ditadura Civil-Militar, identificar quais grupos estavam atuando no município e, também, o reconhecimento dos mecanismos de repressão adotados pelos militares contra a Frente Operária, assim como recuperar as experiências de cárcere das principais lideranças dessas organizações.

CAPÍTULO 1: CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA JOC E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL

1.1 - Cardijn e a criação da Juventude Operária Católica

Todo jovem operário, toda jovem operária tem um destino e uma missão divina; não depois da morte, mas desde hoje, na sua vida concreta e de cada dia, na qual é o primeiro imediato apóstolo de Deus, no seu meio, entre seus colegas. (CARDIJN, 1967, p. 06)

A Juventude Operária Católica foi um movimento criado com o intuito de aproximar a Igreja Católica⁵ da classe operária, que se encontrava cada vez mais distante da religião e, muitas vezes, afastando-se da Igreja e das práticas religiosas, aproximava-se de outras ideologias e crenças como o liberalismo, ateísmo, o marxismo e o comunismo, e ao buscar respostas para seus problemas, transformavam-se, em alguns casos, em inimigos do catolicismo.

O movimento tinha na busca pela união dos jovens trabalhadores em prol da transformação das condições de vida um de seus objetivos e, para isso, a formação dos militantes envolvia o desenvolvimento da capacidade de descobrir as dificuldades dos operários em seu ambiente de trabalho e incentivá-los a lutar por melhorias nesses locais.

A JOC, de acordo com MURARO (1985), teve um importante papel, junto aos governantes da época, na obtenção de dispositivos reguladores de relações socioeconômicas que pudessem diminuir os problemas enfrentados pela classe trabalhadora. O movimento jocista, além disso, promoveu a aproximação da Igreja com os trabalhadores ajudando-a a compreender melhor as necessidades e os valores dos trabalhadores e, também, a fomentar o desenvolvimento de práticas pastorais que atendessem aos operários.

O movimento jocista se apresentou como uma força capaz de transformar para melhor o mundo operário da época, como um elemento impulsionador de inovações, de descobertas e até mesmo de revoluções. A JOC não representou apenas um sonho e uma esperança abstrata, mas significou uma possibilidade que se constituía nas fendas propostas pela transformação econômica brasileira. (MURARO, 1985, p. 12)

A união da juventude operária em torno da JOC representaria uma força capaz de mudar a difícil situação dos trabalhadores, imposta pelos patrões, em quase todos os países do mundo. A JOC foi criada na Bélgica, em 1925⁶, tendo como idealizador Joseph Cardijn que,

⁵ O termo Igreja Católica será utilizado neste trabalho com a denominação Igreja Católica ou simplesmente Igreja.

⁶ Existem divergências em relação à data da criação da JOC. Scott Mainwaring, (1989) e Valmir Francisco Muraro (1985) afirmam que Joseph Cardijn teria criado a JOC no ano de 1923; de acordo com Muraro, a JOC foi fundada em 1923 em um

pertencente a uma família de classe operária, ainda jovem, interessou-se pela vida eclesiástica. Cardijn, criado em uma cidade industrializada, conheceu de perto a situação dos trabalhadores: baixos salários, longas jornadas e trabalho em áreas insalubres. Na adolescência, lhe chamou atenção o afastamento da Igreja por parte de muitos de seus colegas assim que começavam a trabalhar – alguns, inclusive, declaravam ter perdido a fé.

O jovem padre percebeu que a Igreja Católica estava perdendo sua influência junto à juventude trabalhadora que, ao entrar no mercado de trabalho, passava a entender o clero como aliado das elites dominantes, o que os levava a um desinteresse pela religião que já não mais respondia às suas necessidades. Joseph Cardijn, então, preocupado com este cenário e certo de que poderia mudá-lo, resolveu dedicar sua vida à causa da juventude trabalhadora.

Dificuldades econômicas levavam muitas famílias belgas, naqueles dias, a colocar os filhos muito cedo no mercado de trabalho. Na fábrica, as ideias marxistas eram então mais atraentes que as pregações católicas, onde o apostolado estava mais voltado para as elites econômicas. Estes fatos levavam os jovens a um desinteresse pela religião, pois não respondiam às suas necessidades. Diante desta situação surgiu a ideia de organizar um movimento religioso que pudesse reconquistar os jovens para o Catolicismo. (MURARO, 1983, p. 19)

Essa realidade inspirou o padre Cardijn a idealizar um movimento que tivesse como objetivo a reconquista destes jovens trabalhadores para o catolicismo. A juventude operária, entretanto, não deveria ser apenas fruto dessa conscientização, mas sim, responsável por esse processo, transformando-se em agente na resolução de seus problemas, condenando toda forma de paternalismo e assistencialismo.

Todo o planejamento de ações, na visão e entendimento de Cardijn, deveria ser proposto e executado pelos trabalhadores; ao clero caberia ajudar na organização do movimento. O jocismo, inicialmente, não foi bem visto pela hierarquia eclesiástica que não concordava com um movimento autônomo. Segundo MATTOS (2008), isso ocorreu, pois parte do clero não se preocupava com os problemas sociais - muitos eram os bispos que consideravam a JOC como uma versão comunista da atividade cristã católica.

O sucesso inicial da implantação da JOC, apesar da desconfiança do clero, chamou a atenção do Papa Pio XI, que oficializou o movimento, incorporando-a à Ação Católica.

Entretanto, para melhor compreender a incorporação do movimento jocista à Ação Católica, é importante destacar que a JOC não foi o primeiro grupo católico que atuou junto

congresso de sacerdotes belgas que conseguiu, pouco tempo após o apoio do Papa, oficializar o movimento. Roberto Fabiani (1988) e Albert Hari (2000), defendem que a JOC foi criada no ano de 1925. Para Fabiani, a JOC teria seu nascimento oficial no dia 14 de abril de 1925, no primeiro congresso oficial da Juventude Operária Católica. Já HARI, em um livro que relata os 75 anos de sua criação, também considera 1925 como ano de criação do movimento.

aos trabalhadores na luta por justiça social - o jocismo pode ser enquadrado em um segundo momento da Ação Católica⁷. AMARAL (2018), desde o século XIX, existia um forte movimento de operários cristãos que, assim como o comunismo e o anarquismo, reagiam contra o capitalismo, passando a defender a questão social⁸ da Igreja e a necessidade de organização dos trabalhadores frente ao sistema capitalista.

A Igreja, diante desse contexto de lutas sociais, ainda no século XIX, elaborou uma Doutrina Social, que passou a questionar os males do capitalismo. Em 1891, publicou a encíclica *Rerum Novarum*, como uma resposta ao avanço do liberalismo e colocando-se radicalmente contra os dois movimentos modernos surgidos neste período: o liberalismo e o comunismo.

A instituição religiosa passou, então, a criticar esses dois sistemas econômicos e buscou uma "Terceira Via"⁹ – a solução cristã – que propunha a conciliação entre o capital e o trabalho, estabelecendo deveres aos operários e patrões. Exigindo dos empresários o respeito pelos trabalhadores, afirmando que estes eram dignos de receber uma remuneração justa, que lhes possibilitasse adquirir bens para o seu sustento.

Mas, entre os deveres principais do patrão, é necessário colocar, em primeiro lugar, o de dar a cada um o salário que convém. Certamente, para fixar a justa medida do salário, há numerosos pontos de vista a considerar. Duma maneira geral, recordem-se o rico e o patrão de que explorar a pobreza e a miséria e especular com a indigência, são coisas igualmente reprovadas pelas leis divinas e humanas; que cometeria um crime de clamar vingança ao céu quem defraudasse a qualquer no preço dos seus labores. (Papa Leão XIII. Encíclica *Rerum Novarum*, p. 09)

A encíclica, além da conciliação entre o capital e o trabalho, destacava a importância do Estado nesse contexto, o de garantir a função da propriedade privada e o papel distributivo

⁷A JOC não foi o primeiro movimento de cristãos que lutaram por justiça social. Segundo Deivison Amaral (2008), desde o século XIX, existiam várias organizações de trabalhadores católicos na Alemanha, França, Bélgica e Itália. Esses grupos tinham pautas por comum: o antissocialismo; a convicção em defender o associativismo dos trabalhadores; a defesa dos valores e tradições culturais da família e da propriedade.

⁸ De acordo com AMARAL (2008), o termo "questão social", embora não tenha sido originalmente exclusivo dos pensadores cristãos, passou a ser utilizado por estes de forma sistemática, por tratar especificamente da forma cristã de enfrentar as mazelas sociais causadas pelo sistema capitalista. E, depois da publicação das encíclicas papais com críticas ao liberalismo e ao capitalismo industrial, ganhou ainda maior vinculação a esse grupo.

⁹ Tanto a Democracia Cristã como a Ação Católica geral se inscrevem dentro do projeto de uma nova-cristandade, a ser implementada por uma terceira via. Entretanto, diferente da Democracia Cristã, que se propunha à recristianização da sociedade através de meios políticos, a Ação Católica geral se define como um movimento especificamente religioso, com uma ação circunscrita ao âmbito eclesial. A terceira via da Ação Católica, em geral, caracteriza-se por uma dupla rejeição: por um lado restringir-se a um mero discurso ou uma ação espiritualista desencarnada e, por outro, de ser submissa às exigências e aos limites das normas políticas e sociais ditadas pela Igreja, instaurando com isso uma nova relação entre o "religioso" e o "político". A pedagogia da Ação Católica traduz esta perspectiva, na medida em que ela opera uma distinção, implícita, mas clara, entre os valores cristãos, que servem para julgar a realidade e a ação social e política propriamente dita. Trata-se de recristianizar a sociedade, mas, ao mesmo tempo, de levar os jovens a se interessarem pelas questões sociais e políticas, sem, no entanto, constituírem-se em um movimento político. É pelo engajamento individual de seus membros, pela exigência da ação pessoal dos cristãos na vida social, que o movimento buscará exercer sua missão. (BRIGHENTI, s/d. p. 6-7)

visando o bem estar de todos. Segundo AMARAL (2018), com a publicação da *Rerum Novarum*, foi criado um modelo normativo e comportamental para difundir entre seus fiéis uma organização de sociedade que naturalizasse a divisão social entre as classes, que deveriam relacionar-se em harmonia e ao Estado caberia agir quando necessário para nivelar as tensões entre as classes.

A adoção desse modelo representou uma crítica ao liberalismo, ao mesmo tempo em que refutava a adoção de ações revolucionárias contra a ordem social estabelecida, permitindo que a Igreja iniciasse um processo de formação de leigos ativistas e incentivou à criação de associações de trabalhadores em moldes de corporação, representando um marco na luta por melhores condições de trabalho e vida. Esse movimento de trabalhadores teve continuidade no século XX, influenciando na criação da Ação Católica pelo Papa Pio XI, durante a década de 1920, atrelando diretamente os movimentos católicos à hierarquia da Igreja. (AMARAL, 2008)

Pio XI (1922-1939) vai ser o promotor da AC no mundo inteiro, buscando organizar dentro da Igreja um único movimento hierarquizado com o foco na ação dos leigos¹⁰ e, também, visando tornar essa atuação uma extensão da ação do clero. O leigo, assim, ocuparia um novo papel na instituição, tornando-se um agente motivador do processo de evangelização.

A Ação Católica centralizava seu foco na ação dos leigos e, assim, um de seus objetivos era torná-los uma extensão da ação do clero, transformando leigos em verdadeiros apóstolos transmissores dos valores da Igreja, parte do corpo eclesial, tornando-se um motivador do processo de evangelização e não um mero receptor. (SOFIATI, 2012)

Portanto, segundo SENA (2000), a AC vai surgir em meio às convulsões sociais do século XIX e início do século XX, com choques, contrachocos, surtos revolucionários e restaurações que marcaram as conquistas liberais, da democracia social e do socialismo. A Igreja passou a desconfiar desses movimentos históricos - nascidos fora dela - e foram muitas as vezes que se posicionou contra, fazendo surgir dois blocos de oposição: Igreja e Mundo Moderno, que se enfrentavam sem ver o que havia de positivo no campo que consideravam ser seu adversário. Vale ressaltar que, nesse confronto, a Igreja ocupava uma posição, frequentemente, defensiva.

No entanto, para Sena, a partir do aparecimento do fascismo na Itália e da

¹⁰O termo “leigo” compreende todos os membros da Igreja que não fazem parte do “clero”, ou seja, não desenvolvem nela funções especiais, configurando-se como receptores dos conteúdos transmitidos pelos sacerdotes. São os destinatários da revelação proferida por aqueles que receberam os sacramentos das ordens sagradas.

consolidação do Estado Soviético foram renovadas as cristações e provocaram reações na Igreja semelhantes a do fim século XIX, fazendo com que a AC de Pio XI saísse do clima de defesa para o apostolado propriamente dito. Passando a encorajar e impulsionar seus membros frente aos novos desafios da Igreja.

Para MAIA e SALES (2018), o Papa XI, ao criar a AC, tinha a “recristianização” do mundo como principal proposta do movimento, tornando o leigo um representante da hierarquia onde ela não se fazia presente. Os padres e bispos passariam a contar com a colaboração dos leigos, que atuariam como suplentes dessa hierarquia, contudo, a subordinação à hierarquia e aos dogmas católicos deveriam ser a perspectiva dominante para a atuação dos leigos.

Uma das ações do pontífice para concretizar seu objetivo foi a incorporação da Juventude Operária Católica como parte da AC, tornando-a um grupo da Ação Católica Especializada (ACE). O Papa Pio XI viu na JOC uma forma de reconquistar a classe trabalhadora, pois acreditava que este movimento poderia ser a resposta à necessidade da Igreja de se aproximar da classe trabalhadora e reconquistar fiéis, como podemos ver em suas palavras:

Afinal: até que enfim ouço alguém que fala de massas, de salvar as massas. Todo mundo me fala das elites. O que precisamos é de uma elite nas massas, o fermento na pasta. O maior trabalho que você poderá fazer pela Igreja é reconquistar as massas que ela perdeu. (Papa Pio XI, In MURARO, 1983, p. 25)

Esse discurso do Papa representou a incorporação do movimento jocista à Igreja, o que permitiu sua estruturação e posterior difusão em inúmeros países. O representante da Igreja passou a reconhecer a importância do jocismo e, em outro momento, agradece à “[...] sagrada ambição da JOC de organizar, não só uma elite, mas o conjunto da classe trabalhadora”. (MATTOS, 2009, p.05)

O Vaticano, em 1925, oficializou a Juventude Operária Católica como sendo um movimento oficial da Igreja; em 1931, a consagrou na encíclica “Quadragesimo Anno”:

Além disto, apresentam-nos já sinais lisonjeiros de restauração social as mesmas fileiras dos operários, nas quais vemos com indizível gozo da alma poderosos núcleos de jovens, que escutam com docilidade as inspirações da graça divina e se empenham com zelo incrível em ganhar a Cristo a alma de seus irmãos. E não são menos dignos de elogio os dirigentes das organizações operárias que, esquecidos dos seus interesses e solícitos sobre tudo do bem dos companheiros, procuram harmonizar prudentemente as suas justas reclamações com a prosperidade de toda a indústria, nem por nenhuma dificuldade ou suspeitas se deixam demover de tão nobre procedimento. (Papa Pio XI. Encíclica Quadragesimo Anno, p. 35)

O apoio do Papa foi imprescindível, pois ao incorporar o movimento jocista à Igreja, garantiu sua difusão em inúmeros países onde a industrialização se fazia presente. Joseph Cardijn passou a se preocupar com a expansão do movimento, mas, para isso, afirmava que a classe operária deveria entender os problemas da juventude, pois a cada ano milhões de jovens deixavam a escola e ingressavam no mercado de trabalho, sem a orientação devida. Tendo mais responsabilidade em seus caminhos – trabalho, estudo, casamento – estes jovens eram expostos às dificuldades da vida e podiam, facilmente, ser conquistados pelos comunistas e socialistas, afastando-se definitivamente da Igreja. (FABIAN, 1988, p.13-14)

Cardijn, para obter êxito em seus objetivos de resgatar e recristianizar a classe operária, criou um método que visava atender a realidade social dos trabalhadores. De acordo com CASTELHANO (2007), este método é uma revisão de vida e está estruturado em três planos, que se apresentam em etapas gerais e específicas e devem ser respeitadas em sua ordem, para dessa maneira atingir melhor seu objetivo. Estes planos são:

Ver: é algo imprescindível para um perfeito Julgar. Indica o abrir os olhos e perceber os objectos e as realidades que estão à nossa frente, vendo a realidade como ela é, tornando-nos sujeitos desse objecto. O ver focaliza-se nas estruturas e nas pessoas envolvidas, procurando-se considerar as causas e as consequências de um facto, a fim de descobrir o que é que o acontecimento revela; Ver em profundidade as realidades que nos rodeiam com um olhar profundo e amplo como Jesus via, com um olhar que penetra, mas que não fere.

Julgar: é o ato pelo qual se avalia algo, é um juízo sobre uma qualidade que se atribui a alguém e que o qualifica. Em concreto, podemos dizer que o julgar vem depois do ver porque o clarifica, expressando o que se vê. Por outras palavras, o julgar indica a faculdade típica do ser humano, que é o único ser capaz de formular juízos de valor. Por esse motivo, o julgar supera as percepções sensoriais, elevando a objectividade da razão humana. Sendo um juízo, há-de conduzir à opção fundamental por Cristo, conduzindo ao compromisso em favor dos irmãos. A etapa do julgar, sendo a mais importante, é também a mais exigente. Assim sendo, vejamo-la a pormenor: o primeiro passo do julgar diz respeito ao campo dos sentidos espontâneos. Nele julgamos as nossas atitudes e os nossos sentimentos imediatos e mais naturais. A segunda etapa prende-se com a aferição dos valores humanos e dos valores divinos, presentes no acontecimento, aferindo as suas causas e as consequências. Neste passo, mediante a análise das causas, das consequências e dos valores humanos e cristãos que pautaram o acto entramos na fase do julgar. No terceiro momento, olhando ao íntimo do ser humano, aferindo as suas aspirações e os seus pecados, concluindo consequências destes, a pessoa que opera o exercício de revisão de vida é conduzida a reflectir profundamente sobre os aspectos da sua vida e da sua acção que necessitam de conversão e de mudança. Na quarta etapa, somos levados a partir da reflexão desenvolvida a nos consagrarmos totalmente em favor da verdade, abandonando aquilo que nos afasta do evangelho e procurando uma configuração cada vez mais perfeita com os ensinamentos do evangelho de Cristo Jesus .

Agir: este passo apresenta-se como uma conclusão lógica dos primeiros passos. Nele a análise da realidade operada no passo anterior, o Ver, em conjunto com o discernimento operado no passo do Julgar, feito a partir da reflexão teológica e bíblica, são orientados para a prática, ou seja, para a mudança de vida e conversão,

para responder às necessidades concretas das pessoas, tendo como grande fim a transformação da realidade. (CASTELHANO, 2017, p. 37-39)

O fundador da JOC buscou, através deste método, refletir a partir da realidade dos jovens trabalhadores para conseguir responder às suas reais necessidades. Cardijn, com isso, pretendia que os jocistas entendessem a necessidade de se conscientizar da realidade da idade, das condições de trabalho, da influência do ambiente, dos problemas a serem resolvidos – abandono, solidão, falta de experiência – incorporando esses ideais no seu cotidiano. (CASTELHANO, 2017, p. 36)

O método, em geral, buscava uma mudança de comportamento no jovem que, através da percepção e resolução dos problemas ao seu redor, poderia contribuir para a transformação do mundo. Para Cardijn, a JOC teria o objetivo de conquistar a massa trabalhadora, evangelizar a juventude e reconquistar o ambiente onde os trabalhadores trabalham e vivem.

A pedagogia do método expressava uma preocupação com a realidade social. Deste modo, os jocistas deveriam analisar os fatos concretos da vida cotidiana daquela juventude e, só então, agir em consonância com essa racionalização. Além desta metodologia, que permitia ao jocista uma visão realista da realidade social, ao mesmo tempo em que encontra soluções para seus problemas. Cardijn acreditava na importância do “Corpo Místico” da JOC, uma concepção ideológica católica, presente entre os jocistas que incentivava a evangelização de novos missionários nos locais de trabalho que, imbuídos da mística cristã, davam exemplos da vida religiosa através de suas atitudes. (FABIAN, 1988, p. 29)

Para Cardijn, a mística jocista é baseada na preocupação com o outro, devendo o jocista ser capaz de sacrificar a própria vida para realizar seu ideal de recristianizar o mundo, como é possível perceber em suas palavras:

La característica más fundamental de los inicios de la JOC fue aquella llamada absoluta y total para aquellas trabajadoras que debían formar a sus compañeras. Fue una época de muchas exigencias y compromisos apostólicos: dejar un buen puesto de trabajo para ir a trabajar a un taller, a un fábrica, para realizar un trabajo sucio, repugnante e infra-humano; aceptar compartir su almuerzo con las obreras en las cantinas de las fábricas de caucho o de seda artificial; ir a vivir a un ático o a un barrio de prostitución “yenda dorada” que nunca se escribió, explica el favor extraordinario creado por la JOC, la mística jocista. Creo que es la condición esencia para una verdadera revolución obrera. Sin ella, el aburguesamiento es casi una fatalidad y es tal vez el mayor peligro actual. Esta mística jocista, esta llamada a un apostolado total, es la única explicación de este poder tan extraordinario de la JOC. (Joseph Cardijn, In HARI, 2000, p.15)

Cardijn, fundamentado no método e na mística jocista, buscou, entre 1928 e 1939, expandir a JOC pela Europa, Ásia, África e América, época que ficou conhecida como

“Década gloriosa da JOC”, tendo o número de jocista aumentado de forma extraordinária, passando de 4.200, em 1928, para 90 mil, em 1938. O número de tiragem dos exemplares do boletim *Jeunesse Ouvrière* passou de três mil, em 1927, para 270 mil, em 1939 - fato que aumentou a autoestima dos militantes que passaram a manifestar o orgulho de ser operário, de ser um jocista (HARI, 2000, p.17).

Segundo HARI (2000), nesse período, a JOC alcançou novas fronteiras que se abriram por intermédio das relações eclesiais e coloniais de inúmeros missionários, sacerdotes, religiosos e estudantes que, tendo conhecido a JOC na Bélgica, ou em outro país, puderam introduzir o movimento em seus países de origem ou, ainda, onde se encontravam radicados.

O Congresso Internacional de 1935, em comemoração aos dez anos de criação do movimento, foi um grande marco desta expansão, onde a JOC foi elevada a um novo patamar e deu início a um período marcado pelo aprofundamento da metodologia e da formação de militantes de base. O Congresso consagrou o método e a pedagogia do “Ver, Julgar e Agir” que, de acordo com Cardijn, era uma forma enérgica e apaixonada de disseminar a alegria de seguir a Cristo e da importância de vivenciar o Evangelho na vida cotidiana. Após a realização do Congresso Internacional, a JOC entrou em fase de expansão e propagação da metodologia jocista que, sendo amplamente divulgada, fomentou o surgimento de grupos de operários cristãos por toda a Europa, América e outras partes do mundo. (CASTELHANO, 2017, p. 13-14)

1.2. O desenvolvimento histórico da Juventude Operária Católica no Brasil

1.2.1. A Juventude Operária Católica no Brasil

A Juventude Operária Católica (JOC) acredita na Juventude Trabalhadora do Brasil.– Reconhece seus valores e sua capacidade de doação, sua inteligência, sua vontade, sua sede de justiça; Confia na força transformadora de sua ação; Crê que os jovens trabalhadores(as) da cidade e do campo são a grande esperança na construção de um Brasil justo; Reconhece seu papel importante e insubstituível no processo de mudanças sociais que fazem necessárias e urgentes¹¹.

A Juventude Operária Católica foi um movimento que surgiu no Brasil, em meados da década de 1930, trazido por padres que conheceram o trabalho do Padre Joseph Cardijn na

¹¹ Manifesto da Juventude Operária Católica, secretariado Nacional da JOC – Rio de Janeiro. Revista Vozes, Ano 61, nº10, outubro de 1967.

Europa. O movimento, no entanto, só foi oficializado no ano de 1948, atraindo diversos trabalhadores que buscavam resolver os problemas que afligiam os operários nos locais de trabalho, como também discutir questões relacionadas à família e expectativas pessoais, baseados no Evangelho. (ZANANDREA, 2008, p.64)

A criação da JOC representou uma tentativa de união da juventude trabalhadora em prol das lutas de transformações da classe operária. Ainda segundo ZANANDREA (2008), a JOC era fundamentada por uma missão apostólica que buscava, através do método jocista, identificar os problemas e a responsabilidade de agir para diminuir os obstáculos que dificultavam o desenvolvimento humano e espiritual dos jovens trabalhadores.

A JOC no Brasil vai surgir como parte integrante da Ação Católica Brasileira (ACB). Segundo ESTEVEZ (2008), a ACB foi criada nos moldes do projeto teológico-político traçado por Roma, o modelo de Ação Católica é disseminado pelo mundo e chega ao Brasil em 1929. Mas somente em 1935, a organização foi oficializada por D. Sebastião Leme e obedecia ao modelo italiano de estruturação, baseado numa divisão por sexo e idade: Juventude Masculina, Juventude Feminina, Ação Católica Masculina, Ação Católica Feminina. Sua direção coube a Alceu Amoroso Lima que se encarregou de disseminá-la.

SOUZA (2006) afirma que o principal papel da ACB era a defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos católicos no campo da atuação política. A ACB incentivou a transmissão da doutrina católica pelos próprios operários aos seus colegas de trabalho, utilizando para isso o método “Ver, Julgar, Agir”, que era adaptado à mentalidade concreta do operário.

A Ação Católica, durante a segunda metade da década de 1940, vai se transformar em um instrumento que contribuiu para a participação dos leigos na vida política do país, principalmente pelo fato de levar a doutrina social da Igreja às diversas instituições como: escolas, universidades, fábricas, meios de comunicação e sindicatos, incentivando a criação de diversos movimentos sociais de inspiração cristã. (SOUZA, 2006)

A AC, neste período, contribuiu com a sociedade brasileira ao permitir que seus militantes atuassem nos diversos ambientes sociais, transformando-os em locais mais justos e democráticos através da mensagem cristã. Além disso, estimulou a participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja para a propagação e a atuação dos princípios católicos na vida pessoal, familiar e social.

E para que isso ocorresse, a AC passou a ser pensada em dois grandes grupos: a Ação Católica Geral (ACG) e a Ação Católica Especializada (ACE). A ACG reunia adultos de

ambos os sexos que se organizavam em departamentos específicos, cada um com o objetivo de uma ação determinada. Enquanto a ACE valorizava o protagonismo dos leigos, sendo um movimento estruturado, coordenado e organizado pelos próprios jovens - surgindo dessa forma, movimentos especializados como a Juventude Agrária Católica (JAC); Juventude Estudantil Católica (JEC); Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC).

A nova missão da Igreja, diante de tais problemas, era cristianizar a sociedade, conquistando novos espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais do espírito católico. Em outras palavras, a Igreja queria “conquistar” o mundo. A missão da Ação Católica era de “restituir a Nosso Senhor Jesus Cristo, o mundo moderno”, ganhar católicos e competir com outras religiões (MAINWARING, 2004).

A JOC nasceu inserida neste panorama histórico, da necessidade de recristianização da sociedade brasileira, inspirada no discurso de harmonia entre as classes sociais e com o objetivo de atrair a classe trabalhadora para seus ideais. O movimento também consistia na valorização do trabalhador, no aumento de sua autoestima e na busca de um discurso que o identificasse com a classe operária.

Segundo ALVES (1979), sua criação vai ser em boa hora, num período caracterizado pelo processo de urbanização e industrialização, fato que aumentou o número de trabalhadores nas cidades, permitindo o contato com novas ideias políticas que vão proporcionar uma consciência de classe entre os trabalhadores. É época em que o exercício da democracia liberal facilitava o debate político e a circulação de ideias; era também uma fase onde havia grande desenvolvimento econômico e industrial e explosão demográfica, o que levava a uma diversificação do mercado de trabalho, além da entrada de capitais estrangeiros. Esses fatores permitiram uma enorme agitação social nas cidades e no campo, permitindo que a juventude descobrisse a realidade brasileira e a sua própria situação nesse contexto. Os jovens passaram a ter conhecimento dos problemas gerais do desenvolvimento e do nacionalismo, como também dos demais problemas do Brasil.

A Juventude Operária Católica brasileira foi oficializada em 1948, quando seus militantes organizaram a Primeira Semana de Estudos Nacional da JOC – contando com a presença de Monsenhor Cardijn – e aproveitaram o momento para organizar a estrutura do movimento e eleger a primeira equipe nacional. Na ocasião, também foi divulgado o local da primeira sede nacional, na cidade do Rio de Janeiro.

SOARES (2002) afirma que, nesse mesmo congresso, ocorreu um estudo aprofundado da situação dos jovens trabalhadores nas diversas regiões brasileiras e que a partir dos resultados desses estudos foi preparado um documento para as autoridades e opinião pública em geral, no qual foram apresentadas as principais necessidades da juventude trabalhadora, tais como:

- No campo material

- um salário justo para todos (a trabalho igual, salário igual)
- um Serviço de Orientação Profissional
- fiscalização e higiene nos locais de trabalho
- construção de habitações populares
- liberdade sindical

- Quanto à situação moral, a necessidade de mudanças do meio de trabalho, no sentido de serem respeitados as condições humanas e a dignidade dos jovens trabalhadores.

- Às autoridade religiosas se pedia que reconhecessem a situação de abandono dos jovens trabalhadores e dessem o apoio necessário ao movimento jocista.
(SOARES, O. A et al., 2002, p. 81)

É possível notar que, neste documento, os jocistas assumiram, pela primeira vez, responsabilidade em relação aos problemas da classe trabalhadora, deixando claro para as autoridades a postura da organização em relação à participação ativa no desejo de reconstruir o país, eliminar a fome e as injustiças e alcançar a prosperidade da classe trabalhadora. A Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira, no entanto, repudiou o posicionamento da JOC e advertiu seus líderes sobre o conteúdo do documento divulgado, considerando-o equivocados, anticristão e, ainda, afirmando que os jocistas não deveriam entrar em questões tão polêmicas e, sim, difundir a doutrina social da Igreja, principalmente no meio dos ricos que a desconheciam (FABIAN, 1988).

A JOC, em linhas gerais, nasceu ligada à Ação Católica Brasileira, buscando incorporar o apostolado leigo na sociedade, conforme a proposta do Papa Pio XI. O movimento surgiu com uma dupla função: atrair novamente a classe operária para o interior da instituição e contribuir para a manutenção da “ordem” social (ESTEVEZ, 2008).

1.2.2. A trajetória da JOC brasileira

1.2.2.1. Fase de divulgação e recrutamento (1948-1958)

A oficialização do movimento abriu caminhos para seu desenvolvimento que passou, então, a organizar-se como um grupo da Ação Católica Brasileira. A JOC, em sua trajetória brasileira, vivenciou três fases: Divulgação e recrutamento (1948-1958), Missionária (1959-1964) e a da Ruptura com o Estado e desarticulação (1965-1970)¹².

Em sua primeira fase, o movimento foi marcado pela grande mobilização de seus membros, que pretendiam expandir e tornar a JOC conhecida em todo o país. Nesta época, foram realizados vários eventos religiosos com o objetivo de atrair novos adeptos, aproximando-os da Igreja. Os jocistas que em sua proposta diferenciada de atuação conseguiam se aproximar da realidade dos trabalhadores, começaram a questionar a condição da classe operária e a perceber que o sofrimento que passavam não era “a vontade de Deus” e, sim, fruto da ação do capital sobre o trabalho. Apesar dessa nova mentalidade e do envolvimento com as questões trabalhistas e sindicais, ainda predominava a preocupação com os problemas da juventude (família, relacionamentos com pais, namoro, casamento, paternidade e etc.) e o objetivo de despertar a consciência religiosa e a importância da família.

A JOC, nesta época, além dessas preocupações, começava a incentivar seus membros a se filiarem às suas entidades de classe, os sindicatos. MAINWARING (1985) relata que, em um documento de 1956, a organização abordava a necessidade dos jovens participarem dos movimentos populares como forma de reação aos problemas da classe trabalhadora. Nesse mesmo relatório, o movimento afirma que “[...] a JOC forma os jovens para serem, além de bons pais e mães de família, também líderes autênticos de organizações operárias”.¹³

O movimento, apesar do envolvimento com questões sindicais, como críticas às condições e jornada de trabalho, tinha um caráter anticomunista, não acreditava na “luta de classes” e recomendava a conciliação de interesses entre empregadores e empregados - posição que, segundo FABIAM (1988), era bem vista pelos patrões, pois a JOC exercia um papel de

¹² Esse modelo de sistematização é adotado como referência padrão para o entendimento da trajetória do movimento no Brasil, sendo adotada na maioria dos trabalhos acadêmicos que analisam o movimento. Ver por exemplo: MURARO (1983); MAINWARING (2004); ESTEVEZ (2008); SOARES (2002); SILVA (2009). Essa divisão das fases do movimento serve para evidenciar a transformação da JOC durante sua trajetória, que em um curto tempo transcorreu de um extremo político a outro. (MURARO, 1983, p.12). Além disso, nem todos os núcleos jocistas do país passaram por essas transformações, por exemplo, a JOC de Santa Catarina não passou pelo processo de radicalização (1965-1970), mantendo uma postura moderada e conservadora. (Silva, 2009. p. 151.)

¹³Relatório da Situação Atual da Juventude Trabalhadora e da JOC no Brasil. 1956. In MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil (1916/1985). São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 143.

disciplinadora da mão de obra, criando condições propícias à exploração dos operários, na educação dos jovens para a educação profissional e, também, na reivindicação do cumprimento da legislação, servindo de anteparo às ideias radicais e ideologias comunistas.

O período de formação e expansão da JOC foi marcado, em linhas gerais, pela por total harmonia entre a Juventude Operaria Católica, a Igreja e o Estado, o que pode ser comprovado pela que Lei nº 1.028, de 30 de dezembro de 1949, na qual onde o Presidente Eurico Gastar Dutra concedeu ajuda financeira para realização de um congresso jocista¹⁴.

A JOC, em suma, nesta primeira fase, seguia a mística da religião católica e seus membros deveriam expandir a religião. O movimento buscou manter suas características originais, a preocupação com os problemas morais dos religiosos, principalmente da juventude, por isso a ênfase na educação do senso de responsabilidade, da inteligência, da vocação, dos valores familiares, entre outros. Os jocistas, em outras palavras, se empenhavam em agir conforme os princípios da JOC, que era de melhorar a vida do jovem trabalhador, através de uma ação evangelizadora e formadora de uma consciência crítica, dentro dos ideais pedagógicos e evangelizadores da Igreja.

1.2.2.2. Fase Missionária (1959-1964)

A partir do final da década de 1950, a JOC iria sofrer transformações que distanciariam o movimento do objetivo de salvar a classe trabalhadora para Cristo”, aproximando-se dos problemas da classe operária. Segundo ESTEVEZ (2008), foi um período em que a JOC extrapolou os limites da paróquia e invadiu os bairros e fábricas. O movimento passou a se preocupar em minimizar os problemas dos jovens trabalhadores, não chegando a se caracterizar como um grupo reformista, muito menos revolucionário.

Neste período, a JOC passou a ter suas ações voltadas para os problemas dos trabalhadores, deixando de lado as questões da juventude, como namoro e casamento, passando a ter uma atuação no meio operário denunciando os problemas da classe trabalhadora.

Os grupos jocistas, a partir do início da década de 1960, alcançaram o espaço urbano, as fábricas, os sindicatos, os bairros, as oficinas e os clubes, tendo como alvo principal a

¹⁴ A LEI Nº 1.028, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1949, sancionada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra concedia o auxílio de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) destinado às despesas com a realização do Grande Congresso Nacional da Juventude Operária Católica, denominado Primeira Semana Nacional de Estudos da J. O. C., a realizar-se de 5 a 10 de outubro, na capital de São Paulo. LEI Nº 1.028, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1949. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-1028-30-dezembro-1949-362087-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 31/03/2019.

juventude abandonada - aumentando consideravelmente o número de leigos que começaram a atuar na militância jocista. Em linhas gerais, voltaram-se para os problemas sociais que envolviam os trabalhadores: educação; juventude; igreja; salários; sindicalismo; política e promoção operária; economia brasileira e a formação profissional. (MURARO, 1985, p. 51)

O ano de 1961 foi crucial para a mudança de postura, pois ocorreram vários eventos importantes: o I Congresso Nacional dos Jovens Trabalhadores; II Conselho Mundial da JOC, e o I Congresso Nacional de Jovens Empregadas Domésticas. (ESTEVEZ, 2008)

Em todos esses eventos, os jocistas vão assumir uma posição de denúncia contra as injustiças, esperando que as autoridades tomassem à frente nas reformas das estruturas sociais. Passaram, também, a advertir o governo que, se não fizesse as reformas de base, haveria uma revolução no Brasil, que poderia ser de cunho socialista, comunista ou cristã.

FABIAM (1988), relata que durante o I Congresso Nacional dos Jovens Trabalhadores, realizado em 1961, os militantes presentes, após longas discursões, declararam que “o Capitalismo nas suas consequências e pela falta de respeito ao homem é mal tão condenável quanto o Comunismo”. Segundo o autor, isso não significava, ainda, uma mudança de postura em relação ao capitalismo, ou seja, uma superação do capitalismo pelo socialismo, mas um alerta às autoridades, pois ambos os sistemas se equivalem pelas consequências que acarretam. Os jocistas acreditavam nas reformas de base e, na conclusão desse manifesto, fizeram um apelo às autoridades competentes, “sobre as quais repousam nossas esperanças”, para que olhassem para os menos favorecidos.

Para MURARO (1985), esse período ficou conhecido como fase da “esperança”, ou “ambiental”, quando a pastoral jocista mantinha esforços no caminho da cristianização dos locais de trabalho (fábricas, oficinas, clubes e edifícios), ambiente onde os jovens passavam grande parte de seu tempo e, ao mesmo tempo, procurava agir no sentido de resolver os problemas gerados pelas grandes cidades, que dificultavam o trabalho do grupo. O movimento tinha, portanto, que se adaptar às situações geradas pelos grandes centros urbanos, sem perder o caráter evangélico.

1.2.2.3. Fase de ruptura com o Estado e desarticulação (1965-1970)

A fase da esperança termina em 1964, com o Golpe civil-militar e, assim, também terminam os ideais reformistas sonhados pela JOC. A maioria dos representantes da esquerda católica foi silenciada pelo golpe, pois se encontrava do lado oposto daqueles que tomaram o

poder. A organização, então, neste período, se radicalizou e aproximou do campo da esquerda, distanciando-se das orientações eclesiásticas, o que fez com que perdesse o apoio de sarçetodes e militantes mais conservadores.

De acordo com SILVA (2009), a partir da metade da década de 1960, a JOC vai se radicalizar rapidamente, abandonando definitivamente sua perspectiva reformista. O movimento irá assumir um caráter anticapitalista, voltando-se diretamente para a urgência de uma transformação radical na sociedade brasileira, em uma perspectiva onde os comunistas já não são vistos como uma ameaça assustadora, mas como possíveis aliados na luta contra a exploração.

Para compreender esse período, é importante lembrar que a implantação da Ditadura Civil-Militar¹⁵, em abril de 1964, não somente significou um desastre político para todos que haviam se comprometidos com os ideais e as lutas pelas Reformas de Base propostos por João Goulart, mas, também, representou a interrupção do processo de ascensão e mobilização da classe trabalhadora, que vinha desde o final do Estado Novo em processo crescente de lutas por direitos. Essas lutas encontraram seu ápice no início da década de 60, quando aconteceu a mobilização de sindicatos, partidos e associações de bairros, trabalhadores urbanos e rurais que, então, se colocaram no centro do debate político.

A classe trabalhadora e os movimentos sindicais, neste cenário, irão se tornar o principal alvo das ações estatais, fato que é evidenciado pela força imposta contra os sindicatos, primeiras organizações a serem atacadas pelo Estado. Segundo MAINWARING (1985), muitos dos militantes da JOC foram presos devido à participação em movimentos populares. No fervilhar dos acontecimentos são cancelados os Concílios Nacionais de 1964 e 1965. Este panorama fez com que a JOC tomasse uma nova postura diante da situação e, neste mesmo ano, divulgasse um manifesto em relação ao golpe, onde afirmava:

¹⁵ Neste trabalho, utilizaremos a denominação Ditadura Civil-Militar para se referir o período que vai de 1964 a 1985, período no qual os militares juntamente com setores civis da sociedade governaram o Brasil. No entanto, o uso do termo vem despertando acalorados debates entre pesquisadores e pessoas que, direta ou indiretamente, estão ou estiveram envolvidas com a ditadura. René Armand Dreifuss concorda com essa denominação, para ele, ocorreu uma participação massiva de civis, sobretudo empresários, na operação e na preparação do golpe durante todo o período que perdurou o regime. Dreifuss enfatiza em sua obra que a derrubada do Presidente João Goulart foi a culminância de um movimento civil-militar e não um movimento exclusivamente militar (DREIFUSS, 1981, p. 361). Já POMAR (2012) defende o uso da denominação Ditadura Militar, para ele, a denominação não passa de um “modismo equivocado”, pois, ao propor essa designação, buscando responsabilizar parte da sociedade civil pelo golpe, obtém um efeito contrário, diminuindo a responsabilidade dos militares, além de caracterizar o regime como autoritário, brando e negociado, como se não fosse uma ditadura. Com um posicionamento diferente de Pomar e fundamentado na leitura de Dreifuss, Demian Bezerra de Melo prefere utilizar a designação ditadura empresarial-militar, pois, segundo ele, a utilização do termo civil-militar distribui a responsabilidade do Golpe ao conjunto da sociedade, deixando de fora, o setor empresarial, grupo que foi mais beneficiário das ações dos militares. (MELO, 2012, p.53.) Já para o historiador, Daniel Aarão Reis Filho é possível utilizar a denominação civil-militar, isso devido ao grande apoio civil dado ao golpe e pela dimensão civil do regime ditatorial, apesar de que os militares estavam na frente da cadeia de comando. (REIS, 2014, p. 62).

Para os operários adultos e jovens que estão mais por dentro do problema operário, do movimento e da vida política do país, a revolução se fez, não para os operários e para atender suas aspirações, mas para justamente, barrar o Movimento Operário, impossibilitar o avanço das ideias renovadoras apregoadas por alguns líderes, e retirar de circulação as principais lideranças operárias e populares. (MAINWARING, 2004, p. 150)

A JOC durante o pós-64 vivenciou situações que levaram à radicalização do movimento, entre elas podemos citar o fato de testemunharem o apoio que a Igreja deu aos militares golpistas, a perseguição do Estado aos sindicatos, aos principais líderes jocistas e a retirada dos direitos fundamentais da classe operária, como o direito a greve e a eleição dos sindicatos.

O movimento jocista perdeu o apoio da Igreja e passou a ser acusado de servir como “fachada” do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e seus membros, de comunistas¹⁶. A posição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), instituição em que confiavam sua esperança de resgate da imagem da organização diante da opinião pública, deixou claro, em maio de 1964, que isso não iria ocorrer, pois o clero, através deste órgão, “rendia graças a Deus que atendeu às orações de milhões de brasileiros e os livrou do perigo comunista”. Além disso, a CNBB chegou a reconhecer a existência de grupos que dentro da Igreja se aproximavam dos ideais comunistas. (MURARO, 1985).

Estes acontecimentos levaram dirigentes da JOC a reunirem-se para uma reflexão sobre o momento que passavam e, diante de tal contexto, ficou decidido que tinham necessidade de uma revisão profunda do movimento, como também renovar os quadros de militantes - o que era muito difícil, devido à forte repressão da época. A JOC passou a viver na semiclandestinidade até o final da década de 1960. Muitos jocistas foram presos¹⁷ e responderam a inquéritos, geralmente eram acompanhados de violência e tortura. O cenário repressivo permitiu aos jocistas que continuaram enganados ter uma nova visão sociopolítica, aproximando-os, muitas vezes, dos ideais comunistas.

A falta de apoio de grande parte da hierarquia eclesiástica e o aumento dos problemas sociopolíticos da sociedade brasileira fizeram que a JOC mudasse de atitude drasticamente em relação ao marxismo, passando a entender essa ideologia como aliada na luta pelos direitos

¹⁶ Baseado na ideologia da Segurança Nacional, os militares passaram a ter como principal inimigo, o comunismo. E a partir de então, qualquer grupo opositor passou a representar o “perigo vermelho”. Os representantes do Estado vinham o comunismo em toda a parte, e para defender a democracia, era justificada a supressão de todos os direitos democráticos. Além disso, MOTTA (2000) afirma que a visão de que o comunismo era uma ameaça interna se intensificou a partir do surgimento de movimentos favoráveis a transformações sociais, como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Ação Popular (AP), as Ligas Camponesas, a Política Operária (POLOP), além da reestruturação do PCB.

¹⁷ Durante esse período, alguns membros da JOC interessados em defender os interesses da classe operária se envolveram em greves contra o regime civil-militar, os militares também os acusavam de ter envolvimento com organizações de esquerda clandestinas. E após o AI-5 passaram a sofrer perseguições e prisões.

dos trabalhadores, conforme afirma o manifesto da JOC de 1967:

O marxismo para nós é uma doutrina como qualquer outra. O comunismo não nos assuta. Se o marxismo contribui para dar ao operário aquilo que ele precisa e permite a sua realização como indivíduo, não nos colocaremos contra ele (...) Nós não somos comunistas, mas não o tememos; tememos, sim, a miséria, a fome, a alienação.¹⁸

Essa nova mentalidade de contestação, aliada à realidade do autoritarismo militar, favoreceu a deterioração das relações entre a JOC e o Estado, à medida em que o governo sacrificava os trabalhadores. O manifesto da JOC de 1967 criticava a situação do trabalho no Brasil e afirmava que esta se resumia na exploração pelos patrões; na falta de oportunidades de estudos e de qualificação; na falta de consciência de classe; em denúncias e exigências. Neste documento, a JOC convoca os jovens trabalhadores do campo e da cidade para a união e luta por seus valores, a serviço de um mundo melhor.

Os cristãos devem assumir como tarefa própria a renovação da ordem temporal. Se o papel da hierarquia consiste em ensinar e interpretar autenticamente os princípios morais que hão de seguir neste domínio, pertencente aos cristãos, pelas suas livres iniciativas e sem esperar passivamente ordens e diretrizes, imbuir de espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da sua comunidade de vida. São necessárias modificações e são indispensáveis reformas profundas¹⁹.

O manifesto afirma que a causa comum dos trabalhadores é a luta de libertação dos oprimidos e, também, que confiavam na união das forças dos operários para conquistar seus direitos, respeito a sua dignidade e a participação ativa e consciente no desenvolvimento nacional²⁰.

Segundo FABIAM (1988), o manifesto foi um ato de ousadia e de sobrevivência da JOC que, com isso, criou um fato político de repercussão nacional. A hierarquia da igreja, que já havia fechado a JEC, JUC, JIC, se deparou com um grupo que se radicalizava e lançava um apelo às autoridades eclesásticas, identificando os bispos como “burgueses e reacionários”.

O conflito entre a JOC e o Estado iria aumentar a partir de 1968, quando ocorreu o Congresso Nacional do Recife, realizado entre os dias 01 a 15 de junho. Este evento aumentou, ainda mais, a pressão do clero e do governo sobre o movimento porque, durante sua realização, foram feitas críticas ao capitalismo – considerando-o como um sistema

¹⁸ Manifesto da JOC, 29 de setembro de 1967. Apud MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil (1916/1985). São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 152.

¹⁹ Manifesto da Juventude Operária Católica, secretariado Nacional da JOC – Rio de Janeiro. Revista Vozes, Ano 61, nº10, outubro de 1967, p. 880.

²⁰ Idem.

econômico intrinsecamente mau – e à hierarquia da Igreja, que se manteve passiva diante da violenta repressão pela qual passava a JOC. Defendia, ainda, uma sociedade sem classes onde os trabalhadores poderiam conquistar tudo através das greves, dos partidos políticos, de um programa e de uma força militar.

De acordo com ESTEVEZ (2008), a JOC, neste congresso, demonstrou uma postura mais radical, marcada por excessiva politização, o que levou a uma divisão do movimento, pois muitos militantes entendiam como necessário o aprofundamento do grau de politização, enquanto outros achavam que essa decisão levaria a uma elitização que poderia afastar muitos jocistas de sua base. A autora também afirma que esse “racha” no interior da JOC permitiu com que grande parcela de seus membros migrassem para outras organizações de esquerda como, por exemplo, a Ação Popular²¹.

O Congresso Nacional do Recife foi um marco importante para a JOC, pois as decisões ali tomadas eram reflexos da situação vivida pelo movimento, em momento de radicalização política. Neste evento, os jocistas realizaram um estudo sobre o “Capitalismo” e, dando continuidade às orientações do Conselho Nacional anterior, concluíram que a JOC deveria se preocupar com os problemas coletivos da juventude, voltados para uma perspectiva da classe trabalhadora.²²

FABIAM (1988) cita a letra de uma canção entoada pelos jocistas durante o evento como exemplo do processo de radicalização da militância. A letra da música revela a preocupação com os problemas sociais e a convicção de que os jovens trabalhadores iriam ser agentes das mudanças necessárias no campo e nas cidades. Em duas estrofes da letra aparece a seguinte mensagem:

Meu Brasil analfabeto
Meu Brasil de pés descalços
Meu Brasil sofredor
Meu Brasil sem rumo certo
Sem ter quem guie seus passos
Defendendo seu valor

Meu Brasil a Juventude
Fará com que as coisas mude
Prá que todos tenham pão

²¹ A AP surgiu em 1962 como organização autônoma, implantada principalmente no movimento estudantil, onde manteve a diretoria da UNE e de muitas entidades durante os anos 1960. A proposta de constituição da AP como movimento político independente brotara no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade estudantil ligada à Igreja nos anos 1950 e 1960. Em 1964, a AP defendia a criação de uma alternativa política que não fosse capitalista nem comunista, inspirada num humanismo cristão mesclado com influências da Revolução Cubana, ainda que já tivesse desatado seus vínculos orgânicos com a JUC (RIDENTI, 2010).

²² Arquivo Nacional – Serviço Nacional de Informações. BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.280 . 9 de outubro de 1972.

Levará toda a gente
Pra fazer revolução.
(FABIAM, 1988, p. 148)

A partir de então fica clara a posição assumida pela Juventude Operária Católica, que passou a acreditar que somente através de mudanças estruturais da sociedade é que se poderia melhorar a situação dos trabalhadores. A JOC assumiu a responsabilidade por esta posição política ao lado de outros movimentos populares. O Congresso representou um rompimento com as ideias reformistas e com o capitalismo, aproximando-se dos ideais comunistas.

Esses acontecimentos irão contribuir para o surgimento de uma cultura de contestação e resistência ao Regime Militar que une, então, a JOC a diversos grupos leigos e religiosos contra o Estado militarizado. Esta união favoreceu, ainda mais, a formação de uma consciência de classe entre os jocistas que iria, aos poucos, se solidificando através da vivência de experiências em comum impostas pela cultura de oposição às arbitrariedades estatais que se apresentavam em forma de exploração, baixos salários, péssimas condições de trabalho e perseguição a qualquer um que contestava o regime, sendo estes denominados “subversivos” ou “comunistas”.

THOMPSON (1987) entende que a experiência de lutas e resistência dos trabalhadores pode criar uma consciência de classe, formando uma mentalidade de confrontação e resistência, em um processo de construção de identidade coletiva.²³ Para Thompson, a consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma²⁴. Dessa forma, vemos que em sua trajetória, o movimento jocista despertou a consciência de classe nos jovens trabalhadores brasileiros, aterrorizando o Estado Brasileiro, que passou a tê-lo como inimigo.

Em dezembro de 1968 foi decretado o Ato Institucional – AI-5²⁵ e, segundo ESTEVEZ (2008), a JOC passa a ser um dos principais alvos da repressão militar, sendo acusada de manter ligações com grupos clandestinos da esquerda brasileira.

Os sacerdotes foram os mais perseguidos, já que eram considerados os responsáveis

²³ THOMPSON, 1987, p. 303.

²⁴ Idem. p. 10.

²⁵ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. O AI-5, que autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. No preâmbulo do ato, dizia-se ser essa uma necessidade para atingir os objetivos da revolução, "com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país". D'ARAUJO, Maria Celina. AI-5. O mais duro golpe do regime militar | CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>.

pela radicalização do movimento, porque o *status quo* não compreendia e nem admitia que operários pudessem elaborar um movimento tão sofisticado. Os militares, para intensificar a perseguição à JOC, utilizaram-se do pretexto de que o movimento jocista agia junto à organizações clandestinas (MAINWARING, 2004).

Segundo SERBIN (2001), após a instauração do AI-5, os militares empenharam-se em destruir o movimento devido, principalmente, ao reconhecimento de sua liderança junto aos movimentos populares, sua crítica radical ao regime e seu compromisso com o socialismo. (SERBIN, 2001, p. 189)

A partir de 1970 ocorreu a desarticulação do movimento jocista em todo o Brasil, seus membros foram perseguidos por agentes do Estado, suas sedes invadidas pela polícia política, resultando num grande número de prisões de militantes e assistentes eclesiásticos, seguido de torturas.

1.3. O legado da Juventude Operária Católica no Brasil

Durante sua trajetória, apesar das dificuldades, a JOC conseguiu formar um grande número de jovens militantes que descobriram uma nova imagem da religião, sociedade e da vida. Por volta do ano de 1968, estava claro para o movimento jocista que somente as mudanças nas estruturas sociais poderiam mudar a situação dos operários. E a JOC teria um papel importantíssimo nessas transformações ao lado de outros movimentos populares. (MURARO, 1985)

Essa posição radical do grupo vai intensificar a perseguição ao movimento em todo Brasil, que já estava ocorrendo desde 1964. Mas a partir de 1968, a perseguição se tornou abertamente agressiva e sistemática. Em diversas regiões do país, deu-se início às perseguições a vários líderes e assistentes da JOC. No início do ano de 1969, assistentes clericais da JOC foram presos em Recife, Porto Alegre, São Paulo e Nova Hamburgo. Os militares invadiram a sede da JOC em São Paulo, Rio de Janeiro, Teresina, Cratêus e outros lugares militantes foram presos e torturados. (MAINWARING, 2004)

Para MAINWARING (2004), um dos fatores que comprovam que a JOC se tornou um dos principais alvos dos militares foi a dura perseguição ao movimento. Em maio de 1969, ocorreu o assassinato do primeiro sacerdote pelos militares, o padre Antônio Henrique Pereira, assistente da JOC de Recife. Ainda, segundo o autor, um general disse a um líder da JOC que “enquanto restasse um único jocista, seu trabalho não estaria terminado”.

A partir do ano de 1970, ocorreu a segunda onda de repressão que desarticulou quase que por completo o movimento jocista no Brasil. No dia 28 de setembro de 1970, a polícia invadiu o prédio da sede nacional da JOC, onde também era localizado o Ibrades (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento). Nesse ataque, muitos padres foram presos e torturados, além da prisão de Dom Aloísio Lorscheider, secretário-geral da CNBB, durante a invasão. Esse acontecimento teve grande repercussão, inclusive internacional, sendo o fato noticiado também pela imprensa do Vaticano. (SERBIN, 2001)

Nesse momento, também ocorreu uma ofensiva contra grupos jocistas em São Paulo, Belo Horizonte e Volta Redonda. As torturas sofridas pelos jocistas na Cidade do Aço levou a um sério conflito entre a Igreja e o regime, pois o bispo D. Waldyr Calheiros denunciou tais práticas a CNBB, e teve o apoio de grande parte dos bispos.

O rápido ataques contra os jocistas, pegou o movimento desprevinido, pois os militantes se achavam protegidos por serem parte de um grupo ligado à Igreja. Além disso, como afirma MAINWARING (2004), nesse momento, a maior parte da hierarquia eclesiástica não deu o apoio necessário ao movimento, muitos bispos não concordava com as ações políticas do grupo que acarretava um afastamento da vida sacramental da Igreja e, deste modo, mantinham-se em silêncio. Entretanto, o autor também destaca que muitos bispos arriscaram sua segurança para defender o movimento jocista, como foi o caso de D. Waldyr Calheiros em Volta Redonda.

É importante destacar que apesar de apoiar inicialmente o golpe, e de não dar apoio ao movimento jocista, a Igreja assume a partir de 1970, uma nova postura em relação ao regime, à medida que a Igreja ampliava sua inserção junto às classes populares, padres, freiras, bispos, arcebispos, também se transformaram em alvos da repressão policial. E em pouco tempo, muitos sacerdotes começaram a assumir uma postura mais crítica com relação ao Estado militar, opondo-se à tortura e à violência repressiva. E nessa nova conjuntura, a instituição passou a se destacar na luta contra a repressão e a tortura, e também na defesa dos direitos humanos, transformando-se na mais importante instituição de oposição à ditadura militar.

A falta de apoio por parte do clero fez com que caísse o número de participantes nos grupos. A repressão desestimulou a entrada de novos militantes e afastou a permanência de antigos jocistas. A decepção com a hierarquia religiosa fez com que muitos militantes abandonassem a Igreja. Este cenário, aliado à forte repressão do Estado que passou a perseguir os movimentos populares e suas bases, considerando qualquer discussão popular,

por mais rudimentar que seja, como subversiva, fez com que os esforços para organizar os operários fossem quase suicidas.

A JOC, no entanto, apesar da falta de apoio, manteve seu compromisso com a Igreja e fez poucas críticas à instituição, ou seja, ainda que não concordassem com sua posição conservadora, optaram por continuar fiéis à Igreja. O Documento Amarelo²⁶, de junho de 1969, considerado o mais radical elaborado pelo movimento, diz que: “A JOC permanece fiel à sua missão apostólica e educativa, e como movimento da Igreja estave presente na Juventude Trabalhadora para ajudar a cada jovem trabalhador a encontrar Cristo em sua vida e descobrir toda a força do evangelho”. (MAINWARING, 2004, p. 156)

A JOC, após sua desarticulação em 1970, nunca mais se recuperou inteiramente. Ainda assim, deixou um imenso legado de aproximação da Igreja com as classes mais desfavorecidas. Segundo MURARO (1985), a JOC mostrou ao governo a urgência de se promover reformas que pudessem diminuir a miséria dos trabalhadores. O autor afirma que apesar de não conseguir “salvar a classe trabalhadora”, não se pode negar sua relevância, pois a JOC fez o clero repensar o conceito de “povo” e suas práticas pastorais.

A Juventude Operária Católica, durante sua trajetória no Brasil, teve um papel importante, contribuindo para a formação de uma consciência política nos jovens trabalhadores. Fazendo com que os jocistas atuassem na luta pelos direitos dos trabalhadores e por justiça social.

O movimento jocista favoreceu o contato dos trabalhadores com a Igreja, fazendo com que os sacerdotes conhecessem seus problemas e angústias e criando uma nova visão dos valores operários. Os eclesiásticos passaram a refletir sobre a pastoral praticada pela Igreja, o que ajudou a transformar internamente a instituição que, mais tarde, passaria a enfrentar os militares na luta por justiça social.

A JOC, no entendimento de MAINWARING (2004), foi o primeiro grupo a exigir uma aproximação da Igreja com a liturgia popular e uma linguagem que fosse acessível ao povo. Contribuiu para inverter as práticas pedagógicas dentro da instituição e, além disso, formou um quadro de leigos que se tornaram líderes da Igreja. A JOC participou da criação de outros grupos católicos que tiveram grande importância nas décadas seguintes, como, por

²⁶ Segundo ESTEVEZ (2008), em 1969, na cidade de Campinas (SP), foi elaborado o Documento Amarelo, chamado assim devido a cor do papel, baseado nas resoluções do Congresso de Recife. O texto do documento reafirmou o posicionamento da JOC frente ao novo contexto social. Devido a sua postura mais radical, recebeu apenas o apoio pessoal de diversos bispos, mas não oficial.

exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base. (CEBs)²⁷, que se tornou um movimento de massa com até dois milhões de militantes.

A JOC tornou-se uma escola de vida onde os militantes aprenderam a questionar as condições de vida dos trabalhadores, suas angústias e problemas. O método Ver, Julgar e Agir foi o método utilizado para auxiliar os jovens a conhecerem as causas dos seus problemas, buscando sempre uma solução através do evangelho. Esta metodologia foi essencial para que pudessem questionar a estrutura social vigente no país e assumir uma postura radical na luta contra o capitalismo. O Ver, Julgar e Agir, mais tarde, foi adotado por outros grupos, tornando-se a metodologia da Ação Católica Brasileira (ZANANDREA, 2008).

A Juventude Operária Católica foi, em resumo, um grupo que impulsionou transformações entre os jovens trabalhadores na busca por um mundo melhor, foi elemento de união entre leigos e sacerdotes e uma experiência de fé dentro da Igreja e do mundo do trabalho. Para MURARO (1985), a JOC criou uma “utopia operária” que, apesar de não conseguir salvar a classe trabalhadora, mostrou um caminho possível para mudanças nas estruturas sociais. O movimento contribuiu positivamente para um entendimento maior da Igreja sobre a classe trabalhadora, aproximando essa instituição das classes populares, renovando as concepções da fé e servindo de inspirações para futuras lutas sociais e modelo de organização para outros movimentos populares.

²⁷ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são núcleos eclesiais criados a partir das orientações do Concílio Vaticano II (1962-1965). Tinham como objetivo atuar de forma mais aberta e envolvida com os problemas do mundo, buscando responder às questões do cotidiano. As CEBs nascem no Brasil e em toda a América Latina e Caribe impulsionadas pelo espírito do Vaticano II, em um contexto de rica fermentação popular que marcou o início da década de 1960 (FORTES, 2014).

CAPÍTULO 2: A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA EM VOLTA REDONDA: TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIA (1962-1967)

2.1. Volta Redonda: um palco de conflitos - Igreja, Exército e Sindicato

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi construída na cidade de Volta Redonda a partir do início da década de 1940. Segundo GRAMSCI (1980), sua construção representou o maior esforço coletivo da sociedade brasileira para se criar com rapidez incrível, é com uma consciência jamais vista, um novo tipo de trabalhador. O Governo brasileiro ao construir a siderúrgica, buscou forjar uma nova ideologia para seus trabalhadores, buscando criar um “novo tipo de trabalhador” e uma “nova sociedade”, a partir do discurso de libertação do campo, modernidade e desenvolvimento para o país.

A CSN passou a ser o símbolo do desenvolvimento econômico do país, por isso era apresentada como modelo exemplar do país. Além de aço, ela deveria produzir um trabalhador saudável, capaz e disciplinado. Segundo SOUZA (1992), a Cidade do Aço²⁸ foi um grande laboratório onde o Estado brasileiro procurou construir um novo tipo de trabalhador e, ao mesmo tempo, transformar os homens do campo em operários ordeiros e patriotas.

Esse projeto de formar operários disciplinados foi alicerçado no que a historiadora MOREL (1989) denominou de “Família Siderúrgica”²⁹, um modelo de organização no qual o Estado controlava os movimentos e formas de organizações dos operários, apresentando como dádivas da empresa, as reivindicações populares e criando a ideia de usina-mãe (doadora de benefícios), uma espécie de prolongamento do Estado varguista em âmbito local.

No entanto, apesar de todo esforço do Estado Brasileiro para controlar os operários, evitar agitações e greves no interior da Usina Presidente Vargas³⁰, a estratégia não foi efetivada com sucesso. Ao contrário, já durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) prevaleceu uma política de repressão ao movimento operário no município que se prolongou até década de 1990.

²⁸ Esta foi à maneira como Volta Redonda ficou conhecida regionalmente no Estado do Rio de Janeiro por “Cidade do Aço”, devido à implantação da Siderúrgica Nacional e à produção de aço, sendo a grande fonte de renda da região.

²⁹ O termo também se refere ao espírito de colaboração e união que deveria existir entre todos, chefes, subordinados, dirigentes e trabalhadores e expressaria as relações paternalistas e clientelistas estabelecidas pela hierarquia da empresa com seus funcionários, tanto no espaço fabril, como no extra fabril, por meio de diversas políticas sociais (MOREL, 1989).

³⁰ A Companhia Siderúrgica Nacional é a maior indústria siderúrgica do Brasil e da América Latina, e uma das maiores do mundo. Sua usina, chamada Usina Presidente Vargas, situa-se na cidade de Volta Redonda, tendo suas minas de minério de ferro e outros minerais na região de Congonhas e Arcos, ambas cidades do estado de Minas Gerais, e também de carvão na região de Siderópolis, no estado de Santa Catarina.

As experiências de repressão e exploração dos operários contra o capital vão, dessa maneira, transformar Volta Redonda num palco de diversas mobilizações sociais durante o século XX. O município se tornou um campo de disputas que envolveram três importantes instituições brasileiras: Igreja, Exército e Sindicato de trabalhadores.

A origem desses conflitos encontra raízes na luta entre o capital e o trabalho no município, no qual os trabalhadores descontentes com o arrocho salarial, mecanismos de controle e repressão da empresa vão se mobilizar na luta por justiça social.³¹

Nesse contexto, as três instituições acima irão se enfrentar em um processo que durará até o início da década de 90: o sindicato pleiteava melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores; a Igreja que, inicialmente, era um braço do Estado na tarefa de disciplinar os operários, passou a apoiar a luta por justiça social, nos anos 60; o Exército, por sua vez, outro braço do Estado no município, atuava na repressão aos movimentos sociais.

A sequência inicial deste capítulo analisa estas três organizações para entender o contexto histórico do surgimento e, também, a atuação de cada uma dessas instituições no município, iniciando com um breve histórico da cidade de Volta Redonda.

2.1.1. Um breve histórico da cidade de Volta Redonda.

A CSN foi pensada como modelo, uma empresa exemplar para o resto do país: além de toneladas de aço, ela deveria produzir um novo tipo de trabalhador, “saudável, capaz e disciplinado” (MOREL, 1989)

Volta Redonda é uma cidade que está situada na região do Sul Fluminense, às margens do Rio Paraíba do Sul. Sua história se entrecruza com o início do processo de industrialização do Brasil, quando foi criada, em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Época em que suas terras ainda pertenciam ao município de Barra Mansa.

A CSN foi criada durante a Era Vargas (1930/1945), consequência do projeto de industrialização dos anos 30, que buscava a substituições de importações e o fomento à infraestrutura para estimular a burguesia nacional. A construção da usina inaugurou uma nova fase do desenvolvimento capitalista no Brasil. Para o presidente, a implantação de uma indústria de base (ou pesada) seria o ponto de partida para o desenvolvimento econômico e social do país (BEDÊ, 2004).

³¹ Justiça social significava a tentativa de a Igreja estabelecer uma sociedade mais igualitária na qual os direitos humanos e democráticos fossem respeitados. Para alguns católicos, justiça social significava aderir aos cometidos ensinamentos dos papas, enquanto para outros implicava muito mais, inclusive a implantação do socialismo (SERBIN, 2001).

Segundo MOREL (1989), a localidade escolhida para sediar a usina foi Santo Antônio de Volta Redonda, 8º distrito de Barra Mansa. A escolha ocorreu por diversos fatores: Técnico - região situada entre o eixo Rio-São Paulo, próximo aos centros consumidores, além de possuir água fluvial em abundância e, ainda, o baixo custo do frete e mão de obra; Militar - área distante o suficiente das costas marítimas; e Político – o estado do Rio de Janeiro era governado por Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas³². Fatores que podem ser confirmados nas palavras de Edmundo Macedo Soares.³³

Os estudos mais recentes, feitos por técnicos nacionais, americanos e alemães, localizavam a Usina no Distrito Federal (RJ). Considerações puramente de ordem comercial aconselhavam essa maneira de pensar. A comissão executiva se colocou num ponto de vista mais amplo e examinou outros fatores de grande importância: militares, sociais, climáticos, etc. Teve a comissão, também, sempre em vista diminuir o capital necessário à implantação da usina [...] Levando em conta poderosas razões de ordem econômica geral, de ordem política, de ordem social e de ordem militar, procuramos afastar a usina o mais possível do porto do Rio, sem prejudicar o ponto de vista comercial, que é essencial; fomos, então, conduzidos, após longo estudo à escolha da região de Barra do Pirai - Barra Mansa.³⁴

Além dos fatores de origem técnica, militar e política, ASSIS (2013) destaca outro motivo para escolha da localidade para sediar as instalações da usina. Segundo a autora, o distrito de Santo Antônio da Volta Redonda ficava afastado dos centros urbanos e a região era caracterizada pela ausência de tradições históricas profundas no tecido social. A implantação do complexo industrial não enfretaria, portanto, os obstáculos da herança oligárquica rural e nem contava com a herança de organizações sindicais e lutas operárias.

BEDÊ (2010), em consonância com as ideias de Renata Assis, destaca ainda que a dinâmica da luta de classes influenciou na escolha do distrito para sediar a empresa. De acordo com o autor, o relatório da empresa de consultoria Arthur Mackee & Co definia a localidade como “boa” para a instalação da empresa, pois seus habitantes eram considerados “bons operários” e que as “condições de vida são mais baratas do que numa cidade grande”³⁵.

³²MOREL, 1989, p. 44.

³³ Edmundo Macedo Soares foi um dos responsáveis pela escolha de Volta Redonda como local da construção da usina siderúrgica, no ano de 1931, passou a integrar a Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos. Em agosto desse ano, tornou-se membro da Comissão Nacional de Siderurgia, subordinada ao Ministério da Guerra, nela assumindo os cargos de relator e secretário. Os membros dessa comissão, após realizados os estudos técnicos necessários, passaram a defender a viabilidade e a necessidade de construção de uma grande usina siderúrgica no Brasil. Em 1938, o engenheiro apresentou um projeto ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, que serviu de base para o projeto definitivo de construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), localizada em Volta Redonda (RJ). Em 1939, Edmundo Macedo Soares foi empossado na presidência da recém-criada Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico, mas tarde se tornou o Diretor Técnico da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), acompanhou desde então todas as etapas de construção da usina, que entrou em funcionamento em junho de 1946. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/edmundo_de_macedo_soares. Acesso em: 20 fev de 2020.

³⁴ Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. Parecer sobre a localização da Usina Siderúrgica. Novembro de 1940, p. 131. Relator: Edmundo Macedo Soares e Silva. Apud BEDÊ, 2010, p.44.

³⁵ Relatório da Arthur Mackee & Co – julho de 1940. In: Sobre os Estudos da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, 1940. Idem, p.37.

Neste caso, a expressão “bons operários” pode significar trabalhadores com pouca ou nenhuma organização sindical, além de contarem com uma mão de obra barata.

Getúlio Vargas também acreditava, fielmente, que a construção da siderúrgica em Volta Redonda concretizaria o ideário estadonovista de exaltação ao trabalho do homem brasileiro e sua subordinação. Em um de seus discursos em visita às obras da CSN, o presidente expôs sua crença nesse novo ideal civilizatório:

Volta Redonda será um marco da nossa civilização, um monumento a testar a capacidade de nossa gente, um exemplo de tal poder de evidência afastará quaisquer dúvidas e apreensão sobre o futuro instituindo no país um novo padrão de vida e uma nova mentalidade (apud MOREL, 1989, p. 48).

A intenção era tornar Volta Redonda no modelo da primeira cidade operária do Brasil, símbolo do progresso e da industrialização. De acordo com GRACIOLLI (1997), sua implantação se deu através do modelo conhecido como *company-town*, caracterizado pelo controle de uma empresa que fornece moradias e supre as necessidades da força de trabalho, ao mesmo tempo em que estende seu domínio ao âmbito privado dos trabalhadores, utilizando diversos mecanismos de disciplinamento e visando obter um trabalhador obediente.

O projeto da *company-town*, além das moradias, também previa a instalação de condições básicas para a fixação dos funcionários e suas famílias. A cidade, devido a isso, vai nascer dependente da Companhia, que ficará responsável não só pela construção da usina, mas pela infraestrutura do município (urbanização, moradia, saneamento, equipamentos urbanos e a manutenção de serviços, como segurança, transporte, saúde, educação e lazer).

Esse projeto começou a ruir a partir do final da década de 1950, devido a dificuldades para manutenção e ampliação dos benefícios quando, então, a CSN passava por problemas financeiros, principalmente devido às tentativas de controle do preço pelo governo, que cedia a pressões de grupos privados de consumidores do aço, além da concorrência de outras empresas como a Usiminas e Cosipa³⁶. Para solucionar essa crise financeira, a CSN adotou várias medidas de contenção de gastos: arrocho salarial, redução de quadros e mudanças na política de gestão da força de trabalho, inclusive no que se refere à esfera da produção (PESSANHA e MOREL, 1991).

³⁶ Na década de 1960, a CSN perderia seu posto de única produtora de aços planos. Em momentos anteriores a empresa podia ditar os preços, tendo delegação para importar e controlar o mercado de cotas de fornecimento, muito disputado pelos distribuidores. Nesses anos, ela enfrentou a retração do mercado e a concorrência de outras duas grandes empresas estatais: a USIMINAS e a COSIPA, sendo que ambas entram em operação em 1963, a primeira, com todas as principais seções em funcionamento, e a segunda, apenas com a seção de laminação. Como agravante de tal condição, a institucionalização da política siderúrgica no pós-64 implicou num controle mais rígido, tanto sobre o mercado e o preço de produtos quanto sobre os salários de seus empregados. (SILVA, 2010, p. 30)

Logo no início da década de 60, a empresa buscou outras formas de superar a crise. Para tal, tomou algumas ações administrativas, entre elas: a transferência dos serviços de administração urbana para a prefeitura de Volta Redonda, e a venda das casas da empresa para seus funcionários.

Essa situação levou a empresa a abandonar sua política “paternalista” e “assistencialista”, substituindo-a por uma nova etapa de valorização da autonomia e responsabilidade ³⁷. Segundo SOARES (2001), a empresa em menos de dez anos deixou de ser o “el dourado prometido”, perdendo as características de uma *company town*, rompendo com a utopia de uma fábrica-cidade que manteria a harmonia entre o capital e o trabalho.

Verifica-se, dessa forma, que o esforço para manter a “harmonia” dentro da empresa não ocorreu como o previsto. E as políticas adotadas pela CSN a partir do final da década de 50 acabaram por fortalecer o incipiente movimento sindical na cidade, que surgiu nessa nova etapa da luta do capital contra o trabalho.

2.1.2. Os trabalhadores e a luta sindical em Volta Redonda (1954-1964)

O desaparecimento da política paternalista construída pela CSN em seus primeiros anos favoreceu o surgimento do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR) a partir de meados da década de 1950. Segundo a historiadora Regina Morel (1989), a nova entidade surgiu com uma forte presença entre os operários da empresa, em defesa de aumentos salariais e outras reivindicações dentro do espaço fabril.

A afirmação de Regina Morel mostra o papel que o Sindicato dos Metalúrgicos começou a ter após desse momento na cidade, esse órgão dos trabalhadores passou a ser combativo e atuar na defesa dos trabalhadores.

Segundo MONTEIRO (1995), a história do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda está atrelada a da CSN. A entidade foi concebida pela própria empresa com o objetivo de evitar uma organização trabalhista, contestadora e combativa, além de manter uma postura de harmonia entre sindicato e empresa.

Em seus primeiros anos, o SMVR cumpriu bem esse dever. Criado em 1946³⁸, em bases

³⁷ Apesar da retiradas de muitos direitos, a CSN ainda mantinha alguns benefícios sociais: distribuição de casas a funcionários exemplares, a concessão de um abono de Natal, sem prejuízo da “girafa”, bem como os critérios determinantes da parcela atribuída a cada empregado como participação nos lucros da Companhia. Esses benefícios estavam sempre presentes nas pautas de discussão com o SMVR.

³⁸Em 1943 é fundada em Barra Mansa, a Associação profissional dos Metalúrgicos. Mas somente em 1946 é reconhecida e formalizada, pelo Estado, como o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Barra Mansa. Nesse mesmo ano, o organismo é transferido para cidade de Volta Redonda, passando a se chamar Sindicato dos

corporativistas³⁹ e aliado aos interesses do Estado, seus dois primeiros presidentes foram interventores nomeados pelo Ministério do Trabalho, José Calaça Gomes (1945-1956) e José Pimenta (1946-1951). Segundo MONTEIRO (1995), não existe qualquer registro de atividades sindicais durante esse período. Todos os documentos do período foram recolhidos pelo Exército e, de acordo com relatos de ex-sindicalistas, as reuniões eram feitas em instalações dentro da Usina, o que mostra a interação entre CSN e a instituição.

O SMVR, durante a gestão de Alan Cruz (1951-1953), montou o aparelho assistencialista do sindicato, tendo como principais bandeiras de luta: descanso semanal remunerado; salário igual, para trabalho igual; periculosidade e proteção à família. Walter Millen (1953-1955) teve uma grande atuação na campanha pela emancipação de Volta Redonda, na qual a participação do sindicato foi decisiva. Nas gestões de José Cláudio Alves (1955-1956) e Nestor Lima (1956 -1957),

O sindicato manteve boas relações com a empresa e uma política assistencialista. Foi, no entanto, um período que representou uma maior militância, marcado por algumas atitudes de enfrentamento, como na declaração da greve “pacífica” em janeiro de 1956, que mobilizou paralisações em nove fábricas da região, levando o SMVR a sofrer uma segunda intervenção pelas “forças federais”. Os trabalhadores da CSN solidarizaram-se com essa greve, mas não chegaram a parar (MONTEIRO, 1995).

Na gestão de Othon Reis Fernandes (1957-1961), o SMVR tomou um rumo diferente, apesar de não romper com a CSN - podendo ter sido esta a administração mais “à esquerda” do que as anteriores. Neste período, o sindicato realizou uma ação de confronto com a empresa durante as campanhas salariais. Mas suas pautas não se resumiam a isso, incluíam questões de organização do trabalho; aumento salarial de 31% em um momento de crise da empresa; direito ao horário de intervalo para refeições; entre outras (MONTEIRO, 1995).

Segundo VEIGA e FONSECA (1990), somente em 1962 o sindicato passou a ter uma maior independência em relação à direção da CSN e ao governo federal. Sob a gestão de João Alves Lima Neto (1962-1964), o sindicato foi filiado ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e passou a atuar na defesa das “Reformas de Bases”⁴⁰. Em dezembro de 1963, após

trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas, de material elétrico, de material eletrônico e de informática de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende, Itatiaia e Quatis. (VEIGA e FONSECA, 1990, p.34-35)

³⁹ No sistema corporativista o Estado assumiria a função de árbitro entre o interesse dos grupos sociais. Composto a maioria, os trabalhadores teriam suas atividades políticas e sindicais controladas pelas leis governamentais: o Sindicato Corporativista tem as seguintes características: 1) Unicidade sindical (sindicato único) 2) representação de toda a categoria 3) todos devem contribuir com imposto sindical 4) reconhecimento e controle do sindicato pelo Estado (Ministério do Trabalho). As consequências disso são: 1) burocratização do sindicato 2) assistencialismo As consequências disso são: 1) burocratização do sindicato 2) assistencialismo 3) atrelamento político 4) carreirismo 5) conciliação de classe.

⁴⁰ As chamadas reformas de base eram uma bandeira empunhada pelas esquerdas e pelo próprio presidente João Goulart,

uma assembleia no sindicato, Volta Redonda ouviu pela primeira vez a palavra greve. A direção do sindicato apontou para a possibilidade de uma greve caso suas reivindicações não fossem aceitas pela CSN. A palavra de ordem da campanha era 50% ou Greve! Os trabalhadores, diante da negativa da empresa, entraram em “assembleia permanente” e iniciaram uma grande mobilização. A situação só foi resolvida devido à ação do presidente João Goulart que foi pessoalmente a Volta Redonda e atendeu as reivindicações dos metalúrgicos.

Segundo BEDÊ (2010), a partir desse momento, a “estratégia de integração” dos trabalhistas foi substituída pela “estratégia de confronto” dos comunistas, estimuladas pelas ondas de greves nacionais e pela organização da CGT. O sindicato, entre o período de 1957 e 1963, destacou-se na cidade como uma entidade de prestígio, que trabalhava na defesa dos interesses de seus associados e nas relações com autoridades e instituições do município⁴¹. O folheto abaixo representa muito bem essa nova fase do SMVR, que estava tendo reconhecimento por entidades sindicais de outros estados:

DEPOIS DE QUASE 15 ANOS.

Sim, depois de quase 15 anos de atividades “inativas”. Foi que os companheiros metalúrgicos de Volta Redonda (CSN) recomeçaram a vida nova e deram passos largos no sentido de conquistar melhorias econômicas e sociais, tendo na frente de luta seu sindicato de classe, agora sob nova direção.

O companheiro LIMA NETO, presidente e dirigente dos metalúrgicos da Siderúrgica Nacional, liderou a luta por uma série de conquistas e no computo geral a direção da CSN foi forçada a dar 90% daquilo que reivindicaram os operários de Volta Redonda.

Apenas para dar uma visão de como estava à unidade dos metalúrgicos da Cia. Siderúrgica Nacional, em torno das reivindicações apontadas, basta dizer que só numa assembleia sindical participaram mais de 7 mil operários da CSN. Este fato foi inédito na vida sindical de Volta Redonda.

Eis algumas das reivindicações conquistadas pelos companheiros da CSN – aumento de 50% a partir de 1-1-64.

Salário Família de Cr\$ 4.000,00 por filho menor e esposa.

Elevação de 45 minutos para 1 hora de repouso alimentar para o pessoal do turno.

Férias de 30 dias.

Taxa de insalubridade.

Salário integral para os acidentados, etc.

E agora companheiros de Volta Redonda e ir pra frente pois, quem anda pra traz é caranguejo. Ainda há muita coisa conquistar.

desde o início de seu governo, ainda sob o regime parlamentarista, em 1961. A volta do presidencialismo – conquistado no plebiscito de 1963, sobretudo após as pressões de diversos setores da sociedade – trouxe um novo ímpeto à luta. Além das reformas agrária, urbana, universitária, bancária, fiscal, administrativa, também se defendia a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, o direito ao voto para os analfabetos e graduados das Forças Armadas (sargentos e subtenentes), a nacionalização de empresas estrangeiras em setores estratégicos da economia, o controle da remessa de lucros ao exterior e a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

⁴¹ BEDÊ, 2010, p.321.

O alto grau de organização do sindicato dos metalúrgicos no período é fruto da grande mobilização dos trabalhadores, que vinham lutando contra a exploração do capital desde a década de 40. O SMVR, ao longo do tempo, passou a ser um canal de reivindicações dos operários e de resposta política aos conflitos dentro da usina e por melhorias nas condições de serviço.

O Governo Federal se esforçou para transformar o sindicato em um aliado na estratégia de harmonizar os conflitos sociais, contudo, as transformações pelas quais passaram os trabalhadores da cidade, durante as décadas de 1950 e 1960, mudaram a visão dos operários em relação à empresa, criando uma identidade coletiva entre os trabalhadores. Nesse processo, o sindicato passou a ser reconhecido como um instrumento de luta dos trabalhadores e a CSN e o Governo Federal passaram a reconhecê-lo como órgão representante dos trabalhadores.

Uma das ações do sindicato que confirma esse reconhecimento do Estado é a conquista do cargo de Diretor Social, que garantia a participação direta dos trabalhadores na direção social da empresa. Uma reivindicação do SMVR ao presidente Jânio Quadros, ainda em campanha presidencial, e atendida no dia 25 de maio de 1961. Segundo BEDÊ (2010), essa foi uma estratégia política inovadora e sem precedentes no movimento sindical brasileiro, pela primeira vez numa empresa pública ou privada no Brasil, que os operários elegeriam seu representante sindical para assumir um lugar na diretoria do capital.

Essa nova mentalidade do sindicato, no entanto, não é fruto individual de diretores que resolveram lutar contra a exploração da CSN. Os trabalhadores da empresa passaram a incorporar essas lutas e não aceitar as imposições da empresa, a entender a necessidade de se unirem em prol de seus direitos. Um exemplo disso são as reuniões e assembleias sindicais que contavam com um grande número de operários⁴³.

É importante enfatizar que esse processo de lutas sindicais também é consequência do contexto nacional. Durante o período, o movimento sindical, liderado pela aliança das militâncias comunista e trabalhista, conseguiu grande avanço organizativo e mobilizatório, o que resultou em uma forte participação dos trabalhadores no seio da sociedade e na vida política nacional.

⁴² In Arigó: o pássaro que vem de longe. Revista do Centro de Memória Sindical. Coleção trabalhadores em luta. Nº1. (ano). p. 43.

⁴³Um exemplo dessa mobilização é a Assembleia Permanente, realizada em 11 de outubro de 1957, que chegou a contar com a participação de 8.758 associados. (MONTEIRO, 1995, p.35)

De acordo com LIMA (1998), o movimento sindical às vésperas do golpe civil-militar de 1964 estava em processo de ascensão, conquistando um nível que nunca mais foi alcançado. O movimento, sob o comando do CGT, passou a ter muita força no Congresso Nacional e alcançar outros grupos organizados, como a Igreja, o movimento rural, estudantes e funcionários públicos, que não tinham sindicato, mas, sim, a confederação, entidade civil não sindical.

Em 1964, o SMVR participou ativamente da mobilização para o Comício da Central do Brasil⁴⁴, incentivando a presença maciça de funcionários e negociando com a CSN o abono do expediente na parte da tarde para que os trabalhadores pudessem ir ao evento.

A presença dos operários de Volta Redonda no comício foi marcante e, segundo D.Waldyr Calheiros, os operários da cidade portaram tochas acesas durante o evento⁴⁵, além de faixas e cartazes com palavras de ordem que traduziam sua concordância à proposta de Jango e mostravam que estavam dispostos, inclusive, a pegar em armas para apoiar Jango, como se pode ver na fotografia abaixo:

⁴⁴ Realizado no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964, em frente à estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o Comício das Reformas, também conhecido por Comício da Central, reuniu cerca de 150 mil pessoas, incluindo membros de entidades sindicais e outras organizações de trabalhadores, servidores públicos civis e militares, estudantes etc. Tinha por meta demonstrar a decisão do governo federal de implementar as chamadas reformas de base e defender as liberdades democráticas e sindicais. A orientação nacionalista-reformista adotada pelo presidente João Goulart havia desencadeado a oposição dos setores dominantes do país e de largos segmentos das classes médias e da oficialidade. Nos primeiros meses de 1964, ele procurou mobilizar as massas para a implementação, ainda naquele ano, das chamadas reformas de base - agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral -, bloqueadas pelo Congresso, e para a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, assim como a elegibilidade para todos os eleitores. Com esse intuito, convocou um comício para o dia 13 de março, a ser organizado por uma comissão de líderes sindicais. (LAMARÃO, Sérgio, A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar - Comício das Reformas. CPDOC. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas.)

⁴⁵ Relato de D. Waldyr Calheiros sobre a atuação dos operários da CSN no Comício da Central do Brasil. (COSTA, 2001, p. 82)

Figura 1: Trabalhadores de Volta Redonda no comício da Central do Brasil



Fonte: Domicio Pinheiro/Estadão Conteúdo/AE. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/03/13-questoes-sobre-bditadura-no-brasilb.html>.

Essa posição combativa e de apoio às reformas de Jango refletiu-se na luta de classes no município. Os oponentes do governo Jango, principalmente o Exército, não aceitavam a nova direção do SMVR, com sua politização e vinculação ao CGT. Pois isso, ameaçava o que eles denominavam de “Segurança Nacional”. Para os opositores de Jango, existia a convicção que em breve ocorreria uma greve na empresa e que somente a intervenção militar poderia proteger o patrimônio nacional. Essa seria a função dos militares em relação a CSN (BEDÊ, 2010).

Essa intervenção militar não tardou a ocorrer. Em 1º de abril de 1964 com a implantação da Ditadura Civil-Militar, o presidente João Goulart foi deposto pelos militares. A partir desse momento, iniciou-se uma perseguição a todos os grupos de esquerda: CGT, ligas camponesas, movimento dos militares subalternos, movimento estudantil, movimento nacionalista, operários e sindicatos.

O golpe civil-militar não significou apenas um desastre político para todos que haviam se comprometidos com os ideais e as lutas pelas Reformas de Base propostas por João Goulart, mas, também, representou a interrupção do processo de ascensão e mobilização da classe trabalhadora que vinha, desde o final do Estado Novo. Este processo de crescente de lutas por direitos, teve seu ápice no início da década de 60 quando mobilizou sindicatos,

partidos, associações de moradores e outras formas de associação, e colocando trabalhadores urbanos e rurais no centro do cenário político.

A classe trabalhadora e os movimentos sindicais irão, a partir de então, tornar-se o principal alvo das ações do Estado, fato que é evidenciado pela força imposta contra os sindicatos - as primeiras organizações a serem atacadas e perseguidas. Intervenções e uma série de medidas repressoras, articuladas entre os empresários e a Polícia, geram um clima de medo e retaliações no interior das empresas. ESTEVEZ e ASSUMPÇÃO (2015) afirmam que essa repressão teve como objetivo a produção do terror como um mecanismo de intimidação e desmobilização da classe trabalhadora.

Em Volta Redonda, o primeiro dia do Golpe civil-militar já traria perseguições aos trabalhadores do SMVR, reflexo de sua organização operária forte e estruturada. O Sindicato dos Metalúrgicos, além de manifestar-se, de forma marcante, no “Comício da Central”, deflagrou greve na CSN no mesmo dia do Golpe, para confirmar a solidariedade a João Goulart. BEDÊ (2010) relata que em 1º de abril de 1964 os sindicalistas organizaram um movimento que tinha como objetivo dar apoio ao governo e paralisar as atividades no interior da usina.

No entanto, apesar da força de vontade e da organização dos trabalhadores envolvidos no movimento grevista, as forças militares agiram com rapidez e conseguiram impedir a greve na usina. Para BEDÊ (2010), a eficiência das ações do Exército e da CSN comprovam que o golpe não foi improvisado e, sim, uma estratégia dos militares para desarticular um dos principais pontos de apoio do governo Jango.

Na esteira desta ação militar, seguiu-se a invasão do SMVR, a nomeação de interventores em sua direção, a prisão e a demissão de vários operários que participaram do movimento grevista e membros do sindicato, assim como de trabalhadores que estiveram no Comício na Central do Brasil. Ressalta-se que estava sujeita a prisão e suas consequências qualquer pessoa que fosse considerada um risco à “Segurança Nacional”.

Vale relatar que, nesse contexto de tensão social, as experiências da classe operária no período de origem e consolidação do movimento operário e no de confrontação e resistência vão contribuir para a formação uma identidade operária, originando um sindicato combativo que, ao contrário do que pensava os militares, não foi interrompida pelo golpe e a intervenção no sindicato.

E devido a essa repressão, a partir de então, os sindicatos irão mudar sua estratégia de luta, e com a chegada do bispo D. Wadyr em Volta Redonda em 1966, irão se aproximar de

setores da Igreja⁴⁶, que nesse momento era a única instituição na cidade que poderia enfrentar os militares, servindo como espaço de aglutinação e organização da resistência ao autoritarismo.

Essa aproximação vai contribuir para o surgimento de uma cultura de contestação e resistência ao regime civil-militar, unindo diversos grupos leigos e religiosos contra o Estado opressor e favorecendo a formação de uma consciência de classe entre os trabalhadores, que irá ser criada através de experiências em comum, impostas por uma cultura de oposição às arbitrariedades estatais, que se apresentavam em forma de exploração, baixos salários, péssimas condições de serviços e perseguição a qualquer um que contestava o regime, sendo denominado de “subversivos” ou “comunistas”.

É claro que não se pode afirmar que nesse momento estava formada a consciência da classe trabalhadora de Volta Redonda, pois o fazer-se da classe operária é um processo em que não existe início, meio e fim, como na construção de uma casa. As classes estão sempre em construção, nunca serão acabadas. Nesse sentido, a partir do início da década de 1960, a classe operária de Volta Redonda se aglutina em torno de novos interesses comuns, lutas por melhores condições de emprego e contra as atrocidades dos militares, buscando uma retomada do SMVR, criando uma nova consciência de classe. Além disso, vão criar elementos que os identificam como grupo, o que segundo HOBBSAWM (1988), expressa como uma consciência de classe.

2.1.3. O papel do Exército na cidade operária

Erguido em 1950 para garantir a segurança no Vale do Paraíba, no Sul Fluminense, área estratégica com a criação, em Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército (1º BIB), na vizinha Barra Mansa, implantou na região um clima de perseguição, prisões e tortura após o golpe militar de 1964. Seu comando associou-se a diretores da CSN na derrubada do governo de João Goulart e perseguiu não só empregados da estatal, mas também cidadãos comuns, militantes políticos, líderes sindicais, leigos e religiosos engajados nos movimentos sociais da Igreja Católica, a partir da posse do bispo dom Waldyr Calheiros, em dezembro de 1966. (Comissão da Verdade – Rio, 2015, p. 310)

A construção da Companhia Siderúrgica Nacional trouxe um grande número de trabalhadores para a região do Vale do Paraíba, a partir da década de 1940. Nessa localidade,

⁴⁶ Segundo JESUS (2006), a presença dessa organização religiosa servirá como uma aglutinadora de diversos grupos da sociedade, originando um novo estilo de ação trabalhista oposto à linha sindical adotada pelos comunistas, que colocavam o sindicato como instrumento principal para fazer uma política de massas unitária. Diferentemente desse grupo, os agentes católicos buscavam o trabalho nas bases, agindo na formação de círculos operários fora da estrutura sindical, com núcleos ou grupos de fábricas e nas comissões. (p.371)

já existiam algumas indústrias⁴⁷, e com a vinda CSN, a maior siderúrgica da América Latina, o local passou a representar um importante polo industrial do país.

Devido a sua importância para o desenvolvimento industrial do país, a região recebeu, no início da década de 1950, uma importante unidade militar, o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (1º BIB)⁴⁸, intimamente ligada a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e tinha como missão assegurar a proteção dessa região, que era considerada estratégica para o desenvolvimento econômico do país⁴⁹.

Segundo CARNEIRO E ASSIS (2019), para cumprir essa missão, o 1º BIB desenvolveu uma política de aproximação de autoridades civis, escolas e, principalmente, de patrulha policial e repressão a movimentos grevistas dos trabalhadores. A CSN, para facilitar a repressão, cedia casas em Volta Redonda para os militares do batalhão que, dessa forma, poderiam conhecer os hábitos e modos de vida dos habitantes para um melhor controle sobre a população local.

De acordo com BEDÊ (2010), os militares tinham participação direta nos altos cargos da empresa, ocupando funções que variavam entre cargos técnicos, administrativos, segurança e, até mesmo, próximos à presidência da empresa. Essa tutela servia para inibir que militantes comunistas atuassem dentro da Companhia.

A vigilância permanente era outra forma de controle utilizada dentro da usina. Além das forças militares, uma espécie de “polícia secreta, chamada pelos trabalhadores de” (Gestapo) foi criada. A “Gestapo” estava presente em toda a empresa, nas reuniões e assembleias do Sindicato, tinha a ficha das lideranças e militantes sindicais, fossem trabalhistas ou comunistas, que estavam fichados em seus arquivos como “agitadores” e “subversivos”. Essa polícia teve um papel importante nos inquéritos militares contra os militantes e lideranças do movimento sindical, pois passava todas as informações diretamente aos comandantes do 1º BIB (BEDÊ, 2010).

Segundo CARNEIRO E ASSIS (2019), o 1º BIB teve uma constante atuação na região. Em 1956, impedira uma tentativa de greve dos metalúrgicos de Barra Mansa e Volta Redonda. No ano de 1957, o batalhão entrou em ação para evitar a “perturbação” da ordem por grevistas durante a inauguração de uma usina Eletrolítica em Volta Redonda. Em 1963, garantiu o funcionamento das usinas de leite da região, ameaçadas de paralisação por seus

⁴⁷ As principais empresas da região antes da CSN eram: Represa de Ribeirão das Lajes - Piraí (1908); Nestlé (1921); Metalúrgica Barbará (1937); Siderúrgica Barra Mansa - SBM (1937).

⁴⁸ O 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército (1º BIB) era localizado na cidade de Barra Mansa, região sul do Estado do Rio de Janeiro, a aproximadamente a 9,4 km da CSN.

⁴⁹ Relatório Parcial: 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército e a repressão militar no Sul Fluminense. UFF, 2015.

funcionários. E, em 1964, garantiu a proteção e funcionamento de Ribeirão das Lages (Piraí/RJ), prestes a entrar em greve.

Estes acontecimentos demonstram bem a função social que o 1º BIB assumiria na região, tornando-se uma força repressora local e, não por coincidência, todas essas intervenções foram contra movimentos de trabalhadores.

Apesar de uma grande participação de agentes do batalhão na CSN e na cidade, sua primeira ação pública dentro da usina ocorreu no dia do Golpe de 1964. Em 1º de abril, o batalhão foi acionado para combater a tentativa de greve na CSN em apoio ao governo do presidente João Goulart, liderada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. A ação foi rápida, e em pouco tempo as tropas prenderam vários grevistas, entre eles Lima Neto - presidente do SMVR. O trabalho dos agentes de repressão foi facilitado, pois a “ Gestapo” da CSN tinha enviado informações sobre os trabalhadores que facilitou o trabalho de identificação das lideranças para os militares.

Segundo BEDÊ (2010), a rapidez e eficiência das ações do Exército e do Diretor da CSN, provam que essa ação não foi improvisada, mas fazia parte de uma bem orquestrada conspiração civil-militar contra Jango. Em um dos depoimentos do Diretor industrial da CSN, demonstra muito bem a articulação da empresa e do Exército:

“Parei a tentativa de greve, tomei várias providências. Proibi a entrada na Usina dos elementos subversivos que nós tínhamos identificado. Mande cortar tudo que era telefone. Negócio de greve é comunicação. Greve só pode se desenvolver se houver comunicação, de rádio, de telefone, de pessoas. Mande ocupar a rádio... eles tinham ocupado antes, mas mandei a policia lá e eles saíram. Volta Redonda não podia se comunicar com o Rio, com nenhuma parte. Estava tudo em nossas mãos, eu tinha que dar autorização. Eu nunca fui general, mas tive que agir como um. Tinha toda estratégia preparada. Os oficiais do BIB eram muito ligados à CSN, moravam nas casas da siderúrgica. O chefe do BIB era um anti-comunista ferrenho, um coisa louca. Da linha dura do Exército. Nós até tivemos que segurá-lo um pouco para não fazer muitas barbaridades. A tendência dele era acabar com tudo e com todos. Tinha ódio de comunista. Demitimos muita gente. Todos eles entraram naquele inquérito, IPM. E todo mundo ligado ao sindicato foi preso. Na FEM, o pessoal foi embora, quase todo mundo saiu. E eu mandei despedir todos eles. Porque, ou fazia isto, ou perdia a autoridade. Nos tínhamos que recuperar e manter a nossa autoridade e a ordem e a disciplina na fábrica”.⁵⁰

É possível, através do relato acima, ter uma ideia de como ficou a situação na cidade após o Golpe. Um clima de perseguição a sindicalistas, militantes de esquerda e a qualquer um que contestasse o regime civil-militar. O 1º Batalhão de Infantaria Blindada, para cumprir

⁵⁰ Depoimento do antigo Diretor Industrial da CSN, Engº Mauro Mariano da Silva. IN: Solange Maria; A Estratégia de Gestão: fabricando aço e construindo homens. Dissertação de Mestrado. BH, UFMG, 1989.

⁵⁰ Alejandra Estevez, In O 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército e a repressão militar no Sul Fluminense. UFF, 2015.

melhor esse papel repressivo, recebeu melhorias nas suas instalações e no seu contingente de efetivos – isso a partir de 1965 - com o intuito de preparar-se para a segurança e repressão aos movimentos populares.

O batalhão se tornaria um centro de prisão e tortura integrado ao sistema DOI-CODI que funcionava no Rio de Janeiro. Os agentes do Estado, antes mesmo do AI-5, iniciaram uma verdadeira “caça às bruxas” aos trabalhadores e, posteriormente, à Igreja de Volta Redonda. Padres e militantes católicos obrigados a prestarem depoimentos, presos e torturados em seus alojamentos (CMR-VR, 2015).

Alejandra Estevez⁵¹ descreve que o relato de militantes presos no batalhão ajudou a identificar as técnicas de tortura utilizadas, os militares envolvidos e sua cadeia de comando, além da compreensão da estrutura de funcionamento do 1º BIB e sua rede de relações, colaborando para montar o quebra-cabeças dos padrões repressivos em suas diferentes fases ao longo do regime militar no nível estadual e nacional.

Em 1973, depois da comprovação que quatro soldados do BIB foram torturados até a morte, a Justiça Militar condenou sete militares, sem distinção de patentes, algo inédito e único no Brasil, o que acarretou no encerramento das atividades do 1º BIB.

2.1.4. A Igreja de Volta Redonda e a luta por justiça social

Na escola e no hospital, na Igreja e na assistência aos desvalidos, no lar e na oficina, o sacerdote vem colaborando eficazmente para que Volta Redonda, além de uma usina siderúrgica, seja também uma forja de homens, capacitados para o trabalho e bem formados espiritualmente. Tanto que aqui não se medram as ervas daninhas da dissolução, nem se desunem os homens iludidos pelos que negam a Cristo (O Lingote, nº 173, p.05)

A citação acima do jornal O Lingote⁵² demonstra o papel inicial da Igreja na cidade de Volta Redonda e na construção da “família siderúrgica”. Para que todo o processo de formação e disciplinamento dos trabalhadores da CSN tivesse êxito era necessário, como foi relatado anteriormente, saber combinar estratégias de repressão e políticas paternalistas que apresentasse a empresa como uma “mãe” doadora de benefícios. A implantação dessa ideologia na CSN contou com a contribuição da Igreja Católica, um importante elo de apoio

⁵¹ Alejandra Estevez, In. O 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército e a repressão militar no Sul Fluminense. UFF, 2015.

⁵² O Lingote era um periódico da CSN que trazia as principais ações da usina. Publicado entre os anos de 1953 a 1977, o jornal era um meio de comunicação importante na relação da empresa com a família siderúrgica e tinham a finalidade de transmitir os valores da empresa para os funcionários e seus familiares.

entre a empresa e os trabalhadores.

De acordo com SOARES (2001), a CSN encontrou na Igreja de Volta Redonda um total amparo que respaldava, integralmente, a nova moral trazida pela empresa. O que pode ser comprovado numa carta do bispo Dom Agnelo Rossi ao presidente da CSN, o general Macedo Soares, com a seguinte mensagem: “[...] *dedicaremos nossa missão em educar essa gente rude. É preciso torná-los trabalhadores dóceis e isso só será possível através do Evangelho*”.⁵³

Para SOARES (2001), durante as duas primeiras décadas da Companhia Siderúrgica Nacional na cidade, a Igreja vai assumir uma importância muito grande no projeto de dominação, contribuindo para criação de um clima de paz e harmonia social dentro da empresa e da cidade. Segundo o autor, os dois bispos que assumiram a frente da Diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda nesse período tiveram uma postura de alinhamento com os interesses da empresa.

A atuação de Dom Agnelo Rossi (1956-1963) representa muito bem essa aliança. Durante o período que esteve à frente dos trabalhos da diocese, se tornou um aliado da empresa. A Igreja era um importante elo de ligação entre a empresa e a “família siderúrgica”. A principal representação simbólica dessa união pode ser notada na ativa participação do bispo em todas as atividades religiosas da cidade e nos grandes eventos patrocinados pela CSN, conforme afirma Soares:

Desta forma, festividades como o “Corpus-Christi”, com grandes procissões, onde participavam entidades educacionais e movimentos eclesiais; entronização de imagens, comemorações de dias santos, missas campais em datas festivas, inclusive no aniversário de fundação da Siderúrgica – que aliás, era uma data especial, que era comemorada, com ampla participação da Igreja diocesana; faziam parte de um grande ritual que unia estrategicamente Igreja e empresa, irmanadas no mesmo ideal. Estes eventos contavam sempre com a participação do bispo diocesano e expressiva maioria do clero diocesano, além da direção da empresa. (SOARES, 2001, p. 100)

A participação da Igreja nesses eventos era importante para o quadro de representações que a empresa mantinha na cidade e, para compensar essa colaboração, a CSN fazia notórias contribuições à Igreja: doações de terrenos, construção de casas para padres e religiosos, contribuições financeiras e incentivos para construção de templos religiosos, entre outros. Além disso, a Companhia contribuiu decisivamente na transferência da sede do bispado para

⁵³ Carta de D. Agnelo Rossi, bispo da Diocese de Barra do Piraí. Apud in SOARES, 2001, p. 81.

cidade de Volta Redonda, que ocorreu no ano de 1965⁵⁴, doando o terreno da diocese, arcando com os custos da construção do bispado (SOARES, 2001).

A historiadora Jesse Jane Viera de Souza (2002), ao analisar esse momento da história de Volta Redonda, afirma que essa união entre Igreja e CSN atendia aos interesses das duas instituições. De um lado, o Estado que buscava a implantação da CSN e precisava de parcerias para ajudar na tarefa de forjar um novo tipo de trabalhador; de outro, a Igreja que tentava se recolocar no espaço da política nacional e, ao mesmo tempo, lutar contra o avanço do comunismo.

O bispado de Dom Agnelo Rossi chegou ao fim em 1963, tendo como seu sucessor o bispo Dom Altivo Pacheco (1963-1966). Assim como seu antecessor, o novo bispo teve sua atuação caracterizada pelo estreitamento de laços com a CSN. Dom Altivo será um grande colaborador da empresa e, de acordo com SOARES (2001), sua submissão à ela era notória: desmarcava compromisso para atender as “ordens” da CSN, era convocado para realizar missas nos mais diversos lugares, fato que levou a ser criticado por padres da diocese.

A incorporação dos ideais do governo esteve sempre presente durante seu bispado. Este fato é comprovado em 1964, quando ocorre o golpe civil-militar, e o bispo não intercedeu em favor dos sindicalistas, operários e militantes católicos que foram presos. O bispo apenas acompanhou os acontecimentos, não se posicionando contra ou a favor das arbitrariedades que eram cometidas em todo país e na cidade. Ao contrário, comemorou os frutos da “Revolução”, e, em 1966, realizou uma missa campal em ação de graças pelo terceiro ano da “Revolução Democrática Brasileira”, realizada com a participação da diretoria da CSN, autoridades civis e militares (SOARES, 2001).

Segundo o historiador Luiz Fernando Mangea da Silva (2014), essa atuação da Igreja fazia parte de sua estratégia para difundir uma ação evangelizadora no meio operário. A CSN, em contrapartida, buscava implantar seu projeto de regulamentação das relações sociais através da dominação da força de trabalho do operariado. Para o autor, as duas estratégias visavam à subordinação dos trabalhadores por meio da obediência hierárquica e da disciplina, para dessa forma obter um controle social.

Outra característica da diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda, nesse período de implantação da política paternalista da Companhia Siderúrgica Nacional, foi a atuação dos

⁵⁴ A Diocese de Barra do Piraí tinha sua sede na cidade de Barra do Piraí, cidade próxima a Volta Redonda. Durante o bispado de D. Agnelo, a CSN e a Igreja buscando concretizar o ideal de família siderúrgica, articularam a transferência da sede do bispado para a Cidade do Aço, que a partir de então, passou a ser denominada Diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda.

Círculos Operários⁵⁵ - movimento fundado no município no ano de 1946, fruto de uma iniciativa de diretores da CSN e da Diocese para promoção de lazer, cursos profissionalizantes e de alfabetização. O movimento se caracterizou por uma tentativa da Igreja de monopolizar o movimento operário na cidade, alinhando-o aos seus interesses (SOARES, 2001).

No entendimento de DREIFUSS (1981), os círculos operários vão ter a função de orientar os operários dentro dos princípios da organização, buscando sempre a harmonia e o entendimento entre patrões e empregados, combatendo a ameaça comunista. Para isso, passaram a competir com os sindicatos de esquerda, criando organizações “fantoques” e movimentos orientados pelo clero com objetivos de esvaziá-los.

A atuação dos Círculos Operários na CSN, nunca era de confronto com a empresa, mas sim, de um grupo que se apresentava como intermediário na relação entre o trabalho e o capital. A mensagem do jornal “O Lingote”, representa muito bem um dos objetivos dos Círculos:

O Círculo Operário é uma organização do trabalhador. Têm por finalidade arregimentar os trabalhadores, criando um movimento forte para ampará-los, educá-los e defendê-los em toda sua estrutura e condições de vida, quer materialmente, moral ou espiritual... Pode também interferir nos casos de desentendimentos entre empregadores e empregados, procurando uma reconciliação de caráter amigável.⁵⁶

O Círculo Operário, a partir da década de 1950, assumiu uma postura de crítica e enfrentamento ao SMVR, na medida em que esta entidade sindical passou a ter uma postura independente em relação a CSN. O Círculo passou a se alinhar contra ele, utilizando até mesmo carros da empresa para fazer propaganda contra os dirigentes sindicais.⁵⁷ O grupo, entretanto, teve pouco protagonismo entre as lutas sindicais, pois poucos líderes sindicais pertenciam ao movimento.

O Círculo Operário, além disso, a partir de 1962 vai perder espaço para a Juventude Operária Católica, com militantes que vão ter uma maior atuação no movimento sindical e, após a chegada do bispo Dom Waldyr e sua nova orientação progressista, deixaram de existir.⁵⁸

⁵⁵ Bedê afirma também que outra forma de atuação da Igreja Católica no movimento operário foi através da Juventude Operária Católica (JOC), com uma atuação diferente dos Círculos. A JOC identificava-se com uma postura mais participativa no movimento operário. No entanto, as lideranças de JOC se destacariam somente após o golpe de 64. (BEDÊ, 2010, p. 213)

⁵⁶ Lingote, nº160, março/1960.

⁵⁷ Jessie Jane Viera de Souza, Igreja e movimento operário: uma visão preliminar. In. Arigó: o pássaro que vem de longe. Revista do Centro de Memória Sindical. Coleção trabalhadores em luta. Nº1. (ano). P. 67.

⁵⁸ Idem.

Durante seu período de atuação (1946-1966), os Círculos Operários tiveram o incentivo da Cúria Diocesana, através dos bispos Dom Agnelo Rossi e Dom Altivo, que atuaram no sentido de sua consolidação no município. O primeiro dirigia cursos que buscava angariar o apoio da população para defender a democracia e a propriedade privada, valores que contrapunha ao discurso comunista; o segundo era considerado um padre que não se deixava ser enganado pelas manobras comunistas. (SOARES, 2001, p.91).

De acordo com SOUZA (2001), Dom Agnelo tinha o interesse de instituir na cidade uma estrutura religiosa onde o círculo operário desempenhasse um papel importante para a concretização dos interesses da Igreja. Para isso, construiu uma relação de permanente entendimento com a empresa, até conseguir seu apoio para realizar a transferência da sede do bispado para a cidade.

Entretanto, do mesmo modo que ocorreu com o SMVR e com os trabalhadores, as transformações políticas e sociais da década de 60 fizeram com que Igreja de Volta Redonda mudasse sua posição em relação ao Estado Brasileiro. A postura favorável de Dom Altivo em relação à CSN propiciou a criação de um clima tenso na diocese de Volta Redonda. O seu bispado foi muito criticado pelos padres da diocese, muitos sacerdotes começaram a afastar-se do bispo, não indo a reuniões, procissões e até mesmo missas. Além disso, o acusavam de estar recebendo dinheiro da CSN. Esta situação foi debilitando a saúde do bispo que, devido a este panorama, pediu transferência para outra diocese. O pedido foi aceito e, em julho de 1966, o bispo assumiu a diocese de Araçuaí, no interior de Minas Gerais (SOARES, 2001, p.93).

Em seu lugar assumiu o bispo D. Waldyr Calheiros, que alterou profundamente o quadro de relações entre a CSN e a Igreja, a partir de sua chegada na cidade, marcando o início de uma nova fase da instituição na cidade. Orientada por uma perspectiva progressista, passou a adotar uma organização interna centralizada e democrática e a apoiar diversos tipos de movimentos sociais no município.

O novo bispo, apresentando uma postura totalmente diferenciada de seu antecessor, rompeu com os antigos laços de união entre a Igreja e a CSN. Na primeira missa em que o sacerdote foi convidado para celebrar a memória da morte de trabalhadores na usina, este fez duras críticas à direção da Companhia em relação às mortes dos operários e questionou as ações que a CSN poderia ter feito para evitá-las. A empresa, deste episódio em diante, não o convida para outras solenidades. Dom Waldyr, além disso, rejeitou a proposta da CSN sobre a construção de uma nova catedral, que se chamaria “Catedral do Aço” – na opinião do

religioso não tinha cabimento uma Igreja ser construída pela empresa. Para ele, a Igreja não deveria subordinar a cidade à sua vontade, muito menos que tanto a cidade como a siderúrgica pudessem manipular a Igreja (SOARES, 2001, p.125).

... Seria ridículo se viéssemos para Volta Redonda com a pretensão de dominarmos a cidade e a Siderúrgica, sujeitando-as à Igreja, como se quiséssemos impor uma civilização de 'tipo clerical'. Nada disso. Porém não menos criminoso seria o inverso: se a cidade e Siderúrgica pudessem manipular a Igreja, influenciando-a em sua missão. (Dom Waldyr Calheiros⁵⁹)

Essas e outras ações do bispo contribuíram para a quebra da aliança política-ideológica que amparara o Golpe Civil-Militar de 1964 e, também, para a instabilidade da harmonia existente entre a CSN e os militares. A chegada do bispo à cidade coincidiu com um conturbado período da história do Brasil, em que ocorre um significativo avanço do movimento operário e popular no país; nesse contexto a Igreja se destacou por ser enfrentar os militares, o que contribuiu para estimular os grupos de base em áreas rurais, através dos Sindicatos e do Movimento de Educação de Base (MEB), como nos centros urbanos pela Ação Católica e seus grupos especializados (ACO, JOC, JUC, etc.) e, algumas vezes, aliando-se a outros grupos de esquerda na luta contra a ditadura.

Dom Waldyr, inspirado nos ideias do Vaticano II⁶⁰, assumiu a *opção preferencial pelos pobres*, passando a defender as vítimas do regime. Assim, a Igreja de Volta Redonda se tornou uma grande defensora dos trabalhadores e setores populares, dos perseguidos e reprimidos pelo Estado. Nesse momento, a Igreja se tornou a única instituição na cidade com poder suficiente para enfrentar os militares.

O novo clérigo, ao se deparar com a realidade dos trabalhadores da cidade (salários baixos, endividamento devido ao alto custo de vida, arrocho salarial, crescimento de doenças mentais, desemprego e subemprego⁶¹), deu início ao corajoso projeto de implantação de uma Igreja popular, apoiando os movimentos sociais da cidade⁶², fato que aproximou-o da classe operária, transformando-o em defensor de seus direitos

⁵⁹Carta de D. Waldyr em saudação aos diocesanos de Volta Redonda. 8 de dezembro de 1966. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda.

⁶⁰ O Concílio do Vaticano II ocorreu entre os anos de 1962 a 1965, inaugurado por João XXIII e concluído pelo Paulo VI. Tratava-se de uma atualização das práticas católicas às novas conjunturas e ao mesmo tempo uma reafirmação de certos dogmas católicos. Este Concílio foi importante para uma série de movimentos católicos, pois ele reconheceu um papel ativo para o leigo no interior do espaço eclesial. Suas determinações desenvolvem a ideia de Igreja como Povo de Deus, mais próxima das camadas populares (BEOZZO, 1993).

⁶¹ No dia 14 de novembro de 1967 Dom Waldyr enviou uma carta à imprensa do Rio de Janeiro que ficou conhecida como 'Os Sete Pecados Capitais', que denunciava a difícil situação dos Operários da CSN. Declaração de Dom Waldyr Calheiros à imprensa – "Os sete pecados capitais". Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda, 14 de novembro de 1967, Pasta 1, Doc 006-008.

⁶² Boletim da diocese de Volta Redonda e Barra do Pirai. Edição Especial. Dezembro de 1976.

contra as arbitrariedades do Estado - conforme é relatado pelo próprio bispo:

Pois é, naturalmente, aí que está o problema... no começo eu cheguei e era uma Ditadura Militar, aí o pessoal não tinha advogado, não tinha promotor, não tinha defensor público - vai se queixar com que? Com o bispo, e as queixas corriam para o bispado para que eu tomasse o apoio para eles, operários que estavam assim sendo chicoteados. Era um tempo duro danado. Chicoteados até hoje. (Dom Waldyr Calheiros. Entrevista concedida ao autor, realizada em outubro de 2008.)

Em 1967, as relações entre Dom Waldyr e os militares na cidade já estavam fragilizadas, no entanto, ocorreu um evento que as tornou insustentáveis: A prisão dos Jovens da Juventude Diocesana Católica (Judica). Entre os dias 05 e 06 de novembro, quatro jovens da Judica, Natanael José da Silva (Presidente), Jorge Gonzaga (Diretor Esportivo), Guy Michael Camille Thibaut (diácono da Congregação dos Lourdistas) e Carlos Rosa (seminarista) foram detidos por soldados do 1º BIB, durante a distribuição de panfletos em protesto contra a situação política, econômica e social pela qual passava a população brasileira. O conteúdo do panfleto fazia uma crítica ao imperialismo americano e à ditadura instaurada no país, como podemos ver em um trecho do documento:

No Brasil, morrem de fome, por dia, 1000 crianças vítimas da FOME. Para cada morto que nos fica, como resultado da fome, da miséria, da doença, frutos da exploração dos Estados unidos, vai para os cofres americanos a soma de Cr\$ 2.500.000,00. Este governo é anticristão. Lançou o povo na miséria. É uma DITADURA a serviço do imperialismo americano.⁶³

O panfleto representou, na visão dos militares, uma afronta e uma ameaça ao que eles chamavam de “Segurança Nacional”. Neste cenário, soldados do Exército, após a realização das prisões, revistaram os aposentos dos integrantes da Judica, dois dos quais moravam na residência do bispo Dom Waldyr Calheiros⁶⁴, a imagem dos jovens progressistas e os rotulassem como comunistas ou subversivos.

Os quatro jovens foram presos no 1º BIB, mantidos incomunicáveis por um mês, prazo estabelecido para apuração do Inquérito Policial Militar (IPM). Apesar de não sofrerem tortura física, houve ameaças de morte - com pistola em cima da mesa - e tortura psicológica. A própria prisão incomunicável, arbitrária, autoritária, constituía-se, em si mesma, numa

⁶³ Folheto: Brasileiro. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda. 6 de novembro de 1967. Pasta prisão do Diácono GUI (1967-1968). Doc.01.

⁶⁴ A prisão dos militantes da JUDICA levou os militares a invadirem a residência de dom Waldyr para realizar busca e apreensão no quarto dos presos. Estes episódios mexeram com a própria hierarquia da Igreja Católica, que viveu um dilema: ao mesmo tempo que defendia a autonomia da instituição e o respeito ao bispo, alguns setores evitavam atritos com os militares. SILVA, Luiz Fernando Mangea da. Resistência e Compaixão: o catolicismo social de Dom Waldyr Calheiros. Paco Editorial. 2017, p. 114-115.

tortura física e psicológica permanente, dia e noite, sem se prever o desfecho da questão. (CMV-VR, 2015, p. 147)

Este fato representou o rompimento definitivo entre a instituição religiosa e os militares na cidade porque o bispo Dom Waldyr, em protesto a esse acontecimento, faz uma denúncia na imprensa local, que ficou conhecida como “Os sete pecados do capital”, onde expõe a invasão do bispado, além de protestar contra as péssimas condições de vida e de trabalho dos habitantes da cidade. O documento dizia o seguinte:

Enquanto o coronel Armênio está preocupado em descobrir pessoas subversivas, eu estou preocupado: 1) com um acordo salarial que vem se arrastando há cinco meses, e enquanto isso, vários operários são privados até ‘dessas migalhas que caem da mesa de seu Senhor’; 2) estou preocupado que, para alguns, este aumento acrescenta NC\$160,00 a mais no seu salário, enquanto, para outros, o aumento representa mais ou menos NC\$ 21,00, que, somados ao seu salário atual, chegam a NC\$ 150,00, mais ou menos, quantia inferior ao simples aumento dos primeiros. O pão que este come é o mesmo preço. A carne que estes não comem é o mesmo preço para aqueles que a comem; 3) estou preocupado que este aumento não venha a cobrir o saldo devedor dos operários, que já é preocupação da CSN, e que centenas de operários, no dia do pagamento, levam para suas casas, motivando tristeza para alguns lares, desentendimentos em outros e desespero para muitos, pondo a estabilidade da família em jogo; 4) estou preocupado com o índice elevado de doentes mentais entre operários, não só novos, como antigos. Alarma-nos também o número de alcoólatras; 5) estou preocupado com a manutenção de castas sociais: Laranjal é para ... a Vila é para ... apartamentos é para ... Isto é criar rivalidades entre classes. São ilhas criadas; 6) estou preocupado com a vida da comunidade dos moradores nas casas que não lhes pertencem. Sei que a própria CSN está preocupada também há vários anos. As casas não lhe pertencendo e não podendo comprá-las, ninguém se sente estável e seguro. Daí, a apatia por qualquer coisa da cidade. Esta indiferença entre pessoas humanas é pernicioso no relacionamento humano; 7) estou preocupado com o excesso da oferta de trabalho e a exploração de algumas empresas que se aproveitam da situação, impondo lhes pagamento arbitrário, em desrespeito à legislação vigente. Com estes e com outros problemas me preocupo, pois é melhor combater as causas da insatisfação e da revolta, péssimas conselheiras na hora de desespero, que preocupar-me com esta ou aquela pessoa que não teve mais paciência como o nosso ‘Pedro Pedreiro ... que tem mulher que está esperando um filho para esperar também ...’ Tudo são preocupações pastorais que, junto às outras do nosso ministério, obrigam-me a ver, lá fora da minha residência, as causas que podem levar ao desespero da subversão.⁶⁵

A Igreja de Volta Redonda, deste momento em diante, tornou-se o centro das investigações dos militares na cidade, o que não desestimulou o projeto de luta por justiça social do bispo. A partir de 1968, ações de Dom Waldyr, dos padres progressistas e de ativistas católicos provocaram ainda mais, a reação repressiva dos agentes do Exército.

O presente trabalho não pretende relatar todos esses acontecimentos⁶⁶, pois afastaria-se

⁶⁵ Declaração de Dom Waldyr Calheiros à imprensa – “Os sete pecados capitais”. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda, 14 de novembro de 1967, Pasta 1, Doc 006-008.

⁶⁶Nos anos de 1968 e 1969, destacaram-se os seguintes fatos marcantes da Ação Católica que resultariam em confronto com a Ditadura Civil-Militar: A Decisão de D. Waldyr de não celebrar, em 31 de março de 1968; a missa de comemoração da “Revolução de 64” (Golpe de 64 na ideologia da Ditadura Civil-Militar); Celebração da Paixão de Cristo como “via crucis”

do objetivo da pesquisa, mas destaca o evento ocorrido em 10 de outubro de 1968, a Comemoração dos 20 anos dos Direitos Humanos. O evento mostrou como a Igreja e grupos de leigos atuavam em conjunto, criticando as “injustiças” do regime civil-militar.

No dia 8 de dezembro de 1968, no Centro Social da Paróquia Santa Cecília, foi lançado o Movimento Ação, Justiça e Paz, ao mesmo tempo que se comemorava o aniversário de 20 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Neste dia, a Igreja, em conjunto com o grupo de teatro da cidade, elaborou a encenação de várias peças teatrais: “Zé do Forno”; “Monólogo das Empregadas”; apresentação de frases combinadas de pensadores e estadistas; miséria no Nordeste.

A peça “Zé do Forno” foi escrita pelo professor Antônio Carlos Santini, enquanto o “Monólogo das Empregadas” foi elaborado pelo Padre Arnaldo Werlang. Ambas apresentavam críticas às condições de trabalho na CSN e à ditadura, como é possível perceber através do seguinte trecho da peça “Zé do Forno”:

“Calor. Faz calor...tenho a garganta seca de calor. Essa boca de aço, vomitando aço... Sou o boi. O olho do patrão calcula meu peso e o seu lucro...mede a carne e reclama dos meus ossos... Sou o boi assado...coisa de doido. Durmo hoje, amanhã o forno me espera. O forno é minha sombra. Sombra preta de carvão. Carvão da noite, noite da morte”. Então, o operário em angústia psíquica dilacerante, enlouquecido pela situação de insalubridade e precariedade no seu local de trabalho, sem esperança, ele se suicida no alto forno da CSN.⁶⁷

O evento contou com a participação de um grande número de pessoas, atraindo a atenção dos militares, que fotografaram todas as pessoas do evento que, mais tarde com a implantação do AI-5, foram presas na chamada Operação Gaiola⁶⁸, promovida pelo Exército contra os participantes do Movimento Ação Justiça e Paz, promovido por Dom Waldyr Calheiros.

Os militantes presos passaram o Natal e Ano Novo no 1º BIB para averiguação. Para denunciar essa situação de modo metafórico, os padres Natanael Campos, Bernardo Thus e Arnaldo Werlang idealizaram o presépio da Igreja Santa Cecília onde o Menino Jesus, Maria e José e as ovelhas apareciam presos atrás das grades, como podemos ver na imagem abaixo:

da classe operária no Estádio de Volta Redonda; a encenação do “Auto da Sexta Feira Santa”, na Igreja Santa Cecília; Lançamento do MOVIMENTO AÇÃO, JUSTIÇA E PAZ; Comemoração dos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; Presépio da Igreja Santa Cecília; D. Waldyr visita o BIB e declara-se preso em solidariedade; Carta de D. Waldyr aos diocesanos sobre as prisões no BIB; D. Waldyr e 11 padres denunciam torturas no BIB; IPM contra D. Waldyr e 16 padres.

⁶⁷ Peça: Zé do Forno. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda, 8 de dezembro de 1968. Pasta 2. Doc 04.

⁶⁸ A “Operação Gaiola” também prendeu sindicalistas processados no IPM da CSN e comunistas processados no IPM do PCB (ambos de 1964), além das prisões dos sindicalistas da Chapa Azul (1968), no mesmo processo das prisões de católicos progressistas. Todos ficaram presos no 1º BIB, ao todo 40 detidos, segundo documentos secretos do Exército, para averiguações. (CMV-VR, 2015)

Figura 2: Foto do presépio montado na Igreja Santa Cecília, em dezembro de 1968



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda - Dez 1968. Pasta 5. Doc. 10.

Para as forças repressoras do Exército, esse presépio constituiu uma prova da subversão⁶⁹ do clero progressista comandado pelo religioso e, para conseguir mais provas de sua “subversão”, em todos os interrogatórios, inclusive os realizados com sindicalistas, havia a intenção declarada em obter delações que incriminassem Dom Waldyr, *como um Bispo comunista que fomentava a subversão na sua Diocese* (CMV-VR, 2015, p. 218)

Os militantes presos na Operação Gaiola foram sendo libertados paulatinamente, porém, no dia 13 de janeiro de 1969, a esposa do professor Waldyr Bedê, Marizza, procurou o bispo para dizer que seu marido ainda estava preso e que ao procurar o Comandante Coronel Armênio, no BIB, ele respondeu que o professor e Santini estavam presos por ter participado da Comemoração dos Direitos Humanos.

⁶⁹ Subversão podia se referir especificamente a ações revolucionárias ou políticas proibidas pelo regime, como por exemplo, sequestro, assaltos, a bancos e a criação de movimentos oposicionistas armados. Mas durante os anos Médici, ela se tornou uma expressão polivalente para militares, servindo para tudo que cheirasse a esquerdismo, que ameaçasse o status quo político ou implicasse crítica ao regime, como por exemplo, organizações de camponeses, movimentos estudantis e canções de protesto. A subversão podia ser um crime ou alguma coisa atribuída a indivíduos como se fosse a violação de um código e de um sistema moral, religioso e político maiores – , a ordem social, como o regime a definia. A subversão era a inimiga do regime, mas também justificava sua existência. Um subversivo era alguém considerado como tal pelo regime, independente de qual tivesse sido a inflação alegada contra ele ou tipo de prova apresentada. Os militares utilizavam a noção de subversão para lançar acusações sobre seus inimigos. (SERBIN, 2001, p. 239-240)

No dia seguinte, o bispo, acompanhado pelo monsenhor Barreto e pelo padre Arnaldo Werlang, foram ao quartel de Barra Mansa onde questionaram o comandante da instituição se os professores estavam presos devido a sua ligação com a Igreja. A resposta do comandante foi que os dois não estavam presos somente por causa do bispo, mas também pelo envolvimento no movimento sindical desde 1964 e por terem participado como autores do “Auto da Sexta-Feira Santa” e da peça “Zé do Forno” na Comemoração dos Direitos Humanos.

O bispo não aceitou a justificativa do comandante do BIB e decidiu se declarar preso em solidariedade aos mestres, em uma atitude de confronto ao Coronel Armênio, como se pode ver em suas palavras:

Fiz me ao Cel. Que ficar na diocese delatado e difamado, era preferível ficar preso. Disse-lhe que ele haveria de convir não ser possível eu assistir passivamente prisões de pais de famílias, privados da convivência com sua esposa e filhos, enquanto eu, o causador, o criminoso, o comunista e subversivo, estava solto. Então que ele me considerasse prisioneiro.⁷⁰

Essa ação do bispo causou mais um embate entre o Exército e a Igreja, pois a prisão de um bispo numa unidade das Forças Armadas incitaria a opinião pública contra o regime, e se aceita pelo comandante poderia levar a consequências imprevisíveis. Diante desta situação, o comandante do batalhão se viu sem saída, apressou as investigações e, em pouco tempo, soltou os dois professores (CMV-VR, 2014, p. 217-222).

São inúmeros os casos que mostram a nova relação entre a Igreja e Estado em Volta Redonda a partir de 1966. A Igreja de Volta Redonda, liderada pelo bispo Dom Waldyr Calheiros, se tornou um polo de resistência ao autoritarismo militar, o que atraiu diversos grupos que contestavam o regime civil-militar implantado no país, inaugurando uma nova fase do movimento operário na região.

2.2. Contexto de criação da JOC em Volta Redonda

Antes de iniciar a análise da trajetória da Juventude Operária Católica de Volta Redonda, é importante lembrar existem poucos documentos que tratam de sua fundação e a história do grupo. Na busca por documentos institucionais, correspondências, circulares que pudessem atestar a este respeito não foram obtidos frutos efetivos.

⁷⁰ Relatório de D. Waldir apresentado ao Episcopado - Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda - 15 jan 1969. Doc. 64

Devido a isso, para uma melhor compreensão da trajetória do grupo no município, recorreu-se ao uso da memória, que permite, entre outras coisas, recuperar informações sobre acontecimentos e processos que não se encontram registrados em outros tipos de documentos⁷¹, como é caso da formação e estruturação da JOC no município. A utilização desta metodologia permite observar diferentes experiências, pontos de vista e ressignificações – prática que tem contribuído, significativamente, para o processo de pesquisa.

A análise das memórias individuais dos ex-integrantes da JOC leva a um maior e melhor entendimento da história do movimento, pois a memória - ainda que pertença a um indivíduo - possui caráter coletivo porque ela só é capaz de recordar o passado quando pertence a certo grupo social, em outras palavras, quando é uma memória coletiva⁷², uma memória de grupo. Como afirma Halbwachs:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. E porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem... Outros homens tiveram essas lembranças em comum comigo. Muito mais, eles me ajudam a lembrá-las: para melhor me recordar, eu me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muito das ideias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles. (HALBWACHS, 1990, p. 26-27).

Acredita-se que as memórias dos ex-militantes possam ajudar na construção de uma “memória” do movimento em Volta Redonda, contribuindo para uma reinterpretação do complexo de relações que cercam cada um dos entrevistados. Entendimento esse que vai ao encontro das ideias de Halbwachs, quando afirma que as memórias individuais são formadas a partir da interação com o outro e, por isso, podemos recorrer a testemunhos para reforçar ou enfraquecer, como também completar o que sabemos a respeito de um evento sobre o qual temos alguma informação (HALBWACHS, 1990).

Mas, também é importante compreender que, ao trabalharmos com a História Oral, é necessário ter-se em mente que os relatos dos entrevistados não podem ser considerados como uma verdade incontestável. BURKE (1992) caracteriza a memória como uma reconstrução do

⁷¹ DELGADO, 2010, p. 19.

⁷² Maurice Halbwachs em sua obra desenvolveu o conceito de “memória coletiva”, no qual afirma que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser verdadeiramente analisado se não levar em conta os contextos sociais que atuam como apoio para o trabalho de reconstrução da memória. Nesse sentido, o conceito de “memória coletiva”, não permite que a memória tenha apenas uma dimensão individual, considerando que as memórias do indivíduo nunca serão apenas suas, pois nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social. (HALBWACHS, 1990)

passado, pois recordá-lo e escrever sobre ele não são atividades ingênuas e inocentes. Quando o passado é lembrado há uma identificação com episódios importantes para o nosso grupo social que, assim, passam a ser incorporados e filtrados por nossas estruturas comportamentais. Diante dessa afirmação, o autor destaca que a Memória e História se tornam cada vez mais complexas, pois nem uma nem outra parecem ser mais objetivas. Em ambos os casos, os pesquisadores devem estar atentos à seleção consciente ou inconsciente dos fatos e que a interpretação e a distorção deles são fenômenos socialmente condicionados - não se tratando de um trabalho de indivíduos isolados.

Dessa forma, podemos considerar que a memória é uma construção produzida no presente a partir de experiências ocorridas no passado. Por não sermos indivíduos isolados, nossas memórias individuais e coletivas se confundem e, desse modo, influenciemos e somos influenciados pelos grupos a que pertencemos ou com os quais nos identificamos.

As fontes orais nos revelam as intenções, crenças, mentalidades, imaginário e pensamentos referentes a experiências vividas. Apesar de não fornecer um dado preciso, as fontes orais nos apresentam informações que não são encontradas em nenhum documento escrito. A metodologia oral se apresenta como essencial para a compreensão e estudo do tempo presente, uma vez que somente através dela podemos conhecer os sonhos, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum status político ou econômico, mas que presenciaram acontecimentos históricos de sua época (MATOS e SENNA, 2011).

Entretanto, o fato da metodologia oral não estar frequentemente ajustada às crenças e imaginários dos entrevistados não deve servir como empecilho para seu uso, pois conforme afirma GARRIDO (1993), ela deve ser trabalhada em conjunto com as fontes escritas, pois há coisas que nunca poderemos saber a partir apenas do documento escrito, e também há coisas que a pesquisa oral não permite sequer que sejam colocadas. (GARRIDO, 1993, p. 39-40)

2.2.1. Criação e estrutura da JOC de Volta Redonda.

A década de 1960 encontra um ambiente sociopolítico conturbado na cidade de Volta Redonda, fruto das dificuldades financeiras da CSN, que se agravavam, e do rompimento da política paternalista da empresa. Segundo BEDÊ (2010), o fim dessa política vai contribuir para que um grande número de filhos de operários da CSN mudassem de pensamento em relação à empresa. Esses nova geração de trabalhadores, quando começaram a trabalhar na

usina, não tiveram acesso às benesses da “Família Siderúrgica” como a geração anterior. Geralmente entravam como serventes, ganhavam salário mínimo e não recebiam residência da empresa. Essa massa de trabalhadores descontentes com os novos rumos da companhia iria contribuir para a formação do novo movimento operário em Volta Redonda. Para o autor, a vitória do comunista Lima Neto nas eleições sindicais de 1963 expressaria essa força social nascente.

Essa nova geração de operários metalúrgicos vai se tornar mais consciente da necessidade de união da categoria e irá reconhecer o sindicato como um instrumento de luta contra o capital. Essa nova mentalidade pode ser entendida a partir das palavras de um militante sindical, que reconhece a importância da política paternalista para seu pai, mas, ao mesmo tempo, indigna-se com a empresa:

Acho que essa nossa identidade bipartida é fruto da política paternalista e autoritária que gera ambiguidade dentro da gente – é uma mão que afaga e outra que surra. Tenho um orgulho – que imagino ser correto – por meu pai ter participado da construção da usina. No entanto, não consigo, intimamente, separar isso de toda violência e arbítrio que foram empregados nessa construção e que permanecem na estrutura de exploração. E hoje com toda minha militância sindical e política ainda não consegui separar inteiramente, na minha cabeça, estas duas faces da mesma moeda. (Isaque Fonseca, In VEIGA e FONSECA, 1990, p. 16-17)

Essa experiência vivida pelos trabalhadores contribuirá para despertar uma consciência de classe, surgida a partir das experiências em comum, que se apresentavam através da exploração vivida dentro da fábrica e pela indignação contra as políticas autoritárias da empresa.

De acordo com PESSANHA e MOREL (1991), a partir desse momento acontece a formação de uma nova classe de trabalhadores, uma geração com um perfil diferente que surgiu a partir da reelaboração de referenciais identitários anteriores. Para as autoras, a perda de benefícios como a “proteção” (casas) e dos “direitos” (a estabilidade) favoreceu o surgimento de novas hierarquias internas à classe e novas possibilidades de integração.

Como já vimos, esse cenário de indignação contra a Companhia Siderúrgica Nacional vai favorecer o surgimento de vários polos de oposição à empresa, sendo um deles a Juventude Operária Católica. Segundo Edir Alves de Souza⁷³, o grupo foi fundado em Volta Redonda no ano de 1962, por filhos de funcionários da Companhia que estavam descontentes com a política adotada pela empresa e pela situação pela qual passavam os operários.

Segundo o militante Edir Alves de Souza, o movimento vai nascer com a missão de

⁷³ Ex-tesoureiro e um dos fundadores da JOC em Volta Redonda.

levar a religião católica aos operários e buscar melhorias nas condições de vida dos trabalhadores:

....quando foi criada a JOC aqui em Volta Redonda... por exemplo... ela foi criada justamente pra levar o Cristo vivo aos trabalhadores... nós tínhamos essa racionalidade... o jovem naquela época era muito explorado... não tinha carteira assinada... não tinha nada... - - e graças à educação familiar que eu tive... porque naquela época se vivia assim muito... os pais não davam mole pra gente né... eu tenho orgulho de dizer que eu com nove ano eu tinha carteira de menor assinada... meu primeiro emprego foi como cortador de grama... quando de menor eu cortei grama- - e quando eu entrei pra JOC então aí que eu tive mais consciência de que o trabalhador tinha que ser fichado... tinha que ter carteira... e depois fui pra escola então mais isso aí se aperfeiçoou em mim e entrando no grupo também... então nós tínhamos certa preocupação em orientar os jovens e naquela época o jovem era muito explorado...(Edir Alves de Souza. Em depoimento a CMV-VR, 2015, p. 260)

Segundo o Bispo D. Waldyr Calheiros, a JOC vai se destacar entre os outros grupos católicos existentes na cidade, pois seus militantes tinham uma consciência de classe diferenciada e atuavam para resolver os problemas da realidade social, conforme afirma:

Enquanto os demais grupos jovens católicos enfatizavam os problemas de comportamento moral da juventude e cultivavam o convívio religioso em reuniões e encontros eucarísticos jovens, missas mais próximas da cultura jovem e práticas filantrópicas, os grupos da JOC tinham uma linha evangelizadora de viés classista e politizador, ou seja, mais voltado para os problemas da realidade social. De tal maneira, que a experiência religiosa jocista foi muitas vezes acusada de marxista pelas forças repressoras da Ditadura. (D. Waldyr Calheiros. CMV-VR, 2015, p. 262-263)

Essa atuação politizada do grupo é fruto do período histórico em que viviam. Para MENDONÇA e FONTES (2006), o cenário nacional encontrava-se muito conturbado e marcado pela intensificação dos movimentos sindicais que buscava modos de impedir a erosão salarial e, utilizando-se do recurso da greve que se estendia por vários setores da economia, na tentativa de alcançar tal objetivo.

Os militantes que fundaram a JOC estavam inseridos nesse contexto, no ano de 1962, e com a ajuda de um padre belga, chamado Conrado, iniciaram o movimento no município. Segundo Edir Alves de Souza, o clérigo explicou todo o funcionamento da JOC para os jovens e voltou para seu país de origem⁷⁴.

⁷⁴ Uma das estratégias da JOC Internacional era a expansão do movimento. Segundo HARI (2000), muitos missionários e sacerdotes saíram em missão de expandir o movimento em outras partes do mundo. De acordo com MORAES (2003), depois da Segunda Guerra Mundial vieram para o Brasil um grupo de padres franceses, membros da associação Filhos da Caridade, fundada em 1918, cuja finalidade era a evangelização dos trabalhadores e apoio a sua luta ara condições de vida mais humanas. Essa associação adotou a prática de inserir os padres nas fábricas para trabalharem com os operários, o que ajudou na expansão do movimento no Brasil.

Os primeiros núcleos da JOC foram nos bairros do Retiro, Vila Brasília, Jardim Amália e Pinto da Serra, na periferia da cidade, fora do planejamento urbano e do controle da CSN⁷⁵. O primeiro presidente do grupo foi José Patrício Rosa, o secretário era Toninho Resende e o próprio Edir Alves era o tesoureiro.

Edir confirma que a implantação da JOC no município foi muito difícil, pois era um grupo de jovens desconhecidos e com pouco apoio da Igreja. Alguns sacerdotes, como, por exemplo, o padre Nicolau, perseguia o grupo, pois dizia que não gostava da JOC. Segundo o militante, o bispo Dom Altivo também não tinha nenhuma preocupação com o movimento, estando com sua atenção voltada para os empresários e não permitia o acesso dos jovens às dependências da igreja, fato que dificultava as reuniões, que eram realizadas em frente à igreja de São Sebastião, após a realização de missas.

A implantação da JOC não foi fácil, fomos perseguidos por alguns padres, como por exemplo, o Pe. Nicolau, que não gostava da JOC, fazíamos nossas reuniões aos sábados, às vezes no domingo, sem um local adequado, num barraco atrás da Igreja de São Sebastião, ou até mesmo em frente à igreja em um poste. Então foram n vezes que nós fizemos reunião na Igreja São Sebastião no Retiro debaixo do poste da luz. Reunia o grupo debaixo do poste da luz e fazíamos nossa reunião ali discutia tudo ali e partia para os trabalhos. E depois de 1966 com a chegada de Dom Waldyr, que ele deu abertura, então nós conseguimos até um barraco, aqueles barracos que ficavam lá no fundo da Igreja. Aí nos reuníamos e tudo lá e partíamos pro nosso trabalho. (Edir Alves de Souza. Entrevista concedida a Alejandra Estevez em outubro de 2011)

De acordo com Antônio Liberato , o núcleo do Retiro⁷⁶, inicialmente, chegou a ter aproximadamente de 45 a 50 jovens, que se reuniam semanalmente após a missa, na Igreja de São Sebastião. Estas reuniões tinham o objetivo de discutir os problemas que os jovens passavam dentro da empresa, baseando-se no método da JOC. Os militantes traçavam metas e modos de atuação sobre a realidade que viviam.

O grupo da JOC em Volta Redonda, seguindo as orientações de Cardijn, que dizia que todo o planejamento das atividades deveria ser elaborado e executado pelos jocistas fazia com que tudo fosse realizado de acordo com a orientação espiritual. A atuação era ampla e abrangia a discussão dos problemas dos operários dentro da usina,

⁷⁵ CMV-VR, 2015, p.259.

⁷⁶ De acordo com a CMV-VR, a JOC tinha por base os bairros do Retiro e Vila Brasília, ambos fora do planejamento urbano e do controle da CSN, na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. Segundo SOARES (2001), o bairro Retiro e adjacências, que também era conhecido como Cidade Nova, não foi planejado conforme o modelo tipicamente americano, com divisões planejadas, para o atendimento de famílias de porte médio e jardins construídos na frente das casas, que eram abertas, sem muros ou cercas, como os bairros que ficavam do outro lado do rio Paraíba do Sul (Bela Vista, a Vila Santa Cecília, Conforto e a Vila dos Índios (atual Sessenta). Essa região, apesar de não ser contemplada com as benesses do company-town, abrigava uma grande massa de trabalhadores da CSN.

como as questões salariais e as condições de trabalho. Para isso, analisavam os problemas baseados no uso do método Ver, Julgar e Agir.

Os jocistas também passaram a ter uma participação ativa no SMVR. O grupo, com uma visão diferenciada dos Círculos Operários, contribuíram na aliança com os comunistas que venceram as eleições sindicais de 1963⁷⁷. Para Edir Inácio, a atuação dos militantes da JOC nessa eleição foi importante para o movimento, pois mostrou a força dos jovens dentro do sindicato:

Trabalhamos muito na época da derrubada do sindicato de pelegos que nós tínhamos aqui. Nós tínhamos aqui um sindicato totalmente pelego, e nessa derrubada desse sindicalista, que eram responsáveis pelo sindicato pelego, foi importante a JOC pra adentrar no sindicato. Então, com a nossa entrada dentro do sindicato ... jovens dentro do sindicato, chegou a fazer parte até da direção do sindicato, foi importantíssimo, foi importantíssimo que nós pegamos e fizemos de alguns jovens presidentes do sindicato. (Edir Alves de Souza. Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2019)

Essa aproximação com o sindicato se mostrava condizente com o propósito do movimento jocista, permitindo que os jovens tivessem mais autonomia na luta por seus direitos, inspirados na filosofia da JOC. Para José Ventura, ex-dirigente da JOC, essa filosofia consistia na libertação da juventude trabalhadora contra qualquer tipo de exploração, conciliando a fé com o mundo do trabalho e utilizando-se do método Ver, Julgar e Agir para lutar por seus direitos e melhorias nas condições de trabalho dentro da usina. O relato de Edir vai no mesmo sentido:

... a JOC ela... ela passou a orientar o meu trabalho mais no mundo da da... ação sindical e na fábrica né... quer dizer eu aprendendo o... com o ensinamento da JOC... os métodos Ver, Julgar e Agir a gente desenvolvia um trabalho dentro da fábrica... contra todos aqueles métodos de... de trabalho que gente não concordava então a gente... a gente lá na Coqueria conseguiu formar um grupo... que... a gente mudava muitas coisas... lá dentro... enfrentando... primeiro o encarregado que era... praticamente um capataz né... naquela época... engenheiro de divisão e até... até engenheiro da... - - que tinha lá... antigamente tinha cada sessão tinha um engenheiro... pra você ver é um absurdo mas era mesmo (risada)... cada sessão tinha um engenheiro e tinha um engenheiro no departamento tinha um engenheiro chefe né... e tinha um - então a gente... a gente desenvolvia um trabalho e... enfrentava tudo isso aí e conseguimos assim...a melhorar as condições de trabalho em um... mas... qualquer problema que dava eles voltavam outra vez a carga em cima da gente então era aquela luta constante... isso aí... a gente... conseguia assim... avançar... até... antes do golpe isso foi antes do golpe que a gente estava com a corda toda a gente... (Edir Alves de Souza, depoimento cedido a CMV-VR)

Apesar da forte atuação no movimento sindical, o grupo também atuava em

⁷⁷ BEDÊ, 2010, p. 242.

ações sociais na cidade, ajudando a comunidade em casos de emergência, auxiliando os mais necessitados por meio de campanhas de arrecadação de alimentos e realizando visitas aos doentes – exemplo destas ações foi a participação do grupo por ocasião da grande enchente que ocorreu na Avenida Beira Rio, por volta dos anos de 1965 e 1966, quando os militantes da Juventude Operária Católica tomaram a frente e foram ao socorro dos moradores, ajudando na reconstrução de casas, assistência aos moradores, recenseamento da população, etc.

Os jocistas também faziam assistência social. O grupo ajudava outras pessoas a procurarem emprego, davam assistência a pessoas enfermas, doavam cestas básicas etc.

E nisso quando você fala em social, eu me lembro como se fosse hoje, por volta de 66, 65 por ai, não sei se vocês sabem a história de Volta Redonda... a Beira Rio era toda habitada. Então nos fazíamos um trabalho com os moradores dali, dando assistência a enchentes, lá enchia d'água, nós socorriamos. A Vila Brasília, por exemplo, o pessoal da Beira Rio foi para Vila Brasília e nós tivemos a oportunidade de evangelizar aquele pessoal, fazer casamento, batizado, levar o Cristo para aquele pessoal. Fizemos mudanças, construímos casas; naquela época nós fizemos todo o recenseamento do Retiro, como estavam as famílias, se estava empregado ou não estava, as situações todas. Então nos fazíamos esse trabalho social. E dentro da empresa a gente pegava e orientava os jovens de como agir dentro da empresa na luz da fé... (Edir Alves de Souza, depoimento a CMV-VR)

A JOC era um grupo que a gente participava, fazia trabalho de comunidade. Tinha a parte religiosa que participava da Missa e tudo isso e tinha a parte de lidar com a comunidade. Então a gente reunia os grupos jovens, levar compras de uma pessoa que estava doente. Cada um tinha uma função. Resolver um problema. Tinha os que cuidavam de quem tava doente, internado, outros da alimentação, outros era do emprego. Então, a gente trabalhava assim em conjunto, né. Mas tudo era função da Igreja, né... (Arly Amorim, depoimento cedido a CMV-VR)

Esta atitude demonstra o compromisso social do grupo, pois ao ultrapassar os muros da Igreja ao encontro da comunidade, os jocistas tinham a oportunidade de mostrar sua organização, ao mesmo tempo que se aproximavam da população, evangelizando e orientando aquelas pessoas dentro da perspectiva da fé cristã, atitude que condiz com a mística que Cardijn preconizava ao movimento, pois para ele, o jocista deveria ser capaz de sacrificar sua própria vida para realizar o ideal de recristianizar o mundo.

A JOC também atuava com ações entre as empregadas domésticas. Segundo Arly Matildes Amorim, existia um “belo trabalho” realizado que consistia na realização de encontros com empregadas para conscientizar a classe da importância de seu trabalho, alertando-as para não ter medo dos patrões e que, também, não aceitassem as humilhações

impostas por eles e, quando necessário, os denunciassem.

Eu fiz um trabalho com as domésticas, as domésticas sofriam muito, eram tratadas igual a ...nem empregada não eram, pagavam o tanto que eles queriam e tudo isso. Eles traziam meninas do interior... pra...fica aqui servindo os donos da casa. Eu vendo aquilo, eu tinha muita revolta... eu fiz um trabalho com elas, mas era muito difícil eles (patrões) falavam até em bate nelas, algumas até apanhavam. Doméstica apanhava. (Arly Amorim. Entrevista concedida ao autor, em fevereiro de 2019)

O forte envolvimento do grupo em questões sociais e seu amadurecimento político foram graças à utilização da metodologia jocista – o método Ver, Julgar e Agir – que consistia na resolução dos problemas dos trabalhadores através de seus relatos do cotidiano, permitia ao grupo conhecer suas dificuldades e pensar em estratégias de luta. Dessa forma, entendia melhor a realidade do mundo do trabalho e contribuía para conscientização política de seus membros.

Todo esse processo de entendimento do mundo do trabalho era fruto de reuniões realizadas pelo grupo. De acordo com SOARES (2002), esses encontros tinham o objetivo de orientar os jovens tanto no sentido de sua formação espiritual como em relação aos problemas da classe operária, fazendo sempre uma revisão dos trabalhadores da JOC em relação à realidade que viviam. Era um momento em que os jocistas trocavam experiências, discutiam os problemas do trabalho, da vida, do bairro e da família, ampliavam a visão de mundo dos dirigentes e militantes e situavam melhor sua ação operária. Como percebe-se no relato de um jocista:

Gostava tanto das reuniões semanais e das assembleias! Eram momentos de muita alegria e convivência fraterna. Realizávamos encontros de estudos, espiritualidade, lazer, troca de experiências, visitas aos bairros e fábricas... (SOARES, 2002, p. 14)

Os encontros dos jocistas em Volta Redonda, segundo os militantes, tinham uma importância muito grande, pois os estudos que realizavam ampliavam sua visão de mundo e os colocava a par da situação dos operários. Os membros da JOC, inicialmente, não recebiam apoio de Dom Altivo e de outros padres da diocese. A situação sofre mudanças a partir da chegada de Dom Waldyr Calheiros que, ao contrário de seu antecessor, permitiu e incentivou o livre acesso do grupo às dependências da diocese. O movimento fez, a partir de então, uso de uma pequena e simples construção localizada atrás da comunidade São Sebastião (bairro Retiro), e ainda lhes era permitida a organização de encontros no interior da Cúria Diocesana. O novo bispo, de acordo com relato de Edir Alves de Souza, conseguiu aglutinar os jocistas

em sua volta, fato que dava mais união e força ao grupo. Na fala de Edir:

... olha... aconteceu o seguinte (riso)...o Dom Waldyr com seu apoio... além de ele ter dado gás com uma cabeça pensante, totalmente diferente dos outros bispos que passou ali... eu me lembro que era dom Altivo... então eu fazia parte da JOC... mas não era muito ligado a Igreja... o Dom Waldyr nos deu acesso à Igreja... o Dom Altivo tinha as parafernalias dele... tinha que tomar ‘bença’, beijar a mão dele... beijar o anel dele... coisa e tal... eu falei... oh tô fora disso aí... aí quando chegou o Dom Waldyr ele nos abraçou de uma maneira... facilitou tudo pra gente... a gente fazia encontro no bispado... n vezes nós saíamos de carro pra encontrar outros jovens... a gente pegava experiência em Valença, Barra do Piraí, Barra Mansa... então o Dom Waldyr fazia esse intercâmbio com o jovem... é eu sei... é... ele pegou... ele foi tão importante... primeiro que ele dava total apoio à juventude... Nós tínhamos livre acesso ao Dom Waldyr... livre acesso aos padres... livre acesso ao seminário de Valença e Barra do Piraí... nosso acesso à juventude era tremendo a tal ponto que ele conseguia aglutinar os jovens em volta dele... o nosso relacionamento era tão grande que a juventude ia para o bispado e lá ele dava almoço pra gente... Fazia encontro dos grupos de jovens lá no bispado... tamanha facilidade. (Edir Alves de Souza, em depoimento a CMV-VR)

O apoio do bispo Dom Waldyr foi fundamental, como percebe-se pelos relatos dos entrevistados, pois identificou-se muito com o grupo, trazendo, nas palavras de Edir Alves, “um novo gás” para o movimento jocista na cidade. A prática e metodologia do novo bispo, totalmente diferente do anterior, facilitou o trabalho da JOC e permitiu que seus membros realizassem encontros em locais pertencentes à Igreja, como a diocese ou a fazenda de Três Poços.

Figura 3: Encontro da JOC masculina em Volta Redonda



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Gomes de Assunção.

É possível constatar que, a partir desse momento, a construção de diversos espaços de socialização para os jocistas atuou como incentivo para o grupo que passou a ter mais tempo e espaço para as reuniões e discussão de problemas e estratégias. Os locais de encontros eram diversos, já que não era necessário ter endereço fixo para discutirem e organizarem as atividades do grupo. Assim, além dos lugares cedidos pela Igreja, os encontros aconteciam, também, em casas de militantes e não-militantes, quando necessário e possível, dentro da própria CSN, em encontros rápidos durante o intervalo para o almoço, na sede do SMVR e etc.⁷⁸

A Juventude Operária Católica de Volta Redonda era dividida entre a JOC masculina (JOCm) e JOC feminina (JOCf), de acordo com as orientações da JOC nacional. Para Silva (2009), a separação por sexo era típica da época e ocorria, também, em outros grupos católicos, nas escolas confessionais, igrejas etc (SILVA, 2009, p. 94).

A seção feminina da JOC surgiu logo após a masculina e, ainda segundo relato de Arly Amorim, sua criação foi fruto de luta dos militantes da JOCm, sendo a primeira presidente uma militante conhecida como Maria da Penha. A militância da JOCm atuava, principalmente, no operariado; enquanto o grupo feminino voltava sua atuação para o trabalho de conscientização e engajamento entre as empregadas domésticas.

Eu trabalhei muito como doméstica, né. Porque naquele tempo, naquele tempo era assim eles traziam as meninas do interior, né e trazia dizia que era pra trabalhar mas era uma exploração que tinha e eu andei descobrindo várias coisas, né. Então eu fiz um trabalho com as domésticas, né e denunciei aquelas, aqueles casos que tinha acontecido com as meninas e abuso, né sexual. Trazia pra família, as mãe

s buscavam as meninas pra família, trabalhava lá mas o interesse era outro por causa dos filhos. Então eu achei que uma coisa, eu era do interior, mas as coisas que não poderiam ser certo, né. Aí eu denunciei, denunciei tudo isso.”... (Arly Amorim. Entrevista concedida ao autor, em fevereiro de 2019)

As reuniões do grupo feminino eram realizadas separadamente da JOCm; as demais atividades, no entanto, eram feitas em conjunto: festas, eventos, mutirão para ajuda social, entre outros. As fotografias demonstram a divisão existente entre a JOCm e JOCf no município.

⁷⁸ Os ex-militantes Edir Alves de Souza e Arly Amorim relatam em entrevista que os jocistas se encontravam nos mais diversos lugares.

Figura 5: JOCf – Década de 60



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Gomes de Assunção

Figura 6: JOCm – Década de 60



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Gomes de Assunção

A metodologia Ver, Julgar e Agir, utilizada para nortear a discussão dos problemas, era a mesma para ambas as seções – masculina e feminina. Nos encontros eram discutidos os problemas pelos quais passavam os militantes como, também, a realidade dos locais de trabalho. Arly Amorim, em depoimento concedido ao autor desta pesquisa, relata que o grupo, após as reuniões, costumava propor a realização de encontros nos locais de serviços tendo, dessa forma, contato com várias colegas que não faziam parte do movimento, o que lhes proporcionava oportunidade para mostrar como poderiam lutar por seus direitos.

Essas reuniões discutiam assim... a maneira que as pessoas viviam. Aí você colocava o que tava acontecendo lá no setor de serviço seu, que fosse a companhia. Ou que fosse, coisa assim particular. Mas aonde eles estavam trabalhando com você, se eles não trabalhassem, você arrumava um jeito de marcar um encontro pra soltar uma conversa pra espremer eles, pra falar. Aí a gente marcava um dia de encontro com eles e batiam um papo e coisa e tal e faziam o trabalho com eles. Que eles devem fazer ali. Vai orientar a maneira que ele vai trabalhar. Às vezes ele que trabalhar, mas não sabe. (Arly Amorim. Entrevista cedida ao autor, em fevereiro de 2019)

Segundo os relatos de militantes, a JOC de Volta Redonda não possuía uma sede administrativa. Em um primeiro momento, as reuniões eram realizadas em frente às igrejas, logo após as missas. Esta situação se alterou com a chegada de Dom Waldyr Calheiros à cidade, quando o bispo passou a apoiar o movimento, permitindo que os jocistas tivessem acesso às dependências das edificações pertencentes à Igreja e, deste modo, muitas reuniões e encontros puderam acontecer nas dependências da Cúria Diocesana ou, ainda, em locais mais simples, como é o caso dos jocistas do Retiro que se encontravam em um “barraquinho” atrás da igreja São Sebastião.

As finanças e os meios de comunicação do grupo jocista de Volta Redonda eram modestas, o movimento não tinha muitos recursos econômicos, o que não permitia ter publicações próprias, não havia também acesso às emissoras de rádio da região, então, o único meio para divulgar suas ideias e trazer novos militantes para o grupo acontecia por meio do “boca a boca” e da troca de bilhetes. Todo evento promovido pelo grupo, que não possuía patrocinador, além das reuniões festivas e viagens necessárias, era custeado por intermédio de uma coleta mensal organizada pelo grupo. O tesoureiro era o responsável por guardar e administrar o dinheiro arrecadado e organizar as atividades que eram propostas.

A gente fazia “vaquinhas” pra participar... por exemplo... precisava de ir no Rio, participar de um encontro. Então, todo mês nós dávamos dinheiro e a gente guardava e tinha um dos rapazes que guardava pra esse tipo de coisa. (Arly Amorim, entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2019)

Os militantes entendiam e vivenciam a Juventude Operária Católica como “uma escola de vida”, onde se pensava e agia através da experiência adquirida no próprio grupo; os jovens passaram a ter uma nova visão de si e dos outros, a preocupação com os problemas sociais passou a marcar suas vidas.

A JOC, eu ouvia falar que era uma escola da vida, sabe? ... E a JOC em si, ela tratava de vários assuntos de jovens né, dentro da família, dentro do trabalho né. E a JOC ela tinha um método: ver, julgar e agir, ou seja, você viu um problema, você julga o problema, ou seja, discute os problemas, são dúvidas ali, e agir é tomar iniciativa do que foi tirado daquilo dali pra poder fazer valer, o que ela fazia realmente. É teoria e prática, teoria, se discute e fala o que tem que falar, depois põe em prática. Ah, aquela família lá tá passando por um período assim, tem um problema lá, família, a pessoa lá está desempregada. Vamos lá fazer uma visita pra ele? Vamos ver o que a gente pode fazer por eles. Aí até então a gente já discutia esses fatos, esses problemas dentro das nossas reuniões. As nossas reuniões eram todos os finais de semana né, nós nos encontrávamos e colocava né, e depois que a gente colocava a discussão do problema pro grupo, que a gente via, julgada e depois agia, nós íamos posteriormente, uma leitura do evangelho, digamos assim, mais ou menos baseada naquilo que se discutia ali, sabe? Aí nós líamos ali e aquilo ali servia como exemplo pra nós e força pra gente poder agir, trabalhar. Até pra justificar, Juventude Operária Católica, tem alguma coisa ligada ao catolicismo, à leitura, ao evangelho né. Um Jesus que evangelizava e agia mesmo né. (Francisco Gomes de Assunção, em depoimento a CMV-VR)

De acordo com SOARES (2002), os jocistas passaram a desenvolver uma consciência que valorizava a dignidade da pessoa humana e, também, a capacidade de agir, seja individualmente, junto aos companheiros ou, ainda, por meio da participação nos movimentos operários/sociais para alcançar melhorias nas condições de vida.

Essa forte conscientização do grupo permitiu a criação de novos valores morais, crenças e frentes de luta pelos direitos de todos, favorecendo o desenvolvimento de um sentimento de resistência às atrocidades do capital sobre os trabalhadores; a formação desta consciência permitiu aos jocistas maior organização e aproximação dos problemas vividos pelos operários de Volta Redonda e, ainda, levou a uma integração à luta sindical que buscava melhorias nas condições de trabalho dentro da usina e melhores condições de vida aos trabalhadores.

Além disso, a militância tanto da JOCf quanto da JOCm contribuíram para uma consciência de classe, que estava intrinsecamente articulada a uma consciência de gênero e social. Isso porque a luta por melhores condições de serviço – seja dos operários da indústria, ou das domésticas – mostrava uma profunda consciência comprometida com os direitos humanos e pela luta contra as injustiças sociais.

2.2.2. As transformações ocorridas na JOC após o golpe de 64 e a chegada de Dom Waldyr Calheiros à diocese de Volta Redonda

...o nosso trabalho era tão importante que não se dava nome de JOC... Mas nós agíamos com atitudes de jocistas no meio... Orientando o pessoal daqui e ali... Coordenando dando pitaco... coordenando e tudo... dando questão de ordem... na tomada do sindicato... Porque o sindicato estava na mão dos pelegos e nós queríamos fazer essa tomada do sindicato... Então nós que iniciamos esse trabalho embaixo... e quando entrou dentro do sindicato sem nós darmos nome de JOC... Sem nós darmos nome ECO... Tinham elementos da JOC lá no meio... Todo mundo agindo em conjunto... Não tinha esse negócio de agir individualmente... (Edir Inácio de Souza, depoimento cedido a CMV-VR)

O relato acima demonstra o engajamento da Juventude Operária Católica de Volta Redonda com o movimento sindical. Muitos jocistas passaram a ter participação efetiva nessa instituição. O militante Edir nos mostra que existia uma preocupação em conquistar a direção do sindicato, de um grupo que ele denominava de “pelego”. O que impressiona em sua fala é a proposta de atuação em conjunto e o grau de politização do grupo.

Essa politização, que levou os militantes da JOC a envolverem-se em uma luta pela conquista do sindicato, encontrava-se em compasso com as orientações da JOC nacional que já partia para a radicalização política. Nesse momento, o movimento incorporou a ideia de salvar a classe operária, surgindo o interesse pelos problemas da classe trabalhadora, aproximando-se dos sindicatos, bairros, etc e atuando nas questões que afligiam a juventude.

A atuação de alguns militantes jocistas na luta por melhorias nas condições de trabalho dentro da usina e na militância sindical já chamava a atenção dos militares desde antes da implantação do Golpe civil-militar de 1964. Logo depois, passaram a ser perseguidos pelos agentes de repressão, o que significou um novo momento na história da JOC no município. Os militantes Emídio Jeremias e José Ventura relatam que essa perseguição começou no dia do Golpe, em uma ação do 1º Batalhão de Infantaria Blindado de Barra Mansa na sede do sindicato dos metalúrgicos:

Ficamos isolados dentro da Usina porque para os Delegados Sindicais o sindicato era o ponto de apoio. A aflição geral para terminar o dia. Tínhamos esperança que o clima lá fora fosse de resistência. O caminhão da CSN transportou o pessoal para o bairro, quando saímos às 17h15min; Era um caminhão amarelo; Aí, entramos no caminhão, enchemos todo e mandamos tocar pro Sindicato. Tava cheio de gente, cheio de operário na rua e lá dentro tava a diretoria e os militantes. (Depoimento de Emídio Jeremias a CMV-VR)

... no dia primeiro de abril... na madrugada de... trinta e um pra primeiro de abril... que eu me lembro - - eu não sei se o Jeremias tinha - - eu tinha o hábito de ligar o

rádio... levantava cinco horas da manhã e já ligava o rádio na... na... me parece que a Mayrink Veiga... que dá::notícia direto dos movimentos e tal... e aí eu comecei a... to lá ouvindo umas notícias meio atravessada assim... mas não...não percebi muito o que que estava acontecendo não ta... ()... cheguei na CSN... por volta de seis e vinte... aí o exército já estava na portaria... estavam lá e... aí quando... eu cheguei - - mas tinha os delegados sindicais estavam ali... inclusive o... que era o () meu assistente lá o... o seu Manuel tava aí ele falou e “tal a ordem do partido é pra não entrar... a ordem do partido é pra não entrar” mas não dava pra você ficar porque todo mundo entrando e tal... aí a gente entrou... e até foi bom porque a gente entrou lá dentro a gente se organizou melhor pra resistir - - pelo menos durante aquele dia que foi... (José Ventura em depoimento a CMV-VR)

Nos anos que se seguiram, a JOC também iria sofrer retaliações. Os militares não aceitavam qualquer tipo de movimento popular e passaram a perseguir qualquer grupo ou ação de contestação ao governo instaurado em 1964. Emídio Jeremias relata a situação da Juventude Operária Católica e do movimento sindical em Volta Redonda após a implantação do Golpe civil-militar de 1964:

... a JOC... em sessenta e quatro... quando houve o golpe... a gente ficou muito restrito né... quer dizer... então as reuniões era muito fechadas né quer dizer... e tanto lá na igreja quanto na na... na fábrica... e... aí eu me lembro assim - - mas a gente foi tocando né quer dizer aí já se vai - quando Dom Waldyr chegou - já se foi... já tinha dois anos da ditadura e tal... né que teve aquele período todo... e... a gente por exemplo quando... quando a gente soube da origem do Dom Waldyr, de onde ele vinha da... da Zona Sul a gente ficou com um pouco com pé atrás entendeu... porque... vai vir esse bispo da Zona Sul... vai vir e não vai apoiar a gente (risadas) entendeu?... e... qual foi a surpresa que a gente teve né que quando ele chegou aí que começou a entrosar... aí que não só apoiou... apoiava os padres que davam assistência pra gente como acolheu a JOC assim... com toda força que ele tinha. (José Ventura em depoimento a CMV-VR)

A invasão e a nomeação de um interventor no SMVR levaram ao esvaziamento e consequente enfraquecimento do movimento operário no município. A JOC, então, viu-se desarticulada após o Golpe, sem direção a seguir e com muitos de seus militantes, com receio da repressão, afastados do movimento. Existia, ainda, a dificuldade de arregimentação de novos militantes para seus quadros. As reuniões passaram a ser clandestinas, para evitar novas perseguições, como relata Francisco Gomes Assunção à CMV-VR:

Não, aí sim, muitos foram casando e saindo né, aí logicamente a gente continuou e tentando lógico, chamar mais gente para o nosso meio, pro nosso grupo. Por isso teve os núcleos nos lugares, Vila Brasília, Pinto da Serra, Barra Mansa e assim foi... a JOC, e tem o militante, que milita. Ali, no caso, as pessoas que estão mais, né. Então isso aí, a JOC em si, ela foi realmente, reduziu um pouco, porque também a gente tinha notícias de fora de Volta Redonda, por exemplo, no Ceará, em São Paulo, no Rio, de repressão, e aquilo era passado pra nós também. Então a gente ficava, tipo assim, trabalhando, mas sempre receoso, tá acontecendo lá, pode atingir a gente aqui. (...) Mas quando veio mesmo a ditadura brava, mais assim, forte de impedir que houvessem essas reuniões, nós fazíamos as nossas reuniões, fazíamos

de porta fechada, nós fazíamos. E chegou um ponto, quando a gente ficou meio amedrontado até que aconteceu o primeiro fato de 67. (Francisco Gomes de Assunção, em depoimento a CMV-VR)

Essa situação de medo e insegurança dos jocistas foi prolongada por dois anos até que, a partir de 1966, ocorreu a transferência do bispo Dom Waldyr Calheiros para a Diocese de Volta Redonda. A chegada do novo bispo impulsionou a JOC novamente, que voltou a ter força e protagonismo. Assim, o movimento começou a sair da Igreja e ganhar as comunidades. O novo bispo, como já relatado, renovou os ideais do grupo que eram inspirados nas reflexões e orientações do Concílio Vaticano II, que defendia a “opção preferencial pelos pobres”. Dom Waldyr facilitou o trabalho da JOC e, indo além, deu uma nova direção para o grupo. Nas palavras de Edir Alves de Souza:

O D. Waldyr, o incentivo que ele deu ... é o seguinte... nas nossas reuniões, a participação dele em tudo, e o apoio. Ele dava um apoio danado, não só a... Juventude Operária Católica, como na Santa Cecília na época já tinha a JUDICA na Santa Cecília, um grupo de jovens que tinha lá também. Então, ele dava muito apoio aos jovens... que naquela época mesmo tinha também... Então, nós demos um norte nessa situação para nos organizarmos. Então essa época foi muito forte pra gente. (Edir Alves de Souza, entrevista concedida ao autor em janeiro de 2019)

De acordo com o relato de Edir Alves de Souza, o apoio de Dom Waldyr foi essencial para a reorganização da JOC. Importa, porém, ressaltar que a direção do movimento continuava sendo dos próprios jocistas que, seguindo os ensinamentos de Cardijn, dizia que toda ação a ser realizada ou problema a ser resolvido deveria ser iniciativa e responsabilidade do grupo. A participação do bispo se limitava a orientá-los, fazendo com que a militância refletisse sobre que ações e atitudes que Cristo teria nas situações apresentadas.

Para ajudá-los nessa tarefa, o bispo receberia o auxílio de padres assistentes, que seriam responsáveis pela orientação religiosa do grupo e, seguindo os ensinamentos de Cardijn, acompanharia o jovem até se tornar adulto, quando então, passava às fileiras da Ação Católica Operária.

O padre Natanael, segundo a CMV-VR, era um homem muito dedicado e politizado que, por isso, teve imediata identificação com a JOC organizada no município. Durante seu período na diocese teve uma atuação importante, sempre próximo a Dom Waldyr. Esteve envolvido em todos os conflitos entre a Igreja e os

militares na cidade, foi acusado de “subversão” em vários IPMs⁷⁹ participou ativamente da realização da Comemoração dos 20 anos dos Direitos Humanos e foi um dos responsáveis pelo presépio montado na Igreja Santa Cecília em dezembro de 1968.

No tempo em que esteve à frente da JOC teve sua atuação dirigida mais fortemente para os bairros periféricos da cidade, como Retiro e Vila Brasília. Sempre utilizava o método Ver, Julgar e Agir para conseguir se aproximar e cativar os jogadores. As reuniões tinham por característica a exposição dos problemas vivenciados pelo coletivo, a prática reflexiva sobre a realidade apresentada – sempre dentro de uma perspectiva libertadora, solidária e cristã – e, por fim, a orientação ao grupo com sugestões de ações práticas que poderiam interferir na realidade ou assumir nova postura em relação à exploração e às injustiças sociais (CMV-VR, 2015).

Na JOC, o foco maior era o bairro Retiro, que já tinha base. Nossa paróquia de Santa Cecília, na Vila, estava com 4 padres. Um cuidava da liturgia, outro cuidava da juventude, os 4 padres cada um tinha uma função. Então, pegamos também a paróquia do Retiro para nós tomarmos conta. Nós adotamos a paróquia do Retiro que estava sem padre. Era um momento de juventude, tinham outros momentos mais estudantis, que não era da ação católica, mas eu fiquei mais com a ação católica com a JOC e fazia as celebrações da nossa paróquia e também do Retiro. Aí houve o AI-5 e houve muitas prisões em Volta Redonda, prisões de operários, prisões de professores. E houve, então, uma reação da Igreja, de setores progressistas da Igreja contra essa situação mais autoritária que o Brasil passou a viver depois do AI-5. A JOC já tinha voltado pra juventude operária, o sistema era “ver, julgar e agir”, ver a realidade e os fatos. Escolher alguns pra nós refletirmos e depois cada um, conforme cada um da reunião nossa, cada um trazia um fato da vida que achava importante. Escolhíamos algum fato pra aprofundar. Aqui então, ver o fato, julgar as causas e consequências desse fato e agir. (Pe. Natanael em depoimento a CMV-VR).

O padre Natanael, de acordo com as fontes pesquisadas, durante o período que esteve na orientação da JOC, teve a preocupação de fazer um trabalho de reflexão com a

⁷⁹ O Padre Natanael foi processado em vários IPMs, entre eles: IPM D. Waldyr e 11 padres denunciam torturas no BIB, em que a Igreja denunciou a tortura no sindicalista Genival Luiz da Silva, que havia estado preso, entre 14 de dezembro de 1968 e 13 de março de 1969 (89 dias), no 1º BIB, em decorrência da “Operação Gaiola” do AI-5, naquele grupo de 40 “detidos para averiguações”, fora novamente preso na mesma Unidade Militar, entre 16 de abril e 7 de junho de 1969 (52 dias), num total de 141 dias, 4 meses e 21 dias.

IPM da Subversão contra D. Waldyr e 16 Padres: Em consequência direta das conclusões negativas do “IPM da Tortura”, no qual o encarregado do IPM acusa diretamente dom Waldyr (“o Bispo não pode continuar na Diocese porque é agitador, antidemocrático e subversivo”), ao receber os autos do processo, o General de Brigada Tasso Villar de Aquino, Comandante do I Exército, proferiu, no seu despacho final, no dia 17 de setembro de 1969, o indiciamento de dom Waldyr Calheiros de Novaes e 16 membros do clero da Diocese – Monsenhor Manoel Barreto, Pe. Bernardo Thus, Pe. Nabuo Sano, Pe. Natanael Campos de Moraes, Pe. Arnaldo Werlang, Pe. Arnaldo André Bremerkamp, Pe. Manoel Pedrosa, Pe. Alcino Camatta, Pe. Giacomo Tomasi, Pe. Eugênio Werweijjen, Pe. José Tarcizo de Oliveira, Pe. Hilário Canal, Pe. Otávio Roscove, Pe. Boaventura de Oliveira, Pe. Edson Zandonadi e Pe. Paulo Penteadado Alvarenga –, todos acusados por crime contra a Segurança Nacional, iniciando-se assim o “IPM da Subversão”.

IPM 65/70: Padre Natanael e D. Waldyr são responsabilizados pelos atos de subversão na Diocese de Volta Redonda, pois permitiram a pregação de ideias marxistas provocando agitação e conspirações contra a Segurança Nacional. (CMV-VR, 2015)

juventude. Suas atitudes e discursos buscavam a valorização e desenvolvimento dos jovens. Com simplicidade e humildade, cativava as pessoas ao seu redor e dava ânimo ao grupo, segundo os relatos analisados. O assistente eclesiástico estava sempre presente, participando e incentivando os jocistas a participarem de eventos, como congressos, encontros regionais, reuniões na cidade e a organizarem momentos festivos entre os integrantes do grupo. A seguir, registro fotográfico de um desses momentos de descontração do grupo, um encontro festivo da JOC.

Figura 7: Encontro da JOC em Volta Redonda – 1968



Da esquerda pra direita: Mãe da Arly Matildes, Dona Cleusa, Dona Teresa, Pe. Natanael, e Sergio Diolindo. Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Gomes de Assunção

A nova postura do assistente eclesiástico influenciou a forma de agir dos jocistas que passaram a se diferenciar dos outros grupos católicos, principalmente porque buscavam conscientizar a juventude de seus problemas, favorecendo o florescimento de uma postura crítica diante da realidade que os cercam.

Outro assistente eclesiástico que teve uma atuação importante durante o bispado de Dom Waldyr foi o padre Arnaldo Werlang que, assim como o padre Natanael, estava ao lado do bispo em todos os eventos e embates da diocese e também foi indiciado nos mesmos IPMs

que seu companheiro de batina.

Padre Arnaldo, em 1968, foi indicado pelo bispo de Volta Redonda para ser o novo assistente eclesiástico, substituindo o padre Natanael, seguindo os regulamentos da JOC que estabelecia um período de dois anos na função. Entretanto, é importante enfatizar que Natanael não se afastou das atividades jocistas, pelo contrário continuou apoiando os jocistas em todas as suas ações (BNM, p. 378).

Padre Arnaldo Werlang, também era muito politizado e dedicado ao movimento da Igreja progressista. Testemunhou e participou ativamente de um ambiente onde o movimento jocista era muito ativo no campo sindical. O clérigo tinha a plena confiança de Dom Waldyr, sendo responsável pela Pastoral Operária e encarregado da assistência espiritual em vários bairros da cidade.⁸⁰

Segundo SOARES (2019), o padre Arnaldão, como era conhecido, chegou ao município no ano de 1968 e em pouco tempo tornou-se um dos mais entusiastas do projeto de implantação de uma Igreja Popular na cidade. De acordo com a investigação do IPM JOC-Ibrades-AP, o clérigo era considerado o líder do “movimento de esquerda em Volta Redonda” e de pertencer à “Igreja Renovada de Esquerda”, além de fazer pregações favoráveis a uma “Igreja Progressista Socializante”.

Para os militares, padre Arnaldo era altamente ”subversivo”, responsável pela produção da peça teatral intitulada “Monólogo das Empregadas”, apresentada no lançamento do Movimento Ação, Justiça e Paz, em 1969. Em outro IPM instaurado contra a Igreja foi acusado de incentivar a animosidade de empregadas contra patrões e a incitar o povo contra as Forças Armadas.

A atuação do padre refletia muito bem o espírito da JOC, um movimento de conscientização dos problemas da classe operária, sempre com intuito de defender os interesses da classe operária. Uma das formas de atuação do clérigo era a produção e distribuição de panfletos de crítica à realidade social existente em Volta Redonda. Em um desses folhetos informativos com o título “Como andam seus direitos”, faz uma dura crítica aos graves problemas socioeconômicos existentes na cidade, destacando, principalmente, a situação das empregadas domésticas, grupo do qual pertenciam a maioria das militantes da JOCF, como podemos ver em suas palavras:

Já reparou a quantidade de farmácias que existem em nossa cidade? E os preços dos remédios? Sabia que os laboratórios dos remédios (fábricas) são quase todos

⁸⁰ Relatório do IPM – D Waldyr e 16 padres em 17 de novembro de 1969. Pag 7. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda. Pasta 2ª. Doc 30.

estrangeiros? Você quando ficar doente será que poderá entrar num hospital? Terá vaga? Terá dinheiro? Você sabia que em Volta Redonda ainda há escravidão? Centenas de empregadas domésticas recebem salários de escravos e comem os restos e quando têm restos. Trabalham num horário sem proteção. E os desempregados? Qual a proteção que existe para eles? Existe sim, a indústria do desemprego? Existe a exploração da mão de obra? Para eles (os patrões) isso é muito bom, por que aumenta o lucro? ... Seu salário é mesmo justo? Satisfaz suas necessidades? E os salários dos camponeses que produzem nossos alimentos? Eles têm sindicatos?⁸¹

A atuação desses assistentes eclesiais foi muito importante para o movimento jocista na cidade. Com o apoio de Dom Waldyr e auxílio de outros padres, conseguiram unir os militantes em prol de uma causa comum, “a luta contra a exploração do capital”, tanto a JOCF, que lutava principalmente em favor dos direitos das empregadas domésticas, quanto a JOCM, que buscava melhorias nas condições de serviço dentro da usina, se aliando ao sindicato para conquista de tal objetivo.

Os assistentes eclesiais conseguiram transformar a JOC numa trincheira de lutas, introduziram um sistema pastoral que não era marcado apenas pelo lado catequético, mas sim para uma nova visão social, uma visão operária no sentido que os jovens tivessem consciência dos seus direitos e não se deixassem ser explorados pelo capital.

Para entender melhor esse envolvimento da Igreja de Volta Redonda com as questões sociais no município, é importante destacar que tanto D. Waldyr, quanto os padres da diocese de Volta Redonda estavam inspirados nos ideais do Concílio do Vaticano II e nas Orientações da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín - Colômbia no ano de 1968.

No entendimento de BRITO (2010), esses eventos tiveram uma influência muito grande na Igreja Brasileira. Na Conferência de Medellín, os teólogos questionaram os problemas sociais da América Latina, buscando refletir sobre a questão, “Como ser cristão num continente de empobrecidos?” A partir dessa indagação, foram buscar uma resposta aos dramas do povo do continente. Para o autor, os teólogos da América Latina encontraram na Teoria da Dependência as explicações sobre a realidade do continente, que a pobreza do continente não respondia a uma fase do seu desenvolvimento que superaria com o avanço do capitalismo, mas uma condição estrutural do capitalismo em sua configuração imperialista, no qual esses países possuíam um papel importante.

Na Conferência de Medellín surgiu a Teologia da Libertação (TL). Segundo Leonardo Boff e Clovis Boff (2010), a TL foi uma resposta à contradição existente na

⁸¹ Idem.

América Latina entre pobreza e a fé cristã de maioria de sua população. Para Boff, a Teoria da Libertação nasceu a partir da confrontação da fé com a injustiça feita aos pobres.

Essa teologia passou a ver o pobre como sujeito de sua própria libertação, sendo apto a se organizar e lutar em busca de melhores condições de vida. Entendendo que estar ao lado dos pobres é mais que se solidarizar-se, é ajudá-lo a ter uma fé salvadora e libertadora, capaz de produzir mudança para aqueles que precisam.

Essa conferência passou a ter um significado muito importante para Igreja Latino-Americana. Houve uma nova interpretação do Concílio do Vaticano II, partindo da realidade de pobreza, miséria e injustiças sociais da América Latina, pois, segundo os teóricos do evento, Jesus se posicionou “ao lado dos excluídos”, e o papel da Igreja seria lutar contra as injustiças sociais.

Löwy (2000) afirma que a desses eventos, os princípios da Teologia da Libertação passaram a embasar as ações de uma parte do clero católico. O autor destaca oito pontos que caracterizam a defesa desses ideais, que seriam os pilares da TL: A libertação humana como antecipação da salvação final em Cristo; uma nova leitura da Bíblia; uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente; o desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e, especialmente, a opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta de autolibertação.

Essa teologia buscava ajudar os oprimidos e fazê-los compreender que são sujeitos de sua própria libertação. Para os teólogos da TL, o assistencialismo deveria ser substituído pelo entendimento de que o pobre tem força, consciência e capacidade de transformar a realidade social, descobrindo as origens da opressão na qual estão inseridos. O clero progressista, neste contexto, começou a apoiar movimentos que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho e moradia, utilizando-se dos instrumentos que contribuía para sua libertação, um exemplo, é a atuação dos católicos em organizações sindicais.

Segundo NETO (2007), esses eventos tiveram como consequência a abertura de novas perspectivas para Igreja, que passou a ser comprometer com as mudanças sociais e políticas da América Latina, passando a denunciar as injustiças sociais e a dependência econômica com a colocação clara da necessidade de se lutar contra tais injustiças e diferenças sociais. O direito de greve foi defendido, e os estados ditatoriais denunciados. D. Hélder Câmara, Gustavo Gutierrez e José Grimillion, em um documento denominado Paz e Justiça, condenaram a violência predominante na América conduzida pela direita opressora, que expropriava os oprimidos numa atitude anticristã.

Esses debates causaram uma reação em grupos conservadores da Igreja, levando a uma divisão em duas alas. o grupo renovador, influenciado pela ideologia modernizante do desenvolvimento, e o grupo progressista, com uma crítica mais radical à sociedade, que constituiria a própria origem da “Teologia da Libertação”. (KORNIS e MONTALVÃO, s/ano)

No Brasil essa discursão teve como consequência uma atuação diferenciada da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), incentivando a participação de leigos em seus órgãos anexos, proporcionando uma maior aproximação da Igreja Católica com outras Igrejas e o apoio às atividades comunitárias.

Essas transformações ocorridas na CNBB incentivaram os padres progressistas em todo Brasil. Em Volta Redonda não foi diferente, a diocese de D. Waldyr passou a se orientar por essas diretrizes, como podemos ver em suas palavras:

Bom, eu participei e aprendi isso e com isso nós começamos a colocar em prática, porque os bispos mesmo daqui da América Latina chegaram a dizer nós não vamos escrever nada que não seja para colocar em prática, então aquilo que foi definido foi a opção da Igreja pelas vítimas do subdesenvolvimento da dependência da América Latina na mão dos grandes países, devo dizer, do império que nosso... Hoje representado por Bush desejado por outro dois, e isso daí então me levou então a colocar aqui em prática, foi quando eu cheguei aqui em 1966 e em 1968 saiu esse programa todo para a América Latina. (D. Waldyr em entrevista concedida ao autor em outubro de 2008)

Essa nova opção da Igreja Católica no Brasil influenciou os padres progressistas da diocese de Volta Redonda, levando-os a participarem da luta pela justiça e defesa dos pobres e excluídos, o que se refletiu, e muito, no movimento jocista na cidade, fato que é comprovado em um dos panfletos do Pe. Arnaldo Werlang, “Para entender Medellín”⁸², no qual o clérigo descreve as ideias expostas na ocasião.

A Juventude Operária Católica de Volta Redonda teve uma atuação significativa no contexto de lutas operárias no município. A análise da trajetória do grupo faz perceber que o movimento teve características próprias, não acompanhando o modelo de sistematização da JOC no Brasil. A maioria dos grupos jocistas foram criados no início da década de 1950 e tinham uma visão anticomunista. Entretanto, o movimento de Volta Redonda foi criado em 1962, e acompanhado as transformações que ocorriam na JOC em âmbito nacional, logo de imediato se engajou nas lutas sindicais, se aliando aos comunistas na cidade. Tal mobilização política consolidou a chapa de Oposição Sindical, que levou o comunista Lima Neto à direção

do SMVR, em 1963⁸³.

Em 1966, o grupo de Volta Redonda acompanhou a trajetória do movimento em nível nacional, que havia transformado sua posição em relação ao capitalismo e passado a adotar a análise marxista para relacionar a fé cristã ao compromisso social, concepção que visava libertar os trabalhadores da opressão e miséria. Tanto a JOC quanto outros movimentos católicos no município tinham uma postura de crítica à realidade social, buscando conscientizar os trabalhadores e a população da importância de sua organização na luta por justiça social.

Essa aproximação íntima da Igreja com os operários e outros militantes que contestavam o regime acarretou feroz perseguição ao movimento na cidade. A luta em prol dos menos favorecidos ajudou a formar uma mentalidade de luta e resistência, criando uma consciência de classe nos trabalhadores.

Segundo THOMPSON (1987), essa consciência de classe é formada através das experiências concretas de luta de classes. Para o autor, as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha:

Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados); identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como classe, vindo pois a fazer a descoberta da sua consciência de classe” (THOMPSON, 2001, p. 274).

Para Thompson, essas transformações contribuem para o que ele denominou como “experiência de classe”. A classe operária tanto fez a si mesma, como foi feita, continuando sempre um processo inacabado. A formação da classe operária surge a partir da contradição entre o capital e o interesse compartilhado por sujeitos coletivos cujos interesses, igualmente coletivos, divergem dos interesses do capital, passando a ser organizar, atuar e pensar em termos de classe operária.

Nesse processo, percebe-se que os jocistas vão criar novos valores morais, crenças e maneiras de lutar por seus direitos, desenvolvendo a partir de experiências em comuns, diferentes formas de resistência às atrocidades dos militares no município. A partir dessas experiências, a luta contra o Estado, representado pelos militares e pela CSN, os trabalhadores

⁸³ 83 Relato de Emídio Jeremias. Arigó: o pássaro que vem de longe. Revista do Centro de Memória Sindical. Coleção trabalhadores em luta. Nº1. (ano). Pag. 45.

foram se descobrindo como classe, num processo de autoconstrução da consciência de classe.

Nesse contexto, o conceito de experiência de Thompson pode nos ajudar a entender esses acontecimentos, pois, segundo o autor, a experiência de lutas e resistência dos trabalhadores pode criar uma consciência de classe formando uma mentalidade de confrontação e resistência, em um processo de construção de identidade coletiva.⁸⁴ Esse processo de conscientização dos trabalhadores vai contribuir para a formação de uma identidade operária, que vai transformar a cidade em um dos locais mais mobilizados do Brasil e, assim, se tornar alvo de constante vigilância do Estado Brasileiro.

A Juventude Operária Católica de Volta Redonda, além de se preocupar com os problemas sociais da cidade, também estava acompanhando o debate político que ocorria em todo território brasileiro. A partir de 1968, estimulada pela participação de alguns de seus militantes no Congresso Nacional da JOC, realizado na cidade de Recife/PE, a organização local direcionou suas ações com base nas resoluções desse evento, que defendia uma sociedade sem classes e que os trabalhadores poderiam conquistar tudo o que quisessem através da mobilização. Nesse congresso ocorreu uma excessiva politização e um grande debate de ideias que levou a uma divisão do movimento, e alguns dos militantes presentes concluíram a necessidade de um grau maior de radicalização.

A mobilização do movimento se ampliava e, em julho de 1969, publicaram outro documento, - “Ação e Orientação da JOC no Brasil⁸⁵” - que fazia uma crítica à realidade brasileira, afirmando que o capitalismo era responsável pela fome, miséria, desemprego, falta de habitação, exploração do trabalho do menor e da mulher.

Na conclusão desse relatório foi destacado que só uma mudança nas estruturas e no próprio sistema social poderia atender às necessidades da juventude trabalhadora. Além disso, também destacava a necessidade de uma ação de conscientização de classe onde a JOC teria o papel de evangelizar a juventude trabalhadora através da ação. Ao encerrar o texto, os jocistas exigem dos bispos brasileiros uma tomada de posição em relação às injustiças sociais praticadas no Brasil:

⁸⁴ THOMPSON, 1987, p. 303.

⁸⁵ Documento produzido por um grupo de dirigentes e assistentes da JOC para ajudar militantes na condição e orientação do movimento no Brasil. Enviado a todos os bispos do Brasil e a todos os países do mundo onde atuavam a JOC. (FABIAN, 1988, p. 158)

- 1) Parece-nos necessário que o episcopado tome uma atitude concreta de defesa, não só da JOC, mas de toda a classe oprimida, de modo especial denunciando as injustiças que vem sendo praticada contra toda ação de libertação dos oprimidos.
- 2) Não basta uma atitude passageira, mas é preciso um permanente apoio a luta de libertação que se tenta travar em nome do evangelho e em quadros organizados.⁸⁶

Essas ideias propostas pela JOC Nacional irão influenciar o grupo de Volta Redonda. Tanto o padre Natanael, quanto o padre Arnaldo incorporam esses ideais e, empolgados com o trabalho progressista da diocese de Volta Redonda, permitiram a aproximação da JOC com a militância de organizações da esquerda revolucionária, realizando várias ações de contestação aos militares, como a distribuição de panfletos com denúncias contra a ditadura, que seriam realizadas em parceria a partir desta aproximação.

⁸⁶ Ação e Orientação da JOC no Brasil, Julho de 1969, p. 41. In Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações. BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0096_d001. p.68- 110.

CAPÍTULO 3: A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E OS GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS DE ESQUERDA EM VOLTA REDONDA (1968 - 1971)

3.1. O AI-5 e as Organizações Revolucionárias de esquerda no Brasil

3.1.1. A implantação do AI-5 e as estratégias de resistência a ditadura

O campo da resistência sempre se definiu em torno da convicção de uma correlação de forças adversas – a ditadura é o inimigo mais forte e que se impõe. Resistem os que sobraram ou optaram por lutar; por isso, essa é uma prática política que se sustenta num exercício de esperança – assume uma derrota e, simultaneamente, declara uma esperança de vitória. Sua prática incluiu um conjunto significativo de compartilhamento de valores do mundo público como esperança e prudência. E, sobretudo, coragem política, isto é, o gesto de deixar a proteção do anonimato do mundo privado e protagonizar uma ação na cena pública. Quem faz isso sabe que corre riscos: o inimigo é superior em forças; não existem garantias; e, caso seja preso, estará sem recurso e sem defesa. O segundo elemento definidor do conceito: a luta de resistência (sob qualquer forma) que ocorre quando se quebra o Estado de Direito e se rompem os princípios e valores que o organizam. Essa é uma luta que se forma em torno dos direitos, da legalidade, da justiça. Quem participa dela não o faz exclusiva ou prioritariamente em nome de uma bandeira ideológica ou de um projeto político partidário. Sua essência é a defesa da liberdade. (CNV, 2014, p. 342)

O Golpe civil-militar de 1964 trouxe várias consequências à sociedade brasileira, entre elas a perseguição a todos os movimentos de contestação, assassinato, tortura e prisão de milhares de opositores - o que enfraqueceu muito as forças oposicionistas, obrigando-as a entrar para a clandestinidade. O governo Castelo Branco colocou em prática a política de arrocho salarial, prejudicando os operários e também a classe média que, aos poucos, começou a se desencantar com o regime (GORENDER, 1987, p.70-72).

Essa situação vai favorecer o surgimento de um movimento de resistência ao Estado Militar. De acordo com ALVES (2005), a maturação do modelo econômico e a política repressiva após 1964 propiciou uma aliança, iniciada em 1967, entre vários setores de oposição que foi transmutada em movimento de massa a partir de 1968. Três foram os setores que conseguiram força e coordenação suficiente para afetar as estruturas políticas do país: o movimento estudantil, o dos trabalhadores (sindicatos) e a Frente Ampla⁸⁷. Esses grupos de oposição organizaram manifestações de rua, comícios e passeatas, além de atuarem no Congresso Nacional através dos deputados do MDB eleitos em 1966, gerando uma crise

⁸⁷ A Frente Ampla foi um grupo político reunindo o conservador Carlos Lacerda e seus antigos adversários de centro à esquerda Juscelino Kubitschek e João Goulart contra o Regime Militar de 1964, criado a partir de 1966.

interna no governo.

Rodrigo Patto Sá Motta (2018) também destaca que a intensidade da resistência ao poder autoritário aumentou entre os anos de 1967 e 1968, tendo como destaque o ativismo estudantil, a ação parlamentar, as greves operárias e o início da luta armada⁸⁸ promovida pela esquerda radical⁸⁹. O autor afirma que o aumento do ativismo da oposição ao parlamento, nas ruas e nas ações de resistência armada da esquerda passou a ameaçar o governo. Isso aliado ao desejo de impor limite às instituições liberais que tolhiam sua ânsia repressiva e a perda de prestígio em vários setores sociais, como na imprensa, Judiciário, Parlamento, Igreja e entre as elites sociais, gerando uma sensação de isolamento e fragilidade do governo. Os militares passaram a vislumbrar o projeto de revigorar a “revolução” através de uma nova escalada autoritária, uma ofensiva imaginada como uma espécie de retorno às fontes originais de 1964.

A resposta para tal situação foi a implantação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁹⁰, que permitiu ao Estado cassar mandatos parlamentares, aposentar servidores públicos incômodos, como juízes que impediam a “justiça revolucionária” de agir livremente, ou professores universitários acusados de estimular a rebeldia estudantil. Além disso, possibilitava censurar a grande mídia, grupo que até então se mantivera salvo da repressão. O AI-5 representou uma forma de enquadrar não apenas os grupos de esquerda, mas também segmentos da elite que se mostravam descontentes com o regime, sendo uma ação para reerguer um governo fraco (Costa e Silva), revigorando o regime autoritário, superando suas dissensões internas (MOTTA, 2018).

⁸⁸ A expressão “luta armada contra a ditadura militar” é uma denominação consagrada no campo da História. É, entretanto, necessário esclarecer que esse conjunto de ações, embora tenha feito significativo uso de armas, nem sempre constituiu em combate armados entre as esquerdas e os militares como sugere a própria terminologia (SALES, 2015).

⁸⁹ Os eventos dramáticos de 1968 são conhecidos, por isso basta listar os de maior impacto. Desde 1967 era perceptível o maior ativismo de oposição nos movimentos sociais, nas manifestações de rua e na atuação dos políticos tradicionais, tanto no MDB como na Frente Ampla. Mas em 1968 a temperatura política subiu a níveis bem mais graves, inclusive porque se intensificaram as ações terroristas, de esquerda e de direita. O ano começou com várias marchas estudantis, sendo que em uma delas foi assassinado o jovem Edson Luís (28 de março de 1968), que se tornou símbolo a inspirar mais protestos liderados por universitários. No calendário desses protestos de rua destacam-se os meses de abril e junho, em que ocorreram episódios extremamente violentos, resultando em muitas mortes (VALLE, 2008). A radicalização das lideranças estudantis gerou a ocupação de prédios universitários por todo o país, em protesto contra as políticas da ditadura, levando ao enfrentamento com a polícia e com grupos de direita, a exemplo da chamada Batalha da Maria Antônia, em São Paulo (outubro de 1968). Os operários também se fizeram presentes no cenário com duas greves marcantes, em Contagem (abril de 1968) e em Osasco (julho de 1968), levando os líderes da ditadura a terem pesadelos pelo medo de que os trabalhadores aderissem aos protestos políticos. Ao mesmo tempo, grupos armados de esquerda fizeram ações de “expropriação” para a coleta de fundos e ações terroristas, como a execução de um militar norte-americano (Charles Chandler) e um atentado à bomba a quartel do II Exército (MOTTA, 2018).

⁹⁰ Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva foi a expressão mais acabada da Ditadura Militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros, dando poder de exceção aos governantes para punir os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados, além de limitar os poderes legislativo e judiciário. De acordo com seu texto, permaneceram valendo a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; o Presidente decretar a intervenção nos Estados e municípios; como também nomear interventores nos Estados e Municípios; suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; restringir vários direitos civis, dentre outros. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em 22/06/19; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em 22/06/19.

O AI-5 concedia amplos poderes ao Poder Executivo que tinha, a partir de então, apoio e liberdade para perseguir e punir os opositores do governo retirando-lhes qualquer garantia constitucional. De acordo com RIDENTI (2014), o AI-5 significou uma ruptura com a legalidade imposta pelo próprio regime que concedia poderes quase ilimitados ao Executivo como, por exemplo, legislar por decreto; suspender direitos políticos dos cidadãos; cassar mandatos eletivos, suspender o habeas corpus em crimes contra a segurança nacional; julgar crimes políticos em tribunais militares e demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos.

Segundo ALVES (2005), com a promulgação do AI-5, introduziu-se um novo ciclo de repressão, que caracterizou-se por amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informações e no aparato burocrático do Estado, que vieram seguido de emprego indiscriminado da violência contra todas as classes. Diante de tal contexto, alguns setores da oposição, que já vinham sustentando a necessidade de luta armada, assumiram a posição predominante de rebelião contra o Estado.

FICO (2019) , afirma que o AI-5 representou o pior momento da história brasileira em termos de autoritarismo, principalmente pela brutalidade das ações do Estado que incluíam torturas, desaparecimentos, suspensão do habeas corpus e o fechamento do Congresso Nacional. Ações essas que já haviam ocorrendo desde a implantação do golpe em 1964. Nesse momento, muitos estudantes frustrados e indignados com o decreto em vigor, tornaram-se alvos de fácil recrutamento para as organizações de esquerda que se autodenominavam “revolucionárias” – e, apesar de muitas não defenderem os ideais comunistas, passaram a defender ações armadas em função do fechamento do regime.

Com relação ao início das ações armadas contra o Regime Civil-Militar, tanto Alves quanto Fico destacam que foi uma reação a implantação do AI-5. No entanto, existe um debate quanto a essa questão, pois alguns autores concordam que as ações de luta armada já foram vislumbradas antes mesmo de 1968.

GORENDER (1987) destaca que mesmo antes do Golpe de 1964, existiam grupos que tinham a proposta de luta armada, um exemplo foi o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), vinculado as Ligas Camponesas em 1962. Segundo o autor, a direção do MRT incitado pelo foquismo cubano, comprou algumas fazendas e instalou nelas alguns campos de treinamento de guerrilhas. O movimento logo foi descoberto e seus líderes presos.

RIDENTI (2007) também concorda com Gorender nesse aspecto, afirmando que antes do golpe havia tendências que advogavam a necessidade de luta armada, apesar de não ser

uma posição dominante, ficaram apenas no âmbito da retórica. Como foi o caso da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP) e os Grupos de 11. No entanto, o autor afirma que a opção pela luta armada à moda cubana só veio mesmo depois do golpe de 1964.

Gorender também afirma que alguns grupos revolucionários, apesar de apresentarem propostas de luta armada antes de 1968, só iniciam o combate após o AI-5 mediante a pressão dos militantes, como foi o caso da Ação Libertadora Nacional (ALN) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e de outros.

No entendimento de Gorender essa foi uma opção tardia, para ele as lutas deveriam ter começado nos momentos iniciais do golpe de 1964 e não em 1968, quando as condições eram desfavoráveis.

Em condições desfavoráveis, cada vez mais distanciada da classe operária, do campesinato e das camadas médias urbanas, a esquerda radical não podia deixar de adotar a concepção da violência incondicionada, para justificar a luta armada imediata. A esquerda brasileira se motivou em suas próprias razões e as reforçou com ideias de impacto internacional nos anos 60. Nas circunstâncias da época, a concepção da violência incondicionada se traduziu praticamente em foquismo e terrorismo (GORENDER, 1987, p. 250)

O autor destaca que esses grupos foram incentivados pela violência praticada pelos militares, que cometeram diversas atrocidades justificadas pelo jargão militar “guerra é guerra”. E, diante da violência sofrida, esses grupos responderam com violência, ou seja, “a violência original é a do opressor, porque inexistente opressão sem violência cotidiana incessante. A Ditadura Militar deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta” (GORENDER, 1987, p. 235).

CARONE (1984) também defende a ideia que antes do AI-5, se pensava em luta armada. Segundo ele, em 1967, a ALN, sob o comando de Carlos Marighella, já destaca a luta armada como forma de combate à ditadura:

Segundo meu modo de ver, a luta guerrilheira é a única maneira de reunir os revolucionários brasileiros e de levar nosso povo à conquista do poder. Recursos humanos e condições para a guerrilha não faltam no Brasil. A consciência revolucionária, que brota na luta, se incumbirá do resto. (Carlos Marighella⁹¹)

Não existia, para o líder da ALN, uma forma pacífica de luta porque as condições para ações violentas de resistência foram criadas pelos militares que impuseram a força e, segundo

⁹¹ Carlos Marighella, Carta ao Comitê Central. In: Carone, Edgard. O movimento operário no Brasil (1964-1984). São Paulo, Difel, 1984, p.51.

esta organização, a única forma de combater a violência imposta era a resposta através de ações similares (violentas) - que seriam voltadas contra quem a utilizou primeiro para prejudicar os interesses da pátria e das massas populares.

Para SALES (2011), a opção pela luta armada passou a ser vislumbrada a partir do golpe de 1964, quando muitos setores do Partido Comunista Brasileiro (PCB) responsabilizaram a política partidária pela derrota dos movimentos sociais diante dos militares e optaram pela busca de novos caminhos de atuação. O modelo revolucionário cubano passou a servir como inspiração e a discussão sobre a possibilidade de sua implantação no país através das armas causou uma divisão interna no partido, fato que deu origem a várias organizações representativas da Esquerda Revolucionária que compartilhavam a influência do foquismo⁹² na elaboração de seus projetos políticos. Como afirma Sales:

Toda a mobilização popular do início dos anos 1960, que parecia enfim anunciar uma maior democratização do país, desmoronou sob os tanques que saíram dos quartéis no último dia do mês de março de 1964. A derrota do que parece ter sido o maior movimento de massas da história brasileira marcou profundamente os atores que participaram de seus acontecimentos. A grande culpa pela derrota recaiu sobre o PCB, então o partido mais importante entre os grupos de esquerda, sendo identificado com a política de João Goulart. A partir das discussões sobre os erros cometidos e os novos caminhos a serem trilhados, a esquerda brasileira se dividiu em grande número de grupos, que caminhariam, em muitos casos, para a luta armada contra a ditadura militar. (SALES, 2016, p. 353)

Diante desse debate, vemos que a opção pela luta armada não foi, então, uma ideia que surgiu a partir do Golpe militar de 1964, pois ela já havia sido pensada em 1935 quando acontece a Intentona Comunista, liderada por Luiz Carlos Prestes. Os militantes das Ligas Camponesas, no início da década de 1950, também acenavam com um levante armado que era demonstrado através de lema do movimento “reforma agrária na lei ou na marra”. Fato que é comprovado em 1962 quando é fundado o MRT que, apoiado por cubanos, designou militantes para treinamento guerrilheiro em algumas fazendas no interior de Goiás⁹³.

Entretanto, a ideia da luta armada só toma vulto de forma mais concreta a partir de 1964, com a instauração do Golpe civil-militar. O PCB, principal força de esquerda do país,

⁹² O termo “foquismo” era utilizado entre as esquerdas nos anos de 1960, caracterizando movimentos que, influenciados pela Revolução Cubana, acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista através da guerra de guerrilhas e sem a presença de um partido comunista como dirigente do movimento insurrecional. Acreditava-se que era o caminho adequado para a América Latina e que as condições objetivas estavam prontas, restando criar as condições subjetivas, tarefa esta de que a presença do foco guerrilheiro se encarregaria. Uma vez iniciados os combates as massas acabariam por se aliar aos guerrilheiros e estes conseguiriam aumentar o seu poder ofensivo até a vitória da revolução. Durante o processo revolucionário, a guerrilha seria a vanguarda política, estando todas as outras tarefas a ela subordinadas. (SALES, 2007, p. 11)

⁹³ RIDENTI, 2007, p. 27.

tinha uma posição contrária ao confronto armado, pois acreditava que o melhor caminho para a revolução seria pacífico. Os anos posteriores ao Golpe, no entanto, revelou uma militância insatisfeita com a orientação do partido. E, esta cisão interna gerou a formação de diversos grupos que defendiam a luta armada como forma de resistência. Em 1968, muitos grupos de esquerda, diante da imposição do AI-5 começaram a pôr em práticas essas propostas, e iniciam ações guerrilheiras contra o regime, cujo objetivo principal era a derrubada da ditadura.

3.1.2. As principais Organizações da Esquerda Revolucionária no Brasil

A luta por um governo popular revolucionário, por um novo regime, não é somente uma necessidade para salvar o país, como também um direito sagrado do povo. Quando o sistema vigente e suas instituições se tornam caducos, constituem obstáculos ao avanço da sociedade e fontes de iniquidade e sofrimento para milhões de pessoas, não existe alternativa senão substituir o velho regime por um novo regime. Esse caminho percorrido vitoriosamente pelos povos em busca da felicidade e do progresso social. Este é o caminho do povo brasileiro. (Manifesto-Programa do PCdoB⁹⁴)

As organizações da esquerda revolucionária que adotaram a luta armada como forma de enfrentamento à Ditadura Civil-Militar surgiram no Brasil a partir da década de 1960. Segundo o Projeto Brasil Nunca Mais⁹⁵, quase todos os grupos tinham uma orientação marxista e resultaram de “rachas” ou subdivisões do PCB, organização política que na década de 1950 reunia praticamente todos os marxistas brasileiros.

Nos anos iniciais da década de 1960 a política defendida pelo PCB, considerada muito passiva por uma parcela da militância, começou a ser duramente criticada por grupos que, ainda fazendo parte do partido, já não acreditavam nas propostas de reforma do sistema e passaram a defender a destruição das instituições burguesas e a organização de luta armada como solução para a derrubada da ditadura. Essa estratégia passou a ser denominada de Nova Esquerda⁹⁶.

Os novos grupos de esquerda apresentavam algumas características em comum: todos davam prioridade à ação armada e acusavam o PCB de imobilismo; independente das formas

⁹⁴ Manifesto-Programa do PCdoB, fevereiro de 1962. In REIS FILHO, Daniel Aarão e SA, Jair Ferreira de. (Orgs). *Imagens da Revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas 1961-1971*. Marco Zero. Rio de Janeiro, 1985, p. 32.

⁹⁵ Arquiocese de São Paulo, 1985, p. 89.

⁹⁶ O PCB, até 1964, era o partido hegemônico entre as esquerdas brasileiras. Entretanto, a partir do início dos anos 1960, particularmente após o golpe de 1964, apareceram novos agrupamentos políticos que, em seu conjunto, são chamados de Nova Esquerda. Eram características dessa nova esquerda: a crítica ácida ao PCB, então responsabilizado pela derrota de 1964; a descrença no caminho pacífico para a revolução brasileira; a reivindicação de novos modelos revolucionários internacionais, como as experiências chinesa e cubana; e o abandono do modelo leninista de organização, consubstanciado nos partidos comunistas. A maior parte dos grupos da Nova Esquerda pegou em armas contra a ditadura militar instaurada em 1964 (SALES, 2007, p. 67).

de estruturação (em partido ou em comandos guerrilheiros), esses grupos se viam na vanguarda da revolução, fosse ela nacionalista-democrática ou socialista; e combatiam o capitalismo e o imperialismo (RIDENTI, 2007, p. 29)

Em relação às estratégias de atuação, a Nova Esquerda estava de acordo quanto à legitimidade da violência revolucionária dos oprimidos, entendendo que estes lutam contra um governo e um sistema econômico-social que os oprime e, também, impõe cotidianamente uma violência institucionalizada de exploração do trabalho (Arquidiocese de São Paulo, 1985).

As organizações clandestinas de esquerda diferenciavam-se em questões pragmáticas, (como cada organização enxerga a sociedade brasileira e que mudanças estruturais propõem); estratégias (caminhos a serem seguidos para chegar ao poder e conseguir as transformações) e táticas (métodos de ação e propostas políticas de conteúdo mais imediato). Estas diferenças foram o ponto de partida para o surgimento de várias dissidências que, por sua vez, deram origem à Ação Popular (AP) - (1962-1973); à Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP) - (1961-1970); ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) - (1962); à Aliança Libertadora Nacional (ANL) - (1967-1971); ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) - (1964-1972) e à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) - (1966-1971), entre outras. (Arquidiocese de São Paulo, 1985)

RIDENTI (2010) destaca que a tarefa central da esquerda seria derrubar a ditadura e romper com o "imobilismo" do PCB, sendo este um ponto de concordância comum entre todas as organizações que formavam a Nova Esquerda. Além disso, entendiam ser necessário o surgimento de um novo tipo de vanguarda que pudesse liderar a revolução, acreditando que esta viria através da guerrilha rural e de um longo processo de luta armada que passaria por várias etapas que teriam, no entendimento dos líderes esquerdistas, o apoio e a mobilização das massas trabalhadoras rurais e urbanas.

O autor também destaca que a revolução socialista era a principal meta dos grupos revolucionários, mas estes diferenciavam-se em relação aos métodos - a inspiração de cada um recaía sobre revoluções como a chinesa, a argelina, a cubana que trilharam caminhos diversos em suas trajetórias de luta:

... é possível subdividir em três grandes coordenadas as divergências entre os vários grupos em que se fragmentava a esquerda brasileira na década de 1960: uma referente ao caráter da revolução brasileira; outra, às formas de luta para chegar ao poder; uma terceira, ao tipo de organização necessária à revolução. As divergências em torno desses três grandes temas no interior das esquerdas tinham como paralelo indissociável as transformações pelas quais passava a sociedade brasileira no

período. (RIDENTI, 2010, p.32)

Todas essas organizações pretendiam combater um Estado que, com suas ações repressivas e decretos totalitários, formava inimigos internos e depois, quando estes se insurgiam ou se revelavam, a ordem era aniquilá-los.

Entretanto, havia divergências quanto à necessidade ou não do emprego da violência para a conquista do poder político: alguns grupos apoiavam o uso de armas (foquismo); enquanto outros defendiam um trabalho de conscientização das bases (movimento de massas). De acordo com VECHIA (2007), esse debate foi muito importante no período entre as organizações de esquerda revolucionária. Existiam os “militaristas” que pregavam a luta armada imediata e a preparação militar em todos os quadros partidários. Enquanto os “massistas” contrapunham-se a luta armada e defendiam a necessidade de se fazer um trabalho político junto aos trabalhadores, buscando a organização de um trabalho que desse frutos futuramente.

Essa divergência de ideias contribuiu para o surgimento de diversos grupos de esquerda clandestina durante a década de 1960. Entre os que tiveram origem na cisão ocorrida no interior do PCB estão: Ação Libertadora Nacional (ALN); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); entre outros. A cisão ocorrida no PCdoB, ainda de acordo com o autor, deu origem a outros, como: Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PC do B-AV) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR); da AP originou-se o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e a segunda a Ação Popular Marxista Leninista (AP-ML); e da divisão ORM-POLOP, o Comando de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Partido Operário Comunista (POC) (SALES, 2011).

O Projeto Brasil: Nunca Mais informa que as organizações clandestinas eram em torno de 50, algumas com grande importância no processo da luta armada. O presente trabalho, destacará apenas algumas dessas organizações, dando atenção especial para os grupos que atuaram na cidade de Volta Redonda – com exceção da ALN que sendo considerado o mais importante grupo de ação armada, de acordo com GORENDER (1987) e SALES (2008), será abordada, apesar de não ter atuado especificamente na região geográfica aqui estudada. Entretanto, foi uma organização que influenciou vários grupos de ação armada, e no caso de Volta Redonda, os militares vão acusar, apesar de não terem provas, os militantes da Frente Operária de se envolverem com essa organização.

A ALN surgiu a partir do vazio deixado pelo PCB e, assim, em 1968, os dissidentes Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Virgílio Gomes da Silva fundam a ALN, que defendia a necessidade da luta armada para combater e derrotar o regime militar e instaurar um governo popular revolucionário.⁹⁷

Marighella acreditava na importância do trabalho conjunto entre operários e camponeses e, ainda, que a luta armada seria o único caminho para a conquista do poder. O líder da ALN defendia a guerra de guerrilhas, fruto de suas aproximações com as ideias de “Che” Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, e de Régis Debray, estudante de filosofia que havia escrito sobre a revolução em Cuba e em outros países latino-americanos⁹⁸.

Marighella, de acordo com os estudos de SALES (2007), inspirou-se em ideias foquistas⁹⁹ e buscou adaptá-las à realidade brasileira, acrescentando à teoria guevarista-debrayista elementos da estratégia chinesa e argelina. O líder da ALN defendia que a “guerrilha não é o foco”. Para ele, a guerrilha no Brasil deveria ser móvel e não concentrada em um só local, como em Cuba. Introduziu, na teoria foquista, a valorização da guerrilha urbana e o uso de terrorismo como forma de luta política. A guerrilha urbana, com isso, passou a ter uma importância muito grande, pois nas cidades estavam os principais militantes, recursos e a efervescência política.

As ideias de Carlos Marighella foram expostas num panfleto da Ação Libertadora Nacional de agosto de 1969, nele os integrantes do grupo se definiam da seguinte forma: “Todos nós somos guerrilheiros, terroristas e assaltantes e não homens que dependem de votos de outros revolucionários ou de quem quer que seja para se desempenharem do dever de fazer a revolução. O centralismo democrático não se aplica a organizações revolucionárias como a nossa”.¹⁰⁰

A guerrilha urbana era o campo de atuação da ALN, seguindo a linha política adotada na Declaração Geral da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) que partia

⁹⁷ ABREU, Alzira Alves de. Ação Libertadora Nacional. CPDOC. FGV, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-libertadora-nacional-aln>>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

⁹⁸As inspirações de Carlos Marighella vinham de dois livros muito utilizados pela esquerda brasileira, que debatiam a centralidade que a luta armada assumiu como caminho revolucionário nos anos de 1960. O primeiro é o livro A guerra de guerrilha, de Che Guevara, no qual defende que a experiência cubana poderia ser expandida para a América Latina: a revolução se daria através de um foco guerrilheiro. O outro livro, de Régis Debray, Revolução na revolução, o autor acentua as críticas aos partidos comunistas e a luta praticada nas cidades. Para ele, as cidades eram o “túmulo da revolução” e os partidos comunistas representavam traição dos ideais revolucionários. Nesse caminho, a guerrilha rural assumiria o papel principal. (SALES, 2007, p. 69)

⁹⁹ O foquismo é uma teoria revolucionária inspirada por Che Guevara e desenvolvida por Régis Debray. Foi adotada, nos anos 1960, pelos grupos armados de esquerda e consistia, basicamente, em criar focos de revolução no mundo, como forma de enfraquecer o imperialismo.

¹⁰⁰ Sobre a Organização dos Revolucionários. Aliança Libertadora Nacional (ALN). Panfleto de agosto de 1969. Marxists Internet Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1969/08/organizacao-revolucionarios.htm>. Acesso em: 01 de junho de 2019.

do pressuposto de que a guerrilha era a vanguarda revolucionária. O núcleo fundamental constituía-se no centro do trabalho dos comunistas e patriotas que, sendo regidos pelos ideais da democracia revolucionária, consistia em três princípios básicos: “o primeiro é que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução, o segundo é que não pedimos licença para praticar atos revolucionários, o terceiro é que só temos compromisso com a revolução”¹⁰¹.

A ALN, durante sua trajetória, realizou diversas ações baseadas no “Mini Manual do Guerrilheiro Urbano”, escrito por Marighella em junho de 1969. As primeiras ações foram realizadas com o objetivo de arrecadar fundos para a implantação da guerrilha rural. Foram praticados vários assaltos a agências bancárias e a expropriação do trem pagador da estrada de ferro Santos/Jundiaí (SP). Já no ano de 1969, em conjunto com o MR-8, sequestraram o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick no Rio de Janeiro (SALES, 2008).

A forte atuação do grupo levou o governo brasileiro a lançar uma campanha contra os grupos de guerrilhas e, após longa perseguição, Carlos Marighella foi morto no dia 04 de novembro de 1969, por uma equipe policial comandada por Sérgio Fleury. O sucessor de Marighella foi Joaquim Câmara Ferreira - na época também conhecido como o “Velho” ou “Toledo”.

Sob o comando de Toledo a Ação Libertadora Nacional, em conjunto com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), sequestrou o embaixador alemão Ehrenfried von Hollenben, que foi solto em troca da libertação de 44 presos políticos. Joaquim Câmara Ferreira foi preso em 1971, morrendo pouco depois nas dependências da prisão. A ALN, que já se encontrava enfraquecida desde a morte de Marighella, entrou, a partir desse momento, em fase de desagregação (ABREU, 2016).

A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), fundada em 1961, era constituída principalmente por intelectuais e estudantes e tinha suas bases nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O objetivo do grupo era a criação de condições para dar início a um partido revolucionário da classe operária. O destaque deste movimento acontece, fundamentalmente, pela produção intelectual de suas análises críticas a respeito do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira e, também, pela influência que exerceu sobre outros grupos marxistas.

Para SALES (2007), a grande contribuição do grupo foi a elaboração de uma análise inovadora da sociedade brasileira que, divergindo do entendimento do PCB, entendia que a economia brasileira era plenamente capitalista e a burguesia nacional era ligada ao

¹⁰¹ Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo: 1968. In. MARIGUELLA, Carlos. Escritos de Carlos Marighella. Editorial Livramento. São Paulo. 1979, p. 132-134.

imperialismo e, por isso, não restava outro caminho ao proletariado senão a independência política e a revolução socialista.

As propostas da ORM-POLOP foram descritas e publicadas em documento intitulado “Programa Socialista para o Brasil”, de 1967, que destacava a ação marxista-leninista como princípio norteador do grupo. O partido, segundo este documento, assumiria o papel estratégico da revolução socialista e se colocava como sendo um órgão dirigente e educador do proletariado. A organização teria, ainda, a tarefa de propagar as ideias marxistas em contraposição às ideologias burguesas, difundidas pela influência capitalista e reformista.

Segundo REIS (2007), outra proposta da POLOP era se tornar uma alternativa aos outros partidos de esquerda. Para isso, recorreu às ideias marxistas com o objetivo de transformar o proletariado brasileiro de uma classe *em si* para uma classe *para si*. Os militantes do grupo buscaram penetrar as ideias revolucionárias entre a classe operária. A POLOP acreditava que, para propagar suas ideias entre os trabalhadores, eram necessárias três tarefas fundamentais: criar um programa para o partido operário; recrutar jovens militantes operários para a organização; e influir sobre o desenrolar da luta de classes no Brasil.

Para a POLOP, os problemas da classe operária só seriam resolvidos por meio de uma revolução de cunho socialista que, por sua vez, só seria alcançada através da insurreição das massas liderada pelo proletariado organizado. A criação de um partido verdadeiramente operário que, ao contrário da “velha esquerda”, aplicasse construtivamente o marxismo, seria uma das ações imprescindíveis voltadas para a implantação do governo pretendido. (SALES, 2007)

SALES (2007) destaca que a POLOP não se considerava um partido de vanguarda, mas, ainda assim, propunha uma frente política na cidade e no campo, onde ela iria nascer. A organização tinha a preocupação central de “dar consciência ao proletariado”, através do trabalho de propaganda e nas atividades do proletariado.

A meu ver, um dos maiores problemas que a POLOP teve enquanto organização foi a questão da utilização da guerra de guerrilhas como caminho revolucionário, tema que o grupo tratou com muita cautela e que levou à cisão do grupo em 1967.

A POLOP, no período anterior ao Golpe, não acreditava no modelo de “guerra de guerrilhas”, seguindo o modelo cubano como uma proposta viável para o Brasil, apesar de não negar sua importância para o continente americano e para o país. Entretanto, com a implantação do golpe civil-militar em 1964, o grupo direcionou sua atenção para o foquismo e a guerrilha, tentando mesclar duas táticas revolucionárias distintas: a insurreição de massa e o

foco guerrilheiro (SALES, 2005).

Em 1964, logo após o Golpe, o grupo organizou um movimento de insurreição armada que ficou conhecido como a “Guerrilha de Copacabana”. Foi a primeira tentativa de luta armada organizada pela POLOP. A ação foi descoberta pela Polícia ainda em fase preparatória. O processo fracassado deu margem a sérias discussões internas, onde parte dos militantes passou, então, a questionar a viabilidade da luta armada como caminho para a revolução levando, deste modo, à cisão do movimento.

Nos anos posteriores ocorreram discussões sobre a viabilidade ou não da luta armada. Em 1966, no documento “Teses de Tiradentes”, a organização inseriu a guerrilha dentro de sua estratégia de luta revolucionária, no entanto, com ressalvas, pois o foco aparecia aqui subordinado à questão política, à luta de classes. Além disso, a direção da POLOP fez um balanço da questão armada e recomendou que esse assunto fosse analisado num prazo mais longo (SALES, 2005).

Isabel Cristina Leite (2015) destaca que, em 1967, ocorreu o 4º Congresso para discussão do programa socialista para o Brasil, cujo tema central era a luta armada. No evento, os intelectuais da POLOP tentaram unir insurreição de massas e foquismo em sua luta política. Houve, entretanto, um grande debate sobre a questão, pois alguns militantes achavam insuficientes os preparativos para o projeto de guerrilha, enquanto outros defendiam a necessidade de um trabalho junto aos sindicatos, deixando de lado o projeto de insurreição armada (LEITE, 2015).

Diante de tal impasse, alguns militantes, descontentes com a organização, abandonaram a POLOP para criar grupos que propunham a luta armada de forma imediata, surgindo o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

A POLOP, em geral, apesar das tentativas para conciliar as ideias foquistas com as de insurreição de massas, sempre buscou realizar um movimento de conscientização de massas. Sua preocupação principal era desenvolver a consciência de classe nos trabalhadores, como é possível notar por intermédio do documento “Programa Socialista para o Brasil”, de setembro de 1967:

A classe, espontaneamente, não chega à teoria comunista, não adquire consciência que a torna uma classe para si. Espontaneamente a classe desenvolve resistência contra a exploração capitalista, há uma para a luta, mas é o partido que dá a essa ação um sentido revolucionário, levando-a além dos limites estreitos da atuação sindical e populista. Caberá ao partido liderar e lançar o exército do proletariado industrial na luta de classes latente que se desenrola no país, para que a importância que o proletariado brasileiro já tem na vida econômica se faça sentir devidamente no cenário político. Caberá ao partido realizar na prática a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, materializar a aliança entre proletariado independente e as

demais classes exploradas.¹⁰²

Os líderes da POLOP, Érico Sachs e Eder Sader, acreditavam que a melhor opção da esquerda revolucionária era conquistar a hegemonia dos trabalhadores através da destruição das bases sociais do regime. Assim, a direção da organização insistia na criação de uma Frente de trabalhadores na cidade e no campo.

Este panorama resultou na mobilização de militantes que não foram seduzidos pelo ideal de luta armada e a POLOP foi, então, reorganizada como grupo independente: surgindo a Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-POLOP)¹⁰³. Este novo grupo defendia um trabalho de base junto ao operariado em detrimento da luta armada, buscando penetrar e integrar a classe operária, passando a trabalhar em conjunto com grupos que estivessem dispostos a concentrar esforços na organização de uma classe operária revolucionária, liberta de tutelas estatais e burguesas (REIS, 2007).

Outra organização que surgiu com a dissidência da POLOP foi o Partido Operário Comunista (POC). De acordo com GORENDER (1987), o POC teve seu maior período de atuação entre os anos de 1968 e 1970, quando buscou concentrar o trabalho da militância em uma prática de aproximação e agitação no seio da classe operária. A viabilidade e validade da tática da luta armada e questões presentes no Programa Socialista para o Brasil, documento aprovado no I Congresso da organização, foram os temas debatidos por seus militantes durante seu curto período de existência da POC.

O POC, em documento intitulado “Por Uma Prática Partidária”, redigido em 1968, dá à classe operária o protagonismo da revolução e, ao mesmo tempo, destaca a necessidade de uma maior aproximação com os trabalhadores.

Do ponto de vista da atividade partidária, isto é, da nossa capacidade de desempenhar o papel do partido, o problema acima mencionado é completado por outro, o número insuficiente de quadros operários. Os problemas principais que enfrentamos no caminho da atuação partidária nos parecem ser, em resumo, os seguintes:

- _ Recrutamento e formação de quadros da classe operária;
- _ Desenvolver meios de atuação sobre a classe operária, que ultrapassem nossas possibilidades reais de contatos diretos;
- Dar exemplo de atividade revolucionária que represente uma alternativa prática aos diversos matizes da política pequeno-burguesa existente que nos permita lidera setores, organizações e alianças dentro da esquerda para influir em seu reagrupamento. (REIS e SÀ, 1985, p. 183)

¹⁰² In REIS e SÀ, 1985, p.112.

¹⁰³ A OCML-POLOP também era conhecida como "Nova POLOP".

O POC começou a se enfraquecer a partir da década de 70 quando, por ocasião da Conferência de São Paulo, seus integrantes não se mostraram de acordo com a linha política do partido - principalmente em relação à luta armada urbana. A organização, assim, se enfraqueceu, sendo duramente atingida pela repressão policial e praticamente deixou de existir em 1971, época em que seus remanescentes foram exilados. Fora do país se aproximaram da IV Internacional (Arquidiocese de São Paulo, 1985).

Outra organização importante, surgida da cisão da POLOP foi a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que ficou conhecida pela ação de expropriação de armas no quartel do 49º Regimento de Infantaria de São Paulo, em 1969, liderada pelo comandante Carlos Lamarca. A expropriação do cofre do ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, que rendeu ao grupo o valor aproximado de US\$ 2,5 milhões; o sequestro do cônsul japonês Nobuo Osushi e dos embaixadores da Alemanha e Suíça: Enrenfried von Holleden e Giovanni Enrico Bucher, respectivamente.

A linha política adotada pela VPR consistia numa mescla das teses guevaristas, da OLAS, e as opiniões trazidas da POLOP, principalmente no que se referia ao caráter socialista da luta revolucionária. As bases teóricas do grupo foram expostas no documento “A Vanguarda Armada e as Massas na Primeira Fase da Revolução de junho de 1969”. Nele, era exposto o perfil da organização, as suas concepções de revolução, de organização revolucionária e da conjuntura econômica-social da época (REIS e SÁ, 1985).

O mesmo documento apontava a guerrilha estratégica como a única forma de luta capaz de atrair o apoio popular e transformá-lo em força participante organizada. Apresentava a tática de guerrilha irregular - prática guerrilheira onde o militante realizaria atividades eventuais voltando, depois, para a vida cotidiana.

A VPR entendia que a organização, em certo momento da luta revolucionária, alcançaria o patamar de um partido nacional que, utilizando diversos meios de luta, preencheria o vácuo político deixado pelos outros partidos, tornando-se, assim, um partido educador das massas. A VPR deixou de existir, momentaneamente, em 1969, dando lugar à Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), uma fusão da VPR com o Comando de Libertação Nacional (COLINA), porque o setor intelectual do grupo era defensor de um trabalho inicial de conscientização lenta e gradual das massas e contrário à visão vanguardista. No entanto, em setembro desse mesmo ano, ocorreu uma divisão interna na VAR-Palmares, o que fez parte de seus integrantes retornarem à VPR, trazendo junto o Capitão Lamarca.

Segundo Wilma Antunes Maciel (2015), em pouco tempo a VAR-Palmares teve seus militantes presos ou mortos por agentes do governo e a organização ficou impossibilitada de exercer ações armadas. Em 1969, ocorreu outra fusão do grupo devido a divergência quanto a estratégia de atuação, uns defendiam o trabalho de massa, enquanto outros ações armadas. O grupo que era a favor do foquismo reorganizou a VPR e os que eram adeptos de um trabalho de conscientização das massas, fundaram a Dissidência VAR Palmares (DVP), que tinha como meta um trabalho de base entre os operários.

A organização, passando por muitos conflitos internos, entrou em crise a partir de 1971, fato que levou à desagregação do movimento. A opção pela luta armada clandestina afastou a VPR de seu objetivo de aproximação da população rural e urbana. Lamarca, pouco tempo depois, rejeitou a teoria do “foco” revolucionário e aderiu à concepção de guerra popular prolongada, o que o levou a romper com a VPR e se aproximar do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Ressalta-se que a crise na organização foi bastante acentuada com a prisão e morte de seus principais dirigentes: Carlos Alberto Soares de Freitas e Mariano Joaquim da Silva. O grupo foi extinto em 1973.

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), fundado no mês de fevereiro de 1962, também oriundo de uma cisão do PCB, devido à política pacifista deste partido, teve importante atuação durante o processo de luta armada. No entendimento de SALES (2005), o partido acreditava que a origem dos problemas econômicos e sociais do Brasil estava ligada a “[...] exploração do país pelo imperialismo norte-americano e ao monopólio da terra e a crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria”. Ao mesmo tempo não tinham qualquer otimismo em relação à possibilidade de melhoria na vida do país, pois para a organização o desenvolvimento econômico ocorrido durante o governo de Juscelino Kubitschek ocorreu em um contexto de uma política de inflação desenfreada, da maior penetração do capital imperialista em setores fundamentais da indústria e com a manutenção da estrutura agrária.

O PCdoB entendia que a única solução era a implantação de um governo popular revolucionário e de um regime anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista. No entendimento do partido, o caminho para a realização dessa proposta seria o da violência revolucionária. Apesar do Manifesto do programa não mostrar essa ação como único caminho, havia uma certeza de que as classes dominantes tornariam inviável o caminho pacífico (SALES, 2005).

O alinhamento ideológico do PCdoB se deu com o maoísmo, em consequência do

rompimento entre a União Soviética e a República Popular da China durante a década de 60, quando URSS se recusou a fornecer a tecnologia da bomba atômica a Mao Tsé-Tung e, principalmente, pela retirada de todos os técnicos soviéticos que vinham participando da modernização da economia chinesa. Esta conjuntura trouxe o rompimento de muitos partidos comunistas, em todo o mundo, com a União Soviética e fez com que passassem a seguir a orientação chinesa - esta defendia uma estratégia política mais agressiva e via na luta armada a única solução para os países capitalistas atingirem o socialismo.

A estratégia do PC do B se baseava na ideia de que a luta revolucionária teria como palco de luta o campo e seria sustentada pelo apoio dos camponeses. O partido, com este objetivo e intenção, dedicou-se, a partir de 1966, à implantação de uma guerrilha na região do Rio Araguaia, no Sul do Pará, local que consideravam ser o mais adequado para a formação de um exército popular. O Exército, no início da década de 1970, conseguiu reprimir totalmente o movimento, ao enviar tropas para a região onde, apesar de algumas vitórias dos guerrilheiros, saiu vitorioso (Arquidiocese de São Paulo, 1985).

O enfrentamento no Araguaia, e sua conseqüente derrota, deixou um saldo negativo para o partido, que teve vários membros mortos. Mas irá se recompor nos anos seguintes com a incorporação de vários militantes da Ação Popular (AP).

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), também nascido da ruptura de militantes em disputa interna do PCB, foi fundado em 1968 por Mário Alves, Manuel Jover Teles e Apolônio de Carvalho durante a I Conferência Nacional da Corrente Revolucionária. Durante o evento foram decididas as principais resoluções do novo partido:

a) necessidade da participação da classe operária no processo de revolução; que o aliciamento operário para o Partido seria feito em dois estágios paralelos: primeiro: conscientização ideológica; segundo: preparação militarista, com vistas a uma revolução armada; b) necessidade da afirmação do Partido como dirigente único da classe operária; c) preparação de infraestrutura necessária à deflagração da guerrilha urbana e rural; (SILVEIRA, 2013, p. 395)

A proposta geral do PCBR, de acordo com o Projeto Brasil: Nunca Mais, era a da construção de um novo partido marxista que reformulasse a linha tradicional do PCB em relação à necessidade de uma aliança com a burguesia brasileira, sem, no entanto, abraçar a bandeira da Revolução Socialista de forma imediata (Arquidiocese de São Paulo, 1985).

O programa da organização foi descrito no documento “Linha Política”, de abril de 1969, que criticava a política pacifista do PCB, partido que acreditava que a revolução poderia vir por meio de uma aliança com a burguesia brasileira, uma etapa que acreditavam

ser necessária para o processo revolucionário. O documento afirma, ainda, que a burguesia temia que uma luta anti-imperialista e antilatifundiária ultrapassasse os limites de ações reformistas e se transformasse em revolta popular indo, assim, contra seus interesses de classe. (REIS e SÁ, 1985).

O PCBR, então, não acreditava em uma revolução democrático-burguesa e, sim, em uma revolução popular que fosse capaz de derrotar e derrubar os grupos dominantes, como se pode perceber no seguinte trecho:

O desenvolvimento econômico e social do Brasil só poderá ser impulsionado por uma revolução popular capaz de derrubar o poder da minoria imperialista, eliminar o latifúndio e realizar uma reforma radical na estrutura agrária, abrindo deste modo o caminho para o socialismo. (REIS e SÁ, 1985, p. 163-164)

A destruição do aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário seria fundamental para que a classe operária pudesse, a partir desta nova realidade, assumir a direção do poder estatal. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, com esse intuito, propunha a formação de uma frente única com a união camponesa-operária e setores das classes médias, buscando uma coordenação das ações de massas e da luta armada. O operariado, nesse processo, só poderia desempenhar um papel de dirigente se, como liderança, houver um partido guiado pela teoria do marxismo-leninismo, preparado para dirigir a revolução.

Diante da questão da luta armada que dividia as organizações em “militaristas” ou “massistas”, o grupo buscou defender uma posição intermediária reconhecendo a necessidade da preparação militar para a luta, sem limitar a sua política a essa esfera. O PCBR acreditava na necessidade de um movimento de massas, paralelo a luta armada, que possibilitasse a formação de novas lideranças (VECHIA, 2007).

Com relação à luta armada, o grupo defendia a formação de núcleos guerrilheiros no campo porque acreditava que a revolução deveria se iniciar nesse local para só depois se espalhar pela cidade, onde contaria com o apoio de trabalhadores e estudantes. O PCBR considerava que, para alcançar o objetivo traçado, era fundamental a manutenção de uma estrutura partidária também urbana. Assim, organizou-se de forma a manter a mesma estrutura do PCB.

A atuação do grupo esteve voltada, principalmente, para ações que arrecadasse fundos para a revolução. Os assaltos a bancos eram, então, planejados pela militância do partido. Porém, logo após o primeiro assalto, muitas foram as prisões, sendo detidos mais de 50% dos

membros do Comitê Central. Em 1970, Mário Alves, líder do grupo, foi torturado e morto – este fato abalou e desestruturou praticamente toda a organização (Arquidiocese de São Paulo, 1985).

3.2. A Organização da Frente Operária em Volta Redonda

...e o nosso trabalho era pegar... as lutas que estavam se apresentando na época como lutas econômicas nas fábricas...entre os ferroviários... e tentarmos um trabalho primeiro de conscientização de levar documentos de falar sobre a importância da transformação...o que que seria um Brasil socialista... e o que que seria um programa socialista para o Brasil...éh:: chegamos a propor aqui na região um jornal obreiro...éh:: e lá em Barra do Pirai também... (Estrella Dalva Bohadana em depoimento a CMV-VR)

Como vimos anteriormente, com a implantação do Ato Institucional nº 5, aumentou a perseguição a grupos de oposição por todo o Brasil. Em Volta Redonda, essa situação não foi diferente, a repressão agiu de imediato prendendo e torturando militantes de movimentos ligados à Igreja Católica. De acordo com SOARES (2019), o maior reflexo do AI-5 na cidade foi à deflagração da “Operação Gaiola” que aprisionou militantes ligados ao PCB, PTB, AP, sindicalistas e católicos.

No entanto, a grande perseguição a esses grupos não impediu de surgir um novo grupo de contestação ao regime civil-militar na cidade. No ano de 1970 foi criada a Frente Operária, um grupo composto por organizações da esquerda revolucionárias (POLOP, POC, PCBR, VAR-Palmares, UJP ligado ao PCdoB) e pela Juventude Operária Católica, cuja proposta era a realização de um trabalho de base e conscientização junto a setores populares.

Em Volta Redonda, estes grupos de esquerda encontram na JOC um campo fértil para suas propostas, um movimento cuja liderança estava sob a orientação de um bispo progressista e um grupo de padres engajados nos problemas e lutas sociais, além de jovens politizados, conhecedores do debate sobre a realidade social dos operários e desejosos de realizar um trabalho de conscientização na cidade.

A aproximação da JOC com esses grupos de esquerda foi, também, fruto do processo de radicalização pelo qual o movimento passou durante a década de 60 - mudanças influenciadas, principalmente, pela forte repressão do Estado e pelas decisões tomadas em dois eventos: O Conselho Nacional da JOC, em 1967, realizado em Belo Horizonte/MG, e o Congresso Nacional da JOC, em 1968, sediado no Recife/PE. Encontros que representaram a ruptura com os ideais reformistas e com o capitalismo, aproximando-se das ideias comunistas. Os jocistas, além disso, passaram a defender uma sociedade sem classes e a ideia de que os

trabalhadores poderiam conquistar e, através de sua organização, alcançar todas as conquistas.

Segundo José Ventura¹⁰⁴, o Padre Natanael e outros jocistas de Volta Redonda que participaram do Congresso Nacional, influenciados pelos debates e ideias discutidos neste evento, passaram a analisar a realidade social e política pela perspectiva marxista. Ventura relata, ainda, que participou do Conselho Nacional de 1967 e ao voltar para a cidade resolveu, juntamente com Emídio Jeremias, Hélio Medeiro e João Cândido, e com a ajuda de dois sindicalistas, Genival da Silva (PCBR) e Wilton Meira, formar um grupo de ação clandestina “Grupo dos Oprimidos da Região”. A seguir trecho de seu depoimento à CMV-VR:

... aqui na região a gente... a gente... a gente começou... com o chamado éh: “grupo dos oprimidos da região”... a gente... as ações que a gente fazia clandestinas a gente assinava como “grupo de oprimidos” (...) “grupo dos oprimidos da região”... porque tinha outros grupos em outras regiões (...) é esse era o nome que... a gente...(...) é as ações realizada seriam assinado por esse grupo (...) uma pichação...panfleto... uma... algumas cartas endereçadas... (José Ventura, em depoimento a CMV-VR)

O Grupo dos Oprimidos da Região, de acordo com Emídio Jeremias¹⁰⁵, tinha o objetivo de realizar pichações, distribuir folhetos e cartas nas casas dos operários e na Usina Presidente Vargas. Segundo seu depoimento, o Padre Arnaldo Werlang teve uma atuação muito importante neste grupo, era um dos mais empolgados, ajudava na elaboração e distribuição de panfletos que criticavam a realidade social capitalista e a ditadura civil-militar. Entre os panfletos distribuídos estavam: “Como andam seus direitos?; “Abaixo a fome”; “Para entender Medellín”; Já viu?; e “Carta” (BNM, p. 380)¹⁰⁶

Os militantes, apesar de toda vigilância e repressão, buscavam realizar um trabalho de conscientização nas bases. Para isso, passaram a distribuir panfletos na cidade, de preferência em locais menos vigiados pelos militares, como relata um jocista:

Eu participei da elaboração de um panfleto, que eu me lembro que, esse panfleto que eu estava idealizando foi feito numa arquibancada do estádio do Guarani esporte clube, por que? Por que ali é um lugar escondido, a cidade tornou-se pequena. Eu, Liberato, Emídio, Chiquinho e a turma da JOC decidimos: ‘vamos elaborar um panfleto pra soltar’. A ideia nossa era contra o regime que estava vigente no país naquela época, regime ditatorial, você não tinha liberdade de expressão, você tinha toda uma proibição de coisas que a gente não via o porquê. Então aí eram ai assim, esse panfleto foi dirigido mais pra...talvez,e união sei se seria a ideia de alertar.No panfleto, acho que a realidade que a gente queria mostrar é da diferença de status entre o poder do Exército e a população brasileira. E nós, não sei se é por que vivemos na sociedade, não sei se é por que a gente vivia naquela classe dominada,

¹⁰⁴ José Ventura em depoimento a Comissão da Verdade de Volta Redonda.

¹⁰⁵ Emídio Jeremias em depoimento a Comissão da Verdade de Volta Redonda.

¹⁰⁶Arquivo Brasil Nunca Mais Digital -BNM-079- Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docmulti.aspx?pesq=bnm079&bib=bnm&pesquisa=Pesquisar>

então a gente sentia realmente que existia uma diferença, muita diferença, tanto é verdade que essa diferença se tornou muito patente quando nós percebemos que a CSN dava aos militares do batalhão as melhores casas em Volta Redonda. Esse tenente do batalhão na época, tinha uma casa na vila. O Pires morava na vila, que é um sargento, então eles tinham toda essa regalia e muita gente aí desempregada, muita gente sem casa. Ligadas a esse tipo de denúncia, alerta, sinal vermelho que tem alguma coisa errada acontecendo, o que a gente pode fazer. Mas gente não citava o regime de Ditadura, não. Era questão social mesmo. O panfleto era uma página de papel A4, menor pouca coisa, até por que, pra gente distribuir. Eu tinha um carro Delfine. E no fundo do carro tinha aqueles buracos, então no meu tinha um buraco maior ainda e era ali que a gente passava com carro e ia jogando para espalhar na cidade. Na ponte preta era um setor que a gente colocava também ali, para o pessoal pegar quem entrava na CSN... (João Batista da Silva. Em depoimento a CMV-VR).

Considera-se importante mencionar a respeito da atuação do Grupo dos Oprimidos da Região. Este surgiu como uma forma de ação mais politizada, fruto de um processo de conscientização social de um pequeno grupo de jocistas, não sendo de conhecimento da maioria dos participantes da JOC. Segundo a CMV-VR, a formação desse grupo procedeu e viabilizou o envolvimento da JOC com grupos organizados de esquerda que foram atraídos para o município pela alta concentração de operários na cidade, por ter um bispo progressista e militantes dispostos a realizar um trabalho de base e conscientização política nos bairros de periferia.

Em 1968, um grupo de militantes da JOC de Volta Redonda, entre eles os padres Natanael e o Arnaldo, participaram do Congresso Nacional da JOC, no Recife, realizado em 1968, que também influenciou o movimento jocista na cidade. Neste congresso, como relatado anteriormente, houve uma aproximação com os ideais comunistas, o que abriu espaços para a aproximação de organizações de esquerda e estudos da realidade social numa perspectiva marxista.

Diante desse contexto, no segundo semestre de 1970, algumas organizações clandestinas irão unir-se à Juventude Operária Católica de Volta Redonda e criar um grupo de trabalho, denominado “Frente Operária” (F.O) , cujo objetivo principal era a criação de um movimento de massa operário contra a Ditadura, baseada no Programa Socialista para o Brasil”. As principais organizações que atuaram no município foram: O Partido Operário Comunista (POC); Política Operária, (POLOP); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e União da Juventude Patriótica (UJP) ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (CMV-VR, 2015).

A criação da Frente Operária ocorreu durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici, que foi marcado por um intensa repressão aos movimentos de

esquerda, que sofriam esvaziamentos contínuos, aumentando a necessidade de novos militantes para seus quadros. Diante disso, o trabalho de conscientização entre os trabalhadores passou a ser uma necessidade, principalmente para os grupos que ainda não haviam abandonaram a luta armada e precisavam de novos militantes. E também para outros grupos que criticavam o vanguardismo, o militarismo e o foquismo guerrilheiro, que passaram a priorizar um trabalho junto aos trabalhadores nos grandes centros urbanos, onde existia uma grande concentração operária, buscando que dali nascesse um movimento revolucionário do proletariado contra a opressão e a exploração capitalista¹⁰⁷, como foi o caso da F.O.

A principal responsável pela articulação do grupo foi a militante da OCML-POLOP, Estrella Dalva Bohadana¹⁰⁸. Estrella, seguindo as orientações de seu partido, que era de trabalhar nas bases operárias, formar comitês de empresa e bairros e denunciar o papel nocivo dos sindicatos existentes¹⁰⁹, buscou organizar militantes da região para formar a frente dos trabalhadores. Para isso, a militante conseguiu reunir grupos integrantes de outras organizações de esquerda como o PCBR, POC, VAR- Palmares e UJP e alguns militantes da Juventude Operária Católica.

Um dos objetivos desse trabalho é compreender o motivo pelo qual esses grupos revolucionários escolheram a Juventude Operária Católica para atuarem em conjunto na formação da Frente Operária. O relato de Francisco Gomes de Assunção, militante da JOC, em depoimento a CMV-VR, esclarece que esta aproximação aconteceu devido ao forte envolvimento do Padre Natanael com a juventude dos bairros do Retiro e Santa Cecília. Assim, dessa forma, acreditavam que através do sacerdote poderiam ter maiores oportunidades de aproximação com os jovens e, deste modo, darem início a um trabalho de conscientização.

Eu acho que eles sabiam, porque... até porque eu não sei se eles através do Padre Natanael foram chamados pra isso, porque a Estrella Dalva, como te falei, “lambendo pelas beiradas” até chegar no centro. Eu digo assim, essa expressão só pra ilustrar, mas veja bem, ela... lógico que ela pegou para fazer o trabalho dela num meio religioso, quer dizer, através da Igreja, ela influenciou ali, ela se introduziu ali pra dali fazer as pesquisas dela e ver aonde ela podia se apegar e poder criar, desenvolver o que ela queria. Eu achei um caso, eu acho que primeiramente ela jogou a isca dela, é uma expressão que eu uso, o Padre Natanael, porque sabia, lógico que ela deve ter feito as pesquisas dela pra poder fazer o trabalho dela. Sabia que ele tinha envolvimento com grupo de jovem aqui e na Santa Cecília; falo ‘opa,

¹⁰⁷ Arquidiocese de São Paulo, 1985.

¹⁰⁸ Em depoimento a CMV-VR, a militante se declarou militante da POC que depois migrou para a POLOP, que a partir desse momento já tinha sido refundada como OCML-POLOP.

¹⁰⁹ REIS, 2007, p.63.

então isso aqui deve servir pra eu poder buscar o que eu quero’, e aí começou. Aí o Padre Natanael, por sua vez, também. Às vezes ela entrou com um argumento que não mostrava-se o que ela queria, porque ela era uma pessoa muito culta, instruída lá de cima dos grupos de esquerda. Então ela sabia como começar e chegar onde ela queria chegar. (Francisco Gomes de Assunção, em depoimento a CMV-VR)

A narrativa de Edir Alves de Souza informa que existiam diversos grupos de jovens na cidade, porém a escolha das organizações políticas de esquerda recaiu sobre a JOC porque este era um grupo totalmente organizado, bem direcionado e com objetivos claros de luta. Soma-se a estes requisitos o fato de seus dirigentes se mostrarem dispostos a fazer um trabalho mais revolucionário, conforme podemos ver em suas palavras:

Olha... É... Eles poderiam procurar outros grupos jovens, que já havia em Volta Redonda outros grupos jovens, mas, politicamente procuraram a JOC por ser um grupo jovem totalmente organizado, muito organizado, muito pressionado, sabia o que queria, sabia com qual finalidade estava lutando, com qual finalidade a gente tava brigando. (Edir Alves de Souza. Em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2019)

Já para Estrella Dalva Bohadana, a aproximação de seu grupo com a JOC de Volta Redonda aconteceu graças ao desejo de realizar um trabalho de esclarecimento e de conscientização na vida dos operários da CSN e dos ferroviários de Barra do Piraí. Estrella conta que, ao entrar em contato com a JOC, sentiu-se acolhida, pois o movimento tinha o apoio de Dom Waldyr e do Padre Natanael. A ex-militante da POLOP explica que acreditava na necessidade de conscientização e mobilização junto a operários e camponeses. Segundo sua opinião, a revolução não poderia ser realizada apenas por estudantes.

... uma militante que sempre me voltei mais com trabalho operário apesar de ser estudante... O que eu sempre acreditei é que era necessário um trabalho de mobilização junto com os operários e camponeses...de que a revolução dificilmente sairia só...éh:: que não sairia dos estudantes nós estudantes iríamos apoiar... Mas era importante um trabalho de conscientização... Junto a esses operários e camponeses então com dezenove anos... não... com dezessete pra dezoito, eu fui pro POC POLOP depois rachou né virou... era POC depois rachou virou POLOP e::... lá no partido nós então vimos que era importante um trabalho de frente operária junto com aqueles lugares naqueles lugares que tinham tido uma tradição importante de luta no golpe militar...que foi Barra do Piraí e Volta Redonda... Então comecei todo um trabalho aqui... que culminou numa frente operária com o pessoal da JOC... PCdoB, PCB, PCBR e e nós tínhamos um apoio fundamental que era o apoio da Igreja do Dom Waldyr.¹¹⁰

¹¹⁰ Depoimento de Estrella Dalva Bodahana na Comissão da Verdade de Volta Redonda. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IqPeZLIQvtg&t=75s>. Acesso em 08/09/2018.

Nesse relato, a militante destaca uma característica da cidade que considera ser um dos principais fatores que levaram a militante a procurar a JOC: a tradição de luta contra o regime civil-militar. O movimento progressista de Volta Redonda ganhou notoriedade, chamando atenção de diversos grupos de contestação ao regime. Entre eles, podemos destacar o Grupo dos Onze e a Ação Popular¹¹¹.

O militante Lincoln Botelho da Cunha ¹¹² colega de faculdade de Estrella e integrante da F.O, afirma que Estrella ficou impressionada com o intenso movimento popular na cidade e contou com um grupo de colegas que deram apoio à militante, além da cobertura da Igreja:

Ela viu nesse grupo aqui um ativismo intenso, a história de Volta Redonda, um centro operário, isso deve ter encantado ela ideologicamente, ela foi capturada ideologicamente por essa ideia. E com a colher de chá que a gente deu, de sustentação que a gente dava, ela veio prá cá, quando ela chega aqui, vê, encontra D. Waldyr aqui dando cobertura danada para JOC... pra ela inclusive... ela teve apoio de mais...¹¹³

A cidade de Volta Redonda era atraente para essas organizações de esquerda clandestinas, cidade onde se encontrava a maior siderúrgica da América Latina, uma grande quantidade de trabalhadores e um intenso movimento sindical que, apesar da intensa repressão, era muito atuante. Uma Igreja progressista e combativa, aberta aos movimentos populares que atuavam na luta pelos Direitos Humanos e Justiça Social e contra a ditadura, com um bispo que dava apoio moral e logístico ao grupo (locais para reunião e guardar materiais do grupo, militantes dispostas a distribuir panfletos pela cidade, e etc.), o que é comprovado por Estrella em seu depoimento na CMV-VR: “Nós tínhamos um apoio fundamental que era o apoio da Igreja do Dom Waldyr... que foi realmente um ser especial em todo o processo...”

Além disso, esse trabalho de conscientização de massas não era novidade para o

¹¹¹ O Grupo dos Onze Companheiros, Comandos Nacionalistas ou simplesmente o “Grupo dos Onze”, eram pequenos grupos populares organizados em 1963, por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul e um dos maiores líderes das esquerdas brasileiras. Eram formados por 11 componentes com o objetivo de defender João Goulart e lutar pela realização das reformas de base. Em Volta Redonda, existia uma célula do “grupo dos onze”, composta por Alberto Almirante Barbosa, João Pereira Alves, João Alvarenga e José Bonifácio de Castro. Esses suspeitos responderam ao IPM 1556-64, que resultou na condenação de Alberto Almirante Barbosa e João Pereira Alves a seis meses de prisão, que foi cumprida antes da conclusão do veredito e depois foram absolvidos pelo STM em agosto de 1966. Os integrantes do grupo foram enquadrados como “subversivos” e demitidos da empresa nos episódios iniciais do golpe em 1964 (SOARES, 2019).

A Ação popular atuou em Volta Redonda no final dos anos 1960, organizando células clandestinas na cidade. De acordo com Wilton Meira, um dos líderes do grupo, o objetivo da AP era obter o controle do Sindicato dos Metalúrgicos. Segundo os militares, as células clandestinas da AP na cidade colaboraram para a eleição da Chapa Azul, à presidência do SMVR, em 1968. A atuação do grupo se restringiu a distribuição de panfletos e ações de pichações com críticas a ditadura e a CSN. O grupo foi desarticulado em abril de 1968, quando os agentes de repressão prenderam os militantes (SOARES, 2019).

¹¹² Lincoln Botelho da Cunha. Em entrevista cedida ao autor em dezembro de 2019.

¹¹³ Idem.

movimento jocista, nem mesmo para a igreja progressista de Volta Redonda, pois, como vimos, os militantes católicos atuavam desde 1967 em atividades desse tipo. Em 1967, os jovens da Judica foram presos distribuindo panfletos com críticas a ditadura, e, nesse mesmo ano também, foi criado o “Grupo dos Oprimidos da Região”, que realizou esse tipo de trabalho; e, em 1968, militantes da AP no município foram presos pelo mesmo motivo. Este último grupo, apesar de não pertencer a Igreja de Volta Redonda, tinham o apoio da instituição.

Essa união da JOC com esses grupos clandestinos representou uma etapa mais radical do movimento no município que, seguindo as orientações da JOC em nível nacional e as de CELAM de Medellín, passaram a atuar em movimentos que buscavam melhores condições de vida para os trabalhadores e lhes dessem instrumentos para sua libertação, nesse caso, a conscientização política.

Essa politização do grupo chamou a atenção de grupos de esquerda, que buscavam expandir seus quadros e iniciar um movimento de massas, inserindo-se no meio operário. Principalmente da POLOP, que tinha uma proposta de formar uma frente de trabalhadores nas cidades e no campo, penetrar na “classe revolucionária” e organizar um partido de “novo tipo”. (REIS, 1990, p. 35)

Escolhido o local e o grupo com o qual iriam fazer a parceria, os militantes dessas organizações começaram atuar na organização da Frente Operária. Para compreendermos melhor como essas organizações atuaram na região, vale destacar seu modo de atuação na F.O e alguns de seus principais representantes na região.

A OCML-POLOP ou POLOP, como anteriormente citado, passou a atuar na luta armada associada ao trabalho de base entre os trabalhadores e estudantes, mas com um posicionamento crítico em relação ao foquismo cubano e ao vanguardadismo militarista.

A principal representante desse grupo na cidade foi Estrella Dalva Bohadana, responsável pelo surgimento da Frente Operária e do envolvimento com militantes da JOC¹¹⁴. Estudante do curso de Arquitetura da FERP, na unidade de Barra do Piraí, ela atuava na clandestinidade e, para não chamar a atenção, não militava no movimento estudantil. Bohadana iniciou sua militância no POC da Guanabara, passando para a POLOP logo em seguida. Com a mudança de sua família para Barra do Piraí, foi designada para organizar na região núcleos da Frente Operária, devido a grande concentração operária e pela influência do SMVR (SOARES, 2019).

¹¹⁴ CMV-VR, 2015, p. 268

De acordo com Lincoln Botelho da Cunha¹¹⁵, Estrella era muito simpática, cativante e dona de um discurso firme, buscando sempre orientar os militantes do grupo a encontrar a melhor maneira de conscientizar o povo contra a ditadura militar vigente.

O militante Edir Inácio de Souza era do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Seguindo as diretrizes do partido, buscou se enraizar no movimento operário através de militantes sindicalistas contando, para isso, com o sindicalista Genival Luiz da Silva (militante clandestino do PCBR). Edir entrou para o PCBR logo após o golpe de 1964. Em 1968, apoiou a chapa sindical do companheiro Genival, fato que o levou à prisão em 1968 na chamada Operação Gaiola. Entre os anos de 1968 e 1970 estudava na faculdade de Direito de Barra Mansa, mas continuava trabalhando na CSN e atuando no PCBR, juntamente com a JOC (CMV-VR, 2015).

O PCdoB no município de Volta Redonda era representado por Carlos Alberto Santos e por Márcio Uruari Peixoto – ambos vindos da Guanabara, militantes da UJP. Há poucas informações disponíveis sobre o militante Márcio Uruari Peixoto, já Carlos Alberto Santos, também conhecido como Bebeto, era estudante Escola de Medicina e Cirurgia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro¹¹⁶.

Bebeto era muito ativo no movimento estudantil, fazia parte da União da Juventude Patriótica (UJP)¹¹⁷, organização estudantil ligada ao PCdoB. Em 1967 foi eleito vice-presidente da Casa do Estudante do Brasil, onde organizou e coordenou diversas manifestações contra o governo. Em dezembro de 1968, foi detido em Ibiúna – São Paulo, quando participava do Congresso da UNE, onde foi encaminhado para o Dops-GB. O militante da UJP era muito conhecido entre os militares, que o descreviam como um elemento ligado as atividades subversivas estudiantis¹¹⁸. O militante do PCdoB teve uma atuação importante na Organização da Frente Operária e foi responsável pela adesão de Sérgio Galvão, Sérgio Peixoto, Márcio Uruári e Lauro Bairral (CMV-VR, 2015).

¹¹⁵ ¹¹⁵ Lincoln Botelho da Cunha. Entrevista cedida ao autor em dezembro de 2019.

¹¹⁶ Arquivo da Aperj – Prontuário 5.226. Doc. nº 1.

¹¹⁷ O PCdoB, ao optar pelo caminho da luta armada, não abandonou a ideia de um movimento de massas. Segundo Augusto Buonicore (2008), durante 1969 e início dos anos de 1970, o PCdoB da Guanabara criou a União da Juventude Patriótica (UJP), um grupo que deveria ser uma organização de frente única, dirigida pelo PCdoB, mas por meio da eleição democrática de seus dirigentes e não uma espécie de Juventude Comunista, de antemão vinculada a esse partido e oficialmente subordinada às suas decisões. Segundo Ivonilton Alves Fontan (2011), a UJP seria o braço estudantil do PCdoB e, diferentemente das outras alas do grupo que organizaram a luta armada a partir do campo, tinha seu foco nos estudantes e buscava conscientizá-los para a conquista das liberdades democráticas básicas suprimidas pelos militares. Buonicore destaca que para se filiar ao grupo não era necessário ser comunista ou marxista-leninista, bastava ser anti-imperialista e contra o regime militar. O estatuto da UJP afirmava que ela é uma organização de jovens patriotas, sem distinção de classes, princípios ideológicos, religiosos e filosóficos que tinha como objetivo mobilizar, unir e organizar os jovens cariocas na luta contra a ditadura, o imperialismo americano e pela extinção do latifúndio; e pela conquista de um governo democrático-popular que assegure ao povo brasileiro uma vida digna.

¹¹⁸ Arquivo da Aperj – Prontuário 5.226. Doc. nº 2.

A Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, organização que defendia o abandono da luta armada em prol do trabalho de base no meio operário, apoiou a formação da Frente Operária, que seria uma realidade a partir de junho de 1970. Os militantes dirigentes desse grupo eram: Sérgio Paulo Galvão (operário da CSN), Lauro Bairral Dias, João Luiz de Souza e Sérgio Peixoto Dias (BNM-079).

Outra organização que participou da F.O foi o POC, dissidente da POLOP. Seus militantes reivindicavam o protagonismo da classe operária na revolução. Inspirados pela herança intelectual da POLOP, em 1968 o grupo iniciou uma atuação no movimento estudantil, a partir da elaboração da tese da “Universidade Crítica”, passando a atuar no movimento estudantil em vários estados do Brasil. O grupo, com base nesse programa, também passou a ampliar seus contatos no mundo operário, tendo participado da famosa Greve de Osasco, em 1968. Em 1970, alguns militantes do grupo se dispuseram a realizar esse trabalho de conscientização na cidade operária de Volta Redonda, ajudando na formação da Frente Operária. Os integrantes da POC no município eram Pôncio Defaveri (funcionário de escritório na Guanabara), Wilma Maria da Silva e Antônio Moraes.

Ao analisarmos as ideologias e os integrantes dessas organizações, nota-se algumas características em comum, o que foi essencial na formação da Frente Operária. Todos esses grupos, com exceção do PCdoB, eram contra o uso de ações armadas contra a ditadura, eram a favor de um movimento de massas que tivesse como base a ação no meio operário.

Com relação ao PCdoB, é importante destacar que apesar de defender as ações de guerrilha contra o regime, também acreditava no movimento de conscientização no meio operário e sindical. Quem representava o grupo na cidade era Carlos Alberto Santos, militante da UJP, que buscava realizar um trabalho de conscientização nos operários da cidade.

Outra característica em comum era o perfil dos militantes dessas organizações. Segundo SOARES (2019), todos esses jovens provinham das classes médias, estudantes que, através do contato com as ideias de esquerda, começaram a atuar no movimento estudantil. Para NAPOLITANO (2014), o movimento estudantil representou a ala mais radicalizada do movimento de oposição, os estudantes realizaram protestos, protagonizaram conflitos com a Polícia e realizaram campanhas pregando o voto nulo. Dispondo de certa margem de ação política, o movimento estudantil tomou para si a tarefa de criticar o regime e assumir a vanguarda da luta por mudanças sociais .

Esses jovens universitários eram considerados muito perigosos pelos militares, pois poderiam cooptar mais militantes contra o regime. Alguns desses jovens, como se verificará

mais adiante, ficarão, por isso, mais tempo na prisão.

Como vimos, a partir de março de 1970, vai ser formada a F.O, quando ocorreram os primeiros contatos dos militantes destas organizações com a Juventude Operária Católica. Estrella Bohadana relata que tinha recebido a missão de aproximar-se da JOC visando ter acesso aos jovens operários. A militante começou a frequentar as missas realizadas na Igreja Santa Cecília, onde o Padre Natanael atuava como sacerdote. Em agosto, utilizando o codinome de Lúcia, foi apresentada ao clérigo e, a partir deste momento, pôde expor suas ideias e intenções, conforme relata o ex-coroinha Marco Antônio da Rosa que a apresentou ao religioso:

Eu que apresentei a Estrella para o Padre Natanael. Eu era coroinha da Igreja e convivia muito com o Padre Natanael. Quem me apresentou ela foi Sérgio Peixoto que morava na minha rua. Ele me mostrou uma arma de fogo e que ia me apresentara Lúcia (codinome da Estrella). Encontrei com ela numa praça, ela me propôs participar de um grupo. Mas eu disse que não tava querendo e que isso aí podia ser perigoso pra mim. Então disse a ela que apresentaria o Padre Natanael que está sempre atualizado nessa questão de Ditadura. Ela estava sozinha, na época. Então, eu apresentei para o Padre Natanael, levei apenas e La lá, chamei o padre e falei: ‘Olha, tem uma pessoa aqui que tá querendo conversar com você’... Aí, no canto, eu falei: ‘Olha, eu acho que o negócio dela aí é conversar política’... E ele falou: ‘vamos ver, vamos bater um papo’... E aí eu sai fora, fui embora, depois, o Padre Natanael falou: ‘olha, a questão dela é que ela tá querendo lutar, ela tá com um movimento aí contra a Ditadura, a princípio deve ser comunista... (Marco Antônio da Rosa em depoimento a CMV-VR).

Estrella declarou ao padre seu desejo de juntar-se à Juventude Operária Católica e entregou alguns exemplares do jornal “O Centelha”¹¹⁹, utilizado pela sua organização. Padre Natanael, então, a convidou para participar da preparação da “Semana do Operário”. O encontro preparatório contou com a presença de vários jocistas, dos padres Natanael e Arnaldo, de João Cândido e Emídio Jeremias, que eram membros da base operária, de Edir Inácio da Silva (PCBR), José da Silva e Ulisses Moreira Carmo e Estrella e Rogério (codinome de Antônio Moraes) pela POLOP – aproveitando a ocasião os militantes da POLOP lançaram durante o encontro a proposta de formação de grupos que seriam vinculados à Frente Operária. (BMN-079, p. 380)

Em seu depoimento à CMV-VR, Padre Natanael relata que concordou com a criação do grupo, mas ressalta que deixou bem claro que sua participação seria voltada para a orientação religiosa. Neste caso, é bom ressaltar, que ao contrário das organizações de esquerda que integravam a F.O, que tinha uma preocupação voltada para questões políticas e

¹¹⁹O Centelha era o panfleto de comunicação da POLOP, utilizada como forma de divulgar o movimento comunista no meio operário. (BNM, 079, p. 380)

sociais. A JOC em primeiro lugar, era uma instituição da Igreja, preocupada com as questões relacionadas a fé. E para a JOC a religiosidade é parte inseparável do trabalho desenvolvido pelo movimento.

O clérigo ainda relata que a JOC deveria ter o compromisso de utilizar o método Ver, Julgar e Agir de acordo com a fé cristã e não através de posturas políticas e ideológicas. Como podemos ver em suas palavras:

Eles se aproximaram da gente, que eram jovens também, idealistas também. E essa Estrella Dalva apareceu por lá, não sabemos direitinho de onde veio, qual origem dela e por aí a fora. Mas apareceu, foi lá ter contato comigo, com a liderança da JOC, participava de reuniões e assim por diante. E nós colocamos, sempre o que vier pra enriquecer estamos aí abertos. Acho que a primeira coisa era a abertura nossa para acolher as pessoas, assim por diante, então o Sérgio Galvão me lembro dele, Estrella Dalva também. Edir que era casado. Foi formado uma frente, que segundo eles era uma frente operária contra a ditadura. Agora, só que a liderança, a minha era parte de religiosa, o meu interesse era formação religiosa de alguém operário pra estar ali vivendo sua fé. E teve consequências, mas não ideológica, e aí que foi o pontinho que as vezes que confundia nós. Ideologicamente nós devíamos Ver, Julgar e Agir. Tendo como referência a fé e os nossos compromissos com os irmãos... Não tínhamos partido político... (Pe. Natanael em depoimento a CMV-VR)

Apesar da preocupação religiosa do clérigo, e de se colocar num terreno de atuação neutro e apolítico, como é relatado no trecho acima, o depoimento dele pode dar margem para um questionamento. Será mesmo que a atuação da JOC era somente religiosa? E não tinha um caráter político?

Quanto a questão religiosa, como foi relatado anteriormente, a JOC surgiu para ajudar a Igreja a resolver alguns problemas enfrentados na primeira metade do século XX, e desenvolver práticas pastorais mais eficazes, principalmente entre a classe operária que haviam se afastado das crenças religiosas, criando, assim, novas formas de intervenção, que se apresentaram em formas de lutas sociais.

Além disso, é importante lembrar que nesse período de formação da JOC, a Igreja se colocava como uma instituição contrária as duas principais ideologias da época: o liberalismo e o marxismo. Reivindicando para si, uma Terceira Via – a Via Cristã. ROMANO (1979) afirma que dessa forma, a Igreja pode ser compreendida com uma instituição que se move com um profundo sentido de permanência, e busca adequar às questões de seu tempo.

E no caso da formação da Frente Operária, vemos a JOC de Volta Redonda atuando de acordo com as questões de seu tempo, neste caso, as lutas por justiça social contra a ditadura.

Por isso, ao analisarmos os depoimentos da CMV-VR e nas entrevistas realizadas, as ações da JOC, de Volta Redonda vemos um viés político, a luta por justiça social. Pois ao

aceitar criar uma frente de combate contra a ditadura, o grupo querendo ou não, tomou uma posição política.

Além do mais, os jovens da JOC também estavam vivenciando um momento de radicalização da JOC em todo o Brasil. Padre Natanael juntamente com outros militantes da cidade participaram do Congresso de Recife em 1968, e estavam comprometidos com as ideias propostas na resolução desse congresso e na Conferência de Medellín, ideias essas que não eram apolíticas, como podemos comprovar nos dois trechos do documento abaixo que nos ajudam a compreender essa posição do pároco:

Concluimos também que a JOC deveria contribuir com as mudanças profundas e radicais da atual sociedade, através da formação de militantes cristãos, autenticamente engajados neste processo, respeitando sempre as opções pessoais. O movimento quer assim contribuir com todas aquelas organizações que lutam pela construção de um Homem Novo e de uma Sociedade Nova, onde os Direitos Fundamentais do homem sejam respeitados na prática. Nesta definição sentimos-nos incluídos nas decisões de “Medellín”.¹²⁰

Para que os militantes e jovens trabalhadores consigam ser mais eficientes no seu compromisso com a luta operária, o movimento pretende ajudá-los a descobrir critérios ideológicos. Sabendo que a ideologia é um fator determinante na economia e na política das nações e que, em consequência, influi diretamente na vida do povo, dos operários, achamos que é tarefa nossa, como movimento operário, proporcionar aos militantes e jovens trabalhadores, meios de conhecer e estudar as diferentes ideologias que determinam a economia e a política do mundo de hoje, para que tenham condições de criticar esta ou aquela ideologia e optar por este ou aquele tipo de sociedade.¹²¹

Além do apoio da JOC, Estrella, dando continuidade à organização do grupo, paralelamente a esse contato, procurou se aproximar do grupo de teatro e jornalistas da cidade para tentar trazer jovens intelectuais para o movimento. Foi quando conheceu Lincoln Botelho e Vicente Melo e Carlos Santini, e começou a organizar algumas células, como afirma Lincoln Botelho a CMV-VR:

A Estrella era organizada e começou a tentar organizar a gente como célula... ela queria arregimentar a gente... Mas a gente não queria se organizar, a gente não era quadro... Acontece que lá no teatro, ela conhece o Galvão que ficava assistindo e orbitando pelo grupo. E Estrella monta uma célula com ele. E aí quando ele cai é que o Vicente foi preso à segunda vez. Naquele momento já era o aparelho de repressão do DOI-CODI agindo aqui. (Lincoln Botelho, em depoimento a CMV-VR)

Em abril de 1970, Estrella conheceu Sérgio Paulo Galvão, militante da VAR-

¹²⁰ Ação e Orientação da JOC no Brasil Ação e Orientação da JOC no Brasil, Julho de 1969. Arquivo Nacional - BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0096_d001. p. 89.

¹²¹ Idem, p. 91.

Palmares, e iniciaram um trabalho de conscientização com alguns conhecidos de Sérgio. O militante da VAR-Palmares a apresentou a outros membros de organizações de esquerda na cidade, como Edir Inácio da Silva (PCBR), Carlos Alberto Nascimento Santos (PCdoB) e Pôncio da Silva Defaveri (POC) e juntos selaram uma aliança de trabalho com o objetivo de criar um movimento de massa operário contra a ditadura com base no “Programa Socialista para o Brasil”, documento base da Frente de Esquerda Operária que começava a se organizar no município. O grupo passou, então, a ter como tarefa principal a conquista de novos militantes e a realização de grupos de estudos para debater as ideias do movimento (BMN, 079, p. 380).

De acordo com a Comissão de Verdade de Volta Redonda, Sergio Galvão e Estrella tinham a tarefa de criar quatro células clandestinas na cidade: a primeira formada pelos jocistas Padre Natanael, Padre Arnaldo, João Cândido, Emídio Jeremias, José Ventura e Hélio Medeiros, Marco Antônio Rosa, José Francisco Barbosa e Marcos Vinícius de Vasconcelos; a segunda ligada ao grupo VAR- Palmares, composto por Lauro Bairral Dias e João Luiz de Souza; a terceira pelos membros da UJP, PCdoB e VPR, Carlos Alberto Santos, Márcio Uruari Peixoto e Sérgio Peixoto Dias; e a quarta seria composta pelos militantes da POC, Pôncio Defaveri, Wilma Maria da Silva e Antônio Morais (CMV-VR, 2015).

Estrella e Emídio Jeremias (presidente da JOC), dando continuidade às suas ações, resolveram marcar encontros com locais, datas e horários selecionados, para que o grupo pudessem discutir suas ideias e organizar suas próximas atividades. Os militantes, com receio dos militares, decidiram pelo uso de codinomes e contatos específicos para cada integrante. Deste modo, foram estabelecidos os seguintes codinomes: Estrella (Lúcia), Sérgio Galvão (João), padre Natanael (Teco), Padre Arnaldo (Arnaldão), Emídio Jeremias (Paulo), José Ventura (Zito), João Cândido de Oliveira (Ho Chi Minh), Hélio Medeiros (Mário), Antônio Liberato (Pedro) e João Batista da Silva (Jorge) (BNM, 079).

De acordo com SOARES (2019), as reuniões da célula da JOC eram realizadas semanalmente na residência do jocista José Ventura que, por ser recém-casado, chamava menos a atenção dos militares. E essa célula foi a que teve uma maior atuação durante o período, conseguiu realizar atividades que incluíam o trabalho de base com operários da CSN, panfletagens clandestinas no interior dessa empresa, além de pichações políticas na cidade. As outras foram surpreendidas pelos agentes da repressão antes que pudessem realizar atividades com maior expressividade.

O grupo tinha como tarefa a realização de um bom trabalho de conscientização junto às

massas operárias e, para conseguir seu objetivo e ganhar o apoio da população, a principal atividade do grupo era a produção e distribuição de panfletos que continham críticas e denúncias ao regime civil-militar. Para isso, contavam com o engajamento político e sindical dos jocistas que tinham contatos com membros da Igreja e um bom diálogo com outros grupos de esquerda da cidade.

A atividade de panfletagem, de acordo com Estrella Bohadana, era considerada pedagógica, pois mostraria a verdadeira situação do país ao povo. Nas palavras de Estrella:

Nosso trabalho aqui era de panfletagem, de divulgação, e um trabalho mais sólido que eu diria pedagógico, no sentido de mostrar qual era a situação e o que significa um país com o golpe militar como o nosso, o que tinha sido a própria história desse país, que não tem uma tradição, ou que está longe de ter uma tradição democrática, então, nosso trabalho inicial e a estratégia era de como trazer os operários pra poder discutir um programa socialista para o Brasil. (Estrella Bohadana, em depoimento a CMV-VR).

Essas atividades eram realizadas clandestinamente, pois a distribuição de panfletos com críticas ao governo era considerada um crime contra a Lei de Segurança Nacional (LSN)¹²². A distribuição era feita de madrugada, em sacolas de pães, em bairros de periferia, nas entradas da Companhia Siderúrgica Nacional e no comércio local em horários com grande circulação de pessoas.

Essas ações do grupo demonstram um caráter revolucionário. As experiências de resistência compartilhadas por esses jovens revelam que tinham o conhecimento da realidade dos trabalhadores da região e que estavam dispostos a lutar contra o regime que os oprimia. A penetração das ideias socialistas contribuiu para o desenvolvimento de uma “identidade coletiva” entre eles, que os guiavam na luta por uma sociedade mais justa.

A situação de opressão que viviam despertou uma “consciência de classe” nos militantes da F.O. Apesar de pertencerem a grupos sociais diferentes, os integrantes das organizações de esquerda em sua maioria da classe média, enquanto grande parte dos jocistas, eram trabalhadores da CSN. Eles compartilhavam a experiência comum da opressão dos militares que tomaram o poder em 1964, e a repressão imposta a todos movimentos de contestação ao governo, além de uma política de arrocho salarial e perda de direitos trabalhistas. E à medida que vivenciavam as experiências de exploração e opressão, se

¹²² A Lei de Segurança Nacional (LSN) foi promulgada em 13 de março de 1967, Decreto-lei nº 314, Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. No seu artigo 14, estabelece que divulgar, por qualquer meio de publicidade, notícias falsas, tendenciosas ou deturpadas, de modo a pôr em perigo o bom nome, a autoridade o crédito ou o prestígio do Brasil: pena - detenção, de 6 meses a 2 anos. Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 09 mai de 2019.

revoltavam contra essa situação. Thompsom afirma que essa influência cultural contribui para a formação da “consciência de classe”:

A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural”. (THOMPSON, 2001, p. 277)

Para THOMPSON (2001), a consciência de compartilhar e se identificar com os mesmos interesses do grupo social forma a classe. Para o autor, a classe não existe sem a consciência e sem consciência não se desenvolve a luta de classes, que é resultado da ação coletiva desenvolvida pela classe mediante a consciência de si mesma.

Em novembro de 1970, a militância da F.O. foi influenciada pela campanha de voto nulo da Ação Libertadora Nacional (ALN), sob o comando de Joaquim Câmara Ferreira.¹²³ Os militantes da célula da JOC na Frente Operária (Padre Natanael, João Cândido e Hélio Medeiros) resolveram aderir à campanha, organizando uma panfletagem em Volta Redonda para o dia 02 de novembro, com a intenção de aproveitar o feriado do Dia de Finados quando haveria uma grande concentração de pessoas em visita ao cemitério municipal¹²⁴.

Na madrugada do dia 1º para 02 de novembro, Padre Natanael e outros militantes da JOC distribuíram panfletos pelo bairro Vila Brasília, localidade do cemitério da cidade, o que chamou a atenção dos militares, que há muito tempo acompanhavam as atividades do assistente eclesiástico. Sobre o fato relata Emídio Jeremias em depoimento a CMV-VR:

Aconteceu o seguinte, desde a prisão do Natanael e do Carlos Rosa em 67, a gente começou a fazer as coisas com mais cautela. Então, quando na prisão do Genival, em 1969, nós fizemos um panfleto pra libertação do Genival, a gente queria a libertação dele e a volta pro sindicato. Isso aí foi distribuído clandestinamente, Passagem Superior da entrada da CSN, e bairros Jardim Paraíba e Conforto, na Ponte Preta. Com a formação do grupo da Estrella, depois, como o Natanael está sendo vigiado, eu fiz uma reunião restrita e disse: ‘olha, vocês não vão reunir, vocês não vão no Natanael, porque ele está vigiado’, porque o padre Arnaldo nos avisou que ele estava sendo vigiado. Dentro daquela visão de fazer atos contra o regime, então essa ação foi programada pra fazer uma panfletagem na madrugada do dia primeiro de novembro. É, essa programação foi feita, a gente reuniu no dia 29, e a gente elaborou esse panfleto que era um panfleto a favor do voto nulo e tiramos que o lugar de panfletar não era...O alvo

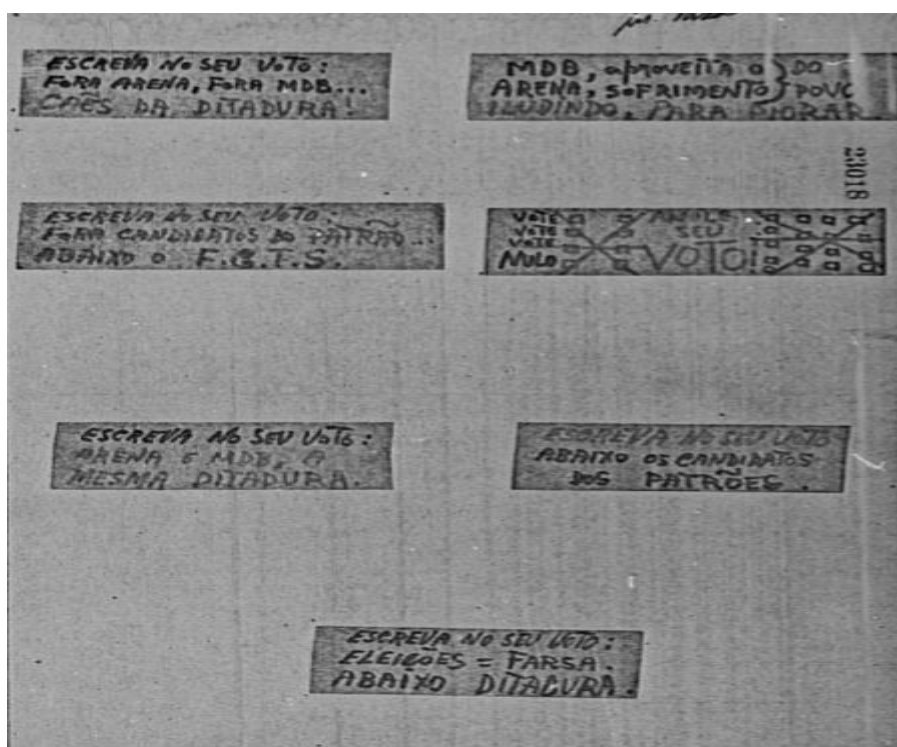
¹²³ A campanha do voto nulo foi liderada pela ALN, na publicação da 2ª edição do Jornal “O Guerrilheiro”, que ocorreu logo após a morte de seu líder Joaquim Câmara Ferreira (Toledo), que tinha assumido o comando do grupo, no lugar de Carlos Marighela, morto em 1969. Na apresentação do editorial era estimulado a realização de ações e criação de grupos revolucionários. O Jornal também anunciava a morte de Toledo e incitava que os militantes da ALN levassem a proposta de Marighela e Câmara Ferreira às últimas consequências, e por último terminava concitando o voto nulo nas eleições de 15 de novembro de 1970. Arquivo Nacional – Serviço Nacional de Informações. Ofício 160 - E2 - Ministério do Exército – Divisão Blindada – Rio de Janeiro, 03, 04 de novembro de 1970.

¹²⁴ Idem.

principal não era a CSN porque aquele dia ia muita gente para cemitério, então a panfletagem foi feita no cemitério, porque o João Cândido e o Hélio, eles tinham uma casa na Vila Brasília. Foi distribuído no cemitério. Aí ouriçou eles. Eles ficaram em alertas e caçando. Volta Redonda era pequena naquela época... (Emídio Jeremias em depoimento a CMV-VR)

Os panfletos distribuídos nesse dia tinham o objetivo de denunciar a realidade social brasileira e incentivar que a população votasse nulo nas eleições federais e estaduais de 1970. Assim, pequenas tiras serviriam como modelo sobre o que se deveria escrever na hora de votar.

Figura 8: Tiras com propaganda do voto nulo



Fonte: ¹ Arquivo Nacional – Serviço Nacional de Informações .Ofício 160 - E2 - Ministério do Exército – Divisão Blindada – Rio de Janeiro, 03, 04 de novembro de 1970.

Essa ação a favor do voto em branco, entretanto, não ocorreu somente pela influência da ALN. O próprio movimento jocista aderiu a essa posição em julho de 1969, como uma forma de mostrar a consciência política do jovens. Num trecho do documento intitulado “Ação e Orientação da JOC no Brasil”, podemos perceber essa proposta do movimento:

A Realidade política da classe operária e, principalmente da juventude operária, também se apresenta de forma bastante negativa. Praticamente quase não existe uma consciência por parte dela de uma estrutura política e de que todos dependemos desta estrutura. Alias, há mesmo uma preocupação consciente agravada ultimamente - de marginalizar o povo de todas as decisões da vida nacional e mesmo das decisões

de seu interesse imediato.

No momento, a única forma de participação política consentida para a classe “operária” (isso se torna a cada vez mais raro) é através do voto. No entanto, os partidos legais existentes representam a classe burguesa dominante. Dai surgem, para a classe operária apenas 3 alternativas de voto: ou vota em um dos dois partidos legais, ou vota em branco, como forma de protesto. A esta última alternativa tem-se dado ultimamente à significação de uma tentativa - de a classe operária se organizar por si mesma.¹²⁵

Todas essas ações fizeram com que a Frente Operária se tornasse um alvo dos militares no município de Volta Redonda. As atividades do grupo eram vigiadas pelos agentes da repressão desde 1967, quando ocorreu o primeiro embate entre Dom Waldyr e os militares e, desde então, passaram a ser alvos de investigação todos os grupos ligados à Igreja Católica e ao bispo diocesano.

Essa ação investigativa pode ser comprovada pelo Ofício 160-E2, do Ministério do Exército, com a data de 03 e 04 de novembro de 1970, no qual os militares relatam que em ação preventiva de combate ao inimigo interno foram detidos em Barra Mansa: o Padre Natanael de Moraes Campo e os indivíduos João Cândido de Oliveira e Hélio Medeiros de Oliveira. No documento também havia, em anexo, fotografias do grupo em atividades de entrega de folhetos¹²⁶ e, também, o relatório do IPM 65/70 que relatava a vigilância do grupo desde 1967, acusando as atividades realizadas como subversivas, contra o regime, e fomentadas pelo clero católico de Volta Redonda sob a orientação do bispo da cidade¹²⁷.

Importa lembrar que nem todos os integrantes da JOC estavam cientes da organização da Frente Operária. Em depoimento a CMV-VR, José Ventura e Emídio Jeremias relatam que somente alguns militantes (Padres Natanael e Arnaldo, João Cândido, Emídio Jeremias, José Ventura e Hélio Medeiros, Marco Antônio Rosa, José Francisco Barbosa e Marcos Vinícius de Vasconcelos) tinham o conhecimento da política clandestina do grupo. A restrição de informações a um mínimo de pessoas era vital para a segurança de todos, já que a vigilância dos militares era constante e, amparados pelo AI-5, prendiam e torturaram todos que fossem considerados uma ameaça à “Segurança Nacional”.

A clandestinidade do movimento pode ser comprovada nos relatos de Edir Alves de Souza e Arly Amorim¹²⁸ que não tinham conhecimento das ações da Frente Operária. Arly Amorim só conheceu os membros dessa organização quando foi detida pelos agentes do BIB.

¹²⁵ Ação e Orientação da JOC no Brasil, Julho de 1969 – Arquivo Nacional - BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0096_d001. P. 76.

¹²⁶ Arquivo do Centro de Memória do Sul Fluminense: AC ACE CNF 23018/70.

¹²⁷ Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 079, p.377.

¹²⁸ Edir Alves de Souza e Arly Amorim. Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2019.

Edir, em entrevista, relata que por ser tesoureiro da JOC, observou uma movimentação estranha no grupo, mas não tinha conhecimento sobre o que se passava.

A tal ponto que alguns membros da JOC, na época, foi cooptados. Então, como tesoureiro da JOC, participante e atuante, eu notava que eles eram pessoas diferentes, e a direção da JOC, o que... o presidente que era o Emilio na época, o Ventura e outros mais, que pensavam as coisas diferentes da gente, o Hélio, gente que pensava um pouco diferente da gente, queria um trabalho mais revolucionário, um trabalho mais profundo... (Edir Alves de Souza. Em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2019)

Esse relato também ajuda a entender que existia uma distinção entre militantes da JOC, pois nas palavras de Edir, um grupo estava disposto a fazer um trabalho mais radical, enquanto outros jocistas atuavam com uma mentalidade diferenciada, ou mesmo uma postura mais conservadora.. Neste caso, vemos um pequeno afastamento entre a diretoria e as bases da JOC.

Outro aspecto muito importante sobre a atuação da Frente Operária em Volta Redonda, e que deve ser questionada, é sua estratégia de atuação: o grupo era “foquista” ou “massista” ?

SOARES (2019), relata que alguns militantes da JOC desconfiavam de uma ligação do Padre Natanael com a ALN. Segundo ele, na documentação levantada pela CMV-VR, é possível verificar que os militares em suas investigações tentavam descobrir uma ligação entre a JOC e a ALN. O autor destaca ainda que Edir da Silva relatou que alguns de seus companheiros mantinham contato com grupos de guerrilha, mas que ele não sabia discriminar se eram ou não da ALN. O militante da JOC conta que ocorreram algumas reuniões clandestinas entre jocistas e o membro dessa organização na Igreja São Sebastião, no bairro Retiro.

Ainda segundo Soares, essa aproximação com a ALN foi negada pelo padre Natanael em seu depoimento a CMV-VR, deixando uma grande dúvida a esse respeito. E o único fato que temos que nos remete a essa questão é a acusação feita pelos militares aos membros da F.O, que prenderam o Padre Natanael, João Cândido e Hélio Medeiros, mediante a acusação de atividades “subversivas” e de ligação com o guerrilheiro Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo”.¹²⁹

É importante lembrar, que uma das táticas dos militares contra os grupos de oposição

¹²⁹ Uma das táticas dos militares contra os grupos de oposição era a dissiminação de falsas informações que os colocassem contra a opinião pública. Muitas das vezes utilizavam de fontes não confiáveis. E neste caso acima, não foi apresentada nenhuma prova que confirmasse essa acusação.

era a dissiminação de falsas informações que os colocassem contra a opinião pública. Muitas das vezes utilizavam de fontes não confiáveis. E neste caso acima, não foi apresentado nenhuma prova que confirmasse essa acusação.

De acordo com os militares, foram apreendidos diversos documentos que comprovariam a intensa atividade da JOC na região e seu caráter terrorista, com ramificações em São Paulo e Guanabara, sob a orientação dos padres Arnaldo Alberto Werlang e Natanael de Moraes Campos. Ação que resultou na instauração do IPM nº 65/70, datado de 14 de julho de 1970, cujo encarregado seria o Coronel Moacir Pereira¹³⁰

Os militares, para justificar essas prisões, acusavam os jocistas de estarem envolvidos com grupos de luta armada. Em um jornal publicado no dia 29 de abril de 1971 e com o título de “Subversão de Batina”, os padres da diocese foram acusados de atos subversivos e de que o objetivo desses sacerdotes era promover um movimento de guerrilha na região do Vale do Paraíba.

As informações que os órgãos de segurança têm sobre essas atividades subversivas foram dadas pelo padre Natanael de Moraes Campo, pároco da Igreja de Santa Cecília, Volta Redonda, implicado, com o bispo de Volta Redonda e vários outros padres num processo de subversão (acusação: aliciamento de estudantes e metalúrgicos para a deflagração de uma guerrilha no Vale do Paraíba)¹³¹.

Em um dos trechos desse jornal, é afirmado que o Padre Natanael manteve o contato com grupos de esquerda porque acreditava que a luta armada era o único jeito de mudar o atual regime do governo e a estrutura social vigente. E a manchete é finalizada com uma frase que o jornal afirma ser do pároco: “Eu largaria a batina, assim como outros padres que pesam como eu, para enganjar-me numa luta armada”¹³².

Diante dessas informações oficiais, poderíamos acreditar que a Frente Operária era uma organização com uma estratégia de atuação foquista. Entretanto, a pesquisa realizada pela Comissão da Verdade de Volta Redonda mostrou o contrário, afirmando que o objetivo do grupo não era luta armada, mas sim uma luta no campo sindical voltada para a construção de um Partido Socialista forte e de um movimento de conscientização da população.

A FRENTE OPERÁRIA, segundo depoimentos dos jocistas à CMV-VR, propunha-se a realizar trabalho de base, de esclarecimento político dos operários, para construir num nível estratégico, um movimento de massa revolucionário contra a Ditadura e a exploração do Capital, mas no nível tático, as atividades eram reuniões

¹³⁰ Arquivo Nacional – Serviço Nacional de Informações .Ofício 160 - E2 - Ministério do Exército – Divisão Blindada – Rio de Janeiro, 03, 04 de novembro de 1970.

¹³¹ Jornal da Tarde, 29 de abril de 1971. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda. Pasta 3. Doc 120 – 121.

¹³² Idem.

de estudo, panfletagens, pichações e ampliação do grupo com novos militantes. (CMV-VR, 2015, p. 281)

O depoimento do Padre Natanael à CMV-VR se contrapõe à afirmação do jornal citado acima. Segundo o ex-militante da Frente Operária, a ação do grupo não tinha um caráter foquista e sim de conscientização de massas. Além disso, não foi encontrada nenhuma prova que comprovasse que o grupo tinha a intenção de iniciar uma guerrilha na região. Até mesmo o IPM 65/70, que foi aberto contra a JOC, foi arquivado por falta de provas. A única atividade comprovada pelos militares foi a distribuição de panfletos com críticas à ditadura e a de conscientização de novos militantes, o que já foi suficiente para iniciar um processo de prisão.

O depoimento do ex-militante Lincoln Botelho pode nos ajudar a entender melhor a estratégia de atuação da Frente Operária. Lincoln relata que nas reuniões que participou, nunca se falou em grupo de guerrilha na região. Estrella e os outros membros da F.O tinham apenas um objetivo, o de conscientização política sindical. Em seu depoimento, ele descreve sua opinião sobre o assunto:

Estrella orientava, Estrella fazia documentos, orientava esses grupos tudinho, numa educação política. Entendeu. Sobre o capitalismo, sobre a exploração do capital ... na verdade, o que ela fazia com a JOC e esses grupos que tinham aí, era capacitar o pessoal para uma eventual resistência operária em sindicatos, um ativismo sindical. No final, eu acho que o produto final era melhorar o nível de consciência e preparando essa galera, tanto é que essa galera que vai formar a base dos sindicatos que vai fazer aquelas greves todinhas. (Lincoln Botelho. Entrevista cedida ao autor em novembro de 2019)

A opinião de Lincoln é compatível com as narrativas de Estrella e do Padre Natanael, de que a Frente Operária foi um grupo de conscientização e não tinha um objetivo foquista. Outro fato que pode ajudar a entender essa estratégia do grupo é a posição assumida pelas organizações envolvidas na Frente Operária (OCM-POLOP, POC, PCBR, VAR- Palmares, UJP, ligada ao PCdoB), todas tinham uma proposta de conscientização de massas.

É também importante enfatizar que, independente do movimento ser “foquista” ou “massista”, o movimento representou, antes de tudo, uma importante forma de resistência contra o regime civil-militar na região Sul Fluminense. A luta desses militantes se enquadra no que Marcelo Ridenti denomina de “resistência” contra a ditadura. Para o autor, qualquer bloco heterogêneo de oposição ao regime militar pode ser chamado de “resistência”, independente das oposições políticas, que muitas das vezes eram inconciliáveis, pois a única afinidade que existia entre eles era o fim da ditadura. (RIDENTI, 2004, p. 57-59)

Além disso, a formação da Frente Operária mostrou a capacidade de organização conjunta de grupos com propostas muitas das vezes inconciliáveis. A Igreja com uma proposta de harmonia entre as classes e as organizações de esquerdas com ideias marxistas. Essa união se deu principalmente graças o autoritarismo imposto pelo AI-5, com o aumento da gradativo da repressão, das violações dos direitos humanos, incluindo prisão de padres, que favoreceu a um rompimento da Igreja e militares. E nesse momento, algumas organizações da Igreja, às vezes incentivadas pela própria instituição, contribuíram para o fortalecimento da resistência a ditadura, se unindo a grupos de esquerda. Um dos casos mais conhecido, é dos freis dominicanos, como os freis Betto, Tito, Ivo e Fernando. Eles se aproximaram de Carlos Marighella e da ALN, com quem contribuíram com informações e realizando tarefas de apoio.

Outro fator que acredito ter unido essas organizações foi sensibilidade à situação dos trabalhadores, à questão social da pobreza. Os militantes da JOC eram influentes entre os operários locais, atuando segundo a proposta de seu criador Josefh Cardijn, tinham uma penetração no meio sindical e buscavam atuar nas comunidades e nos bairros. Essa aproximação permitia aos militantes do grupo conhecer a realidade social dos trabalhadores da região. E ao entrarem em contato com militantes das organizações de esquerda, perceberam que essa união, poderia transformar essa situação através do trabalho em conjunto da F.O.

A localidade e o contexto social e político da Cidade do Aço também foi um dos fatores que possibilitou a união entre JOC e organizações revolucionárias . Isso porque, o município é sede da maior siderúrgica da América Latina, com uma grande quantidade de trabalhadores, um sindicato forte e atuante, com uma Igreja liderada por um bispo e padres progressistas e com militantes dispostos a enfrentar o regime na luta por justiça social.

Além disso, temos a disposição é a coragem dos militantes das organizações de esquerda, que inspirados em seus ideais, passaram a atuar na região, engajando no movimento. Um grupo que apesar da heterogeneidade – estudantes universitários (Estrella Bohadana, Carlos Alberto, Edir Inácio), trabalhadores da CSN (Servio Galvão), funcionários liberais (Pôncio Defaveri), Grupo de Teatro, (Lincoln Botelho, e Vicente Mello), dentre outros – atuaram em prol de um objetivo comum, a derrubada da ditadura.

Outro aspecto importante da Frente Operária foi que ela conseguiu unir, mesmo que por um curto período de tempo, diversos grupos de esquerda (OCM-POLOP, POC, PCBR, VAR- Palmares, PCdoB) , que em sua maioria, tinham propostas diferenciadas. Mas no caso da F.O, essas divergências foram deixadas de lado, é os militantes desse grupo passaram a

atuar em conjunto.

A união em torno da F.O mostrou que quando um grupo de jovens estão unidos por um ideal comum, pode ocorrer a conciliação de posições que às vezes parecem inconciliáveis. Lembrando que esse diálogo talvez não ocorresse em outros grupos católicos, como vimos, a JOC era o movimento que agregava jovens trabalhadores em prol de melhorias das condições de trabalho, e esse fato possibilitou a interação com as organizações de esquerda que atuaram na região.

Depois de organizado o grupo, ele passou a ter uma intensa mobilização, e isso atraiu a atenção do aparelho de repressão do Estado que os considerava como terroristas, “inimigos do Estado”¹³³. Os militantes da Frente Operária foram, a partir do dia 02 de novembro de 1970, perseguidos e presos pelo comandante do 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa, Tenente Coronel Gladstone Perrasetti. Durante o cativeiro, foram torturados e acusados de atos de subversão ao Estado Brasileiro. A Igreja de Volta Redonda, ao contrário do que aconteceu na maior parte do Brasil, sob a liderança de Dom Waldyr Calheiros, não abandonou os jovens à sua sorte. O bispo enfrentou os militares e apoiou os militantes em todo momento, lutando pela liberdade do grupo.

3.3. A perseguição da Frente Operária e a experiência do cárcere

3.3.1. A prisão dos integrantes da Frente Operária

O que aconteceu – a desativação da JOC foi consequência do regime que ainda subsiste. Há 15 anos caiu em cima de nós esse regime de força, ditatorial. E sabemos que todos os regimes ditatoriais não admitem participação. Eles sentem os donos da verdade. E, nesta posição filosófica, em que acham que uma minoria tem de ditar para os outros, eles não admitem a participação da sociedade. Ora, a JOC estava dentro de um campo bastante melindroso para eles... O que aconteceu é que nossos dois grupos foram reprimidos pelos militares, foram invadidos suas casas, os grupos foram intimados a depor. Muitos ficaram amedrontados. Muitos perderam seus empregos. Fizeram o que geralmente as ditaduras fazem. Destroçaram e acabaram afugentando toda essa juventude. Mas, com tudo isto, os jovens não saíram da Igreja. Aqueles fiéis mantiveram-se firmes, embora não mais dentro do movimento que lhes foi proibido... (D. Waldyr Calheiros)

O mês de novembro de 1970 foi traumático para os militantes da Frente Operária. No dia 02 de novembro, o 1º BIB de Barra Mansa deu início à perseguição aos jocistas e membros de organizações de esquerda no município, tendo como resultado a prisão de 14

¹³³Relatório Parcial do IPM 65/70, de 28 de dezembro de 1970. BMN – 079.

jocistas e de 15 membros de organizações revolucionárias e, ainda, de pessoas próximas a eles. É importante lembrar, que o padre Arnaldo Werlang, já tinha sido preso anteriormente, quando os militares invadiram a Sede Nacional da JOC e do Ibrades. Essas prisões levaram a desarticulação da JOC em Volta Redonda. (CMV-VR, 2015)

Além disso, essa ação dos militares, não ocorreu apenas na região, como vimos anteriormente, fazia parte do processo de perseguição a JOC em todo Brasil, que ocorreu após o AI-5, processo que desarticulou o movimento em todo o país.

Os militantes aprisionados no 1º BIB passaram por intensa tortura física e psicológica que, segundo os relatos prestados à Comissão da Verdade Volta Redonda, causaram grandes sofrimentos e deixaram marcas por toda a vida.

Os militantes presos, sem exceção, passaram por momentos difíceis. No entanto, os líderes do movimento, Padre Natanael de Moraes Campos (JOC), Estrella Dalva Bohadana (POLOP), Sérgio Paulo Galvão (VAR-PALMARES), Edir Inácio da Silva (PCBR), Pôncio da Silva Defaveri (POC), Carlos Alberto Nascimento dos Santos (PCdoB), João Cândido de Oliveira (JOC), Hélio Medeiros de Oliveira (JOC), foram os mais atingidos, sofrendo graves torturas e ficaram presos mais tempo do que os demais – de seis a nove meses - além de serem indiciados em IPM, pelo Tenente Coronel Gladstone Pernassetti, por atos de subversão ao regime.

A distribuição de panfletos durante o feriado de Finados foi considerado pelos militares como grave ato de subversão contra o Estado Brasileiro e, a partir do dia 02 de novembro, iniciaram-se as prisões. Os primeiros jocistas a serem detidos foram o padre Natanael, Hélio Medeiros e João Cândido. Nesse dia, os três militantes foram interceptados pelo Sargento Milton José Siqueira Pires e o Cabo José Augusto Cruz, da equipe S2 do 1º BIB, quando passavam de carro pelo bairro Vila Santa Cecília. Os militares alegaram que os três integrantes do carro estavam em “atitude suspeita” e os intimou a dirigirem o veículo até o quartel de Barra Mansa.¹³⁴

Durante o trajeto até o 1º BIB, o carro dirigido pelo Padre Natanael sofreu um acidente, que resultou na fratura de sua clavícula, fratura do braço de João Cândido e do dedo do Sargento Pires, que os acompanhava no veículo. Todos foram levados para o hospital. Após ser engessado o braço e liberado, João Cândido foi encaminhado para o 1º BIB

¹³⁴ Relatório sobre o tratamento dispensado ao Padre Natanael de Moraes Campos e aos jocistas que foram presos no 1º BIB em Barra Mansa, juntamente com ele, a partir de 02 de novembro de 1970. Volta Redonda, 22 de janeiro de 1971. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – Pasta 3. Doc 12.

juntamente com Hélio Medeiros que saiu ileso do acidente.

O caso de Natanael foi mais grave. Ele foi operado da clavícula e ficou em observação por dois dias, porém, mesmo estando em recuperação, no dia 06 de novembro foi intimado a depor no quartel de Barra Mansa. O sacerdote, ao se apresentar no 1º BIB, acreditava que iria prestar esclarecimentos e conseguir liberar outros 14 jocistas que foram presos entre os dias 02 e 06 de novembro. Porém, contrariando sua expectativa, foi informado pelo Comandante, Coronel Arioswaldo Tavares Gomes da Silva, que seria detido e ficaria incomunicável por ordem superior (CMV-VR, 2015).

Antônio Liberato Jeremias relata que foi preso ao sair do trabalho, no dia 04 de novembro, quando agentes do Exército o interceptaram antes de chegar a sua casa:

... foi no dia 04 de novembro de 70, eu tava trabalhando na CSN de 8 às 4 e saí pela ponte preta, não sabendo de nada, peguei o ônibus ai quando cheguei aqui, acho que não tinha nem o viaduto ainda, eu desci do ônibus e parei ali, tinha um açougue, fui lá comprar toucinho, comprei toucinho e botei na minha bolsa com a marmita e dentro tinha o “Jornal do Brasil” e acho que “O Pasquim”, estava na banca pra vender, ué. Eu gostava de ler “Pasquim” que tinha aquelas... eu nem sabia se era vermelho, os outros falavam que era tudo vermelho, aí, rapaz, peguei a mercadoria coloquei dentro da bolsa e fui embora, quando eu cheguei no Retiro que é onde tem um posto de saúde hoje, e agora tem um depósito e tem aquele jardim de infância, ali o ponto de ônibus era ali, era uma árvore, ele circulava a árvore e ia embora, quando eu desci eles estava com o jipe me esperando, e meu irmão mais novo, Inácio, que era pequeno, estava sentado na calçada e viu quando eles me pegaram. Eu falei “vocês vão me levar”, “não você está preso”, eu falei “deixa eu entregar essa bolsa lá em casa, que aqui tem o mantimento da família, tem toucinho aqui”, “não, que entregar nada não, entra aí”, já começou com a violência, sargento Pires, cabo Cruz e cabo Alberto. Aí entrei no jipe lá e fiquei assim “Meu Deus, o que vai acontecer comigo?”, (Antônio Liberato Jeremias em depoimento a CMV-VR)

A prisão do jocista Francisco Gomes de Assunção foi semelhante. Na época estudante da Escola Técnica Pandiá Calógenas (ETPC), foi preso logo após Antônio Liberato Jeremias. O jipe do Exército dirigido pelos Sargento Pires e pelo Cabo Cruz, logo após prenderem Antônio, partiu à procura de Francisco. O jocista relata que se surpreendeu com a chegada dos agentes do Exército, que o obrigou a acompanhá-los até o 1º Batalhão de Infantaria Blindada.

Eu tava... fui para o colégio, estava pra sala de aula, estava estudando.... quando foi lá “pelas” 8 e meia por aí, 8 horas, 8 e meia da noite, aí bateram na porta, na sala né. Aí bateram lá.... Aí nele atender eu peguei, aí falou assim, aí estava o Sargento Pires, o Cabo Cruz, e aquele outro Cabo que eu não sei... Acho que Alberto. Aí tava um de um lado, outro do outro e o Sargento Pires no meio em frente à porta, aí falou com o professor assim ‘Francisco Gomes de Assunção estuda nessa sala?’, aí o professor passou pra mim ‘estuda’. ‘Nós estamos precisando de falar com ele, e ele vai ter que ir conosco agora’... Com isso aí, eu peguei minha pasta né, dois livros que estavam ali e saí. Falaram: ‘oh Seu Francisco, você vai ter que nos acompanhar até lá no quartel’... Quando eu cheguei em frente ao Recreio do Trabalhador, tá, lá no

fusca lá, quando ele abriu a porta, quem tá lá dentro do carro? O Liberato. Estava lá, algemado, com as mãos assim, debaixo da perna. Eles só não me algemaram porque logicamente tinha dois ali e mais o Sargento Pires, não me algemaram. Aí ali, eles saíram comigo até no “Zero Hora”... Aí ele me levou lá para o quartel... (Francisco Gomes de Assunção em depoimento a CMV-VR)

Outras prisões foram ocorrendo durante o mês de novembro. O militante Edir Inácio de Souza, assim como Francisco Gomes também foram presos na ETPC¹³⁵ e levados ao quartel de Barra Mansa. Em relato à CMV-VR, João Batista da Silva informa que foi preso trabalhando dentro da Companhia Siderúrgica Nacional.

Sérgio Diolindo, presidente da JOC entre 1966 a 1968, sabendo das prisões em massa dos militantes da JOC, resolveu ficar escondido, pois sabia que estava na lista dos militares. Os agentes do Estado, no entanto, prenderam seu irmão e irmã (menores de idade), deixando-os como reféns, até que Sérgio se apresentasse. Diante de tal situação, no dia 10 de novembro, ele foi ao 1º BIB onde foi interrogado e liberado no mesmo dia.

A estudante universitária Estrella Dalva Bohadana e o trabalhador de escritório de contabilidade, Pôncio da Silva Defaveri, líderes da Frente Operária, foram presos na cidade do Rio de Janeiro. João Cândido de Oliveira, que integrava o grupo de Estrella Bohadana, foi considerado pelos militares como elemento preparado para participar da doutrinação de outros e, por isso, foi levado de sua casa com uma grande quantidade de material considerado subversivo. Entre eles se destacam o Jornal “O CENTELHA”, “LIBERTAÇÃO”, como também folhetos de orientação do voto nulo nas eleições de 15 de novembro¹³⁶.

O militante Carlos Alberto Santos (UJP) foi preso minutos após o seu casamento civil com Regina Célia Confort Santos, no bairro Aterrado, na cidade de Volta Redonda. Logo depois foi levado ao Batalhão de Infantaria Blindado de Barra Mansa. Conforme depoimento de Marlene Fernandes, amiga de Carlos Alberto, à Comissão da Verdade de Volta Redonda:

... Sim, é meu amigo. Ele, quer dizer, eu conheci na casa dela, noivo dela. Em setenta, eu morando na casa, teve o casamento deles. Eles marcaram o casamento, eram noivos e resolveram casar; e casar só frente ao juiz. Foi na casa dela, na sete de setembro, na residência na sete de setembro... O cara estava cheio de liderança no movimento estudantil. Quando foi uma determinada hora, depois de fechar o acampamento, eu acho que o juiz já tinha ido embora, o exército cercou a casa deles, cercou a casa dela e perguntando pelo Carlos Alberto. É:: É:: Eles não entraram; armados do lado de fora né, quer dizer, nesse ele deu um jeito de não se apresentar. Ele iria se apresentar, ele se articulou a fuga dos estudantes que estavam lá do Rio, todos por trás da casa, que saíram e pegaram um ônibus que passava por Nova Iguaçu na época... É, ali mesmo. E deu um tempo para que as pessoas saíssem.

¹³⁵ Edir Alves de Souza - JOC e a Visão Política da época. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LpvM3vj5GIY>. Acesso em 24 dez 2019.

¹³⁶ Relatório Parcial do IPM 65/70, Arquivo Brasil Nunca Mais -079.

Então ele se apresentou, ‘eu sou Carlos Alberto’ e (toque de telefone) o levaram preso. Então, ele foi preso nesse dia, levaram ele para o BIB. (Marlene Fernandes em depoimento a CVM-VR)

O militante Sérgio Peixoto Dias, em depoimento escrito à CMV-VR, relatou que foi preso por dois militares – reconhecidos como o Sargento Pires e o Cabo Cruz - em sua residência no bairro Santa Cecília. Os agentes revistaram sua casa à procura de provas. Durante a trajetória para o BIB, onde permaneceu por 15 dias, foi interrogado e ameaçado, sendo obrigado a confessar que conhecia Sergio Galvão. Emídio Jeremias, presidente da JOC na época, e seu amigo José Ventura (dirigente da JOC) foram avisados por Dom Waldyr que os militares os vigiavam e que deveriam fugir, pois suas vidas estavam em risco.

... recebi um recado da: da dona Arminda né e também veio o ... me avisando que o Dom Waldyr tinha dado recado pra gente pra gente se ausentar porque: emprego eu ia perder mas emprego você arrumaria outro, mas outra vida você... você não arrumaria, mas primeiro porque - ele mandou recado que... eu sendo presidente da JOC eles iam acabar comigo... tanto que me seguiram foram até Caxias me pegar na casa da minha irmã dizendo que... que ia me botar no pau de arara e me torturar... no choque e paulada e botar uma pedra e me jogar no Paraíba... falaram pro meu irmão... na casa do meu (irmão) só que eu não estava lá...¹³⁷

Os dois militantes fugiram para a Guanabara e passaram a viver clandestinamente em aparelhos da POLOP, mas foram indiciados à revelia e passaram a compor a listas dos acusados no IPM 65/70 (CMV-VR, 2015).

Os militares, em retaliação à atitude de Emídio Jeremias, invadiram sua casa e levaram sua irmã Maria Ruth Jeremias como refém. A jovem era catequista, mas não possuía nenhuma relação com a JOC. Em sua entrevista a CMV-VR, Ruth relatou que os soldados a levaram com o objetivo de chantagear sua mãe para que falassem onde seu irmão estava escondido.

Depois voltaram pra conseguir prender o Emídio e a minha mãe sempre negando... que não sabia. Fugiu. Eles falam que foi pro Rio. E eles falam assim: ‘- A senhora tem uma filha que chama Ruth?’... ‘-Tenho’... ‘-Então, a senhora não quer falar onde seu filho tá, vou pegar, vou levar a Ruth’... ‘- Ah, minha filha, não. Ela não tem nada a ver’... ‘- Então fala onde seu filho está’. ..Aí minha mãe conseguiu, tentou falar com meu pai pro meu pai...Aí me pegaram... (Ruth Jeremias em depoimento a CMV-VR)

As ações repressivas do Estado contra a Juventude Operária Católica e as organizações clandestinas de esquerda foram muito rápidas. Até o dia 15 de novembro, 14 membros da JOC haviam sido detidos na cidade, além do Padre Arnaldo que já tinha sido preso no Estado da Guanabara no dia 19 de setembro, quando a sede nacional da JOC foi

¹³⁷ Emídio Jeremias. JOC e a Repressão Política. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VBH2t4RaDoA>. Acesso em 28 dez 2020.

invadida por agentes do Estado, o clérigo foi acusado de ligação com a JOC e do Ibrades com a AP¹³⁸.

Os agentes do Estado perceberam durante o interrogatório, realizado com intensa tortura, que a maioria dos jocistas não tinha conhecimento da existência da Frente Operária. A Equipe S2 do 1º BIB, conseguiu obter a confissões de alguns militantes, o que desencadeou uma série de prisões durante a segunda quinzena do mês de novembro, quando foram presos Marco Antônio da Rosa, (JOC), Sérgio Peixoto (PCdoB), Vicente Melo (Grupo de teatro), Schetino Mota (JOC), Carlos Alberto Santos (PCdoB/UJP), Lauro Bairral (PCdoB), Márcio Uruari (PCdoB), Edir Inácio (PCBR), Pôncio Defaveri (POC), Wilma Maria (POC) e Estrella Bohadana (POLOP) e outros militantes. (CMV-VR, 2015, p. 299-301)

No período de um mês, de acordo com o apurado pela Comissão da Verdade de Volta Redonda, foram 30 os militantes da JOC presos pelo IPM 65/70. No 1º BIB estavam detidos todos os suspeitos de envolvimento com a JOC e as organizações de esquerda clandestina - alguns foram liberados após prestarem depoimentos e outros após dias de tortura, sendo os líderes do movimento transferidos para presídios em outros lugares.

Foram presos: Padre Natanael Campos; Padre Arnaldo Werlang (preso no Rio de Janeiro); Hélio Medeiros de Oliveira; João Cândido de Oliveira; Antônio Liberato Jeremias; Francisco Assunção; Sergio Paulo Galvão; Carlos Alberto Nascimento; João Batista da Silva; Arli Matildes Amorim; Edir Inácio da Silva; Edir Alves de Souza; Estrella Dalva Bohadana; Sergio Peixoto Dias; Marcio Uruari Peixoto; Lauro Bairral Dias; Pôncio da Silva Defaveri; Marcus Vinícius de Vasconcelos; Marco Antônio Rosa; José Francisco Barbosa; Ruth Jeremias; Schetino Mota; Guido Tranin; Cirilo Tranin; Jamil (sem sobrenome); Ernani (Bené); Regina Lúcia (sem sobrenome); Sérgio Diolindo; Domingos (sem sobrenome) e Walmir do Carmo.

3.3.2. Os mecanismos de investigação e controle da imprensa adotados pelos militares em Volta Redonda

A principal razão da figura do inimigo interno é manter a coesão e o espírito de corpo do grupo que mantém o poder. Por outro lado, a existência do inimigo interno e a necessidade da existência de uma guerra permanente servem, também, para manter um estado permanente de crise, que mesmo sobre uma base fictícia é muito efetivo do ponto de vista policial e jurídico. O estado de crise permite impor restrições do ponto de vista das liberdades e dos direitos individuais e criar procedimentos arbitrários. Isso facilita o controle policial da população, autoriza o uso discricionário das forças repressivas e permite, ainda, isolar o inimigo. (BORGES, 2010, p. 30).

¹³⁸ SOARES, 2019, p. 122.

Todas essas prisões realizadas pelos militares foram fruto de um grande trabalho de investigação, levado muito a sério pelo comandante do 1º Batalhão de Infantaria Blindado de Barra Mansa, o Tenente Coronel Gladstone Pernassetti. Toda sua ação era baseada na estrutura de repressão adotada pelos militares durante a década de 60.

Segundo Carlos Fico (2010), a partir de 1968 os militares ampliaram as funções do Conselho de Segurança Nacional (órgão que vinha sendo estruturado desde o início da década de 1960), aumentando dessa maneira as atribuições do Serviço Nacional de Informações (SNI). Esses órgãos eram responsáveis por uma vasta rede de espionagem que passou a atuar em todo território brasileiro.

Para FICO (2010), toda a repressão dos militares foi baseada em quatro pilares básicos: espionagem, Polícia política, censura e propaganda - cada um desses elementos era muito importante na luta contra o inimigo interno. A espionagem tem início com a criação do SNI, órgão responsável pela coleta de dados e o cadastramento de pessoas que ameaçassem a Segurança Nacional, realizando um monitoramento constante dos considerados suspeitos. As principais táticas para obter informações variavam de escutas telefônicas, recortes de jornais e relatórios redigidos e, até mesmo, a ações mais radicais como prisões, interrogatórios e torturas.

Em relação à Polícia política, o autor destaca que esta atuava na prevenção e repressão de crimes políticos, e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODIs), eram os órgãos responsáveis pelo controle da execução de medidas de repressão, comandadas por um tenente-coronel. A Polícia política, em geral, agia como um instrumento de resposta mais forte que intervinha quando os outros meios já haviam sido esgotados, punindo o infrator e buscando desencorajar novos atos de contestação à ordem (FICO, 2010).

A censura tinha por objetivo criar a imagem de que o país se encontrava na mais perfeita ordem e, para isso, jornais foram silenciados e só publicavam notícias que interessavam aos militares e que estavam de acordo com a “ordem e os bons costumes” – também foi utilizado o recurso da criação de slogans que justificavam as ações governamentais. Os principais alvos dos censores foram os jornais, as editoras de livros, a indústria cinematográfica, as redes de televisão, muitas músicas, peças e apresentações teatrais etc. FICO (2010) ainda ressalta que a propaganda foi um elemento importante, pois contribuiu para que grande parte da população acreditasse e apoiasse o governo.

Essas práticas foram utilizadas em todo o território nacional. Em Volta Redonda não

foi diferente. As ações dos militares contra os movimentos de contestação ao regime eram baseadas na espionagem, perseguição policial e no controle da imprensa. FICO (2001) ainda afirma que um simples indício já era motivo para produzir um futuro suspeito, incriminando-o como “subversivo” e, a partir de então, os agentes de investigação procuravam encontrar “provas” contra os suspeitos utilizando de todas as artimanhas para desqualificar o adversário.

Assim como em todo território nacional, esses mecanismos da repressão foram utilizados em Volta Redonda, após o Golpe de 1964. Na verdade, até antes do Golpe os operários eram constantemente vigiados pela “Gestapo”, como já mencionamos, que fichava e controlava todos os seus passos dentro da Usina e nos espaços de decisão do movimento sindical como “agitadores” e “subversivos”¹³⁹.

Essa vigilância aumentou depois do episódio da prisão dos jovens da Judica em 1967, quando o clero progressiva passou a ser o centro das investigações dos militares na cidade. O bispo Dom Waldyr relata que os militares ficavam vigiando sua residência de cima do prédio do escritório central da CSN.

Com a instauração do AI-5 e a intensa perseguição à JOC, que começou em todo país, a vigilância sobre os militantes progressistas foi aumentada. Além disso, a situação em Volta Redonda era muito mais complicada para JOC, pois a cidade era muito visada, não só por suas atividades, mas também pela forte presença de outros grupos como, por exemplo, a Ação Popular, que também atuava em conjunto com a Igreja.

Em depoimento concedido à CMV-VR, os militantes da JOC afirmam que os militares, quando iniciaram as prisões do jocistas em novembro de 1970, possuíam muitas informações sobre eles: nomes, endereços e apelidos de todos os integrantes do grupo.

Francisco Gomes de Assunção, Antônio Liberato e Edir Alves de Souza, militantes da JOC, confirmam a versão de que os militares investigavam o grupo. Os jocistas relataram que os agentes de repressão passaram a se infiltrar em todos os lugares, até mesmo nas missas eram monitoradas, conforme relata Francisco a CMV-VR:

Então, eles dominaram. Eles iam nas missas secretamente; eles agiam secretos do exército, iam às missas para ver o que o padre falava, se alguém se manifestava... Eles estavam infiltrados em tudo. (Francisco Gomes de Assunção em depoimento a CMV-VR)

Os militantes afirmam que existia um agente infiltrado no grupo cujo nome era Farjado, namorado de uma jocista. Este rapaz era soldado do 1º Batalhão de Infantaria

¹³⁹ BEDÊ, 2010, p. 247-248.

Blindada e foi por meio de informações levadas por esse agente que os militares tiveram acesso a informações que contribuíram para as prisões dos jocistas, ocorridas a partir do dia 02 de novembro. Os relatos dos integrantes da JOC são importantes para entender como agiam os militares no município:

Olha... é... nós por sermos um grupo organizado, e... muitos colegas participaram no meio da gente. É... nós tivemos um... um rapaz do exército que ficou infiltrado no meio de nós. Namorava uma menina da JOC e ficou infiltrado no meio de nós. Aí eu achei até estranho que, quando eu fui preso, fui preso na escola técnica, sabia onde eu estava, sabia alguns apelidos dos jovens, sabia o meu apelido. Achei aquilo muito íntimo demais. E vi nitidamente que, assim... nós não fomos entregues por membros da JOC, mas era alguma pessoa do nosso meio, que sabia tudo sobre nós e nos entregou lá, com fotografia, número de casa, telefone... tudo. Sabiam tudo da gente. Então... Havia no nosso meio um traidor, mas nós não sabíamos quem que é. Depois, mais tarde, descobrimos que tinha um militar infiltrado no nosso meio. (Edir Alves de Souza, entrevista cedida ao autor em dezembro de 2018)

É. Então, ali ia pegando. Lógico que ele jogava verde pra ir colhendo o maduro, e aí foi dando as informações para eles. Entendeu? E eu não sei, ah, Fajardo. Pode ver que tá aí, tal de Fajardo. Então, esse cara que colhia as informações e ia dando e iam dando as coordenadas para ele lá.... Ele foi juntando ali e a hora que eles deram o bote, deram o bote. (Francisco Gomes Assunção, em depoimento a CMV-VR)

O Farjado, eu fui conhecer ele depois, ele namorava essa menina, mas ele estava mais é pesquisando e puxando da boca dela, e ela falava quem era eu e falava que eu frequentava... Eu acho que através dela [...] acho que ele namorava ela mais pra poder pegar as coisas... (Antônio Liberato em depoimento a CMV-VR)

Além disso, os documentos oficiais do Exército comprovam que havia uma investigação dos membros da Juventude Operária Católica. Em um ofício de segurança interna, com a data de 03 e 04 de novembro de 1970, é relatado que foram detidos em Barra Mansa o padre Natanael de Moraes Campo e os indivíduos João Cândido de Oliveira e Hélio Medeiros de Oliveira; também consta no ofício a informação de que seria aberto um IPM contra atos subversivos em Barra Mansa e Volta Redonda pelos “padres progressistas” comandados pelo Bispo Dom Waldyr Calheiros. Em anexo ao documento seria encaminhada uma fotografia dos militantes em atividade de entrega de folhetos referentes à eleição de novembro¹⁴⁰.

Os agentes do Estado, para concluir a investigação militar e ter acesso ao nome dos integrantes das organizações clandestinas de esquerda, faziam uso de diferentes métodos de tortura. A Comissão da Verdade de Volta Redonda relata que foi mediante interrogatório sob tortura que muitos militantes disseram os nomes dos integrantes da Frente Operária e a

¹⁴⁰ Ofício 160 - E2 - Ministério do Exército – Divisão Blindada – Rio de Janeiro, 03, 04 de novembro de 1970. Arquivo Centro de Memória do Sul Fluminense AC ACE CNF 23018/70.

localização do material de propaganda do grupo - a casa de Hélio e João Cândido, no bairro Vila Brasília (CMV-VR, 2015).

A imprensa, além da espionagem e da repressão, era outro elemento importante para a justificação das ações dos militares. Desse modo, as prisões dos jocistas foram veiculadas nos jornais da época como uma ação contra atos “subversivos”¹⁴¹, com reforço maior quando o alvo das notícias eram os padres progressistas de Volta Redonda, principalmente o bispo Dom Waldyr, conhecido como Bispo Vermelho¹⁴².

Em outro momento, o Tenente Coronel Arioswaldo Tavares Gomes da Silva publicou um documento com o título “NOTA PARA IMPRENSA FALADA E ESCRITA”, onde descrevia as prisões dos jocistas e justificava o ato ao declarar que estavam participando de um movimento de agitação e doutrinação esquerdista e que, também, atuavam de forma altamente subversiva na JOC. Segundo o militar, foram encontrados diversos documentos subversivos que pertenciam ao Padre Natanael e, ainda, que todo o movimento de subversão era orientado por ele e pelo padre Arnaldo. O Tenente Coronel encerra sua descrição afirmando que os jocistas se desviaram dos sagrados preceitos cristãos, conforme se percebe em seu relato:

Isto posto, e em nome do profundo respeito que este Comando devota às instituições religiosas e, em especial à Igreja Católica, que jamais poderá ter sua essência e seus princípios filosóficos comprometidos e maculados por elementos que, em nome de interesses inconfessáveis, se divorcia dos mais elevados e sagrados princípios cristãos, enveredando pelos descaminhos da pregação reacionária.¹⁴³

A utilização da imprensa pelos militares tinha o objetivo de difamar a imagem dos padres progressistas, principalmente de Dom Waldyr e os padres Natanael e Arnaldo frente à população da cidade, apontando-os como elementos subversivos que protestavam contra o legítimo governo instaurado com a “Revolução de 64”. O bispo, porém, não aceitava passivamente as agressões à sua imagem e à Igreja de Volta Redonda. Devido a forte censura do governo, tinha pouco acesso à imprensa, mas isso não impedia de expor suas críticas aos militares. Dom Waldyr as fazia em homilias que eram lidas nas missas, em artigos do Boletim Diocesano e, até mesmo, em cartas que eram enviadas a bispos de outras cidades para serem lidas em suas igrejas.

¹⁴¹ No arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda, principalmente na Pasta 3, que trata sobre a JOC tem vários recortes de jornais da época que acusam D. Waldyr e os padres progressistas de atos de subversão contra o governo.

¹⁴² Com relação à denominação de Bispo Vermelho, tanto D. Waldyr quanto outros bispos que tiveram uma atuação contra o autoritarismo militar e na luta em favor dos Direitos Humanos e justiça social foram assim chamados pelos militares. Isso fazia parte de uma campanha de difamação contra D. Waldyr e a Igreja progressista, chamada de esquerda clerical.

¹⁴³ NOTA PARA IMPRENSA FALADA E ESCRITA, 10 de novembro de 1970. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – Pasta 3.

Dom Waldyr, que sempre defendeu os jocistas, manteve esta postura em relação aos membros da JOC que foram presos em 1970 - defendendo-os contra todas as acusações que foram feitas na imprensa ou nos IPMs abertos contra eles. O bispo, em um desses momentos de defesa, respondeu à nota que o Tenente-Coronel Arioswaldo Tavares enviou à imprensa falada e escrita. O bispo, em sua carta-resposta, enviada ao comandante do BIB, defendia os jocistas das acusações que lhe foram feitas e questionava o Tenente-Coronel sobre os documentos subversivos encontrados com o padre Natanael, que de acordo com Dom Waldyr, eram apenas um panfleto com críticas ao PIS (Plano de Integração Social); um roteiro de reunião da JOCf; um rascunho com um plano de trabalho da JOC; um bilhete sobre as torturas no Brasil e fotos do padre com seus familiares. Dom Waldyr, em sua resposta, ainda afirma que os documentos nada tinham de subversivo e que a comunidade paroquial continuava apoiando o sacerdote.¹⁴⁴

3.3.3. A experiência do cárcere dos integrantes da Frente Operária

A tortura era uma prática da ditadura e nós sabíamos disso pelos relatos dos que tinham sido presos, mas nenhuma descrição seria comparável ao que eu ia enfrentar. Não porque tenha sido mais torturada que os outros, mas porque eu acho que o horror é indescritível.¹⁴⁵

A CMV-VR identificou 36 vítimas de torturas entre os testemunhos que ouviu. Relacionou a prática de 12 tipos de torturas. Os choques foram os mais utilizados, atingindo 29 das 36 vítimas. Alguns presos relataram queimaduras, palmatória, pau de arara, afogamento e simulação de fuzilamento como outras técnicas de torturas. A pocilga, local de criação dos porcos, também foi usada. O preso era obrigado a permanecer junto aos porcos.¹⁴⁶

Os membros da F.O, durante o tempo de detenção no 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa, sob o comando do Tenente Coronel Arioswaldo Tavares Gomes da Silva, viveram momentos de intenso sofrimento. No BIB foram cometidas inúmeras atrocidades, todas justificadas pelo argumento do combate à “ameaça comunista”. Os militantes da Frente Operária sofreram com torturas físicas (choques elétricos, pau-de-arara, afogamentos, palmatória, agressões físicas, submarino etc.) e psicológicas¹⁴⁷ (ameaças de

¹⁴⁴ Carta de resposta enviada ao Tenente Coronel Arioswaldo Tavares, 23 de novembro de 1970. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – Pasta 3.

¹⁴⁵ Lucia Murat, depoimento à CNV em 28 de maio de 2013. Arquivo CNV, 00092.001294/2013-38.

¹⁴⁶ CMV-VR, 2015.

¹⁴⁷ Tortura psicológica: a tortura não se restringe às agressões físicas, podendo da mesma forma se produzir por meio de atos diretamente voltados a provocar sofrimento psíquico ou moral. As definições de tortura incorporadas nas Convenções das Nações Unidas e Interamericana contra esse delito fazem referência expressa a sofrimentos físicos ou mentais. São consideradas tortura psicológica (também denominada tortura mental): a intimidação, as ameaças graves e críveis à integridade física ou à vida da vítima ou de terceiros e a humilhação. Com efeito, a intimidação foi apresentada em Resolução

perseguição, por exemplo) - frente a essas crueldades muitos se calavam ou delatavam os companheiros.

De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, a tortura é caracterizada por três elementos: 1) a ação ou omissão intencional de agentes do Estado; 2) “sofrimento, aflição física ou psíquica infligida à vítima, ou diminuição de sua capacidade física ou mental”; 3) um objetivo que justifique sua prática¹⁴⁸.

Já segundo a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes a tortura pode ser definida como:

... qualquer ato pelo qual uma violenta dor ou sofrimento, físico ou mental, é infligido intencionalmente a uma pessoa, com o fim de se obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou confissão; de puni-la por um ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir ela ou uma terceira pessoa; ou por qualquer razão baseada em discriminação de qualquer espécie, quando tal dor ou sofrimento é imposto por um funcionário público ou por outra pessoa atuando no exercício de funções públicas, ou ainda por instigação dele ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência, inerentes ou decorrentes de sanções legítimas.¹⁴⁹

Estar ciente dessa definição é importante, pois desta forma podemos identificar pessoas que foram submetidas a tais atos. E, no caso de Volta Redonda, vamos notar que o Comandante do 1º BIB, Coronel Arioswaldo Tavares Gomes da Silva, negava que os militantes da Frente Operária sofreram torturas nas dependências do batalhão.

As torturas não poupavam ninguém, mulheres e homens tinham o mesmo tratamento. O sistema repressivo não os diferenciava, o que variava era a forma de tortura. No caso das mulheres, muitos oficiais do Exército as fizeram de objetos de suas taras, eram torturadas através de violação, mutilação, insultos e ameaças sexuais, sempre com o objetivo de humilhá-las. O Projeto Brasil Nunca Mais destaca essa característica do regime ditatorial no Brasil que torturavam, indiscriminadamente, sem levar em consideração idade ou sexo da pessoa presa, como se vê no trecho a seguir.

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou

da Assembleia Geral da ONU como uma forma de tortura. Conforme a jurisprudência dos tribunais internacionais de defesa dos direitos humanos, a ameaça ou o perigo real de submeter alguém à tortura física ou o tratamento desumano ou degradante pode constituir tortura psicológica (ou, pelo menos, um tratamento desumano); e a humilhação que exceda os efeitos habituais da aplicação judicial de uma pena legal, ainda que não se dê em caráter público, pode violar a proibição de tratamento degradante. (CNV, 2014, p. 375)

¹⁴⁸ CNV, 2014, p. 284.

¹⁴⁹ Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes Adotada pela Resolução 39/46, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/tortura/convencao_onu.pdf. Acesso em 13 jan 2019.

situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações efetivas de parentesco. Assim, como crianças foram sacrificadas, diante de pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos. (Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 43)

A grande maioria dos 30 militantes jocistas presos em novembro de 1970, em Volta Redonda, foi torturada – poucos foram liberados rapidamente e relataram que foram bem tratados. Os que ficaram por mais tempo receberam um tratamento desumano. Homens e mulheres sofreram muito, sendo os líderes do movimento ainda mais maltratados. Estrela Dalva Bohadana e Arly Matildes Amorim foram, entre as mulheres, as que receberam uma carga maior de maus tratos de toda sorte, tanto físicos como psicológicos. Entre os homens foi o Padre Natanael, considerado pelos militares como o elemento catalisador de todos os movimentos subversivos que surgiram na cidade, quem passou por um sofrimento mais intenso.

Recorre-se, neste momento, às memórias e relatos de experiências do cárcere dos militantes da Frente Operária buscando, através de suas vozes, compreender as dificuldades pelas quais passaram e as intenções dos militares ao praticar os atos de barbárie relatados. Ressalta-se que a soma das narrativas de cada entrevistado compõe um plano geral, auxiliando deste modo a formação de um entendimento mais amplo do processo vivido. DELGADO (2010), afirma:

Experiências de vidas singulares podem se tornar paradigmas de experiências coletivas e de valores e hábitos de conjunturas e épocas. Como certeza, mediante a essas experiências específicas, podem-se resgatar diferentes memórias sob diferentes óticas. Pelos depoimentos orais, atores sociais distintos podem se manifestar sobre o mesmo processo ou acontecimento. Mas, mais do que isso, cada depoimento colhido é, em si, multifacetado porque humano. (DELGADO, 2010, p. 70)

Os testemunhos dos jocistas e militantes das organizações clandestinas serão bastante proveitosas para o entendimento daquele momento. Suas memórias, fatos, impressões e colocações tornam-se essenciais para a realização da reconstrução do período estudado.

As torturas praticada sobre os integrantes da Frente Operária visavam identificar os demais integrantes do grupo e acusar Dom Waldyr Calheiros de atos de subversão ao Regime Civil-Militar. Para os militares, o bispo diocesano era o grande responsável pelo movimento

de subversão na cidade.

Finalmente, pela leitura dos autos destaca-se como grande responsável pelos atos de subversão ao regime, praticados na área de Volta Redonda, o bispo Dom Waldyr Calheiros de Novaes, já indiciado num IPM em 1969. Seu trabalho de solapamento à ordem social brasileira está bastante claro nos depoimentos daqueles que mantêm ou mantiveram ligações com ele e que estão indiciados neste IPM. (BNM-079, p. 391)

Muitos militantes relatam que os agentes que administravam a tortura tinham grande desejo de conseguir confissões que difamassem a imagem de D. Waldyr. A militante Arly Amorim relata que durante oito dias foi brutalmente torturada e os torturadores queriam que ela confirmasse que tinha um relacionamento amoroso com o bispo¹⁵⁰. Em seu relatório sobre os dias que passou presa no 1º BIB, a militante confirma o relato:

No dia 06 à noite me levaram pruma sala com dois quartos... Você vai assinar aqui ó. Vai assinar. Eu falei: Não, eu não vou assinar. Vai assinar aqui ó que você é amante do Dom Waldyr. Aí falou assim: Então você não vai? apanhou lá os aparelhos de choque, tirou a roupa, colocou choque no corpo todinho. a ponta nos dedos, nas pernas, nas virilhas e até na língua. Aí deu choque, choque, choque, choque, choque, choque... Eu tava sem roupa, toda. Eram quatro pessoas torturando, Tenente Tenório, Sargento Pires, Tenente Cezar e Sargento Izaque. E palavrões, humilhações e tudo... (Arly Matildes¹⁵¹)

Já Edir Alves relatou à CMV-VR que durante seu interrogatório, os agentes do Estado queriam que ele confessasse que Dom Waldyr era comunista e diante da negativa era intensificada a tortura sobre o militante.

Eles davam o castigo e perguntavam “Você conhece o Dom Waldyr?”, “O Dom Waldyr é subversivo? É comunista?”, eu falava “Não sei ué?! Porque o senhor não pergunta a ele?”, aí que ele pegava e dava mesmo, escorava e tapa na cara. Dava muito choque, porrada daqui e dali. Ele ligou um fio no dedo do pé, outro no pênis, no dedinho da mão e na língua; eu sou técnico eletricista, eu já era formado na época; choque que eles davam na gente, todo molhado, inflamava entre a carne e o osso, doía o corpo todo. (Edir Alves de Souza em depoimento a CMV-VR)

Em ambos os casos as torturas tinham por objetivo a desqualificação do “inimigo”. Segundo FICO (2010), isso fazia parte da chamada “guerra interna” onde toda e qualquer informação era usada para desmoralizar o inimigo, assim, até mesmo informes relacionados à

¹⁵⁰ Arly Matildes, entrevista cedida ao autor em fevereiro de 2019.

¹⁵¹ Relatório pessoal do tratamento que dispensaram a Arly Matildes quando detida no 1º BIB de Barra Mansa. Amorim, 15 de janeiro de 1971. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – Pasta 3. Doc. 09.

vida sexual dos presos seriam úteis.¹⁵² Neste caso, a ideia era manchar a imagem de Dom Waldyr diante da opinião pública, espalhando a notícia o bispo era comunista e que andava com as mulheres da JOC.

Segundo a CNV, ao realizar a tortura, o agente que a administrava buscava a completa aniquilação do indivíduo, fazendo-a impotente e totalmente submisso e, deste modo, abandonar sua própria vontade. A ambição do torturador é sempre quebrar o amor-próprio da pessoa torturada, ao se conseguir esse propósito a tortura se torna eficaz.

Já no caso dos militantes Hélio Medeiros de Oliveira e João Cândido de Oliveira, o objetivo da tortura foi diferente, logo no primeiro dia de prisão os militantes foram torturados e revelaram informações sobre o nome dos jocistas que participavam do movimento, e a localização do material de propaganda do grupo (CMV-VR, 2015).

Marco Antônio da Rosa relata que, em seu interrogatório, foi muito torturado com choques elétricos e durante as sessões seus algozes afirmavam que o objetivo deles era difamar a imagem do bispo:

Eles falaram, queriam difamar o Padre Natanael, queria difamar o bispo, o objetivo era incriminar o Padre Natanael e o D. Waldyr. Então, eu contradizia as afirmações deles, as possíveis afirmações e ai eles rodavam a manivela, davam aqueles choques. Tinha que responder o que eles queriam, mas, como eles já estava sabendo. (Marco Antônio da Rosa em depoimento a CMV-VR)

As torturas continuaram durante os meses de novembro e dezembro de 1970, com o objetivo de descobrir nomes dos integrantes da Frente Operária e desmoralizar Dom Waldyr. Os militares utilizavam métodos científicos de torturas aprendidos no DOI-CODI, no Rio de Janeiro, que machucavam a vítima sem deixar marcas, como relata Edir Inácio de Souza.

Se gabando com uma toalha amarela na mão, enrolada na mão, tinha acabado de torturar a irmã de um amigo da JOC. A toalha ele usava pra que, tinha o cassetete, pau, aquele de borracha e eles eram tão expert na tortura, eles pegavam e batiam nas tuas costas, batiam no teu rim, e forravam com a toalha, olhava ali depois, estava limpinha as tuas costas. Mas por dentro, estava todo detonado, todo machucado. Com a toalha molhada que eles colocavam nas tuas costas... Você olhava o cara normal, mas por baixo, tava um inferno. Nem marca ficava. (Edir Inácio de Souza, entrevista concedida a Márcio Goulart Coutinho)

Os que se encontravam detidos no 1º Batalhão de Infantaria Blindado de Barra Mansa sofreram durante o cativeiro diversos tipos de tortura. Testemunhos de integrantes da F.O descrevem como foram tratados, revelando o *modus operandi* dos militares dentro do 1º BIB.

¹⁵² FICO, 2010, p. 76.

O chamado “submarino” foi um dos tipos de torturas mais mencionado e sofrido pela maioria dos jocistas. A prática desta modalidade de tortura consistia em uma cela que media, aproximadamente, 1,5 m de largura por 2,5 m de comprimento – o local possuía um banheiro com vaso turco e um colchão no chão, não havia janelas e a iluminação quase inexistente, apenas um ponto de luz distante, não permitindo que o preso conseguisse diferenciar o dia da noite. Alguns militantes descrevem o “submarino” como a pior experiência da prisão, conforme se percebe nos seguintes depoimentos:

Quando eu cheguei, eles não falaram nada, só pegaram a gente, me levou para um lugar que a chamava de submarino, que era um quarto, tipo de um banheiro, não tinha janela, comprido, não tinha janela, e fechou, a gente ficava ali na escuridão total. Sozinho, não deixava contato com mais ninguém pra você não trocar ideias, ou trocar... aí ficamos lá, me lembro que tinha muita sede, aí você tinha que dar descarga pra você pegar aquela água limpa e beber, tinha que beber alguma coisa, estava morrendo de sede. Tirava você dali e levava para um galpão, era um galpão. Aí que eu fui pra lá, quando eu cheguei lá já tinha outros presos. Mais afastado, bem mais afastado... A gente chamava de submarino por que era um compartimento fechado, não tinha acesso a nada, só tinha uma porta que você entrava, então você perdia a noção, tinha um vaso ali, eu não sei se era um banheiro, o que era. (João Batista da Silva, em depoimento a CMV-VR)

Chegamos lá eu e Liberato...tinha um oficial lá que falou ‘submarino pra ele e submarino pra ele’, submarino significa uma sala fechada num lugar chamado arquivo. ali, logo que você chega, tem uma salinha com uma mesa e dentro daquela salinha ali tinha um corredorzinho do lado de cá tinha outra salinha lá e lá tinha uma outra, e tinha uma outra porta que eu não sei o que é, ali era o submarino, sala pequena, toda fechada, toda escura, apenas a cama, vaso sanitário e pequena abertura no teto. Ali fiquei 7 ou 8 dias. Francisco. (Francisco Gomes de Assunção, em depoimento a CMV-VR)

Após passarem pelo “submarino”, os jocistas eram levados para sessão de choques elétricos¹⁵³, uma modalidade de tortura utilizada em todos os militantes presos no 1º BIB, sempre acompanhada de agressões físicas; os choques, muitas vezes, eram aplicados na genitália. O objetivo dessa prática era obter informações ou confissões, verdadeiras ou não:

Me perguntaram coisas fora do meu conhecimento, nomes que nunca ouvi. Como não estivessem satisfeitos com minha resposta, começaram a me dar soco na boca do estômago, cuteladas, “telefone” nos ouvidos e soco na nuca. Mais adiante, ainda insatisfeitos com minhas respostas, querendo que eu confessasse inverdades, amarraram um fio desencapado no meu dedão do pé e outro nos dedos da mão e começaram a me aplicar choques com magneto, às vezes tão fortes que me tiravam da cadeira, numa tortura e interrogatório que durou mais ou menos uma hora... (Schetino Mota, em depoimento a CMV-VR)

¹⁵³ O Choque elétrico foi um dos métodos de tortura mais cruéis e largamente utilizados durante o regime militar. Geralmente, o choque dado através telefone de campanha do exército que possuía dois fios longos que eram ligados ao corpo nu, normalmente nas partes sexuais, além dos ouvidos, dentes, língua e dedos. O acusado recebia descargas sucessivas, a ponto de cair no chão. Brasil: Nunca Mais. Editora Vozes, Petrópolis, 1985, p. 35.

A tortura psicológica era aplicada para desgastar a coragem, a dignidade e a resistência mental e emocional das vítimas - uma prática que não deixava marcas físicas, mas, sim, sequelas não visíveis que podem durar a vida inteira. O objetivo desta modalidade era de provocar o medo nos torturados¹⁵⁴. Os relatos dos membros da Frente Operária confirmam que a prática da tortura psicológica se fez presente durante o tempo que permaneceram detidos no quartel de Barra Mansa. São muitos os relatos de militantes contando que escutavam o grito dos colegas sendo torturados, outros eram obrigados a presenciar a tortura de um colega.

Todas essas atitudes buscavam abalar a coragem da vítima, pois ao ouvir gritos e sofrimentos dos amigos antes de ser torturado, ele estaria a meio caminho de se render. Tática que assustava os militantes, como se pode ver em alguns relatos:

Eles faziam muita tortura física e psicológica. A tortura psicológica, por exemplo, o Pires entrava no salão com as meninas e depois saía com as meninas com uma toalhinha amarela torcida na mão batendo ela na mão. Ai falava as besteiras dele, o que ele tinha feito com as meninas lá dentro. O Pires que falou que haviam torturado, ele chegou saiu do quarto, numa sala com a Ruth e falou o nome dela. Ele falava “Eu fiz curso de tortura nos Estados Unidos”, enquanto ele estava passando “Eu sou expert em tortura”. Ai eu me lembro quando ele pegou, eu estava na sala de tortura, ai ele saiu batendo a toalhinha na mão, ele tinha feito alguma coisa com minha amiga Ruth, depois com a Arly, eu ouvi ele falando que deu o nó nelas. (Francisco Gomes de Assunção, em depoimento a CMV-VR)

De repressão? Tortura! Muita tortura... é... pressão psicológica, não só no individuo, como familiar... A gente passava por uns momentos horríveis lá, eu tive oportunidade de ver colega meu, torturado junto comigo, junto comigo. Eu com aparelho elétrico por dentro do pé, no pênis e na língua, colega meu, sentado na cadeira tomando choque igual a mim também, mas tinha varizes. Foram lá e furaram essas varizes desse amigo meu, falecido. E do outro lado, tinha amigo meu também, escreveram L com cigarro. E também um amigo meu que estava no pau de arara... Foram momentos horríveis. (Edir Alves de Souza, em depoimento a CMV-VR)

As mulheres, embora em menor número, também sofreram muito no 1º BIB de Barra Mansa. As práticas de torturas adotadas pelos militares não as diferenciavam dos homens. As militantes presas relatam que não tinham diferença no tratamento, às vezes era pior, só pelo fato de ser mulher.

O simples fato, eu acho, de você estar no meio de homens, só homens. Só homens que têm sobre você um olhar, como eu diria? É o olhar que te... Pelo fato de você ser mulher, também você percebe que há talvez, às vezes, uma raiva muito maior, eu não sei se é pela questão de achar “por que uma mulher está fazendo isso? Por que uma moça está fazendo isso?” E é uma forma, talvez, muito de querer te

¹⁵⁴ De certa forma, falar de tortura psicológica é redundância, considerando que toda o tipo de tortura deixa marcas emocionais que podem durar a vida inteira. Porém, haviam formas de tortura que tinha o objetivo específico de provocar o medo, como ameaças e perseguições que geravam duplo efeito: fazer a vítima calar ou delatar conhecidos.

desqualificar de todas as maneiras. Inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma “vaca”. São as boas-vindas. É a maneira como você é chamado. E isso foi crescendo e eu acho que você se sente exposto e você é exposto, você enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira: você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina você está nu, você está à mercê, não é? Disso tudo. [...] Como os homens também foram, mas talvez, por ser uma mulher, eu acho que isso tem um peso terrível. Pela tua formação, pela formação social, ideológica. Por si já é uma exposição e aumenta ainda mais a tua exposição [...] Normalmente você é educado e visto para proteger a sua feminilidade para que ela se exponha em outras situações [...] de escolha. (Maria Aparecida Costa em depoimento à CNV, 2014, p. 404)

Todas as mulheres presas no BIB, de acordo com a CMV-VR, sofreram algum tipo de abuso ou violência sexual¹⁵⁵ durante as torturas. A ativista da JOC, Regina Lúcia Ângelo Santos, relatou que apesar de sua gravidez de cinco meses foi torturada pelos agentes do Estado, fato que causou sequelas na gestação.

A militante Arly, em relatório enviado a Dom Waldyr, descreve que quando chegou ao quartel de Barra Mansa, passou por um tipo de violência sexual, suas roupas foram arrancadas e foi ameaçada de estupro:

Queria que eu falasse o que eu nunca pensei em fazer. Como eu não falei, eles foram me despindo aos arrancos juntos de palavrões, tapas, arrancos de cabelo, com um espanador de móvel me dava nas pernas, nos seios, para arrancar a roupa, apanhou uma faca bem amolada que cortou meu vestido pelos ombros e de lado e atirou pelo chão e o soutien arrebentou, anágua e a calça na mesma forma junto deles de braços abertos que me ameaçavam coisas horríveis. Por exemplo, dizia o Tenente Cezar: “Vou chamar um preto que tem para este fim, ou então vou com este cabo de espanador pela sua vagina” e ameaçava dando risadas...¹⁵⁶

Estrela Dalva Bohadana, considerada pelos militares como a responsável pelo surgimento da Frente Operária e ser elo de ligação entre os militantes de Organizações clandestinas e a Juventude Operária Católica, passou por terríveis momentos durante seu tempo de prisão. A militante da POLOP, segundo o IPM 65/70, foi indiciada por delitos previstos nos artigos 43 e 45. incisos I e II da Lei de Segurança Nacional, por ter reorganizado, de forma simulada e sob falso nome, partido político que exerce atividade prejudicial à Segurança Nacional. (BNM, 079, p.307)

¹⁵⁵ Segundo a Comissão Nacional da Verdade, a violência sexual constituiu prática disseminada do período militar, prática tanto contra mulheres como contra homens. Além da penetração vaginal, anal e oral, o relatório destaca que se constitui violência sexual, do mesmo modo, golpe nos seios, golpes no estomago para provocar aborto ou afetar a capacidade reprodutiva; introdução de objetos ou animais na vagina, pênis ou ânus; choque elétrico nos genitais; sexo oral; atos físicos humilhantes; andar ou desfilar seminu diante de homens ou mulheres; realizar tarefas nu ou seminu; maus tratos verbais e xingamentos de cunho sexual; obrigar as pessoas a permanecer nuas ou seminuas e expô-las a amigos, familiares ou estranhos; ausência de intimidade ou privacidade no uso de banheiros; negar às mulheres artigos de higiene, especialmente durante o período menstrual e ameaças de violação sexual. (CNV, 2014, p.419)

¹⁵⁶ Relatório pessoal de tratamento que dispensaram a Arly Matildes de Amorim, quando detida no 1º BIB sediado em Barra Mansa. 15 de janeiro de 1971. Arquivo da Cúria Diocesana. Pasta Torturas.

Os agentes do Estado, no mesmo documento, a acusam de ser a coordenadora dos movimentos subversivos na região que, juntamente com seu partido, pretendia organizar um movimento de guerrilha na região com o objetivo de derrubar a governo instituído, conforme podemos ver em um trecho do IPM 65/70:

ESTRELLA DALVA BOHADANA BURSZEYN – Universitária e estudante de arquitetura da Faculdade de Barra do Piraí é, sem sombra de dúvidas, o elemento coordenador da ação de subversão planejada pelo POC (Partido Operário Comunista) e posteriormente POLOP (ala dissidente do mesmo partido), para a área de Volta Redonda, eis que incumbida de estabelecer contatos com grupos atuantes nessa área e ainda de formar outros, através da doutrinação de doutrinas marxistas, organizava-os, traçando planos de ação. O grupo da JOC e outros contatos que coordenou participarem de ações de panfletagem e colocação de selos incentivando a população ao voto nulo nas eleições de 15 de novembro passado. O material de propaganda subversiva que trouxe para ser difundido nesta área CENTELHA, CAMPANHA DO VOTO NULO, PAPEIS GOMADOS, PROLETARIADO E POLÍTICA OPERÁRIA, eram trazidos pela dita estudante, do rio de janeiro, local onde recebia dos dirigentes do seu partido orientação para o movimento que deveria expandir em Volta Redonda, cidade basicamente operária, portanto cobiçada pelas organizações que pretendiam através da pregação de lutas armadas, a derrubada do regime instituído no país. (BNM, 079, p. 391)

A liderança de Estrella frente ao grupo fez com que seu tratamento fosse diferenciado. Segundo Gustavo Bezerra (2015)¹⁵⁷ a militante foi torturada por duas razões: não só pelo delito de possuir a consciência de ser comunista, mas por ser uma mulher comunista; a outra por ter fugido das expectativas da época para uma mulher, que seria a vida privada.

O relatório da Comissão da Verdade do Rio enfatiza que as mulheres, ao ingressarem na política, passaram a enfrentar o preconceito na família e nas organizações em que atuavam, a discriminação baseada em critérios morais acerca do lugar da mulher na sociedade manifestou se intensamente quando foram presas e torturadas pela forças repressivas, as violências sexuais e demais torturas que sofreram revelam as diferenças de gênero embutida nos padrões de dominação masculina:

Por ousarem romper com os papéis de gênero da época, a luta das mulheres contra a ditadura foi encarada pelos agentes da repressão como multiplamente transgressora. Além da acusação de “terroristas” e “subversivas”, que representavam uma ameaça à ordem do Estado, elas estavam, acima de tudo, transgredindo os papéis que tradicionalmente lhes eram designados – a saber, de dona de casa, mãe e esposa – ao ocuparem um lugar no espaço público convencionalmente destinado ao homem: a política. (CEV-RIO, 2015, p.138)

¹⁵⁷ Gustavo Bezerra, Documentário: Juventude Operária Católica, 2015. Verbo Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sgE--Ce6Lso>. Acesso em 15 mar 2019.

Estrella Bohadana relata que durante o período de prisão no BIB e no DOI-CODI, sofreu diversas formas de violência sexual, em certo dia, ocorreu um episódio traumático para a militante, foi colocada nua enrolada num fio elétrico diante do Padre Natanael e forçavam o clérigo a olhar para ela, caso não o fizesse, seria exposto a uma descarga elétrica. O objetivo era a desmoralização de ambos, ele por ser padre e estar em situação onde poderia ser considerado pecador; ela por ser comunista e, assim, merecia ser vista dessa maneira pelo religioso. O depoimento da militante a CMV-VR relata bem o acontecimento:

O colchão já não havia e me amarraram pra eu dormir, quer dizer, não dava pra dormir e durante, pelo menos 3 noites vinham diferentes soldados que passavam a mão no meu corpo. Teve uma sessão de tortura, na qual chamaram o padre Natanael e eu nua, toda amarrada em fio. E eles diziam para o padre me olhar. E o Natanael não queria me olhar de jeito nenhum... e ele era torturado barbaramente por não me olhar. Até que eu disse: padre pode me olhar, porque eu me sinto tão coberta, tão vestida, que eu não tenho vergonha. Eu me sinto vestida pelos meus sonhos, pelo meu ideal, pela crença de que é necessário mudar o Brasil, de que é possível um mundo melhor. Esse sonho me cobria, eu não precisava realmente de roupa. Como em nenhum momento, quando os soldados passavam mão no meu corpo, eu me sentia humilhada ou indigna. E eu entendia que aquilo era uma forma de tortura sim, que faziam isso para desestruturar como uma forma machista de agredir a mulher. E nesse momento eu dizia: não, o meu sonho me encobre. E eu não preciso de roupa (...). Então, eu acho que isso daí deixa marcas muito importantes na nossa existência, de nesse momento a gente de alguma forma é testado, e eu acho que o que a ditadura quer é sempre desestruturar emocionalmente, psiquicamente, acabar com a moral. Bom, depois dessas sequências todas de tortura e dessa agressão, digamos assim, não deixa de ser uma agressão sexual, ainda que não tenha havido o estupro, entendeu? Mas você ter um monte de gente passando a mão no teu corpo e você amarrada... é no mínimo um ato macabro. (Estrella Dalva Bohadana em depoimento a CMV-VR)

O objetivo desta prática de tortura era mostrar às mulheres que elas não tinham mais dignidade alguma e já não seriam vistas como mulheres por serem comunistas. Os agentes de tortura, no caso de Estrella, queriam que ela dissesse que tinha sido desencaminhada por alguém, pois não queriam acreditar que uma mulher tivesse tal protagonismo. A militante, no entanto, sempre afirmava que não foi influenciada por ninguém, que era socialista e acreditava em seus ideais, quanto mais ela dizia isso, mais reforçavam a tortura.

Entre os homens presos no batalhão, o que mais sofreu com as torturas foi o Padre Natanael. O clérigo foi considerado pelos agentes da repressão como o responsável pelos atos de subversão em Volta Redonda, pois permitiu a pregação de ideias marxistas provocando agitação e conspirações contra a Segurança Nacional,

conforme foi relatado em trechos do Relatório Parcial do Inquérito Policial Militar (IPM) 65/70:

O Padre Natanael é, sem dúvida, o elemento catalisador de todos os movimentos subversivos que surgiram nesta área, aproveitando-se de sua situação como sacerdote para doutrinar a juventude e o operariado, visando facilitar o ingresso destes em organizações subversivas com o intuito de mudar o regime de Governo e conseqüentemente as estruturas sociais brasileiras. Seu trabalho pode ser classificado como sendo de um indivíduo que ara o adubo, a terra, deixando-a em condições de ser semeada por organizações extremistas que visam a comunização do país, da mesma forma facilitador e semeador da luta armada....¹⁵⁸

O relato dos militantes presos confirmam os atos de tortura sofridos pelo clérigo, Padre Sano, colega de batina de Natanael, relata que ao visitá-lo algumas vezes no quartel ficou desolado ao ver a sua situação:

Do padre Natanael porque era colega e visitei algumas vezes no quartel, depois me contaram uma série de coisas que fizeram com ele, foi o maior sofrimento dele que ele passou na prisão foi o tal de submarino, ouviu falar? Pior que tortura, no submarino o sujeito tem que ficar num porão com escuridão total e só entra uma claridade quando colocam comida lá. Ficou quase um mês lá nessa situação, qualquer pessoa fica louca. Não sabe se é dia ou noite, e ainda fica ouvindo as vezes de “TODO MUNDO ESTÁ CONTRA VOCÊ, todo mundo reconheceu em você um criminoso, você é comunista”, não sei o quê, fazia essa pressão moral, não sei como Natanael não ficou maluco. (Padre Sano, em depoimento a CMV-VR)

Padre Natanael, em seu depoimento a CMV-VR, relatou que ficou sob tortura psicológica no Submarino por 20 dias, e depois foi submetido a interrogatório e a perversas, cruéis e macabras sessões de torturas, sob as quais confessou ser socialista marxista e não ter mais fé. Segundo ele, essa “confissão” foi para que os militares parassem com a tortura: na tortura se eu não respondia o que eles queriam, eles davam choque, então, era um sinal de que não estavam concordando com aquilo que eles queriam que eu falasse”.¹⁵⁹

O padre Natanael, entre os militantes da Frente Operária, foi um dos primeiros a ser preso e o último a sair do cativeiro. Segundo a CMV-VR, havia duas razões para essa perseguição ao pároco: a primeira pela liderança do grupo e pelo seu conhecimento de todos integrantes, no entanto, o que mais desejavam era que o padre confessasse que Dom Waldyr era o mentor da Frente Operária, movimento que unia a JOC com as organizações revolucionárias; a segunda razão pode ser resumido no depoimento da Irmã Elizabeth: O Exército fez com o Padre Natanael tudo aquilo que queriam fazer com Dom Waldyr e não

¹⁵⁸ Relatório Parcial do IPM 65/70, de 28 de dezembro de 1970. BMN – 079. p. 391.

¹⁵⁹ Relato de Natanael a CMV-VR.

podiam”. (p.314)

A perseguição aos líderes do movimento da Frente Operária é ponto que merece ser destacado. Dos 30 detidos pelo Exército, em fevereiro de 1971, oito ficaram presos por mais tempo, exatamente por exercerem a função de liderança; também por não terem, ainda, confessado que Dom Waldyr era o líder maior do grupo; por não terem admitido que eram comunistas; o prolongamento do tempo de cárcere também se deu porque libertos representavam perigo, alguns eram estudantes universitários e para os militares estes possuíam um nível intelectual muito elevado e isso era considerado um risco. No caso do padre Natanael, o objetivo da prisão prolongada era atingir o bispo Dom Waldyr Calheiros.

Em janeiro de 1971, estavam presos no 1º Batalhão de Infantaria Blindada: Natanael, João Cândido, Hélio, Bebeto, Edir, Galvão, Pôncio e Estrella. Os agentes do Exército, apesar de conseguirem tudo que precisavam para o Inquérito Policial Militar 65/70, não paravam com as torturas que passaram a ser feitas apenas para satisfação dos torturadores e para quebrar moralmente as convicções mais profundas daqueles prisioneiros (CMV-VR, 2015).

Devido a grande quantidade de religiosos no grupo, algumas sessões de tortura eram teatralizadas, como foi o caso da “Procissão”, uma forma de tortura em que os torturados foram obrigados a andarem nus, amarrados em um fio desencapado, à noite em um terreno próximo ao BIB. E durante o trajeto recebiam choques elétricos e eram obrigados a cantar a música “Jesus Cristo, eu estou aqui”, conforme relata Estrella Bohadana:

... eu cheguei sendo brindada com essa procissão... nua... éh::... com essa vela... com choque no ânus na vagina no seio... e tinha que cantar... a música “Jesus Cristo eu estou aqui”... quem não cantasse mais choque... éh:: e isso era uma procissão ao ar livre quer dizer em volta de: (parecia) um lago, né um frio, um frio que era terrível... o dia amanhecia e eu ouvia quando tinha o toque do alvorecer eu ouvia o chefe lá... da guarda... dizer pros soldados que ali tinha uma comunista que na outra cela tinham homens comunistas que todos comiam crianças... éh:: que eles tinham que se afastar do comunismo então aqueles soldados todos de alguma forma eles viam e participavam e assistiam e alguns... éh:: por exemplo tinham uns que faziam... todo mundo disputava pra querer levar minha comida pra ver como é que era uma mulher comunista que comia criança... éh:: então isso mostra também o como eles tentavam fazer uma lavagem cerebral tinha um lado dede uma:: coisa ideológica também né... quer dizer nós éramos exemplo do que havia de pior. (Estrella Dalva Bohadana em depoimento a CMV-VR)

As modalidades de tortura eram muitas e incessantes, durante o período de encarceramento os prisioneiros, muitas vezes, eram torturados juntos e em outras eram colocados no centro de um círculo de seis militares que os atingiam com violentos socos e

pontapés. O contato entre os presos era restrito, no máximo dividiam a cela com um companheiro; na maioria do tempo ficavam detidos no “submarino”.

As torturas nos militantes só cessaram no final do mês de janeiro de 1970, após muitas denúncias do Bispo Dom Waldyr, que levou o Exército Brasileiro a realizar uma sindicância para averiguar a existência desta prática no 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa.

Como em todos os casos de violações contra os Direitos Humanos na cidade de Volta Redonda durante a ditadura civil-militar, a Igreja teve uma forte atuação, e no caso dos militantes da Frente Operária isso não foi diferente. Logo que ficou sabendo das prisões realizadas pelos militares na cidade, o bispo se propôs a defender os militantes, para isso, denunciou as torturas praticadas pelos militares às autoridades legais, a CNBB e em artigos no Boletim Diocesano; escreveu cartas a entidades internacionais pedindo ajuda aos jogistas; além de enviar comunicados as igrejas em defesa dos jovens detidos no BIB.

Em uma de suas primeiras cartas enviadas a Igreja, o bispo relata que as prisões do Padre Natanael e de outros jovens ocorreram devido a uma política de repressão, que visava impedir a qualquer tentativa de manifestação política, mas, no entanto, os militantes presos não estavam ligados a movimento subversivos, e para ajudá-los estaria cancelando as atividades de comemoração aos 25 anos de fundação da diocese, para ir ao auxílio dos militantes¹⁶⁰.

E nos meses seguintes, Dom Waldyr fez várias denúncias a CNBB. Em janeiro de 1971, após receber uma carta do Pe. Natanael que descrevia como ele e outros detidos estavam sendo torturados, o clérigo escreve um relatório sobre as torturas e envia ao Núncio, Dom Humberto Mazzoni; ao Cardeal, Dom Jaime Câmara; ao Presidente da CNBB, Dom Aloisio Lorscheider e à Anistia Internacional. Nesse documento com o título “O que fazer diante disto?”, Dom Waldyr relata suas angústias, indignação e determinação em ajudar os militantes, como podemos ver no trecho abaixo:

“Diante de tudo isso o que devo fazer como Bispo Diocesano? Que dizer aos padres do presbitério do Pe. Natanael que, sabedores destes fatos, ficaram revoltados? Que dizer aos paroquianos do Pe. Natanael, quando eles publicam que seu pároco confessou que era socialista, marxista e que não tem mais fé? Que dizer aos nossos militantes, tão barbaramente espancados? Como acreditar nesses depoimentos e assinaturas? A nossa questão é o modo como foi feito o inquérito. Não são assaltantes de banco, não são terroristas. Não são sequestradores. São jovens e sacerdotes da Igreja. A situação é delicada, máxima por se tratar desta Diocese, em que o Bispo ‘já está queimado’: por ter denunciado as torturas de um

¹⁶⁰ Comunicado para as missas de 08 de novembro de 1970. Arquivo da Cúria Diocesana. Pasta 3.

operário; por ter saído ao encontro de 2 pais de famílias, presos por trabalharem com o Bispo; e finalmente, por ter IPM aberto e não concluído contra a Bispo e 16 padres. Não desconheço os melindres da questão. Estou, porém, seguro de que se não pudesse tomar a defesa de meu padre e meus diocesanos, somente por causa desse condicionamento, creio que não estaria mais em condição de dirigir a Diocese”.¹⁶¹

Em resposta ao relatório Dom Waldyr, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil demonstra total apoio ao bispo e em um artigo publicado no Jornal Correio da Manhã, no dia 18 de fevereiro de 1971, a instituição declara que “não pode aceitar a acusação de que Dom Waldyr Calheiros é subversivo” e que espera que as autoridades façam rapidamente o julgamento dos acusados.¹⁶²

A repercussão de tais acontecimentos foi enorme, os ataques a JOC em todo o Brasil ressaltaram a arbitrariedade da violência dos militares e o desrespeito pela Igreja. Protestos contra essas ações unificaram a instituição em suas denúncias contra as violações dos Direitos Humanos e o autoritarismo. O país, entretanto, devido a censura, quase não sabia desses acontecimentos, mas na Europa, milhares de jocistas protestavam contra o governo brasileiro, e até o próprio Papa declarou apoio a Igreja brasileira e condenou o uso da tortura. (SERBIN, 2001, p. 192)

Diante de tais acusações, os militares buscaram se defender diante da opinião pública, em um ofício enviado ao General-de-Divisão Humberto de Souza Mello, o General Div Newton Fontoura de Oliveira Reis defende as ações militares do 1º BIB, e afirma que os militantes presos no batalhão declaram que não foram torturados e que o bispo foge de sua tarefa que seria de preparar seus ffeis para o amor a pátria.¹⁶³

Em outro documento, o Ofício nº 26 – E2, o General Tasso Villar de Aquino, também relata ao seu superior que os militantes da Frente Operária estavam tendo um ótimo tratamento nas dependências do BIB. Em um trecho do relatório é relatado que o indiciado Edir Inácio da Silva se mostrou muito satisfeito com o tratamento que vinha recebendo no quartel, e é apresentado em anexo, fotos do militante nas dependências do batalhão.

¹⁶¹ D. Waldyr Calheiros-Relatório sobre as torturas dos jocistas no 1º BIB, em 22 de janeiro de 1971. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – Pasta Torturas.

¹⁶² Jornal Correio da Manhã, 18 de fevereiro de 1971. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda. Pasta 3.

¹⁶³ Arquivo Nacional . Serviço nacional de Informações. BR_DFANBSB_AAJ_0_IPM_0807_d0001de0001 . 11 de novembro de 1969.

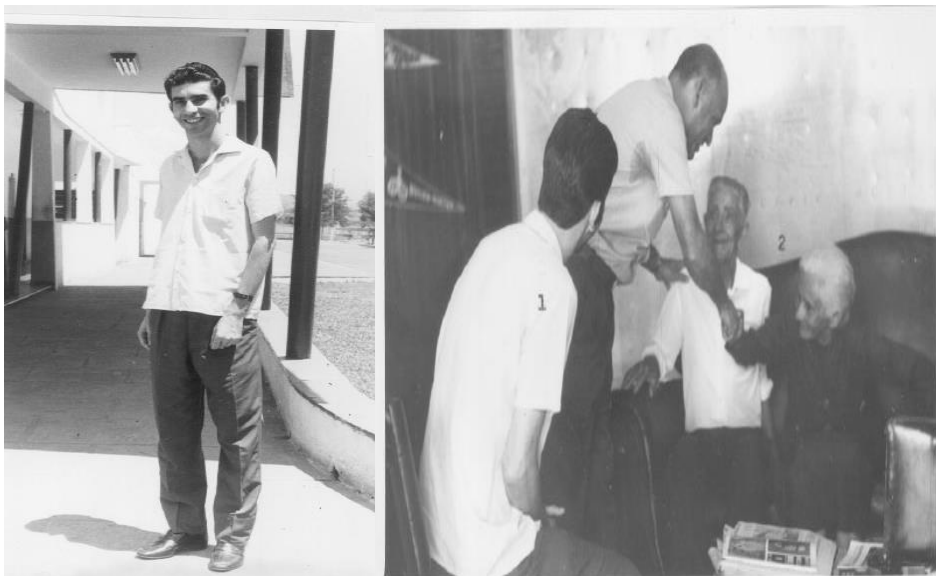
Figura 9: Edir Inácio da Silva, no 1º BIB



Fonte: Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. 26006/71. BR DFANBSB V8.GNC.AAA. s/data. p.04-05.

Em outra parte do documento, ele descreve que o Padre Natanael também está satisfeito com o tratamento recebido e que, em uma conversa com ele, o clérigo confessou a influência nefasta do bispo Dom Waldyr em sua sua vida e mostrou o desejo ardente de se afastar de sua subordinação. Em anexo a esse relatório, é apresentado fotos do padre e de seus pais em uma visita.

Figura 10: Pe. Natanael no 1º BIB.



Fonte: Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. 26006/71. BR DFANBSB V8.GNC.AAA. s/data. p. 07-08.

Os relatos do Padre Natanael e de Edir são contrários a essas alegações, em uma carta¹⁶⁴ enviada a Dom Waldyr de dentro do BIB, o padre Natanael denunciou os maus as torturas que estava sendo submetido e em seu relatório a CMV-VR também confirmou que sofreu torturas. O mesmo ocorre com o militante Edir Inácio, que na Diligência ao 1º BIB realizada em 07 de outubro de 2014, pela Comissão da Verdade de Volta Redonda, ele com outros ex-militantes descrevem os diversos tipos de tortura que passaram dentro do batalhão e os locais onde ocorreram.

Diante das denúncias do Bispo, foi enviado pelo Comando do Exército, o General Tasso Villar de Aquino Villar, Comandante da Divisão Blindada, a qual o 1º BIB era subordinado, para averiguar a veracidade das informações. O Comandante ao interrogar os detidos se haviam sido torturados ouvia apenas negativas, pois antes da chegada do comandante foram ameaçados pelos torturadores. No entanto, o último a ser ouvido foi Edir Inácio da Silva que relatou ao general que todos ali sofreram torturas e tiveram bens pessoais roubados pelos soldados, e que seus colegas disseram que não contaram que foram torturados devido à ameaças feitas pelos militares. (CMV-VR, 2015, p. 318)

... eu vim aqui pra ouvir os presos e os presos negaram que foram torturados... eu deixei você pro final... o que você tem a me falar?... eu falei “general...você veio aqui pra ouvir mentira ou verdade? ele foi... parece que não gostou da pergunta embora fosse um homem muito educado... eu percebi isso... alterou a voz falou que ele era general do Exército... “eu não sou mentiroso... sou verdadeiro... eu quero a verdade... eu ajudei a fazer a Revolução... mas sou contra a tortura... se houve eu quero saber se houve ou se não houve”... “ah... tá bom... então o senhor vai saber da verdade... todo mundo que está sentado nessa sala aqui é torturador e ladrão... que torturaram todos nós e inclusive que negaram... tiveram razão pra negar... porque foram todos impressados ontem aqui pra não poder falar e quando você fosse embora... iam ser novamente torturados... mas eles são ladrões... são ladrões também e o coronel sabe disso... (Edir Inácio da Silva, em depoimento a CMV-VR)

O General Tasso Villar, após o relato do militante, repreendeu o Tenente Coronel Gladstone Pernassetti com relação as torturas, dizendo que a partir daquele momento todos os presos estavam sob seu comando e não permitiria que tocassem em nenhum fio de cabelos deles. Segundo Edir, daquele momento em diante, cessaram as torturas e os detidos tiveram direito a banho de sol diariamente, até o dia que foram transferidos para o Presídio Hélio Gomes, na Iha Grande.

Em fevereiro de 1970, os militantes da Frente Operária foram transferidos para o

¹⁶⁴ Relato-denúncia de Pe. Natanael Moraes Campos, em 20/01/1971. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – Pasta Torturas.

Presídio da Ilha Grande como presos políticos, onde ficaram por seis meses aguardando o Julgamento do IPM 65/70¹⁶⁵. Estrella Dalva, no entanto, foi transferida para o DOI-CODI na cidade do Rio de Janeiro e mais tarde para o Instituto Penal Talavera Bruce, em Bangu.

A militante relata que a sua estadia no DOI-CODI do Rio de Janeiro também foi complicada, pois as torturas eram mais técnicas e não deixavam marcas físicas. Estrella conta que foi torturada com queimaduras de cigarro, choques elétricos, pau-de-arara e sessões de geladeira¹⁶⁶. Estrella, que estava no início de gravidez, não aguentou a intensidade das torturas e sofreu um aborto. Em outro momento, em um ato de desespero, para ver as torturas cessavam resolveu cortar os pulsos com uma embalagem de pasta de dente, nas palavras dela:

... éh:: então não tava mais aguentando fisicamente... e aí eu cortei consegui cortar bem esse lado (apontando para braço esquerdo) e esse daqui (braço direito) menos né porque esse (braço esquerdo) já tava enfraquecido... e aí... bom... eles deram o alarme e tal e aí eu fui levada pro hospital... e qual não é minha surpresa né... chegou no hospital o médico que tá lá diz “ah mas quem teve coragem de... de cortar vai ter que ter coragem de ser costurada a sangue frio” e costuraram meu pulso a sangue frio. (Estrella Dalva Bohadana em depoimento a CMV-VR)

A militante, algum tempo depois, foi transferida para o Instituto Penal Talavera Bruce em Bangu, onde também passou por momentos dolorosos, sendo liberada pela Justiça Militar em julho de 1970. (BNM, 079, p.410)

Os militantes presos na Ilha Grande descrevem, em seus relatos, que a estadia no Presídio Hélio Gomes foi tranquila e sem muitos problemas. Pôncio da Silva¹⁶⁷, relata que essa “tranquilidade” deveu-se ao fato de que os militares tinham conseguido tudo que desejavam, já que, mediante tortura, os presos assinaram e confessaram tudo o que os agentes do Estado desejavam, já não havia mais motivos para tortura ou maltratos.

Os integrantes da Frente Operária, também confinados no presídio da Ilha Grande, eram presos políticos e, por isso, ficaram separados dos presos comuns, durante os seis meses que ficaram presos nesse local, não sofreram torturas, podiam receber visitas periódicas e, até mesmo, celebrar missas.

Dom Waldyr providenciou a contratação de um advogado para assumir a defesa dos

¹⁶⁵ Pelo ofício 34/IPM, o Tenente Coronel Gladstone PERNASSETTI justifica porque os oito militantes foram mantidos em prisão preventiva, relatando cada caso individualmente. (BNM, 389)

¹⁶⁶ O Pau-de-Arara consistia numa barra de ferro que era atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o conjunto colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 centímetros do solo. Este método quase nunca era utilizado isoladamente, seus complementos normais eram eletrochoques, a palmatória e o afogamento. Na Geladeira, os presos ficavam nus em cela baixa e pequena, que os impedia de ficar de pé. Depois, os torturadores alternavam um sistema de refrigeração super frio e um sistema de aquecimento que produzia calor insuportável, enquanto alto-falantes emitiam sons irritantes. Os presos ficavam na “geladeira” por vários dias, sem água ou comida. Brasil: Nunca Mais. Editora Vozes, Petrópolis, 1985, p. 34-37.

¹⁶⁷Pôncio da Silva, em depoimento a CMV-VR.

militantes presos em um processo que foi marcado por uma série de avanços e retrocessos, demonstrando a fragilidade das hegemonias entre as instituições.

Em junho de 1971, após cansativa luta judicial, os militantes da JOC foram postos em liberdade – após 08 meses e 18 dias de prisão; entretanto o caso se estendeu pelos meses seguintes, nas demais instâncias militares, no qual se debateram sobre o arquivamento ou não do processo contra Dom Waldyr, os dois assistentes da JOC e mais 18 jocistas. Em setembro de 1972 o IPM 65/70 foi definitivamente arquivado por falta de provas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente pesquisa foi possível constatar que durante o período da Ditadura Civil-Militar implantada no Brasil (1964-1985) surgiram várias organizações de resistência ao autoritarismo imposto pelos militares. Esses grupos passaram a se opor a regime político ditatorial que reprimia, violentamente, os movimentos trabalhistas e grupos de oposição, suprimindo direitos individuais e constitucionais, liberdades democráticas, torturando e censurando os meios de comunicação.

A resistência à ditadura civil-militar teve vários polos de oposição, como apontado neste trabalho, a Igreja Católica e os grupos clandestinos de esquerdas tiveram um papel importante nesse processo. A Igreja que, inicialmente, apoiou o Golpe de 1964 passou a mudar de opinião em relação aos militares quando viram que o Estado Brasileiro começou a perseguir e torturar membros dessa instituição, iniciando um apoio de sacerdotes a greves operárias e movimentos estudantis criando assim um clima de tensão entre Igreja e Estado. Já as organizações de esquerda revolucionárias passaram a atuar num projeto de resistência após a implantação do AI-5. Esses grupos passaram a atuar de duas formas distintas: através de práticas foquistas; ou por meio de um projeto de conscientização das massas.

Um dos principais grupos católicos que atuaram nesse processo, foi a Juventude Operária Católica, criada com o propósito de ensinar os jovens trabalhadores e trabalhadoras a viverem uma vida completa e mais humana, e ser um corpo que represente e defenda os direitos dos operários.

A JOC surgiu fora desse contexto de resistência à ditadura, criada no início do século XX, como uma das respostas da Igreja a crise por qual passava, que ocorria principalmente devido à erosão do monopólio religioso e o avanço das ideias comunistas entre os trabalhadores. O movimento estava incorporado a Ação Católica e seguindo as suas orientações buscava contribuir para harmonia entre o capital e o trabalho, atraindo para seus quadros os jovens trabalhadores, além da contribuição para a ordem social.

A trajetória da JOC foi marcada por processo de radicalização, inicialmente o movimento nasceu com a ideia de aproximar os trabalhadores da Igreja, buscando soluções para os problemas dos jovens trabalhadores, mas com uma preocupação maior nas questões da juventude (família; relacionamentos com pais; namoro; casamento; paternidade e etc.), e com princípios anticomunistas. Entretanto, a partir da década de 60, os jocistas passaram a ter conhecimento maior dos problemas da classe trabalhadora, e começaram a ter uma postura

diferenciada, denunciando as injustiças sociais e até mesmo considerar o capitalismo um mal tão condenável quanto o comunismo.

Depois do Golpe de 1964, o movimento se radicalizou e distanciou das orientações eclesiais, aproximando-se da esquerda, passando a ter um caráter anticapitalista, visando uma transformação radical na sociedade brasileira. E no Congresso de Recife, realizado em 1968, passou a defender uma sociedade sem classes e que os trabalhadores poderiam conquistar seus direitos através de sua mobilização. Essa radicalização fez com que a JOC se tornasse um dos principais alvos da repressão militar a partir de então, além da acusação de manter ligações com organizações de esquerda clandestina.

No município de Volta Redonda, a JOC teve uma trajetória diferenciada, ao contrário do que aconteceu em quase todo país, o grupo foi criado em 1962, e em seu período inicial, não teve uma proposta de harmonia entre o capital e o trabalho. Em momento nenhum, seus militantes tentaram manter um contato harmonioso com a CSN, seu surgimento se deu através de filhos de operários descontentes com as políticas adotadas pela empresa e pela difícil situação que passavam os trabalhadores da cidade, e desde o começo de suas atividades, partiram para a luta no campo sindical, apoiando o SMVR na luta por melhores condições de trabalho.

Uma das principais características da JOC em Volta Redonda foi seu caráter conscientizador, diferentemente dos outros grupos católicos da cidade que enfatizavam o comportamento moral, o movimento jocista buscou conscientizar seus membros e parte da população da necessidade de lutar por seus direitos e melhorias nas condições de trabalho dentro e fora da usina. A preocupação com os problemas sociais passou a fazer parte de suas vidas.

O grupo, atuando principalmente nos bairros de periferia, desenvolveu ações que ultrapassaram o campo sindical, atuaram em diversas ações sociais na cidade, entre elas: ajuda a comunidade em casos de emergências (enchentes), campanhas de arrecadação de alimentos, visitas aos doentes, construção de casas, recenseamento da população, ajuda na procura de empregos, etc. E durante essas ações, os jocistas aproveitavam para evangelizar e conscientizar as pessoas sobre a realidade social do país e formas de lutar por mudanças. O forte compromisso social do grupo e aproximação com as camadas populares atraiu a atenção de diversas organizações de esquerda revolucionária, que buscavam um trabalho em conjunto contra a ditadura civil-militar implantada no país. Um dos objetivos da pesquisa foi entender o motivo

que essas organizações procuraram a JOC como canal de interlocução e ação conjunta e encontraram nessa organização um terreno fértil para propagação de suas ideias.

Durante a pesquisa, constatamos que devido a implantação do AI-5 e da forte perseguição a grupos de esquerda em todo o país, muitas dessas organizações começaram a procurar novos militantes para seus quadros, e Volta Redonda se tornou um local ideal para isso. Uma cidade operária, com trabalhadores insatisfeitos com a política de arrocho adotada pelo governo e a intervenção do SMVR, além da forte tradição de luta contra o regime, que pode ser comprovado pelas ações da Judica, sindicalistas, Grupo dos Onze e Ação Popular na cidade. Nesse cenário, a JOC já atuava fazendo um trabalho de conscientização entre os trabalhadores da cidade, com a orientação de um grupo de sacerdotes progressistas, que visavam a transformação da realidade social.

Esses fatores, juntamente com o fato que parte dos militantes da JOC estavam dispostos a realizar um trabalho mais revolucionário, atraiu a atenção dos líderes dessa organização, principalmente de Estrella Bohadana, que estava disposta a organizar um frente de resistência a ditadura na região.

Dessa união entre a JOC e organizações de esquerda revolucionárias (OCM-POLOP, POC, PCBR, VAR- Palmares, UJP, ligada ao PCdoB) surgiu a Frente Operária, que como foi relatado durante a pesquisa teve uma atuação voltada para a conscientização em massa, o grupo acreditava que se a população entendesse a importância da luta sindical, da luta por seus direitos e por justiça social poderiam se levantar contra a ditadura e transformar o Brasil em um país socialista, conforme nos mostrou o relato de Estrella Bohadana a CMV-VR.

A organização da Frente Operário demonstrou que os ideais cristãos e preceitos marxistas, apesar de parecerem distintos, são capazes de aglutinar jovens em torno de objetivos comuns, no caso da F.O, o de transformação da realidade social através da consciência de classe. Thompson nos ajuda a entender esse processo, pois segundo sua concepção, estes militantes se uniram como “classe”, e isso acontece quando um grupo se une, cria laços de identidade e enfrenta um inimigo em comum, neste caso, a Ditadura Civil-militar. A consciência de classe desse grupo, não nasceu do nada, foi formada através da experiência cultural do grupo que se desenvolveu através da experiência de exploração, opressão e de lutas.

A Frente Operária representou um grande movimento de resistência à ditadura na

região do Vale do Paraíba. Padres, estudantes e trabalhadores firmaram um compromisso de luta pela classe operária, como o objetivo de por fim a um regime que os oprimia. No entanto, apesar de sua desarticulação, o grupo teve um papel importantíssimo, ajudando a criar uma cultura de contestação ao regime, pois muitos dos militantes da JOC continuaram na militância, participaram na luta pela retomada do sindicato e exerceram papel de lideranças nas greves ocorridas durante a década de 80. Além disso, muito de seus integrantes passaram a se envolver com os trabalhos das CEBs, ajudando a implementar o método Ver, Julgar e Agir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

Arquivos da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda: arquivo físico e digital, que contém fontes documentais da diocese, incluindo Livros de Tombos, boletins da diocese, cartas, documentos, relatórios pastorais, jornais, etc.

Arquivo Nacional: arquivo digital localizado na sede do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Possui ampla documentação relativa à repressão política em Volta Redonda que inclui prontuários, IPMs e documentos militares diversos, etc.

Arquivo Público do Rio de Janeiro - APERJ: arquivo físico situado no Rio de Janeiro, contém prontuários de atores políticos diversos, além de documentos de movimentos da Igreja.

Arquivos da CSN: Arquivo digital do Jornal “O Lingote” entre os anos de 1953 a 1977.

Arquivos do CEMESF - Centro de Memória do Sul Fluminense - ICHS-UFF: formado pelos arquivos da Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros, contém as entrevistas, em vídeo e áudio, de indivíduos atingidos pela repressão política e seus familiares que foram coletadas pela CMV. Analisamos os seguintes depoimentos:

Antônio Liberato Jeremias

Arly Matildes,

Edir Alves de Souza

Emídio Jeremias

Estrella Bohadana,.

Edir Inácio da Silva

Francisco Assunção

Hélio Medeiros de Oliveira

João Batista da Silva

José Guido Tranin e José Cirilo Tranin, militantes da JOC.

Lincoln Botelho

Marco Antônio da Rosa

Padre Natanael de Moraes Campos,

Padre Sano

Pôncio da Silva Defaveri

Regina Célia Confort Santos

Ruth Jeremias

Waldyr Calheiros Novaes

ENTREVISTAS

Arly Matildes Amorim da Silva, entrevista realizada em 12/02/2019.

Edir Alves de Sousa, entrevista realizada em 14/10/2011.

Edir Alves de Sousa, entrevista realizada em 07/01/2019.

Dom Waldyr Calheiros, entrevista realizada em outubro de 2008.

Lincoln Botelho, entrevista realizada em dezembro de 2019.

DOCUMENTOS DIGITALIZADOS

A Lei de Segurança Nacional (LSN) - Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 09 mai 2019.

Comissão da Verdade do Rio de Janeiro. CEV-RIO

Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros - Volta Redonda. (CMV-VR)

Comissão Nacional da Verdade (CNV)

Declaração de Princípios do JOCI. Disponível em: <http://www.jocamerica.org/es/manifiestos/70-declaracion-de-principios-de-la-joci>. Acesso em 19 fev 2019.

Encíclica Quadragésimo Anno. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acesso em 19 fev 2019.

Encíclica Rerum Novarum. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em 19 fev 2019.

Pastoral Operária Nacional: 40 anos: breve histórico da Pastoral Operária. Disponível em:

http://www.pastoraloperaria.org.br/SITE_Conteudo.aspx?Acao=QE_3539491b9d. Acesso em: 09 dez 2019.

Relatório Anual O 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército e a repressão militar no Sul Fluminense. 2015. (Relatório de pesquisa). Disponível em: <<http://www.cev-rio.org.br/site/arq/UFF-VR-1o-BIB-do-exercito-e-a-repressao-militar-nosul-fluminense.pdf>> Acesso em: 22 ago 2019.

REVISTAS

Revista Agora. Ano 1, Janeiro de 1980, Volta Redonda.

Manifesto da Juventude Operária Católica, secretariado Nacional da JOC – Rio de Janeiro. Revista Vozes, Ano 61, nº10, outubro de 1967.

Arigó: o pássaro que vem de longe. Revista do Centro de Memória Sindical. Coleção trabalhadores em luta. Nº1. (ano).

DOCUMENTÁRIO

Documentários: “Violações dos Direitos Humanos no Sul Fluminense”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=STqISMnO32o>. Utilizamos os vídeos de:

Estrella D'alva Bohadana

Gustavo Bezerra

Edir Alves de Souza.

Emílio Jeremias

André Carneiro

Diligência da Comissão da Verdade de Volta Redonda ao antigo 1º BIB

FOTOGRAFIAS

Acervo pessoal de Francisco Gomes de Assunção

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. *Ação Libertadora Nacional*. CPDOC- FGV. Rio de Janeiro, 2016. (*online*), Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-libertadora-nacional-aln>>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru-SP. Edusc, 2005.

- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo. Brasiliense. 1979.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil, Nunca Mais*. Petrópolis. Vozes, 1985.
- ASSIS, Renata Oliveira. *Usina e cidade: Harmonia, conflitos e representações do/no espaço urbano em Volta Redonda*. RJ. Dissertação. Minas Gerais, VICOSA, 2013.
- BEDÊ, Waldyr Amaral. *Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964)*, Volta Redonda. SMC/PMVR, 2004.
- BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli: *Formação da Classe Operária em Volta Redonda*. Volta Redonda. Editora VR, 2010.
- BEOZZO, José O. *Recepção do pontificado de João XXI II na Igreja do Brasil*. In: ALBERIGO, Giuseppe; BEOZZO, José O. (Org.). *Herança espiritual de João XXIII: um olhar posto no amanhã*. São Paulo. Paulinas, 1993.
- BOFF, Leonardo e BOFF Clovis, *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis. Vozes, 2010.
- BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. (org). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 4ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010.
- BRIGHENTI, Agenor. *A Ação Católica e o novo lugar da Igreja na sociedade*. s/l, s/d. Disponível em: ordosocialis.de/pdf/Brighenti/A%20Acao%20Catolica%20e%20Sociedade.pdf. Acesso em 15 nov 2019.
- BRITO, Lucelmo Lacerda. *Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina*. Revista Espaço Acadêmico. Ano X, Nº 111, Agosto de 2010.
- BUONICORE, Augusto. *Viva a União da Juventude Patriótica!*. Artigo, 10/12/2008. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/viva-a-uniao-da-juventude-patriotica/>. Acesso em 10 fev 2019.
- CARDIJN, José. *Os leigos na linha de frente*. São Paulo. Edições Paulinas, 1967.
- CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo. Ed. Difel, 1984.
- CARNEIRO, André Rocha e ASSIS, Lúcia Maria de. *A organização dos comunistas na região Sul Fluminense no período pré-golpe civil-militar (Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí e Piraí)*. Revista Maracanan. n. 20, jan./abr. 2019. (online). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/28317>. Acesso em: 25 de nov 2019.
- CASTELHANO, João Nuno Frade Marques. *O método de Cardijn: Ver, Julgar e Agir: A sua vivência e aplicação na Acção Católica Rural*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa. Porto, 2017.

COSTA, Célia Maria Leite et al. (orgs.). *O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom. Waldyr Calheiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro. FGV, 2001.

D'ARAUJO, Maria Celina. *AI-5. O mais duro golpe do regime militar* / CPDOC. (online), Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 21 mai. 2019.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral – memória, tempo, identidades*. 2ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2010.

DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis. Vozes, 1981.

ESTEVEZ, Alejandra. *A Igreja e os trabalhadores católicos: um estudo sobre a Juventude Operária Católica e a Ação Católica Operária (1940-1980)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. UFRJ, 2008.

_____ e ROMANELLI, San. “*Ditadura e Repressão Contra a Classe Trabalhadora: questões de justiça de transição, direitos humanos e justiça social em uma abordagem histórica e político-normativa*”. *Revista Anistia*, V. 1, 2 e 3. Nº10. 2015.

FABIAN, Roberto. *JOC: da submissão a contestação*. Dissertação de mestrado. São Paulo. PUC, 1988.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro. Record, 2001.

_____. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In Ferreira, Jorge, Neves, Lucília de Almeida (Orgs.). *O Brasil republicano. Livro 4: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, nº 47, p.29-60, 2004.

_____. *Em entrevista à BBC News Brasil*. IN CARNEIRO, Júlia Dias. *50 anos do AI-5: negar ditadura é ignorância histórica, diz pesquisador*. (online). In <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46496289>. Acesso em 19 de jun. 2019.

FONTAN, Ivonilton Alves. *Do Cti ao IFRJ*. Joinville. Clube de Autores, 2011.

FORTES, Alexandre, et al. *Dicionário Históricos dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964-2014)*. Rio de Janeiro. UFRJ, 2014.

FORTES, A; NEGRO, A. L.; FONTES, P. As peculiaridades de E. P. Thompson. In: THOMPSON. E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas. Editora da Unicamp, 2001.

GARRIDO, Joan dei Alcàzar. *As fontes Orais na Pesquisa Histórica: uma contribuição ao debate*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 13, n. 25/26, Ago. 1993.

- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a Ditadura Militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro. Record, 2014.
- GRACIOLLI, Edílson José. *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia, 1997
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio Janeiro. Civilização Brasileira, 1980.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2ª. ed. São Paulo. Ática, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo. Vertice, 1990.
- HARI, Albert. *JOCI: Juventud Obrera Cristiana Internacional – 75 años de acción*. Francia. Editions Du Signe, 2000.
- HOBSBAWM, Eric J. *O fazer-se da classe operária, 1870-1914* In: *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.
- JESUS, Paulo Sérgio de. A cidade de Osasco: JOC (Juventude Operária Católica), ACO (Ação Católica Operária), JUC (Juventude Universitária Católica) no movimento operário (1960-1970). *Projeto História*, n.33, São Paulo, 2006. (online), Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2455>. Acesso em 15 de nov. 2018.
- JOFFILY, Mariana. *O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento*, In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro. Zahar, 2014.
- KORNIS, Mônica e MONTAVÃO, Sérgio. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). CPDOC- FGV. Rio de Janeiro (s/ano). (online), Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-dos-bispos-do-brasil-cnbb>. Acesso em: 26 out 2020.
- LAMARÃO, Sérgio, *A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar - Comício das Reformas*. CPDOC. (online), Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas. Acesso em: 27 out. 2018.
- LEITE, Isabel Cristina. *Política Operária e Comandos de Libertação Nacional*. In. SALES, Jean Rodrigues (Org). *Guerrilha e Revolução: A luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro. Lamparina – FAPERJ, 2015.
- LIMA, Luiz Tenório de. *Movimento sindical e luta de classes*. São Paulo. Oliveira Mendes, 1998.

LÖWY, Michael. *Guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina*. Rio de Janeiro. Vozes, 2000.

MACIEL, Wilma Antunes. *VPR: contra ditadura, pela revolução*. In SALES, Jean Rodrigues (Org). *Guerrilha e Revolução: A luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro. Lamparina – FAPERJ, 2015.

MAIA, César Portantiolo e SALES, Lilian Maria Pinto. *Ação Católica e Modernidade religiosa: um debate sobre a autonomia do leigo*. Revista Debates do NER, Porto Alegre, ano 19, n. 34, ago./dez, 2018

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916/1985)*. São Paulo. Brasiliense, 1989.

MARIGUELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo, Editorial Livramento, 1979.

MATOS, Júlia Silveira, SENNA, Adriana Kivanski. *História Oral como fonte: problemas e métodos*. Revista Historiae, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Raimundo César de Oliveira. *A Juventude Operária Católica em Valença; uma utopia desconstruída*. Revista de História Regional. Inverno, 2008.

_____. *A Juventude Operária Católica*. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais, 6º Ano VI. Nº 2. Abril/ Maio/ Junho de 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente 1964-1992*. São Paulo. Ática, 2006.

MELO, Demian Bezerra de. *Ditadura “civil-militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente*. Espaço Plural. Ano XIII, Nº 27, 2012. (online), Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574/6324>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. *Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: 50 Anos Brasileiros*. Rio de Janeiro. FSB Comunicações, 1995.

MORAES, Maria Blassioli. *A Ação Social Católica e a luta operária: a experiência dos jovens operários católicos em Santo André (1954-1964)*. Dissertação de mestrado. USP, São Paulo, 2003.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A ferro e fogo – construção da “família siderúrgica”: o caso de Volta Redonda (1941-1988)* Tese. USP, São Paulo, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: O anticomunismo no Brasil*

(1917-1964), Tese de doutorado, USP, 2000.

_____. *Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5*. Revista Brasileira de História, vol. 38, nº 79, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n79/1806-9347-rbh-38-79-195.pdf>. Acesso em 03 de jan 2018.

MURARO, Valmir F. *Juventude Operária Católica*. São Paulo. Brasiliense, 1985.

_____. *A JOC: uma utopia operária?*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH – USP, 1983.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo. Contexto, 2014.

NETO, Antonio Julio Menezes. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Revista Cadernos CRH. vol.20 nº.50. Mai/Ago. 2007. (online) Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792007000200010. Acesso em 27 fev 2020.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. (online), Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 22 maio. 2019.

PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.

PESSANHA, Elina G. Da Fonte e MOREL, Regina Lúcia de. *Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro*. Revista RBCSn nº 17, ano 6. out de 1991.

POLLAK, Michael. *Memórias, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 1989. (online), Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 22 de jan. 2019.

_____. *Memória e identidade social*. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro. Ed UFRJ, 1992. (online), Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 22 de jan. 2019.

POMAR, Pedro *Estevam da Rocha*. *O modismo “civil-militar” para designar a Ditadura Militar*. Jornal Brasil de Fato. 10 de Agosto de 2012. (online), Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/>. Acesso em: 1 out. 2018.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro. Zahar, 2014.

_____. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1990.

_____. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2005.

_____. e [SA, Jair Ferreira de](#). (Orgs). *Imagens da Revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas 1961-1971*. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1985.

_____. et al. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2014

_____. *Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986)*. In FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil: Revolução e Democracia*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

RIBEIRO, Adriana Maria. *Em nome da revolução: a trajetória social e política da Ala Vermelha (1967-1985)*. Tese de doutorado. Seropédica. UFRRJ. 2018

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª ed. São Paulo. Unesp, 2010.

_____. *As oposições à ditadura: resistência e integração*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro. Zahar, 2014.

_____. *Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 4ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970*. In FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil: Revolução e Democracia*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilha para pesquisadores*. In REIS Et all. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru. Edusc, 2004.

ROMANO, Roberto. *Brasil, Igreja contra Estado*. São Paulo. Ed. Kairós, 1979.

SALES, Jean Rodrigues (Org). *Guerrilha e Revolução: A luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro. Lamparina – FAPERJ, 2015.

_____. *A revolução cubana e as esquerdas brasileiras nas décadas de 1960 e 1970*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. (online), Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299973869_ARQUIVO_Revolucaocubanarevolucaobrasileiranosanos1960.pdf. Acesso em: 3 mai. 2019.

_____. *História do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): um balanço bibliográfico*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 290 - 311. maio/ago.

2017. (online), <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309212017290>. Acesso em: 3 mai. 2019.

_____. *A luta armada contra a ditadura militar. A esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2007.

_____. A influência da Revolução Cubana na história da Ação Popular nos anos 1960. *Revista Antíteses*. v. 11, n. 21, p. 345-367, jan./jun. 2016. (online), Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/27878-159130-1-PB.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2019.

_____. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. *Revista Tempo (Revista do Departamento de História da UFF)*, v. 14, p. 199-217, 2008. (online), Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a13v1427.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2019.

_____. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese de doutorado. Campinas. UNICAMP, 2005

SENA, Pe. Luiz Gonzaga de. *A Juventude Universitária Católica: algumas reflexões sobre uma experiência de vida cristã I*. In: Revista Eclesial Brasileira, n. 240, dez. 2000.

SILVA, Eduardo Ângelo da. *“Arigós” e “Peões” na “Cidade do Aço”: Experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda- RJ, 1970-1980)*. Dissertação. Nova Iguaçu, 2010

SILVA, Luiz Fernando Mangea da. *Resistência e Compaixão: o catolicismo social de Dom Waldir Calheiros*. Jundiaí. Paco Editorial, 2017.

_____. Mangea da. *A influência da ação católica na atuação social e pastoral de D. Waldyr Calheiros: o caso dos direitos humanos na cidade Volta Redonda*. Revista História e Cultura, Franca-SP, v.3, n.2, p.477-498, 2014.

SILVA, Victória Gambetta da. *Juventude Operária Católica em Santa Catarina (1948-1970): Trajetória, memórias e experiências*. Dissertação de mestrado. Florianópolis, UFSC, 2009.

SILVEIRA, Éder da Silva. *Memórias políticas sobre a cisão do PCB e a formação do PCBR no pré-golpe de 1964*. Artigo. *Revista História: Debates e Tendências* – v. 13, n. 2, jul./dez., p. 384-401. 2013. (online). Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5524/552456388012.pdf>. Acesso em: 18 de mai. 2019.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 14ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2007.

SOARES, Paulo Célio. *Uma nova maneira de ser Igreja. Nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979)*. Tese de Mestrado, Vassouras. USS, 2001.

_____. *Encontros e confrontos na Frágua: Igreja, Esquerdas e Militares em Volta Redonda (1967-1979)*. Tese de doutorado. Seropédica. UFRRJ, 2019.

SOARES, O. A et al. Uma História de Desafios. JOC no Brasil – 1935/1985. Rio de Janeiro. s/ ed., 2002.

_____. *Vida Jocista – Testemunhos. Vol. 1 e 2.* Rio de Janeiro. s/ed, 2003.

SOFIATI, Flávio. *Juventude católica: o novo discurso da Teologia da Libertação.* São Carlos. UFSCAR, 2012.

SOLANGE Maria; *A Estratégia de Gestão: fabricando aço e construindo homens.* Dissertação de Mestrado. BH, UFMG, 1989.

SOUZA, Jassie Jane Viera de. *Círculos operários. A Igreja Católica é o mundo do trabalho no Brasil.* Rio de Janeiro. UFRJ, 2002.

_____. *Valentim, o guardião da memória circulista (1947-1958).* Dissertação de Mestrado. Campinas. Unicamp, 1992.

SOUZA, Ney de. *Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites.* Revista de Cultura Teológica - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006. (online), Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/15033/11226>. Acesso em: 13 set. 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade.* Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A maldição de Adão.* Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A Força dos Trabalhadores.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra. Bispos e Militares, tortura e justiça social na ditadura.* São Paulo. Cia. das Letras, 2001.

VECHIA, Renato da Silva Della. *O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário no contexto da luta armada no Brasil.* In SALES, Jean Rodrigues (Org). *Guerrilha e Revolução: A luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil.* Rio de Janeiro. Lamparina – FAPERJ, 2015.

VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. *Volta Redonda – entre o aço e as armas.* Petrópolis. Vozes, 1990.

ZANANDREA, Fabiana. *Operários da Fé – Uma leitura da Juventude Operária Católica a partir da diocese de Caxias do Sul/RS.* Dissertação de Mestrado. São Leopoldo. UNISINOS, 2008.

ANEXOS

INTEGRANTES DA FRENTE OPERÁRIA

Padre Arnaldo Werlang – Assistente eclesiástico da JOC e Integrante da Frente Operária
Marly Dionízia de Assis Santos – Diretora Regional da JOC.



Fonte: Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. 26006/71. BR DFANBSB V8.GNC.AAA..

Hélio Medeiros de Oliveira
Pátio do quartel do 1º BIB



Fonte: Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. 26006/71. BR DFANBSB V8.GNC.AAA.

- 1- Antônio Liberato Jeremias
- 2- Sérgio Peixoto Dias
- 3- Carlindo Dias (Pai de Sérgio Peixoto)
- 4- João Batista da Silva

Pátio do quartel do 1º BIB



Fonte: Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. 26006/71. BR DFANBSB V8.GNC.AAA.

João Cândido de Oliveira
Pátio do quartel do 1º BIB



Fonte: Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. 26006/71. BR DFANBSB V8.GNC.AAA.

Sérgio Paulo Galvão
Pátio do quartel do 1º BIB



Fonte: Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. 26006/71. BR DFANBSB V8.GNC.AAA.

Pôncio da Silva Defaveri
Pátio do quartel do 1º BIB



Fonte: Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. 26006/71. BR DFANBSB V8.GNC.AAA.

Carlos Alberto do Nascimento Santos
Planíla de Registro – DOPS - Guanabara



Fonte: APERJ – Prontuário – 5226.